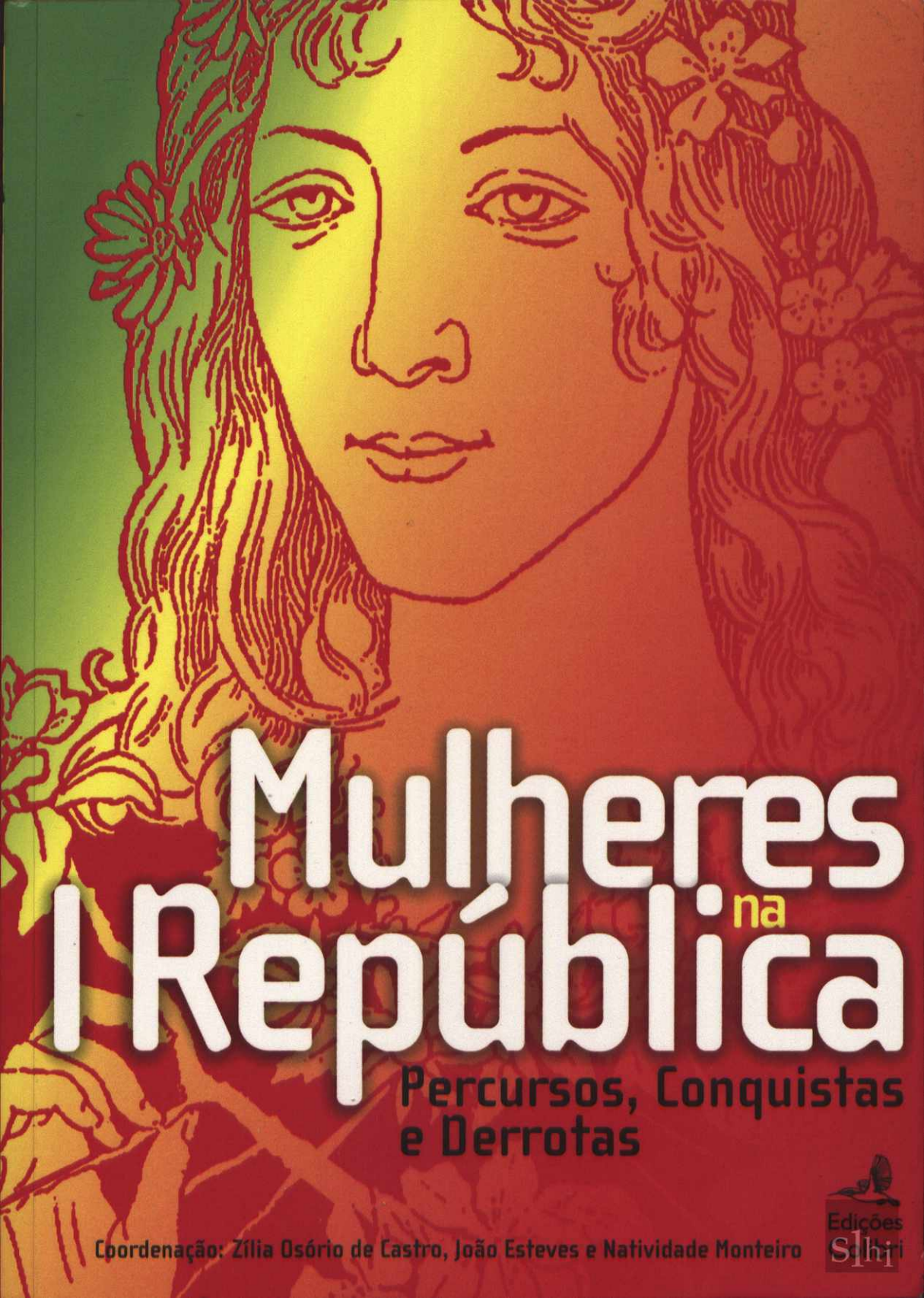

Mulheres na I República

Percursos, Conquistas e Derrotas

Coordenação: Zília Osório de Castro, João Esteves e Natividade Monteiro

Edições Colibri

MULHERES NA 1.ª REPÚBLICA

PERCURSOS, CONQUISTAS E DERROTAS

Slhi

Colecção: **TRILHOS**

Direcção: Prof. Doutor Manuel Lisboa

1 *Risco e Identidade de Género no Universo do* Graffiti
Sara Dalila Aguiar Cerejo

2 *Ser Criança Não Deveria Doer...*
Contribuição para uma tipologia de maus-tratos infantis diagnosticados num hospital de Lisboa
Zélia Barroso

3 *Mulheres na 1.ª República.*
Percursos, Conquistas e Derrotas
Zília Osório de Castro, João Esteves, Natividade Monteiro (Coord.)

Slhi

Zília Osório de Castro, João Esteves, Natividade Monteiro
(Coord.)

MULHERES NA 1.ª REPÚBLICA

PERCURSOS, CONQUISTAS E DERROTAS

Edições Colibri

Slhi

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

MULHERES NA 1ª REPÚBLICA

Mulheres na 1ª República : percursos, conquistas
e derrotas / coord. Zília Osório de Castro, João Esteves,
Natividade Monteiro ; Ilda Maria e Silva Soares
Abreu... [et al.]. – (Trilhos ; 3)
ISBN 978-989-689-088-9

I – CASTRO, Zília Osório de
II – ESTEVES, João, 1960-
III – MONTEIRO, Natividade da Conceição André
IV – ABREU, Ilda Maria Assunção e Silva Soares de, 1939-

CDU 94(469)"1910/1926"(042)

Título: Mulheres na 1.ª República.
Percursos, Conquistas e Derrotas

Coordenação: Zília Osório de Castro, João Esteves, Natividade Monteiro

Autores: Ilda Maria e Silva Soares de Abreu
Isabel Baltazar
João Esteves
Maria do Céu de Brito Vairinho Borrêcho
Maria Emília Stone
Maria Lúcia de Brito Moura
Natividade Monteiro
Paulo Jorge Alves Guinote
Sandra Leandro
Zília Osório de Castro

Edição: Edições Colibri

Capa: Mafalda Matias e Sandra Leandro

Depósito legal n.º 324 222/11

Lisboa, Maio de 2011

Slhi

ÍNDICE

1. *Apresentação*
Zília Osório de Castro 7

2. *Prefácio*
Fernando Catroga 9

3. *Introdução*
João Esteves e Natividade Monteiro 13

4. *Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1.ª República*
João Esteves 19

5. *Vozes antifeministas na 1.ª República. Ecos de oposição ao feminismo*
Isabel Baltazar 47

6. *As Intelectuais*
Zília Osório de Castro 79

7. *Educação, Instrução e Analfabetismo*
Maria do Céu de Brito Vairinho Borrêcho 109

8. *Vivências Monárquicas*
Maria Emília Stone 125

Slhi

9. *Resistências Femininas ao Laicismo Republicano*
Maria Lúcia de Brito Moura 145

10. *"Pela Pátria e pela República". As Mulheres Republicanas na I Guerra Mundial*
Natividade Monteiro 179

11. *A Mulher e o Mundo do Trabalho na 1.ª República*
Paulo Guinote 217

12. *A República vai ao Teatro*
Ilda Soares Abreu 237

13. *Boa Figura, Má Figura, Sem Figura: Mulheres Artistas no tempo da 1.ª República*
Sandra Leandro 271

14. *Quotidianos Femininos Alternativos na 1.ª República*
Paulo Guinote 319

15. *Bibliografia Seleccionada* 351

16. *Notas Biobibliográficas* 373

Slhi

APRESENTAÇÃO

Zília Osório de Castro

É com grande satisfação que se apresenta esta obra, elaborada no âmbito de um projecto de investigação de Faces de Eva. Estudos sobre as Mulheres, do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa. Contudo, tal como noutros casos, não deixa de constituir um desafio, sobretudo se se pretender transmitir o espírito que guiou a escrita dos textos aqui apresentados. As suas autoras e autores, cientes de que a realidade que se apresenta à sua análise, compreensão e interpretação enraíza necessariamente no passado e se projecta no futuro, contemplam-na com olhar não raras vezes estupefacto ou incrédulo, formulando um sem número de interrogações nem sempre com respostas concludentes, mas nem por isso menos pertinentes e elucidativas. Próprias de tempos de crise, como o foram os da substituição do regime monárquico pelo republicano, aqui em foco, nasciam da complexidade das ideias e dos ideários então enunciados e que seriam apoiados ou combatidos. As novidades surgiam a cada passo, o saber feito era destruído ou reformulado. A escrita da Historia situa-se nestes parâmetros de avanços e recuos, de radicalismos e de conservadorismos e a eles ninguém escapa, seja qual for o enfoque da sua abordagem. Para além dos factos está o espírito de quem os viveu e de quem sobre eles reflectiu e escreveu.

No caso aqui em apreço – a História das Mulheres – a questão colocada nestes termos aumenta de complexidade. Em primeiro lugar pela sua originalidade; depois pela ruptura com o passado que concretiza, quiçá, de modo paradigmático. Não se pretendeu aqui confrontar a História das Mulheres com a História dos Homens, mas tão só que é possível e desejável conjugá-las. Qualquer sociedade humana é formada por mulheres e homens, carecendo de sentido só os lembrar a eles. A lógica deste raciocínio enforma na sua singularidade a História das Mulheres como é entendida ao longo das páginas desta obra. Nas diversas facetas focadas encontra-se uma identidade, talvez não tanto do ser, como do estar, presente pela via positiva da afirmação que não da ocultação. As mulheres, hoje e ontem tantas vezes ignoradas ou esquecidas, faziam parte da sociedade, de tal forma que esta sem elas não existiria. Ignorá-las ou esquecê-las significa,

Slhi

pois, mutilar uma realidade e torná-la obsoleta. Lembrá-las representa trazer à memória a sua presença, sem dúvida ainda ao tempo demasiado subordinada à supremacia masculina, mas nem por isso menos real.

Sendo assim, é de salientar o contributo desta obra para a História Contemporânea de Portugal. As mulheres, aproveitando o tempo de ruptura trazido pela vitória do regime republicano, tornaram-se assumidamente interventivas e contribuíram para que a sociedade portuguesa mudasse porque elas lutaram pelo reconhecimento das suas capacidades e pelo seu empenhamento cívico, quaisquer que fossem os ideais que as guiavam. Se a contemporaneidade trouxe a laicidade, mulheres houve que não lhe recusaram o seu apoio, se implicou solidariedade elas não a negaram, se apontava para uma nova religiosidade elas não lhe viraram as costas. É certo que estas atitudes se ficaram a dever maioritariamente a elites, elites burguesas e elites nobres, mas foram elas a abrir o caminho para a plenitude das mulheres como seres humanos, isto é, na essencialidade da sua concepção de seres dotados de liberdade.

A tomada de consciência de si mesmas, que já se vinha observando ao longo de oitocentos, ultrapassou os casos pontuais deste século e transformou-se numa militância que viria a colher o apoio de grande número de mulheres. Unidas lutaram pelos seus direitos e pelo lugar que lhes cabia na *respublica* por serem seus membros. Saltaram as barreiras do espaço privado em que haviam estado confinadas, e partiram à conquista do espaço público ou particular que também lhes pertencia. Pretendiam ser mulheres na plenitude dos seus predicados de seres humanos e nos plenos direitos de cidadania. De certo modo, pouco interesse tem nesta abordagem se de imediato a sua luta foi coroada pela vitória ou sofreu derrotas. Fosse como fosse, a ruptura provocada pela vitória republicana favoreceu a emergência e a dignificação das mulheres, quer das que lutaram sob a bandeira verde-rubra, quer das que se mantiveram fiéis ao azul e branco monárquico. Nada continuou a ser totalmente como antes, e abriram-se as portas para um futuro que ainda agora se está a construir.

Esta obra, significativamente intitulada *Mulheres na 1ª República. Percursos, Conquistas e Derrotas,* constitui um contributo assinalável para o conhecimento do início do caminho da contemporaneidade percorrido pelas mulheres. Vitoriosas ou não estiveram lá e marcaram com a sua presença situações bem diversificadas. Sem que tenha a pretensão de ser exaustiva, esta obra foca um certo número de situações consideradas exemplares de uma sociedade em mutação e do lugar que as mulheres aí pretendiam ocupar. Por estas características, considera-se um ponto de partida para novos estudos sobre a história das mulheres, e com eles, sobre a história da sociedade em geral em que a sua dignidade humana e cidadania cívica e política devem ocupar o lugar a que têm jus.

Slhi

PREFÁCIO

Fernando Catroga

A realização, nos meados da década de 1980, de importantes congressos sobre a história das mulheres desencadeou promissores entusiasmos. Mas, fosse devido ao facto de o tema ser lateral às preocupações de muitos dos historiadores que então intervieram, fosse por causa de errâncias resultantes do impacto das modas que, como em outros domínios, também os atravessam, tais iniciativas só não foram momentos isolados porque alguns investigadores e investigadoras, que surgiram nesse período, não mais deixarão de o estudar, ao mesmo tempo que a renovação geracional veio garantir novos aprofundamentos ricos de significado.

Além do mais, neste processo não foi somenos o enriquecimento do debate teórico trazido pela luta em prol da autonomia epistémica (não escrevemos independência) dos estudos de género e que caminhou enlaçado com as transformações ocorridas no campo dos *cultural studies*, onda que, desde os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha, passou pela França e por todos os países onde esta tinha exercido, até então, uma influência quase exclusiva.

No entanto, será errado pensar-se que esta torrente foi homogénea e que o seu curso foi inteiramente pacífico. Como a conquista da dignidade de objecto historiável sofreu resistências e bloqueamentos por parte dos paradigmas que tinham conquistado a hegemonia institucional, compreende-se a sua dimensão polémica e percebe-se que ela tenha sido acompanhada, em alguns casos, por um proselitismo nem sempre bom conselheiro das exigências de contextualização e de comparação que devem nortear o trabalho do historiador. Dir-se-ia que, com a crise das grandes metanarrativas da história, que tinham por protagonistas as classes sociais, a história de género também quis ser mediadora das lutas e esperanças dos dominados ou excluídos. E se, inserida numa perspectiva teleológica do devir histórico, ela soa a sucedâneo não assumido do que

Slhi

critica, o mesmo não acontece, porém, quando o estudo da mulher e das suas lutas aparece correlacionado quer com o dos homens, quer com a teia de poderes e de micropoderes que enleia os posicionamentos dos indivíduos e dos grupos nas suas múltiplas relações sociais. Sendo assim, explica-se que, cedo, esta historiografia se tenha aberto ao profícuo cultivo da prática interdisciplinar.

Em simultâneo, também não admira que alguns dos trabalhos pioneiros nesta matéria tivessem sido movidos por uma intenção *justiceira*, intento que, quando respeitou a busca da máxima objectividade possível, teve o grande mérito de tirar do esquecimento personagens e movimentos passíveis de serem elevados ao estatuto de precursores. Daí a importância que, em muitos países, foi dada às investigações sobre o feminismo, sem que, com isso, se queira dizer que as outras problemáticas estivessem ausentes.

O livro que agora se apresenta espelha o que se afirma e a conjuntura que o impulsionou: o centenário da Revolução de 5 de Outubro de 1910. Devido ao relevo que o novel feminismo português conquistou nos últimos anos de propaganda contra a Monarquia Constitucional (e contra o clericalismo) e às muitas promessas não cumpridas pelo novo regime, não deve espantar que assim seja. E, se o seu objecto – *Mulheres na 1ª República* – não constitui uma novidade, o certo é que nunca como nesta obra ele foi tratado de uma maneira tão informada e global. Ela não se restringe à agenda dos feminismos progressistas, mas relaciona-a e confronta-a com outras manifestações, em particular com aquelas que, não raro como reacção (ao laicismo) e como retaguarda da contra-ofensiva anti-republicana, provieram de mulheres católicas e monárquicas, convidando, assim, a superar-se as visões unilaterais, pecado original de todas as historiografias militantes.

O mesmo juízo de valor positivo tem de ser feito sobre os cuidados de inserção histórica que se detectam em muitos dos ensaios que a compõem e acerca do uso da comparação, via metódica aconselhável não só por causa das conexões internacionais dos movimentos feministas, mas também porque, sem elas, facilmente a análise cai em anacronismos.

Demais, também não se escamoteia uma faceta que a historiografia não deve esquecer, sob pena de tomar a parte pelo todo: o âmbito minoritário, urbano, elitista e letrado do activismo político, cultural e social das mulheres que, então, mais se empenharam na *coisa pública*, ou que, sozinhas ou ao lado dos homens, deram vida ao *espaço público*. À sua maneira, os feminismos foram movimentos propulsados por *mulheres intelectuais*. Senhoras da palavra, *dita* e *escrita*, elas emergiram na ágora a reivindicarem direitos, a afirmarem-se como professoras, escritoras, jor-

Slhi

nalistas, actrizes, pintoras, ou – em nome de valores cívicos e/ou religiosos – a animarem obras educativas, de filantropia e de solidariedade, às vezes através de organizações concorrentes (como aconteceu, por exemplo, entre mulheres católicas e mulheres republicanas, a propósito do apoio aos soldados em guerra). De onde não surpreender que algumas agissem como porta-voz das mulheres sem voz, enquanto outras escolhiam intervenções menos politizadas. Porém, não será erro pensar que o núcleo duro desta militância estava escorado num ideal de *mulher-pedagoga* que, imediatamente concretizado no primordial papel de educadora dos filhos, se alargou a uma intensa campanha formativa apostada em converter as almas e em formar uma nova opinião pública. E não deixa de ser importante a chamada de atenção que aqui se faz para a necessidade de se articular este proselitismo com o dos partidos políticos (sobretudo com o Partido Republicano Português) e até com o maçónico.

Por sua vez, a valorização dos combates contra a menoridade cívica da mulher, consignada nos ordenamentos jurídico-políticos e jurídico-constitucionais em vigor – e que a 1ª República só em parte modificou (com as Leis da Família, com a Lei do Divórcio, e com algumas alterações ao Código Civil de 1867 concernentes ao poder marital) –, não prescinde da consciência acerca da complexidade das relações de poder (e entre poderes), domínio em que o peso dos costumes, assim como o lugar do homem e da mulher no cumprimento das estratégias de sobrevivência familiar têm de ser igualmente equacionados. Com isso, conseguiu-se evitar que o relevo dado ao fenómeno do feminismo não tenha gerado novos olvidos e, em particular, os respeitantes às condicionalidades sociais que sobredeterminaram as modalidades de feminização do trabalho produtivo, fosse este – de acordo com uma tradição que ainda sobrevivia com força – de natureza agrícola e doméstica, ou estivesse ligado à mais recente, embora lenta, profissionalização da mulher nos sectores secundário e terciário.

A análise ficou enriquecida, também, com a desmontagem do peso dos preconceitos oriundos da hegemonia de uma cultura dominante, baseada na idealização do masculino, e, a partir dela, nos padrões que definiam a normalidade feminina e, por antonomásia, a sua anormalidade e patologia. E não deixa de ser relevante que este pano de fundo se encontre projectado nas imagens da mulher construídas tanto por discursos feministas, como antifeministas (de vária origem), bem como nas explicações dos comportamentos tidos por desviantes e vistos como ameaças fautoras de anomia social.

Ora, é indesmentível que a sua planificação, ao convidar ao cruzamento de perspectivas, acrescenta valor ao valor de cada contributo, pois

Slhi

unifica a pluralidade das abordagens que visivelmente quer respeitar. E daqui ressalta esta outra evidência, só aparentemente paradoxal: este livro é, simultaneamente, um ponto de chegada e um ponto de partida.

Com efeito, quanto ao primeiro aspecto, nele confluem vários percursos intelectuais que, mesmo quando parecem revisitar ou alargar investigações anteriores, alcançam, aqui, a sua expressão mais ampla e amadurecida. E, a respeito do segundo, a riqueza específica de cada estudo, bem como o efeito autónomo que brota da sua leitura em conjunto, trazem soluções que também funcionam como chaves que abrem portas a novos problemas.

Por tudo isto, e após um ano de múltiplas iniciativas promovidas no contexto do centenário do 5 de Outubro de 1910, e em que a evocação do lugar da mulher e do feminismo no contexto da 1ª República não esteve ausente, não se duvida defender que o trabalho que agora se apresenta passará a ser uma das obras de referência no campo historiográfico em que se situa.

Slhi

INTRODUÇÃO

João Esteves
Natividade Monteiro

Ao longo da História da Humanidade as mulheres sempre criaram, cuidaram, trabalharam e participaram na organização social, apesar dos construtores da memória, as opções historiográficas e os discursos históricos convencionais as ignorarem ou, quando tal é de todo impossível, relegarem-nas para as suas franjas.

Durante o Século XX verificou-se uma progressiva visibilidade das mulheres nas lutas pela conquista de direitos sociais, legais e políticos, visando igualá-los nos dois sexos que constituem a Humanidade, o que contribuiu para questionar o silenciamento de protagonistas, vozes, testemunhos e experiências femininas. Hoje, é consensual a necessidade de reconstruir o passado com outros olhares e reescrever a História tendo em conta a relação social de género, isto é, uma História também centrada nas relações familiares, sociais, económicas, culturais e políticas envolvendo homens e mulheres.

Pretende-se com esta obra de contributos historiográficos diferenciados, mas complementares, evidenciar, na sequência das Comemorações do I Centenário da República Portuguesa, até que ponto as mulheres de há cem anos foram, simultaneamente, sujeitos e agentes da História daquele período, apesar de praticamente omitidas ou emudecidas durante décadas.

Elas participaram na difusão dos ideais da República, trabalharam, ao lado dos homens, para a implantação e consolidação do regime republicano, invadiram e conquistaram, paulatinamente, o espaço público e a esfera política, até então exclusivos masculinos, lutaram pela sua emancipação jurídica, económica, social e política e, com avanços e retrocessos, conseguiram importantes vitórias: o divórcio, a revogação de artigos que estipulavam que a mulher devia prestar obediência ao marido e que não podia publicar sem a sua autorização; a investigação da paternidade ilegítima; estabeleceu-se o contrato de casamento exclusivamente civil, dei-

SIhi

xando de ser perpétuo e a sociedade conjugal passou a basear-se nos princípios da liberdade e da igualdade; o acesso a profissões até aí vedadas ao sexo feminino; a valorização da instrução feminina e a coeducação.

Acreditaram em causas, tanto as republicanas como as monárquicas, independentemente do lado da contenda em que se encontravam, algumas daquelas válidas na actualidade, porque intemporais. É certo que não conseguiram o direito de voto, reivindicação de inegável valor simbólico por constituir o reconhecimento das mulheres enquanto Cidadãs ao lado de Cidadãos.

O movimento de emancipação feminina começou, ainda que timidamente, na segunda metade do século XIX, com algumas mulheres instruídas e cultas a fazerem da imprensa a sua tribuna em defesa da igualdade de direitos na educação, reconhecimento social e acesso a diferentes profissões. Nos jornais generalistas, na imprensa local ou nas revistas fundadas e dirigidas por mulheres, Antónia Pusich, Guiomar Torresão, Elisa Curado, Alice Moderno, Olga Morais Sarmento da Silveira, Beatriz Pinheiro ou Ana de Castro Osório exerciam uma pedagogia que visava mudar mentalidades e contribuir para a modernização cultural do país.

Na viragem do século, foram muitas as escritoras e professoras que combateram os preconceitos sociais que perpetuavam as desigualdades entre homens e mulheres e denunciaram a submissão das mulheres à tutela masculina, sobretudo das casadas que não podiam dispor dos bens próprios, como heranças e salários, não podiam ser tutoras, nem testemunhas em tribunal, não podiam publicar sem autorização do marido, nem abandonar o lar, em caso de maus tratos, sendo obrigadas a viver sob o mesmo tecto que o chefe de família.

Depois das denúncias e das tertúlias literárias, com incidência em Lisboa, Setúbal, terra onde pontificam Ana de Castro Osório e Olga Morais Sarmento, e Viseu, cidade onde Beatriz Pinheiro e Carlos de Lemos asseguraram a publicação da inovadora revista *Ave Azul*, com vários textos dedicados à "Emancipação da Mulher", da edição dos periódicos *Sociedade Futura* (1902-1904), "publicação quinzenal de Literatura, Ciência e Arte" dirigida por Ana de Castro Osório e, depois, por Olga Morais Sarmento da Silveira, e *Alma Feminina* (1907-1908), da responsabilidade de Albertina Paraíso, tendo por redactora principal Virgínia Quaresma, trilhou-se o caminho que levaria ao movimento feminista reivindicativo e ao associativismo pacifista, feminista, maçónico e republicano. Aliás, a diversidade de posições assumidas impele que se considere a coexistência de vários feminismos em vez de um só, ainda que com uma matriz inicial comum de contestação aos espartilhos sociais, económicos, jurídicos e políticos que há muito sufocavam as portuguesas. Em

Slhi

1906, deram rosto ao feminismo pacifista no âmbito da Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz e no Comité Português da agremiação francesa *La Paix et le Désarmement par les Femmes*; seguir-se-ia, em 1907, ano da entrada de Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda na Loja Humanidade do Grande Oriente Lusitano Unido, o Grupo Português de Estudos Feministas; e em 1908, num movimento simultaneamente político e feminista, nasceu a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, organização apadrinhada por alguns dos principais líderes republicanos, entre os quais António José de Almeida, Bernardino Machado e Magalhães Lima, e que soube apoiar, colaborar ou criticar a acção dos partidos e governos da I República.

A República triunfante mereceu o regozijo de quem por ela tanto tinha trabalhado e lutado e revelou, por outro lado, outras mulheres que, em campos opostos, sempre tinham rondado os espaços do poder monárquico e, agora, temporariamente desalojadas, viam-se forçadas a uma exposição pública em defesa dos seus ideais, princípios e valores, quer por ligações monárquicas, quer em resultado da sua religiosidade. Os meses que se seguiram à Revolução de 5 de Outubro de 1910 permitiram pôr em confronto republicanas e monárquicas, laicas e católicas, vencedoras e vencidas, não abdicando de uma intervenção política militante e esta é, de forma inédita e inovadora, aqui abordada na sua pluralidade através de análises com pressupostos diferentes mas complementares. De certa forma, 1911 foi um ano emblemático: enquanto Maria Veleda fundava o Grupo das Treze, procurando combater a superstição e o fanatismo religioso que afectaria sobretudo as mulheres pouco esclarecidas e as impedia de tomarem consciência da submissão secular a que a sociedade, ancorada na Igreja, as condenara, e Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo davam corpo à causa sufragista através da fundação da Associação de Propaganda Feminista, monárquicas e católicas viam o seu mundo vacilar e mobilizavam-se em torno dos protagonistas das invasões couceiristas e da Igreja.

A elite realista e aristocrática conhecia, pela primeira vez, o outro lado da vida e, tal como a esmagadora maioria da população, enfrentava, temporariamente, dificuldades até então desconhecidas, incluindo a luta pela sobrevivência diária. Mudado o regime, chegara a vez de substituírem as republicanas enquanto conspiradoras. A agitação estendeu-se ao mundo rural, com mulheres do povo anónimas, em vários pontos do país, a mobilizarem-se em defesa de tradições que julgavam ameaçadas e a recusarem interferências nas suas práticas católicas ancestrais. Um tanto paradoxalmente, a I República acabou, por razões explicadas nesta obra, por propiciar uma maior intervenção feminina na vida quotidiana da Igreja, caucionando também nesta esfera novos papéis às mulheres.

Slhi

Com projectos, preocupações e aspirações muito definidas em torno da dignificação dos papéis das mulheres na sociedade, as republicanas, dando prosseguimento às movimentações dos últimos anos da Monarquia, cedo apresentaram aos órgãos de soberania do novo regime as suas principais reivindicações: revisão do Código Civil nas partes referentes às mulheres, Lei do Divórcio, igualdade de direitos civis e políticos e sufrágio. Durante o período de transição, quando a sua mobilização e capacidade de funcionar como grupo de pressão mais se fez sentir, rejubilaram com a Lei do Divórcio e as Leis da Família, ambas datadas de 1910 e da autoria do ministro Afonso Costa; saudaram a admissão de mulheres no funcionalismo público, mediante iniciativa legislativa de José Relvas; e foram consultadas em iniciativas de protecção às crianças e jovens.

O voto, apesar das persistentes diligências e da moderação das exigências, não foi alcançado e a oportunidade histórica, possível depois do acto solitário de Carolina Beatriz Ângelo a 28 de Maio de 1911, perdeu-se, deixando marcas nos contendores. A lei de 1913 excluiu, inequívocamente, as mulheres do direito de voto, concedido apenas aos cidadãos do sexo masculino. A República-Governo negava o que a República-Oposição tinha admitido e incentivado.

Se a República não concretizou as aspirações de muitas daquelas mulheres que tinham ousado lutar pelo seu triunfo, proporcionou-lhes, no entanto, outra visibilidade, contribuindo para a afirmação das suas reivindicações, consideradas legítimas ainda que inoportunas. A par das movimentações políticas e feministas, andou sempre o antifeminismo, igualmente tratado nesta obra e que, como se verá, acabou por ser transversal a toda a sociedade. Ancorado, inicialmente, nos sectores mais conservadores e retrógrados, de que o Padre Sena Freitas foi um exímio porta-voz, alargou-se a sectores republicanos que, em determinados momentos, tinham apoiado a exposição pública de muitas mulheres, quer através de iniciativas partidárias, quer mediante a imprensa. Assim também o anti-feminismo ganhou visibilidade durante a I República, num debate inacabado sobre a igualdade entre os dois sexos, e revelou-se proporcional à capacidade mobilizadora e interventiva das mulheres, não abrangendo nos seus ataques apenas as que se assumiam como feministas, mas todas as que, pela sua atitude, abriam caminho a um futuro diferente.

Vivências republicanas, vivências monárquicas e vivências católicas coincidiram nos tempos da monarquia e da I República, mas as divergências ideológicas das protagonistas tornaram-se mais evidentes após o 5 de Outubro de 1910. E se monárquicas e católicas afastadas por uma revolução dos círculos de poder, apareciam agora como as vítimas do novo regime, perseguidas e presas, tendo, inclusivamente, Constança Teles da

Slhj

Gama sido a primeira mulher a ser julgada num Tribunal Militar, não se pode ignorar o seu silêncio durante a Monarquia quando, por exemplo, Maria Veleda se tornou na primeira mulher a ser condenada por abuso de liberdade de imprensa e forçada a pagar uma pesada multa. Estes dois mundos não se cruzaram nos anos que antecederam a República e não se misturaram durante os dezasseis anos que esta durou, nem mesmo durante o período da Guerra quando ambos procuraram envolver o país no apoio aos militares portugueses mobilizados para África e Europa. Encontramo-las, as republicanas, na Cruzada das Mulheres Portuguesas, erigida em Março de 1916 por Elzira Dantas Machado, e na Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra, as monárquicas. Mesmo quando ambas as facções promovem a Festa da Flor ou criam as Madrinhas de Guerra, continua espelhado mais o que as separa do que o que as une, embora o fim seja o mesmo: auxiliar, material e moralmente, os soldados portugueses e as suas famílias, suavizando-lhes o sofrimento.

Se o fim era o mesmo, a atitude, métodos, abrangência e funcionamento eram díspares e incorporavam as próprias matrizes ideológicas subjacentes a cada uma das organizações, actividades e iniciativas. Neste estudo é também perceptível como os diferentes poderes políticos republicanos foram gerindo a crescente capacidade interventiva das mulheres. Enquanto o governo da União Sagrada apoiou as iniciativas das republicanas sem hostilizar as monárquicas e católicas, o Sidonismo tomou, de forma manifesta, partido por estas em detrimento das outras, tolhendo-lhes os movimentos e retirando-lhes os meios de actuação.

Os efeitos da Guerra na mobilização feminina tiveram consequências no associativismo e, na década de vinte, apenas o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas subsistiu, tendo organizado, em 1924 e 1928, dois importantes Congressos Feministas e de Educação. Também o sector monárquico feminino se apaziguou temporariamente, em resultado do insucesso da "Monarquia do Norte".

Mas a I República não pode ser reduzida à sua vertente mais política ou à intervenção na Guerra e apoio dado ao Corpo Expedicionário Português. O ensino, a educação, o trabalho das mulheres mereceram a atenção dos novos governantes e ocuparam um lugar privilegiado no discurso feminino, ainda que com visões diferentes consoante quem o pronunciava. Uma das vertentes do associativismo feminista foi a do trabalho e a independência económica que dele podia resultar para as mulheres, procurando romper-se com o discurso estereotipado de que o lugar daquelas se confinava ao lar e ao papel de filha, esposa, mãe e dona de casa. O mundo do trabalho e a situação laboral feminina, abordados aqui de forma multifacetada e à luz de dados extraídos de documentação pouco uti-

Slhi

lizada, sofreu paulatinamente alterações, algumas delas impostas pelo conflito mundial que dizimou milhões de homens e força de trabalho jovem, e permitiu que as profissões femininas fossem incrementadas e valorizadas, ainda que não se concretizasse a aspiração de salário igual para trabalho igual. Mas foi durante a segunda década do século XX que se tornou possível às mulheres leccionarem no Ensino Superior e exercerem o funcionalismo, a advocacia e o notariado, triunfando, ainda que por pouco tempo, o regime de coeducação nas escolas do ensino primário, cessado com a Ditadura Militar saída do 28 de Maio de 1926.

Por este livro perpassa também o mundo mais obscuro das "marginalidades" – a criminosa, a prostituta, a adúltera, a homossexual – e do teatro, esse "livro dos analfabetos", também ele muitas vezes considerado como antro de imoralidades e cujos repertórios tão bem souberam incorporar e expor as transformações políticas e sociais da República, desde a festa da revolução, à Guerra; à República Nova e à Nova República Velha. Noutra vertente, há ainda espaço para as mulheres artistas reconhecidas, nacional e internacionalmente, e que começavam a invadir uma área até então tradicionalmente masculina.

Procurou-se, assim, dar uma visão tão ampla e diversificada quanto possível do que foram as vivências das mulheres durante a vigência da I República, suas conquistas e derrotas, fazendo sobressair o papel assumido pelas intelectuais, enquanto vanguardas, ou valorizando muitos outros contributos para que as aspirações daquelas se tornassem uma realidade, num processo duradouro e sempre incompleto iniciado há mais de cem anos.

Slhi

FEMINISMO, FEMINISMOS E SUFRAGISMO NA 1.ª REPÚBLICA

João Esteves

A participação cívica e política das mulheres sobressaiu nas primeiras três décadas do século XX e contou com importante contributo discursivo, argumentativo e organizativo do feminismo, dos feminismos e das pioneiras feministas visando a sua mobilização. Quando a revolução republicana triunfou a 5 de Outubro de 1910 tinha já atrás de si anos de intensas e regulares movimentações de mulheres esclarecidas que lutavam pelo reconhecimento dos seus direitos e cujas reivindicações se prolongaram durante a 1.ª República. É certo que o republicanismo e os seus líderes tiveram influência na divulgação e impacto do feminismo português, mas este, suportado por uma elite de escritoras, médicas, farmacêuticas, professoras, educadoras, jornalistas e domésticas, começara a esboçar-se em finais do século XIX e revelou-se inicialmente autónomo, independente e diversificado.

A consciencialização, intervenção e mobilização das mulheres resultou de contributos diversos e não podem ser dissociadas da conjuntura política vivida no dealbar do século, envolvendo opiniões convergentes quanto aos novos papéis que lhes cabia desempenhar na sociedade, embora nem sempre coincidentes quanto a orientações políticas, estratégias, lideranças e reclamações. Desde os últimos anos da Monarquia até ao Segundo Congresso Feminista e de Educação, em 1928, assistiu-se ao questionar da situação das mulheres portuguesas, cuja subalternidade sobressaía do Código Civil em vigor e da elevada taxa de analfabetismo (85,4%, em 1890, 85%, em 1900 e 81,2%, em 1911); divulgação das lutas travadas pelas suas congéneres um pouco por todo o mundo, com enfoque nos países europeus, Canadá e Estados Unidos da América; intervenção mediante a palavra escrita na imprensa; adesão ao pacifismo; iniciação na Maçonaria; constituição de agremiações feministas de cariz

Mulheres na 1.ª República, Lisboa, Edições Colibri (2011): 19-46

Slhi

pacifista, maçónico, republicano, sufragista, apolítico ou nacionalista; politização, confrontos ideológicos e fragmentações; envolvimento no republicanismo militante e na construção da República triunfante; formulação de representações, umas vezes específicas, outras de natureza genérica; filiações nas organizações internacionais mais representativas; promoção de eventos.

Subjacente ao activismo, estava a crença na validade das ideias feministas que denunciavam e combatiam a menorização das mulheres e, a pouco e pouco, centraram-se na legitimidade de direitos políticos e desembocaram no sufrágio feminino, embora com cambiantes consoante quem o formulava. Se na primeira década do século o que estava em causa era a denúncia das condições legais, sociais, políticas, económicas, educativas e morais em que se encontravam as portuguesas e a valorização destas, merecedoras dos mesmos direitos e deveres de que beneficiava a parte masculina da sociedade, a década seguinte foi marcada por sucessivas reivindicações endossadas aos poderes políticos republicanos, assinalando-se o reforço do feminismo republicano e sufragista. Por fim, na década de 20, após anos de debate, exposição pública, afinidades, divergências, conflitos e cisões, triunfou o feminismo apolítico e apartidário internacionalista representado pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: os Congressos de 1924 e 1928 corresponderam ao fim de um ciclo, tendo-se entretanto esbatido a capacidade pública de debater o feminismo e a de influenciar a governação.

1. Feminismo Pacifista

O feminismo português conteve diversos matizes consoante as organizações, o desempenho público das líderes e a capacidade de mobilização. O primeiro associativismo a sobressair foi o pacifista com a fundação, em 18 de Maio de 1899, da Liga Portuguesa da Paz pela pedagoga Alice Pestana (1860-1929). Visava a defesa da paz a nível mundial, a redução dos exércitos e a prevalência do direito internacional sobre o belicismo e Ana de Castro Osório (1872-1935), convidada para a representar em Setúbal, recusou integrá-la, revelando já quão determinante era o seu nacionalismo[1].

[1] BN, ACPC, *Colecção Castro Osório, Esp. N12/96*, carta de Alice Pestana de 28/11/1899. Contém no verso a resposta de Ana de Castro Osório.

Slhi

A vertente feminista sobressai aquando da primeira tentativa de se criar um Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas, com Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) a apresentar Olga de Morais Sarmento (1881-1948) à canadiana Mrs. Sanford, sugerindo-lhe, num cartão não datado, que reunisse "em sua casa algumas senhoras que falam inglês – e que desejam colaborar no movimento feminista", podendo recorrer àquelas que constituíam a LPP[2]. Tais diligências, datadas de 1906[3], revelaram-se aparentemente infrutíferas. E só aparentemente, porque neste mesmo ano, com o engrossar das adesões, o crescendo do debate feminista e, porventura, aquele empurrão internacional, formalizou-se a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz numa sessão presidida por Olga de Morais Sarmento da Silveira, escritora assumidamente monárquica, e secretariada pelas médicas Emília Patacho (1870-1940) e Domitila de Carvalho (1871-1966). Para além daquela, discursaram a médica Maria do Carmo Lopes (n. 1875) e Teófilo Braga (1843-1924), tratando-se, segundo Virgínia Quaresma (1882-1973), Secretária da Direcção, do primeiro episódio público declaradamente feminista, passando-se enfim das palavras aos actos e da intervenção individual e dispersa à colectiva.

Aqueles dois anos, 1899 e 1906, estiveram associados a outra organização com idênticas conotações. Data de 1899 a fundação, em França, da associação *La Paix et le Désarmement par les Femmes* por Sylvie Petiaux-Hugo Flammarion (m. 23/02/1919), a qual se propunha solucionar os conflitos pela arbitragem, implantando comités constituídos somente por mulheres nos diversos países e tendo, cada um, a sua responsável nacional subordinada à dirigente francesa. Após uma reunião realizada em Paris, em Novembro de 1906, Madeleine Frondoni Lacombe (1857-1936) foi indigitada para organizar um núcleo em Portugal. A primeira sessão decorreu a 6 de Dezembro e deliberou-se que Magalhães Lima (1850-1928) seria sócio honorário e Alice Pestana, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Jeanne Paula Nogueira e Olga de Morais Sarmento sócias beneméritas[4]. Separadas por um intervalo de seis meses, as duas organizações albergaram responsáveis e associadas comuns, envolveram feministas e reuniram, temporariamente, sob o mesmo tecto

---

[2] João Esteves, "Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 15, 2006, pp. 113-135.

[3] Isabel Cruz Lousada, "International Expectations: ICW – Prelúdio para o CNMP", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 22, 2009, pp. 51-69.

[4] "Grupo auxiliar em Portugal da Associação a Paz e o Desarmamento pelas Mulheres", *O Mundo*, 10/12/1906, p. 4.

Slhj

monárquicas, republicanas e maçónicas. Em resultado do fortalecimento da propaganda republicana e das cada vez mais notórias fracturas políticas, as médicas Adelaide Cabete (1867-1935) e Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911) demitiram-se, em 1909, do Comité Português da associação francesa.

A militância pacifista seria secundarizada à medida que as opções políticas se sobrepuseram e não se reactivou com a 1.ª Guerra, com as feministas a confluírem no apoio à intervenção de Portugal no conflito militar. Apesar disso, o pacifismo não se esfumou e o CNMP manteve entre as suas Secções uma dedicada à Paz e Arbitragem, a qual funcionou de 1922 a 1945 e teve como Presidentes Vitória Pais Madeira (1883--1930), Adelaide Ferreira de Carvalho, Fábia Ochôa Arez, Adelaide Cabete, Branca de Gonta Colaço (1880-1945), escritora que professou opiniões monárquicas, Isabel Cohen von Bonhorst, Beatriz Arnut (1892--1958) e Filomena Vieira da Rocha. Nos anos 30, constituiu-se a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP), com núcleos em Lisboa, Porto e Coimbra e interditada em 1952.

2. Feminismo e Maçonaria

O ano de 1907 assinalou a caminhada comum entre activistas feministas e maçonaria, ao iniciaram-se na Loja Humanidade do Grande Oriente Lusitano Unido Adelaide Cabete (*Louise Michel*), Ana de Castro Osório (*Leonor da Fonseca Pimentel*), Carolina Beatriz Ângelo (*Lígia*) e Maria Veleda (*Angústias*), e prolongou-se até à década de 20, com as mulheres da Loja Humanidade do Direito Humano, mista, a assumirem cargos no CNMP. Durante duas décadas, líderes e dezenas de propagandistas foram maçons: Carolina Beatriz Ângelo destacou-se enquanto Venerável da Loja Humanidade, o mesmo sucedendo a Adelaide Cabete; Maria Clara Correia Alves (1869-1948) representou-a em eventos, antes e depois de Outubro de 1910; Ana de Castro Osório presidiu ao Grémio Carolina Ângelo (1915); e na Loja Humanidade do Direito Humano, quase todas engrossaram o Conselho.

O **Quadro I** elenca aquelas que associaram feminismo e maçonaria, contendo ano de iniciação, lojas e militância em organizações.

As professoras, espalhadas pelo país, predominavam e foram muitas as adesões a iniciativas de agremiações maçónicas e paramaçónicas. A importância histórica desta proximidade é evidenciada na missão atribuída a Adelaide Cabete e Beatriz Ângelo de confeccionarem as bandeiras "verde-rubras" a serem desfraldadas aquando da revolução. Ana de Cas-

Slhi

tro Osório, no opúsculo *Resposta a uma Consulta* ("Qual a influência da mulher no actual momento histórico e qual o seu papel no passado e no futuro, na Maçonaria Portuguesa?"), datado de 1914, escreve que "Na véspera da Revolução a nossa inolvidável Ir. Carolina Beatriz Ângelo foi encarregada pelo Dr. Miguel Bombarda de, com algumas das nossas IIr., fazer as bandeiras vermelhas e verdes que na aurora de 5 de Outubro palpitavam como um cântico de glória na linda Lisboa libertada. / E com a nossa Ir. Carolina Beatriz Ângelo colaborou a Ir. Adelaide Cabete, por ela convidada a auxiliá-la nesse glorioso trabalho"[5].

Quadro I – Mulheres Maçons

NOME	Ano	Loja Humanidade (1.ª Fase)	Loja Humanidade (GOLU)	Loja Carolina Ângelo (GOLU)	Loja Humanidade do Direito Humano	Militância
Adelaide de Jesus Damas Brazão e Cabete	1907	X	X		X	LPDF; GPEF; LRMP; CNMP
Albertina Olinda Paiva Rua de Gamboa	1920		X		X	GFP; CNMP
Amélia A. Romão de Freitas	1915			X		APF; EPFDDM; CMP
Amélia Trigueiros de Sampaio	1917		X	X	X	LRMP; APF; CMP; CNMP
Ana Augusta de Castilho	1915			X		LRMP; APF; CFPP; CMP; EPFDDM
Ana de Castro Osório	1907	X		X		GPEF; LRMP; APF; CMP
Angélica Cristina Irene Lopes Viana Porto	1916		X	X	X	LRMP; CNMP
Antónia Bermudes	1911			X		LRMP; APF; CFPP; EPFDDM; CMP

[5] Ana de Castro Osório, *Resposta a uma Consulta*, Lisboa, Pap. e Tip. Assis, 1914, p. 11.

Slhi

NOME	Ano	Loja Humanidade (1.ª Fase)	Loja Humanidade (GOLU)	Loja Carolina Ângelo (GOLU)	Loja Humanidade do Direito Humano	Militância
Aurora Fernandes da Silva	1911		X		X	LRMP; CNMP
Aurora Teixeira de Castro	1917		X	X	X	APF; EPFDDM; CMP; CNMP
Bárbara Rosa de Carvalho Pereira	1922		X		X	LPDF; LRMP; CNMP
Beatriz da Conc. Pais Pinheiro de Lemos	1916			X		LPP; LRMP
Berta Santos Garção	1924				X	CNMP
Caetana Eduarda de Campos Almeida	1924				X	CNMP
Celeste Regina Pinto Moniz	1921				X	CNMP
Cipriana Nogueira	1923				X	CNMP
Delfina do Nascim. Correia Santos Serrão	1926				X	LRMP; CNMP
Deolinda Lopes Vieira Pinto Quartin	1923				X	CNMP
Dinah dos Santos Lima	1923				X	LRMP; CNMP
Domingas Lazary Amaral	1909 1910	X	X	X	X	LRMP; APF; EPFDDM; CNMP; CMP
Elisa da Conceição Santos Lima	1910	X	X		X	LRMP; CNMP
Ema Camila de Paiva Rua	1920		X		X	CNMP
Ermelinda Rodrigues da Silveira	1916			X		APF; EPFDDM; CMP
Eulália Lino da Silva	1922		X		X	CNMP

SIhi

NOME	Ano	Loja Humanidade (1.ª Fase)	Loja Humanidade (GOLU)	Loja Carolina Ângelo (GOLU)	Loja Humanidade do Direito Humano	Militância
Fábia Ochôa Arez	1912		X		X	CNMP
Fernanda de Pinho Ferreira Pimentel	1924				X	CNMP
Irene Ernestina Miranda Duarte	1917		X	X	X	CNMP
Josefina Ribeiro	1907	X	X		X	CNMP
Júlia Antunes Franco	1915			X	X	APF; EPFDDM; CMP; CNMP
Justa Mendes	1923				X	LRMP; CNMP
Laura de Castro Corte Real	1922		X		X	CNMP
Luísa Gouveia Pinto	1921		X		X	CNMP
Maria Benedita de Oliveira e Sá	1922		X		X	CNMP
Maria Clara Correia Alves		X				LRMP; CNMP
Maria da Luz Pereira e Silva	1908	X	X		X	APF; CNMP
Maria Emília de Carvalho Gonçalves	1922		X		X	LPDF; LRMP; CNMP
Maria José Ramos de Sousa	1921		X		X	CNMP
Maria Leonarda Correia da Costa	1925				X	CNMP
Maria Rita das Dores Silva	1921		X		X	CNMP
Maria Veleda	1907	X				GPEF; LRMP; AFPD
Mariana da Assunção da Silva	1916			X	X	LRMP; CNMP
Olímpia Soares	1915			X		LRMP; CMP
Persina Augusta da S. B. e Vasconcelos			X			LRMP; CNMP
Sara Serzedelo Schultz Correia	1924				X	CNMP

Slhi

NOME	Ano	Loja Humanidade (1.ª Fase)	Loja Humanidade (GOLU)	Loja Carolina Ângelo (GOLU)	Loja Humanidade do Direito Humano	Militância
Vitória Baptista de Sousa Ribeiro Gomes	1918			X		APF; CNMP
Vitória Pais Freire de Andrade Madeira	1915 1916		X	X	X	LRMP; APF; EPFDDM; CNMP; CMP

AFPD – Associação Feminina de Propaganda Democrática; **APF** – Associação de Propaganda Feminista; **CFPP** – Comissão Feminina Pela Pátria; **CMP** – Cruzada das Mulheres Portuguesas; **CNMP** – Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas; **EPFDDM** – Empresa de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos da Mulher; **GFP** – Grupo Feminista Português; **GPEF** – Grupo Português de Estudos Feministas; **LPDF** – Comité Português da agremiação francesa La Paix et le Désarmement par les Femmes; **LPP** – Liga Portuguesa da Paz; **LRMP** – Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

Fontes: António Ventura, *A Maçonaria no Distrito de Portalegre (1903-1935)*, Caleidoscópio, 2007; Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria Feminina*, 1979; João Esteves, *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)* [Biografias], Livros Horizonte, 2005.

A incumbência pode não ter partido de Miguel Bombarda, mas de José de Castro[6], Grão Mestre Adjunto do Grande Oriente Lusitano Unido, já que, dez anos depois do sucedido, lembrava que "numa noite de Agosto desse ano redentor e debaixo do maior sigilo maçónico, nos dava o encargo de mandar fazer 20 bandeiras verde-rubras no prazo máximo de 48 horas. / Para maior segredo e evitar qualquer falta ao compromisso tomado, foi por nós proposto que a confecção das referidas bandeiras seria feita só por nós ambas"[7], depreendendo-se que ela estaria para eclodir ainda nesse mês.

Apesar deste enquadramento maçónico, este não foi imune às divisões que afectaram o associativismo feminista, nem ao estilo e às correntes perfilhadas pelas líderes.

[6] Isabel Lousada, "Em fazenda verde-rubras", Fundação Mário Soares/Museu Maçónico, Lisboa, 2009, pp. 78-87.

[7] Adelaide Cabete, "1910", *Notícias do Norte* [Braga], 05/10/1920, p. 3, col. 1-4.

Slhj

3. Feministas

Formar uma organização estritamente feminista tornou-se uma meta desde o início do século XX, confidenciada por Ana de Castro Osório a Bernardino Machado (1851-1944) em carta de 21 de Dezembro de 1904, e materializou-se com o aparecimento, em 1907, do Grupo Português de Estudos Feministas liderado pela escritora com o duplo objectivo de difundir o feminismo e doutrinar as portuguesas através da edição de livros e folhetos. Envolveu um núcleo restrito de intervenientes, editou a conferência *A Educação Cívica da Mulher*, de Ana de Castro Osório, e em Julho de 1908 deliberou enviar um telegrama de adesão ao Congresso Feminista de Paris, constituindo um marco ao incorporar o termo feminista no nome e ao indiciar a preponderância das republicanas e maçónicas.

Entrincheirado entre o feminismo pacifista e a influência do republicanismo na elite feminista, as actividades esfumar-se-iam em 1908, com a formação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) e o incómodo político dos vocábulos "feminismo" e "feminista", ainda em voga na imprensa da época. Com a República, surgiu a Associação de Propaganda Feminista (APF), dominada pelo feminismo sufragista, e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), fruto do feminismo internacionalista. Em 1914-1915, há notícia do Grupo Feminista Português filiado no CNMP.

4. Feminismo Republicano

A partir do terceiro trimestre de 1908, ano do Regicídio, as republicanas envolveram-se na LRMP (1908-1919), caucionada por António José de Almeida (1866-1929), Bernardino Machado e Magalhães Lima, com o objectivo prioritário de engrossar a propaganda, combater a Monarquia, pugnar pela República e defender o regime nascido em 1910, sem descurar as campanhas pela Lei do Divórcio, revisão do Código Civil e obtenção de direitos.

Moldada pelas líderes do feminismo português da primeira vaga – Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Veleda (1871-1955) –, coube-lhe o papel aglutinador das mulheres entre 1909 e 1911, manteve-se durante quase uma década como o mais forte e estruturado grupo de pressão feminino, foi a organização com mais associadas e núcleos locais – Alhandra, Âncora, Benavente, Cantanhede, Lagos, Porto, Praia da Luz, Santo Estêvão, Setúbal, Tábua, Tomar, Viseu

Slhi

– e dispôs de imprensa própria e acesso aos órgãos de propaganda republicana. No entanto, ao acolher feministas republicanas, republicanas feministas, feministas sufragistas, feministas anti-sufragistas, feministas anti-clericais, livre-pensadoras e feministas que tentaram a via da independência política e respeito por todas as crenças religiosas, surgiu entre as activistas uma tensão latente entre as que se afirmavam essencialmente como republicanas e a tendência mais feminista que pugnava pela formulação de exigências específicas no âmbito dos direitos civis e políticos. Este equilíbrio periclitante, por vezes com rupturas irreversíveis, foi notório no período que antecedeu a República, com Maria Veleda a contrapor a via da Revolução ao caminho da Evolução, dando eco às posições triunfantes no Congresso Republicano de Setúbal de Abril de 1909, ou a pugnar por uma orientação anticlerical, enquanto Ana de Castro Osório evocava o exemplo da Revolução Francesa para alertar para o perigo de se confiar apenas na mudança de regime como solução para todos os problemas, assim como procurava atenuar os excessos no questionar das convicções de cada uma. Já sob o novo regime, as discórdias centraram-se na questão religiosa e no sufragismo, legitimando a cisão que originou a APF sob a orientação de Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo.

A Liga não conseguiu sobreviver coesa e abriu caminho a outras agremiações, tendo o republicanismo de mulheres que trilharam o feminismo português voltado a manifestar-se com a estruturação, em 1915, da Associação Feminina de Propaganda Democrática (AFPD), direccionada para apoiar a acção política de Afonso Costa (1871-1937) e centrada na liderança de Maria Veleda. De duração efémera, apesar das reuniões e dos eventos públicos, a sua dissolução resultou da necessidade de união em torno do esforço de guerra.

5. Feminismo Anticlerical

O feminismo anticlerical revelou-se em vários episódios, agudizou-se no interior da LRMP durante o ano de 1910 e pode ser exemplificado pelo Grupo das Treze, formado em Maio de 1911, no mesmo mês da APF, talvez para demonstrar quão importante era a luta contra o obscurantismo feminino e que havia razões para a Liga se posicionar como livre-pensadora e enfrentar a "questão" religiosa. Suportado por um núcleo muito restrito de activistas desta, declarava combater as superstições que afectavam as portuguesas e baseava a actuação em máximas bem elucidativas: "A sociedade ideal será aquela em que a mulher levante templos à ciência"; "Todas as aspirações da alma moderna deveriam caber em duas palavras:

Slhj

ser Bom"; "A ciência fortalece as almas, a superstição amortalha-as na treva da Morte"; "Demos a nossos filhos uma educação integral, como base indestrutível da Sociedade Futura"; "O fanatismo é uma espécie de lepra que corrompe e devora o pensamento"; "Iluminar as almas, libertar as consciências, eis a verdadeira missão da mulher moderna".

Algumas das intervenientes abraçariam o espiritismo na década de 20.

6. Feminismo Sufragista

Apesar da Tese "Feminismo", discutida no Congresso Nacional do Livre Pensamento de Abril de 1908, contemplar o voto, "não se compreendendo porque motivo podem usar desse direito todos os homens, embora ignorantes, e ele seja recusado a mulheres de reconhecida capacidade intelectual e moral"[8], o feminismo sufragista só despoletou com a revolução e não foi logo considerado prioritário. Pelo contrário, o voto revelou-se fracturante dentro do associativismo feminino, entre as feministas e entre estas e os governos republicanos, por abranger uma minoria e não colher consenso quanto à oportunidade, sendo generalizada a convicção dele poder reforçar a causa monárquica devido à escassa instrução feminina.

O sufragismo ganhou espaço nas petições da LRMP, reforçou-se através da APF (1911-1918), ancorando-se nas posições de Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo, para quem aquele passou a ser uma questão central no reconhecimento dos direitos das mulheres, e prolongou-se na actuação do CNMP, sem qualquer resultado para além do voto inédito daquela médica nas eleições de 28 de Maio de 1911. Presente nas representações ao poder republicano (1910, 1911, 1912, 1915, 1918) e nos debates da legislação eleitoral, o voto das mulheres nunca se chegou a resolver, negando-se solução favorável às pretensões, por mais modestas que fossem. Não estava em causa o sufrágio feminino universal, mas antes a outorga do voto a uma minoria, tendo por base a sua situação económica e cultural, o que seria "tanto mais fácil de ser concedido quanto é certo que as mulheres que estão nessa situação especial são bem, infelizmente, raras em Portugal"[9]. Conscientes da realidade do país, sabiam ser imprudente solicitar "o sufrágio universal, como à luz da razão e da ciência seria justo", mas também não podiam deixar de solicitar "o direito de voto para as mulheres que pela sua posição especial devem poder exercê-lo", já que

[8] "Congresso Nacional do Livre Pensamento", *O Mundo*, 22/04/1908, p. 3, col. 3.

[9] Representação da LRMP de 27/10/1912, *O Radical*, 30/10/1910, p. 3.

Slhi

"sendo independentes moral e economicamente não podem, por uma imposição do preconceito e da rotina, continuar na República a viver no regímen vexante dos tutelados, fora da sociedade como os cretinos"[10].

A mesma argumentação foi retomada na petição da APF à Assembleia Nacional Constituinte (10/07/1911), declarando que se tratava de uma exigência realista e moderada, e no ano seguinte, a Liga lembrou que, tratando-se duma promessa do Partido Republicano anterior a 1910, não se compreendia que não fosse minimamente cumprida ao envolver "uma minoria educada e consciente"[11]. O que esteve em questão foi, sucessivamente, o voto que abrangesse a mulher comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico ou literário e escritora (27/10/1910 – LRMP); as mulheres economicamente independentes, tais como as que contribuíam com o dinheiro das suas contribuições directas e as que exerciam uma profissão científica ou literária (03/02/1911 – LRMP); as maiores de 21 anos diplomadas em cursos superiores, com o curso completo de Instrução Primária Superior, chefes de família e comerciantes que soubessem ler e escrever (10/07/1911 – APF); as diplomadas com um curso secundário, superior ou especial (proposta aprovada no Senado) e as inscritas como professoras de instrução primária, chefes de família, pagassem contribuições ao Estado e pertencessem às classes produtoras, desde que tivessem atingido a maioridade legal e provassem ter feito exame de instrução primária do 2.º grau (03/07/1912 – LRMP); as diplomadas em cursos superiores (10/08/1915 – APF e Grémio Carolina Ângelo); e, finalmente, que a Constituição contemplasse "toda a mulher nascida no território nacional, maior de 25 anos, de reputação ilibada, que saiba ler, ou que, tendo mais de 21, nas mesmas condições, possua qualquer dos cursos secundário ou superior" e aquela que, "também de maior idade pelo Código Civil e no pleno uso dos direitos que este lhe reconhece, possua rendimento próprio, sem dependência do Estado, nunca inferior a seiscentos escudos anuais"[12] (19/06/1918 – LRMP).

Em 1918, na única representação exclusivamente dedicada à problemática do sufrágio feminino, a Liga dirigiu-se a Sidónio Pais (1872-1918), na qualidade de Presidente da República, assinalando que "a

---

[10] Representação da LRMP de 03/02/1911, *O Radical*, 12/02/1911.

[11] Representação da LRMP de 03/07/1912, *A Madrugada*, n.º 12, 31/07/1912.

[12] "A nossa legítima aspiração! – A Liga Republicana não desanima na cruzada para conseguir o direito de voto – Representação ao Chefe do Estado", *A Madrugada*, n.º 56, 31/08/1918, p. 1.

Slhi

República velha depressa soube repudiar-nos, mantendo-nos numa situação de inferioridade que absolutamente destoa dos mais rudimentares princípios da verdadeira, legítima e progressiva democracia!" e lamentava que sucessivos governos continuassem a negar "ainda hoje o direito de voto à mulher portuguesa, com o propósito firme, mas incorrecto, de evitar que desassombradamente, mas patrioticamente, manifeste o seu desagrado, por tantos erros ou desvarios do facciosismo político!"[13]. O tema desgastava as partes envolvidas e acentuava-se o divórcio entre certos sectores de republicanas e feministas e as políticas seguidas, não tendo tido melhor sorte com a República Nova, apesar do apelo para que a Constituição, a elaborar pelo novo Congresso da República, concedesse o voto restrito às mulheres e que estas não dependessem de autorização da família para o usufruto desse direito cívico. Por sua vez, a União das Mulheres Socialistas, nascida em 1912 e que visava a libertação civil, política e económica das mulheres, tendo a sua constituição sido saudada pela LRMP por preencher uma lacuna e engrossar a força do feminismo em Portugal[14], não aderiu a essa reivindicação para uma minoria. Quando, em 1912, a Liga convidou as organizações para a acompanharem na entrega da representação ao Parlamento a reclamar o voto mais amplo do que aquele que o Senado havia concedido, as socialistas mostraram-se indisponíveis, porque reivindicavam o sufrágio com menos restrições, mostrando-se "dispostas a fazer greve nas fábricas e oficinas e a impedir os actos eleitorais, por meios violentos, se não lhes for concedido o voto, nas condições em que elas o pediram"[15], postura que não se concretizaria por desfasada das reclamações do operariado.

Paralelamente, reclamou-se o direito das mulheres poderem ser eleitas (1910, 1911, 1915), apontando-se as Juntas Paroquiais e as Câmaras Municipais como as instituições mais vocacionadas para o início do desempenho de funções, nomeadamente quando relacionadas com a assistência e educação.

Com o definhamento da LRMP e da APF, em 1918, o feminismo sufragista ficou representado pelo CNMP, "que inscrevia entre as suas prioridades a reivindicação do voto feminino"[16]: manteve, entre 1922 e

---

[13] *Idem.*

[14] "União das Mulheres Socialistas", *A Madrugada*, n.º 11, 30/06/1912, p. 4, col. 1

[15] BN, ACPC, *Colecção Castro Osório, Esp. N12/308*, carta de Maria Veleda a Ana de Castro Osório de 16/07/1912, pp. 2-3.

[16] Maria Reynolds de Souza, *A Concessão do Voto às Portuguesas*, Lisboa, CIDM, 2006, p. 35.

Slhi

1935, uma Secção dedicada ao Sufrágio – presidida por Fábia Ochôa Arez (1922-1924), Vitória Pais Madeira (1925), Sara Beirão (1926), Aurora Teixeira de Castro (1927) e Elina Guimarães (1928-1929, 1931), estas duas últimas licenciadas em direito –, e apoiou ou desenvolveu iniciativas com esse fim[17]. O sufragismo ganhou novo alento quando a minoria socialista propôs, no início de 1920, o sufrágio universal onde se incluíam as mulheres, tendo Ramada Curto apresentado na Câmara dos Deputados, na sessão de 13 de Janeiro, uma moção onde, depois de considerar que "em todo o mundo culto se encontra estabelecido o princípio do sufrágio universal com voto feminino", que "no programa doutrinário dos republicanos se achava consignado esse princípio" e que, "após nove anos de proclamação duma República democrática nada justifica a sobrevivência na lei do princípio do sufrágio restrito, que só um oportunismo político de ocasião permitiu que se estabelecesse", defendia a consignação, na lei eleitoral do país, do "princípio do sufrágio universal obrigatório, com voto feminino, e representação proporcional"[18]. A proposta não chegou a ser votada mas provava que "a questão feminista, já vai preocupando os nossos homens públicos"[19] e, no dia 27 do mesmo mês, António Francisco Pereira, também da minoria socialista, apresentou na Câmara dos Deputados uma proposta de lei, assinada pelos seus colegas e por Ramada Curto, enquanto Ministro do Trabalho, que concedia o direito de serem eleitoras e elegíveis todas as mulheres maiores de 21 anos e que soubessem ler e escrever. Como não podia deixar de ser, o CNMP congratulou-se com tais diligências, "apressou-se a apresentar os seus agradecimentos à referida minoria que tanto se tem esforçado para a realização deste desiderato, enviando também um ofício à comissão de legislação da Câmara dos Deputados, a rogar um parecer rápido sobre a referida proposta"[20] e uma comissão entregou ao proponente uma mensagem de agradecimento por "um projecto de lei concedendo à mulher portuguesa o direito de ser eleitora e elegível", sendo a homenagem "tanto

---

17 Vanda Gorjão, A reivindicação do voto no programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), Lisboa, CIDM, 1994; e Célia Rosa Batista Costa, O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista [Dissertação de Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres], Lisboa, Universidade Aberta, 2007.

18 "A ideia caminha", *Alma Feminina*, n.º 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1920, p. 6.

19 *Ibidem*.

20 *Ibidem*, pp. 6-7.

Slhi

mais devida, quanto o projecto de este senhor deputado estar perfeitamente conforme com as condições de voto que o "Conselho" patrocina"[21].

Talvez em resultado das diligências desenvolvidas pelos socialistas, a revista *Attività Femminile Sociale*, órgão do Conselho Nacional das Mulheres Italianas, de 30 de Março, "publica uma notícia sobre o sufrágio feminino em Portugal e as duas tentativas que este ano se fizeram na Câmara dos Deputados, para alcançar o voto feminino"[22]. Ainda no mesmo ano, a 9 de Abril, a médica uruguaia Paulina Luisi (1875-1949) proferiu, a convite da Comissão de Educação do CNMP, no salão nobre da Associação dos Lojistas de Lisboa, uma conferência onde defendeu o direito de voto, por ser "uma arma defensiva dos direitos e interesses de cada cidadão" e dar "o poder suficiente para pedir e ser ouvido e a mulher não tem sido ouvida"[23].

Em 1923, no Congresso organizado pela *International Woman Suffrage Alliance* (IWSA) em Roma, Adelaide Cabete considerou que as "reivindicações das mulheres em Portugal, devem resumir-se, quase exclusivamente, ao sufrágio porque os seus direitos civis são mais avançados que em outros países"[24]; em 1924, no Primeiro Congresso Feminista e de Educação, Aurora Teixeira de Castro e Gouveia pronunciou-se sobre aquele na Tese "Reivindicações políticas da mulher portuguesa"; em 1927, já durante a Ditadura Militar, o Conselho protestou junto do Ministro do Interior por as mulheres não serem consideradas eleitoras no projecto do Código Administrativo; e em 1928, no Segundo Congresso Feminista, Maria O'Neill expôs a Tese "O voto às mulheres".

Tudo em vão, para além do importante trunfo do acto de Carolina Beatriz Ângelo, e se houve reivindicação que provocou ilusões, desilusões, fracturas e controvérsias foi a do sufrágio feminino, provocando desgaste acumulado nas partes envolvidas.

---

21 Angélica Porto, "Relatório trimestral", *Alma Feminina*, n.º 5 e 6, Maio e Junho de 1920, p. 29.

22 "Notícias do estrangeiro – Itália", *Alma Feminina*, n.º 3 e 4, Março e Abril de 1920, p. 22.

23 "Conferências feministas", *Alma Feminina*, n.º 5 e 6, Maio e Junho de 1920, p. 31.

24 Adelaide Cabete, "Discurso pronunciado pela delegada do Governo na sessão solene de 14 de Maio de 1923 dedicada às delegadas oficiais (Roma)", *O Congresso Internacional Feminista de Roma* (Relatório da delegada oficial do Governo Português), Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1923, p. 15.

Slhi

7. Feminismo Internacionalista

O feminismo e sufragismo na 1.ª República não podem ser enclausurados no país, merecendo atenção as ligações, afinidades e divergências com os movimentos feministas e federações internacionais, ainda que persista na penumbra como se processaram os contactos com as congéneres doutros países já que não há vestígios na *Bibliothèque Marguerite-Durand* (1864-1936), nem nos arquivos de Marie-Louise Bouglé (1883-1936). As relações processaram-se de forma gradual e reforçaram-se quando o feminismo amadureceu a nível organizativo. Num primeiro momento, a ascendência das estrangeiras, apresentadas como exemplo a seguir, impôs-se por via da imprensa e resultou da admiração pela sua coragem e justeza das reivindicações; depois, estabeleceram-se ligações pessoais esporádicas; por fim, triunfou o intercâmbio institucional através da adesão às federações internacionais de mulheres e permutas entre periódicos feministas. O ano de 1906 simboliza a viragem, com contactos formais entre organizações que pugnavam pela paz e esta internacionalização manteve-se até ao Segundo Congresso Feminista e de Educação, com a presença de dirigentes doutros países.

Os contactos institucionais com o exterior iniciaram-se naquele ano através do feminismo pacifista: primeiro, via Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz, assistindo à sessão pública de 18 de Maio Gabrielle Alphen-Salvador (1856-1912), Secretária do *Conseil National des Femmes Françaises*; depois, mediante o Comité Português da associação *La Paix et le Désarmement par les Femmes*, com sede em Paris, sob a direcção de Camille Flammarion. Em 1907, Ana de Castro Osório e Jeanne Oddo-Deflou (1856-) trocaram correspondência no âmbito do Grupo Português de Estudos Feministas, mas só quatro anos depois é que o país emparceirou numa federação internacional com outros estados membros, em virtude do reconhecimento do esforço da APF em prol do sufragismo. A primazia atribuída ao voto levou à filiação na *International Women Suffrage Alliance*, fundada em 1904, em resultado do impacto do acto de Carolina Beatriz Ângelo e da edição de uma brochura em francês a relatar o sucedido enviada às associações sufragistas do mundo inteiro: convidada a participar no Congresso de Estocolmo, a adesão da APF foi reconhecida por carta de 16 de Novembro de 1911, assinada pela secretária Martina Gezina Kramers (1863-1934), tornando-se na primeira organização portuguesa a pertencer a uma das duas federações internacionais. Por sua vez, o CNMP apresentou-se, em 1914, como ramificação do *International Council of Women* (ICW), federação nascida em Washington em

Slhj

1888 com a finalidade de reunir os conselhos nacionais de mulheres, fez-se representar na quinta Assembleia quinquenal por Avril de Sainte-Croix (1855-1939), Secretária-Geral do CNFF, no Congresso de Roma (Maio de 1914), e foi reconhecido como sua secção em ofício de 30 de Maio.

A integração internacional da APF e do CNMP resultou de diligências diferentes e o facto deste último resultar de mediação externa retirou-lhe autonomia organizativa e independência perante os acontecimentos mundiais. Estavam finalmente criadas as condições para levar o país aos congressos internacionais, sendo de considerar três momentos decisivos: o voto de Carolina Beatriz Ângelo e a adesão da APF à IWSA, no início da década de 10; o recurso a Avril de Sainte-Croix (1914, 1922) e a Paulina Luisi enquanto emissárias do CNMP (1920); e a participação efectiva de delegadas nacionais, através de Adelaide Cabete, consagrando definitivamente a internacionalização do feminismo português.

O impacto do voto de Beatriz Ângelo coincidiu com a preparação do 6.º Congresso da IWSA, realizado em Estocolmo em Junho de 1911, o que levou a holandesa Martina Kramers e a americana Carrie Chapman Catt (1859-1947) a convidarem a APF a deslocar-se àquela cidade. Devido às debilidades organizativas, as sufragistas delegaram a representatividade em Martina Kramers e Aletta Jacobs, solicitando-lhes que durante os trabalhos aludissem ao caso português, o que sucedeu, incluindo *The Report of Sixth Congress of the International Woman Suffrage Alliance in Stockolm* várias referências feitas pelas congressistas, com destaque para o discurso da presidente Carrie Chapman Catt que ordenou que uma bandeira portuguesa fosse colocada na colecção internacional e desejou vê-las nos futuros congressos. Aquando do 7.º, a decorrer em Budapeste entre 15 e 20 de Junho de 1913, as feministas nacionais voltaram a ser convocadas e elegeram, sem sucesso, uma comissão composta por Amélia Caldas Xavier, Ana Augusta de Castilho (m. 1916), Ana de Castro Osório, Beatriz Pinheiro (1871-1922), Jeanne de Almeida Nogueira, Luthegarda de Caires (1873-1935) e Maria Veleda. O Congresso de Roma de Maio de 1914 assinalou, por sua vez, a estreia do CNMP que, impossibilitado de estar presente, solicitou a Avril de Sainte-Croix que o representasse no evento. Terminada a Guerra, coube à uruguaia Paulina Luisi, sócia honorária do Conselho, a representação nas duas reuniões magnas de 1920: a primeira decorreu em Junho, em Genebra, sob a responsabilidade da IWSA, enquanto a segunda teve lugar três meses depois, em Cristiânia (Oslo), sob a tutela da ICW. Somente em 1923, no Congresso de Roma (IWSA), é que as portuguesas marcaram presença física por intermédio de Adelaide Cabete; em 1925, a médica deslocou-se ao Congresso de Washington (ICW); e, embalado pelos sucessos interna-

Slhi

cionais, o CNMP aspirou a estar presente no Congresso de Paris (1926), chegando a indicar, em assembleia-geral de 27 de Dezembro de 1925, aquela como delegada.

Talvez por influência da jornalista e escritora espanhola Carmen de Burgos y Seguí (1867-1932), Ana de Castro Osório e Elzira Dantas Machado (1865-1942) terão pertencido à *Liga Internacional de Mujeres Ibéricas e Hispanoamericanas*, fundada, em 1922, pela mexicana Elena Arizmendi com o objectivo de "reunir la fuerza dispersa de figuras y organizaciones feministas de todos los países Iberoamericanos"[25] e cuja sede oficial era em Madrid, havendo comités em Portugal e na América Latina[26]. Persiste um único documento dessa Liga, sem data, enviado às duas senhoras por Georgina Fletcher, sua representante na Colômbia, propondo a adesão à comemoração do centenário de José María y Vergara, homem de letras daquele país da América do Sul, argumentando que as duas filhas integravam a organização: embora o apelo proviesse do *Centro Femenil Colombiano*, o papel timbrado era encimado pelo nome da *Liga Internacional de Mujeres Ibéricas e Hispanoamericanas* e inscrevia, lateralmente, os nomes da Direcção Internacional, presidida por Carmen de Burgos e tendo Paulina Luisi como 2.ª Vice-Presidente e Ketty de Burgos como 2.ª Secretária[27].

Paralelamente, os laços universais cimentaram-se com a permuta entre a imprensa nacional e a de outros países, iniciada com a LRMP; a APF ampliou o intercâmbio institucional com outros feminismos, com o interesse por Portugal a ter o apogeu devido ao debate sobre o sufrágio feminino; e o CNMP reforçou as trocas, que se tornaram sistemáticas e duradouras (ele dispôs, entre 1917 e 1921, da Comissão Jornalística e, a partir de 1922, duma Comissão de Imprensa). A importância que, a partir de 1911, elas passaram a ter está patente na inclusão da secção "Bulletin pour l'étranger" no jornal *A Madrugada*, na revista *A Mulher Portuguesa* (com a designação "Le Féminisme en Portugal – Bulletin pour l'Étranger") e no *Boletim Oficial do CNMP*: o órgão da Liga só a inseriu entre Setembro e Novembro de 1911, o da APF incluiu-a apenas no número de

---

25 Concepción Núñez Rey, "Carmen de Burgos, *Colombine*: La modernización de España y la igualdad de las mujeres", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 22, 2009, p. 24.

26 Concha Fagoaga, *La Voz y el Voto de las Mujeres – El sufragismo en España: 1877-1931*, Barcelona, Icaria, 1985, p. 152.

27 BN, ACPC, *Colecção de Castro Osório*, Esp. N12/128.

Slhi

Julho de 1912 e o boletim dedicou-lhe espaço em 8 dos nove números editados entre 1914 e 1916. Predominaram os contactos com a imprensa europeia, envolvendo periódicos de Estocolmo, Helsínquia, Copenhaga, Viena, Varsóvia, S. Petersburgo, Berlim, Munique, sendo do sul – França, Espanha e Itália – que veio o entendimento mais completo. Consumaram-se permutas com *La Française*; *La Suffagiste*, dirigido por Madeleine Pelletier (1874-1939); *Action Féminine*, órgão do *Conseil National des Femmes Françaises* e cuja responsável era Avril de Sainte-Croix; Boletim da *Union Française pour le Suffrage des Femmes*; *La Revue*, de Jean Finot (1858-1922); *Bulletin de la Ligue d'Electeurs pour le Suffrage des Femmes*, cujo presidente era Ferdinand Buisson (1841-1932); *Le Droit des Femmes*, de Léon Richer (1824-1911); *Les Temps Nouveaux*; *Féminité* (todos de Paris); e *Attività Femminile Sociale*, órgão do Conselho Nacional das Mulheres Italianas que solicitou, através de Ida Magliocchetti (1871-1938), a colaboração de Adelaide Cabete. A propósito de *La Française*, Marguerite Witt-Schlumberger enviou, em 1917, um exemplar a Ana de Castro Osório; publicou notícias sobre a APF e o sufrágio feminino e, a pedido da Comissão de Imprensa do CNMP, informações sobre Portugal. Elina Guimarães foi, posteriormente, colaboradora, assim como da revista *Le Droit des Femmes*. Dentro das relações preferenciais, ressalta a que envolveu *Redención*, mensário feminista de Valencia surgido em 1915 e dirigido por Angeles Guiñon e Ana Carbia Bernal, tendo em Portugal o correspondente Manuel Garcia del Castillo: foi a partir do grupo de mulheres desse periódico que se constituiu naquela cidade a *Liga Española para el Progreso de la Mujer*, cujo primeiro acto consistiu em enviar uma saudação às mulheres portuguesas, assinada pelas irmãs Amalia e Ana Carbia Bernal, Aurelia Gayete e Angeles Guiñon. A *Alma Feminina* relacionou-se com o periódico *Jus Suffragii*, mensário da IWSA, referenciado quer na versão inglesa, como na tradução francesa, não deixando de ser contraditório o CNMP integrar a *International Council of Women* e ser o órgão da IWSA a servir de base às informações do *Boletim Oficial* e da revista.

Os contactos estenderam-se à América do Norte e do Sul e abrangeram *La Mujer Moderna*, revista mexicana dirigida por Hermila Galindo (1896-1954); o semanário feminino e libertário *Inconoclasta*; *O Mundo Feminino*, periódico italo-brasileiro de São Paulo; *Revista Feminina*, de São Paulo; *The Ladie's Revue*, dos EUA; *Accion Femenina*, órgão do Conselho Nacional das Mulheres do Uruguai dirigido por Paulina Luisi; e *Nuestra Causa*, de Buenos Aires. A proximidade a este continente acentuou-se na década de 20, com a acção de Paulina Luisi e a maior exposição do feminismo português devido à presença em eventos mundiais.

Slhi

Outro dado relevante foi a deslocação a Portugal de feministas estrangeiras, como Louise Ey (1854-1936), Gabrielle Alphen-Salvador, Madeleine Pelletier, Carmen de Burgos y Seguí, Paulina Luisi e Elisa Soriano (1891-1964). Algumas residiram temporariamente no país, duas delas pertenceram a lojas maçónicas portuguesas – Carmen de Burgos e Paulina Luisi – e uma, Louise Ey, viveu e trabalhou durante anos consecutivos no Porto e colaborou, na primeira década do século XX, com Ana de Castro Osório. A alemã Louise Ey cruzou-se com o feminismo português desde que, em Setembro de 1896, apresentou no Congresso Feminista de Berlim a "Memória acerca da mulher portuguesa", onde se socorreu de dados estatísticos para retratar o seu atraso quanto à educação, imperando uma percentagem esmagadora de analfabetas e um reduzido número de alunas matriculadas em escolas oficiais e particulares, e denunciou as graves carências do ensino ministrado às raparigas, bem como a deficiente intervenção do Estado na sua regulamentação e implementação. O convite terá surgido em resultado de já ter trabalhado em Portugal e, de regresso à Alemanha, para acompanhar a mãe, se ter envolvido nas lutas pela obtenção dos direitos para o sexo feminino, coincidindo essa fase com a realização daquela reunião. As suas considerações originaram reacções violentas da imprensa portuguesa, o que motivou Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) a redigir, em *O Comércio do Porto*, um artigo sobre "O Congresso Feminista de Berlim", publicado entre 19 e 27 de Novembro do mesmo ano, onde saiu em defesa da compatriota. Amiga íntima de Ana de Castro Osório, com quem colaborou na tradução de contos e outros textos, a escritora não lhe regateou, em Março de 1907, elogios no periódico *Vanguarda*. Aí traçou o seu percurso estudantil e profissional e a adesão ao ideal feminista, de que foi uma propagandista empenhada. Aquando do voto de Carolina Beatriz Ângelo, divulgou o feito em periódicos feministas alemães e enviou ao juiz João Baptista de Castro um jornal que abordava aquele facto inédito. Escreveu igualmente um artigo acerca das portuguesas na revista *Die Frauenbewegung*, dirigida por Anita Augspurg (1857-1943) e editada em Berlim. O papel interventivo por ela desempenhado foi reconhecido enquanto viva e mereceu, em períodos distintos, artigos laudatórios de feministas de três gerações: Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1896), Ana de Castro Osório (1907) e Sara Beirão (1934).

Também Carmen de Burgos, a *Colombine*, conviveu com as feministas portuguesas e do seu percurso ressaltam semelhanças com o de Ana de Castro Osório. Pertenceram à mesma geração e morreram na década de 30 do século XX, quando ambas tinham pouco mais de sessenta anos, não se podendo ignorar que o pai, José de Burgos, exerceu, durante meio

Slhi

século, as funções de representante de Portugal em Almería, das quais terá sido afastado durante o período sidonista. A sua caminhada acabou por ser análoga à de Ana de Castro Osório e terá havido influências mútuas em algumas das decisões que tomaram enquanto feministas, desde a propaganda realizada por via da imprensa até à campanha em prol da lei do divórcio, a reivindicação do sufrágio feminino, a adesão à Maçonaria e aos conteúdos das conferências e obras publicadas. Mais do que influenciar o desenvolvimento do feminismo português, exerceu ascendência em torno duma das suas dirigentes, com repercussões indirectas naquele. Acompanhou a sua construção e sempre que passava por Portugal, ou editava algum livro, era objecto de notícias. Iniciada, em 1920, na maçonaria portuguesa, integrou a Loja Carolina Ângelo do Grande Oriente Lusitano Unido, viveu algumas temporadas no Estoril, fez parte da Academia das Ciências de Lisboa e recebeu a Comenda da Ordem de Santiago da Espada. Manifestou, em 1924, a adesão ao Primeiro Congresso Feminista e de Educação.

Já a médica e jornalista Madeleine Pelletier foi quem primeiro teve a percepção da importância do feminismo português na sequência da revolução republicana e, por isso, deslocou-se ao país para analisar o que se passava, não mais deixando de o acompanhar, contribuindo para a sua abertura ao exterior ao escrever sobre ele na imprensa francesa. Informada de que o novo regime pretendia conceder o voto às mulheres, Madeleine Pelletier, então com 36 anos, viajou em Novembro de 1910 para Portugal, de forma a inteirar-se do que realmente se passava: manteve contactos privilegiados com políticos, governantes republicanos e agremiações femininas; assistiu a reuniões, nomeadamente à promovida pela Junta Federal do Livre Pensamento em 6 de Dezembro, presidida por Magalhães Lima; e foi homenageada, no dia 11, pela LRMP. Recebida por Teófilo Braga, presidente do Governo Provisório e defensor assumido do voto feminino restrito, para não prejudicar a República e ser aceite pelo Parlamento, e por Bernardino Machado, ministro dos Negócios Estrangeiros, confirmou a possibilidade de se vir a atribuir o sufrágio a uma pequena elite de mulheres, tendo disso dado conta em artigos publicados na imprensa portuguesa e francesa. A revolução, a força espiritual e intelectual dos seus dirigentes e o contacto com a realidade do país, levou-a a acreditar "que, aqui, nunca as feministas terão necessidade de recorrer ao emprego da força" e que obteriam "justiça sem combate, e talvez mesmo sem necessidade de argumentar"[28], acalentando a esperança de que a

[28] Madeleine Pelletier, "Portugal e o voto das mulheres", *O Mundo*, 08/12/1910, p. 1, cols. 6-7.

Slhi

França seguisse o mesmo exemplo. Na sua estada, teve oportunidade de se encontrar com Magalhães Lima, Grão-Mestre da Maçonaria, que lhe prometeu, caso fosse eleito deputado, defender o voto feminino no Parlamento; enquanto socialista, visitou os respectivos dirigentes e constatou a existência de mulheres socialistas que, "agrupadas no terreno sindical; apenas tratam de interesses cooperativos", tendo à frente das suas organizações "algumas pessoas inteligentes, mas que não valem as burguesas do feminismo radical"; e contactou com as dirigentes feministas, nomeadamente com A. de Castro Osório, considerando-as, contudo, "um pouco frouxas nas suas reivindicações"[29] e excessivamente confiantes na vontade política dos homens. As suas palavras demonstravam desconfiança em relação à República, demasiado burguesa para as concepções políticas que perfilhava. Apresentada como propagandista do sufrágio feminino, a LRMP homenageou-a em sessão solene realizada na sua sede e presidida pela própria médica, secretariada por Ana de Castro Osório e Maria Veleda. De regresso a casa, Madeleine Pelletier discorreu em Paris sobre a revolução republicana e as relações entre o feminismo, o livre-pensamento e a maçonaria, mas algumas das suas suspeições e considerações, realistas, irónicas e contundentes, não foram bem recebidas e desencadearam comentários na imprensa portuguesa. Coube a Aquilino Ribeiro fazer a descrição do que se passou naquela sessão, acompanhada de comentários jocosos[30], enquanto F. da Silva Passos surgiu em defesa do feminismo de Bernardino Machado[31] e Maria Veleda teceu comentários acerca de Madeleine Pelletier, acusando-a de defender um feminismo em que "todo aquele que não defenda o sufrágio, não é feminista"[32]. Correspondeu-se com Ana de Castro Osório e na qualidade de maçom, respondeu ao questionário da escritora, em 1913, sobre o papel da mulher na Maçonaria Portuguesa. Os seus trabalhos pareciam chegar cá mal eram editados em França, influenciando a formação ideológica das responsáveis nacionais.

---

29 Madeleine Pelletier, "A República Portuguesa e o voto das mulheres (Conclusão) – [...] – O partido feminista", *A Montanha*, 16/03/1911, p. 2, cols. 3-5.

30 Aquilino Ribeiro, "Aspectos Feministas – O sr. Afonso Costa não é feminista e o sr. Bernardino Machado é... a seu modo – Di-lo M.me Pelletier numa conferência, em Paris", *A Capital*, 08/02/1911, p. 1, cols. 2-3.

31 F. da Silva Passos, "Sim ou Não! – As mulheres ganham terreno! – Que fará o sr. ministro? ...", *A Capital*, 10/02/1911, p. 1, cols. 2-3.

32 Maria Veleda, "A propósito da reforma da lei eleitoral", *O Tempo*, 26/03/1911, p. 3, cols. 1-2.

Slhi

A sul-americana Paulina Luisi esteve mais identificada com o feminismo português ao representar o CNMP nos Congressos de 1920, visitou por diversas vezes o país, estabeleceu relações pessoais com as suas líderes e efectuou, em 1920 e 1921, conferências sobre Feminismo e Abolicionismo. A revista *Alma Feminina* incluiu o seu retrato na galeria de "Feministas Ilustres" e data de então a sua iniciação na maçonaria portuguesa, com o nome simbólico de Maria Deraismes, em homenagem à primeira mulher a aderir a uma loja maçónica e teórica do feminismo francês das últimas décadas do século XIX. Ao contrário de Carmen de Burgos, integrou as Lojas Humanidade do Grande Oriente Lusitano Unido e Humanidade do Direito Humano. Em 1922, quando se deslocava a mais uma reunião internacional na Europa, desta vez à Comissão do "tráfico de brancas" da Liga das Nações, visitou Portugal pelo terceiro ano consecutivo e em 1928, aquando do Segundo Congresso Feminista, foi entrevistada pelo periódico *A Notícia*[33]. Apesar do nome estar associado ao CNMP, desconhece-se como e quando surgiu a aproximação às feministas, até porque Maria Veleda a entrevistou em Abril de 1920, para o jornal "O Século", sobre a situação das mulheres no Uruguai, o combate à prostituição regulamentada e o tráfico de brancas. Nas suas "Memórias", também evocou o convívio que manteve com Paulina Luisi, o que faz crer que este poderia datar da década de 10, tendo esta ofertado alguns dos seus trabalhos "com amáveis dedicatórias"[34].

É igualmente de valorizar o legado das feministas nacionais em várias partes do mundo, sendo de destacar a influência em Espanha e no Brasil: no primeiro caso, devido à proximidade geográfica e ao papel desempenhado por Alice Pestana, que passou a residir em Madrid a partir de 1901, após casamento com o professor espanhol Pedro Blanco Suárez, nunca perdeu o contacto com o feminismo português e, durante as quase três décadas serviu de elo de ligação entre os dois países ibéricos, com enfoque nas questões literárias, culturais e pedagógicas; e Olga de Morais Sarmento, outra escritora que conviveu com Carmen de Burgos y Seguí e Concepción Gimeno de Flaquer (1850-1919), disso dando conta aquando da conferência proferida em 18 de Maio de 1906 e editada com o título *Problema Feminista*. No segundo, é de atender à estada de Ana de Castro

---

33 "Figuras feministas – Ouvindo a Dr.ª Paulina Luisi", *A Notícia*, 09/04/1928, p. 4, cols. 5-6.

34 "Em prol dos pequenos e dos oprimidos. Missão evangelizadora de Paulina Luisi", *O Século*, 12/04/1920, p. 1. Maria Veleda refere que conviveu bastante com Paulina Luisi durante a "sua permanência de alguns meses em Lisboa" – "Memórias de Maria Veleda – XVI", *República*, 28/03/1950, p. 5, col. 2.

Slhi

Osório em São Paulo, entre 1911 e 1914, onde percorreu outros Estados e colaborou, com textos feministas, na imprensa local; à ligação de Virgínia Quaresma ao Rio de Janeiro, sendo esta jornalista mais reconhecida e evocada do outro lado do Atlântico; e ao papel de Mariana Coelho (1857--1952), que se radicou em Curitiba, no Estado do Paraná, Brasil, onde fundou e dirigiu o Colégio Santos Dumont e a Escola Profissional Feminina República Argentina, escreveu sobre a violência e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, tornou-se, em Outubro de 1916, accionista da Empresa de Propaganda Feminista e defesa dos direitos da mulher, integrou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, representou o Paraná nos seus congressos feministas de 1922, 1933 e 1936, na década de 30 pertenceu ao núcleo responsável pela criação do Centro Paranaense Feminino de Cultura e, em 1933, publicou o livro *A evolução do feminismo – Subsídios para a sua história*, onde examinou o movimento feminista português durante a I República.

As repercussões estenderam-se a África: Cipriana Archer Eyrolles Baltazar, mãe de Maria Archer, militou, em 1909, na LRMP, e acompanhou o marido durante a permanência deste em Moçambique, Guiné e Angola; e a professora Domingas Lazary Amaral, nascida em Luanda e indefectível feminista e republicana, destacou-se enquanto activista das organizações de mulheres da I República. Representou a Liga naquela cidade, colaborou com a APF, tornou-se accionista da Empresa de Propaganda Feminista, propagandeou a imprensa e, em 1918, fixou residência em Lisboa, onde auxiliou a Cruzada das Mulheres Portuguesas e aderiu às actividades do CNMP. Só se tornará possível responder à interrogação de Mariza Corrêa "o que é que a África teve a ver com o feminismo em Portugal?", assim como ao inverso, quando for nítida a actuação das republicanas e feministas que se fixaram naquele continente nos primeiros anos do século. O Oriente não ficou excluído e a professora de instrução primária Maria Ermelinda de Stuart Gomes (1889-1937), natural de Goa, destacou-se como a activista mais longínqua. Conhecida pela sua cultura e dedicação às letras, passou a residir em Portugal durante os anos trinta, quando veio em missão de estudo. A adesão às ideias feministas data de meados da década de 10: colaborou no jornal *A Semeadora*, com textos sobre as mulheres indianas; tornou-se, a partir de Ribandar, accionista da Empresa de Propaganda Feminista (Julho de 1917); por proposta de Sara Beirão, inscreveu-se, em 1931, no CNMP; enviou escritos sobre as realidades indiana e asiática para as revistas *Alma Feminina* e *Portugal Feminino*, da qual foi delegada; e em 1936, quando se encontrava no país há cerca de três anos, foi eleita Presidente da Secção de Educação do CNMP. A mesma região dispôs, pelo menos, de outra continuadora – Filomena da Cunha (Rosalina Filomena da Cunha e Soares Rebelo) –,

Slhi

que colaborou, na década de 30, na imprensa portuguesa de Goa e exerceu as funções de delegada do *Portugal Feminino* na Índia Portuguesa.

Portugal não pode ser encarado somente enquanto receptáculo passivo do que vinha de fora, já que contribuiu para a difusão do ideário feminista nas quatro partes do mundo onde a influência chegava, via emigração ou presença colonial, e soube angariar novas prosélitas.

8. Feminismo Nacionalista

O feminismo nacionalista é indissociável da Guerra de 1914-1918 e teve como prioridade a defesa da intervenção do país ao lado dos Aliados e apoio aos soldados mobilizados, destacando-se duas organizações sob influência de Ana de Castro Osório. Fundada em 1914 por Ana Augusta de Castilho, Antónia Bermudes, Ana de Castro Osório e Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho (1864-1939), a Comissão Feminina Pela Pátria correspondeu à primeira tentativa de mobilizar as portuguesas para o esforço de guerra. Tinha-se formado com a finalidade de fabricar uma bandeira para os soldados e, como tal não foi possível, passou a dedicar-se à recolha de lã e ao fabrico de agasalhos, tendo actuado junto de Câmaras Municipais, do professorado primário feminino e das associações de mulheres. Recebeu o apoio da LRMP e da APF e funcionava no mesmo prédio onde vivia a família de Ana de Castro Osório, na Rua do Arco do Limoeiro. Criada no mesmo mês da declaração de guerra por parte da Alemanha a Portugal, a Cruzada das Mulheres Portuguesas teve implantação nacional, angariou donativos, formou enfermeiras, ergueu instituições a fim de socorrer os soldados e famílias portuguesas vítimas do conflito, mobilizou as mulheres de ministros e ex-ministros republicanos, para além de anónimas em todo o país, e embora se tratasse de uma iniciativa da esposa do Presidente da República e Presidente da APF, Elzira Dantas Machado, não foi instituída em função da defesa dos direitos das mulheres, mas sim do interesse nacional.

Assim, o deflagrar do conflito mundial em 1914 fez com que as feministas portuguesas se afastassem das posições da IWSA e, secundando as atitudes do *Conseil National des Femmes Françaises* e da *Union Française pour le Suffrage des Femmes*, a APF recusou fazer-se representar no Congresso Internacional de Haia promovido, entre 28 de Abril e 1 de Maio de 1915, por militantes pacifistas. Entre a iniciativa da americana Jane Addams (1860-1935) e da holandesa Aletta Jacobs (1854-1929), que envolvia representantes de países neutros, e as posições das francesas, optou-se por estas, difundindo nas páginas de *A Semeadora* o

Slhi

manifesto dirigido às mulheres dos países neutros e aliados, assinado por Julie Siegfried (1848-1922) e Adrienne Avril de Sainte-Croix, do CNFF, e Marguerite Witt-Schlumberger e Jane Misme (1865-1935), entre outras, da UFSF. A ausência justificava-se pela recusa de se encontrarem com as mulheres dos países inimigos, por não terem protestado contra os crimes cometidos pelos seus governos durante a guerra. O CNMP, pressionado pela ICW, adoptou idêntica posição.

Embora o feminismo nacionalista tenha servido para valorizar a importância social e económica das mulheres em tempos de crise, também contribuiu para atenuar o papel das organizações feministas como grupo de pressão, esvaziando-as num contexto de unidade nacional em que a "Pátria" se sobrepunha a todas as possíveis reivindicações. De certa forma, aquele consubstanciava o triunfo momentâneo das ideias hegemónicas de Ana de Castro Osório em relação às restantes feministas, não mais voltando a destacar-se enquanto líder feminista, visível na sua não participação nos eventos da década de 20.

9. Práticas feministas

Não é possível ignorar instituições que resultaram do empenhamento político e social das feministas das primeiras décadas do século XX e erguidas no contexto republicano: as Escolas Maternais (1907) procuravam recolher durante o dia crianças desprotegidas entre os 3 e os 6 anos cujos pais trabalhavam, assegurando-lhes roupa e alimentação até à idade de transitarem para as escolas de ensino laico; a Obra Maternal (1909-1916), erigida para combater a mendicidade infantil e recolher as crianças abandonadas ou vítimas de maus tratos e de exploração familiar, propondo-se educá-las para o exercício de uma profissão e poderem ser reintegradas na sociedade; a Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino (1912), que procurava estimular a instrução feminina, apoiando e subsidiando raparigas carenciadas dos Liceus, Escolas Normais, Conservatório e Escolas Industriais e Profissionais; os Recreatórios Post-Escolares (1912), orientados para completar a formação das raparigas que só tinham frequentado a Escola Primária, de forma a prepará-las para terem um emprego e uma profissão; as Ligas de Bondade, que aspiravam afastar as crianças da delinquência através da criação, nas escolas primárias, de pequenas colectividades infantis entre os 5 e os 12 anos (1917) e elevar o ideal moral numa acção diária, fortalecendo-lhes a opinião, o discernimento, a consciência e desenvolvendo-lhes toda as iniciativa para o Bem, incutindo-lhe o amor pelos seus semelhantes e o desejo de proteger os animais (1923).

SIhi

***

A temática feminista antecedeu a mudança de regime e prolongou-se durante a vigência da República, entendendo-se por feminismo o amplo movimento que lutava contra os espartilhos que sufocavam as mulheres, reivindicava a igualdade dos sexos, procurava alargar a esfera de intervenção daquelas, de forma a terem os mesmos direitos e deveres que os homens, colocando-as sob o mesmo plano legal, e denunciava a influência nefasta das forças conservadoras, representadas pela monarquia e pelo clericalismo, na sua emancipação. Embora repartido por várias correntes, associações e lideranças, os diferentes feminismos entroncavam numa atitude moderada e excessiva valorização do papel de mãe e de esposa, associado às tradicionais responsabilidades no lar, reclamando, genericamente, o direito à instrução, ao trabalho, a igualdade salarial, a abolição da prostituição, a protecção da maternidade, uma só moral para ambos os sexos, a emancipação da mulher casada e o direito de voto. Ainda comum às diferentes correntes e posturas feministas era a atitude defensiva quanto à clarificação do feminismo, definindo-se pelo que não era ou dando-lhe uma interpretação mais consensual, negando-se que se tratava de uma guerra entre sexos, que as mulheres se quisessem masculinizar, imitando-os, ou que pretendessem usurpar os direitos dos homens, já que os interesses de ambos eram complementares ao integrarem a mesma sociedade.

Cem anos após o proclamação da República, não é mais possível estudá-la sem incorporar o debate feminista, assim como é necessário enquadrar as suas organizações no republicanismo em ascensão e triunfante[35]. E como se pode constatar, as dirigentes da primeira vaga do feminismo português foram contemporâneas da maioria das líderes dos feminismos dos outros países, sendo próximas as datas de nascimento, e mesmo morte, de muitas delas.

Evocação Final

Neste Centenário da República, impõe-se evocar dois familiares indissociáveis das memórias de infância: João Gomes Júnior (1872--1957/1958), meu bisavô, e Ernesto Carneiro Franco (07/11/1886-Junho de 1965), meu tio-avô. O primeiro, serralheiro de reconhecida arte e activista do Partido Republicano de Coimbra – Comissão Paroquial da Fre-

[35] João Esteves, *Mulheres e Republicanismo (1908-1928)*, Lisboa, CIG, 2008.

Slhi

guesia de Santa Cruz, onde era em 1910 o respectivo Secretário, imprimiu e distribuiu clandestinamente nos anos 30, no armazém que detinha na Rua da Sofia, números do jornal *A Verdade*, afecto a Afonso Costa, e na sequência dessas actividades andou fugido à Polícia Política, bem como vários filhos, foi preso, condenado e os bens apreendidos; o segundo, organizador, enquanto provável carbonário, da revolução na margem sul do Tejo a partir da Aldeia Galega (Montijo), proclamador da República, ao lado de José Relvas e de Eusébio Leão, na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1911 pela Guarda, Tenente-Miliciano do CEP em França durante a I Guerra, revelou-se igualmente um resistente à Ditadura Militar e ao Salazarismo, sendo perseguido, preso, deportado e exilado. Já sexagenário, detido em Caxias e no Aljube, julgado pelo Tribunal Militar Territorial de Lisboa em Junho de 1948, partiu então para o Brasil, de onde regressava de vez em Junho de 1965 quando, à entrada da Barra do Tejo, faleceu subitamente aos 78 anos.

Sem os chegar a conhecer, embora recorde este fatídico dia, perduraram as histórias, os feitos, a coerência, as consequências e o exemplo.

Slhj

VOZES ANTIFEMINISTAS NA 1.ª REPÚBLICA. ECOS DE OPOSIÇÃO AO FEMINISMO

Isabel Baltazar

"A história de oposição dos homens à emancipação das mulheres talvez seja, ainda, mais interessante do que a própria história de emancipação das mulheres".[1]

Para compreender o tema do antifeminismo durante a 1.ª República, torna-se necessário olhar as fontes documentais mais expressivas do feminismo nascente, para captar os traços fundamentais dos direitos das mulheres que estão subjacentes aos movimentos sociais que lhe dão um evidente protagonismo. É nessa nova sociedade que se pretende construir que se revelam as vozes conservadoras, antifeministas e, curiosamente, também outras que, embora republicanas, não são consonantes com o feminismo nascente. Pretende-se fazer um levantamento destes vários antifeminismos que, por motivos diversos, surgem por oposição ao feminismo, ou seja, dar visibilidade aos antifeminismos de origens sociais variadas e de diferentes idiossincrasias políticas. A identificação destes feminismos permitirá completar a visão da 1.ª República, muito particularmente, do seu feminismo integrador.

Este antifeminismo surge como reacção ao próprio feminismo, movimento este que surge pouco a pouco numa sociedade em mudança no virar do século e primeiras décadas do século XX. À medida que surgem os novos conceitos fundamentais sobre o papel da mulher na sociedade, são postos em causa os conceitos e valores fundamentais que geram o feminismo.

---

[1] Virginia Woolf, *Um Quarto que Seja Seu*, Lisboa, Veja Editora, 1978, p. 71

Mulheres na 1.ª República, Lisboa, Edições Colibri (2011): 47-77

Slhi

Como mostra Regina Tavares da Silva,

> a pouco e pouco desenha-se um movimento e uma corrente de tom nitidamente feminista que, embora elitista no tipo de mulheres que reúne, se reveste de um significado notável pelos esforços que congrega, pela ideologia que difunde, pela unidade vísivel de objectivos e aspirações que traduz, e pelas expressões e acções concretas que assume e realiza, enquanto movimento organizado[2].

Este feminismo é influenciado, aliás, pelo que se passa no resto da Europa e na América, que inspira, em Portugal, este movimento de emancipação da mulher. É também este movimento que provoca reacções antifeministas.

A partir da segunda metade do século XIX, o movimento feminista marcou a sua posição política e social, e esta afirmação das mulheres provoca o debate sobre a igualdade e identidade masculina. Jacques Le Rider mostra essa reacção masculina ao movimento de emancipação da mulher, no final do século XIX e primeira década do século XX. A obra *Modernidade vienense e as crises de identidade*[3] descreve um sentimento de crise de identidade e de feminização da cultura.

Elisabeth Badinter, na obra sobre a identidade masculina, mostra como nos Estados Unidos e na Europa os "homens se sentem ameaçados na sua identidade por essa nova criatura que quer agir como eles"[4]. As novas "Evas" e as suas reivindicações feministas geram uma corrente natifeminista paralela. A própria literatura vai mostrar que era preciso sair da decadência provocada pelo feminismo. Também outros autores, como Auguste Comte, no Catecismo Positivista, consideram a mulher um "santuário doméstico", ou a "base normal da sociedade" e, por isso, a sua exclusão da política, domínio que não a elevaria. Para Simmel, a saída das mulheres da esfera da economia doméstica para o mundo do trabalho equivale a deixarem de ser o que são.

---

[2] Regina Tavares da Silva, *Feminismo em Portugal – na voz de mulheres escritoras do início do século XX*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, 2002, p. 9.

[3] Jaques Le Rider, *A modernidade vienense e as crises de Rio de Janeiro*, Civilização Brasileira, 1992.

[4] Elisabeth Badinter, *Sobre a identidade masculina*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993, p. 16.

Slhi

Polémica feminista entre Sena Freitas e Carlos Lemos:
– A mulher na obra de Sena Freitas

José Joaquim de Sena Freitas viveu durante a época da "geração de 70", não se deixando seduzir pelos radicalismos de uma época "revolucionária", de apresentação de novos ideários que incluem, também, um novo papel da mulher na sociedade. Como refere Rui Ramos, num interessante estudo sobre "Sena Freitas: um intelectual como os outros?"[5], Sena Freitas é um intelectual conservador e, por isso, manifesta posições que contrastam com o seu tempo. Aliás, outra coisa não seria de esperar, se atendermos ao facto de que estes intelectuais que prepararam a república afirmam um laicismo inconciliável com o catolicismo de Sena Freitas. As gerações de intelectuais a partir de 1870 caminham num sentido de progressivo afastamento da cultura tradicional de matriz católica, em sintonia com o que se passa no resto da Europa, em que se afirma uma nova cultura marcada pelos valores democráticos e pelo cientismo. Esta cultura "democrática" e este "cientismo" são inconciliáveis com os valores da Igreja Católica que Sena Freitas representa. Assim, a este intelectual conservador se opõem os novos intelectuais, maioritariamente de "esquerda", republicanos e socialistas.

Sena Freitas convive, assim, com os novos intelectuais, com os quais teria a grande oportunidade de ter algumas das mais interessantes polémicas, que representam o confronto entre a tradição e a modernidade. A este propósito, são de salientar as polémicas com António Enes, *Os Lazaristas pelo "lazarista" sr. Enes* (1875), com Guerra Junqueiro em *A Autópsia da "Velhice do padre Eterno"* (1886), e Teófilo Braga na *Doutrina Positivista* (s.d.). É nesta linha que se integra a polémica aqui apresentada entre Sena Freitas e Carlos Lemos.

Na emergência desta geração que rejeita a tradição cristã e defende a "crença" nos métodos científicos, uma ciência que dá resposta às grandes questões do Homem apresentando verdades alternativas, será Sena Freitas um "anti-intelectual"? O intelectual típico é, por natureza, liberal, ou seja, alguém que entra em ruptura com a ortodoxia da Igreja Cristã. Esta oposição com o pensamento conservador tradicional, aqui representado por Sena Freitas, é que caracteriza essa "intelligentsia portuguesa" das últimas décadas do século XIX, que abrem os caminhos à República.

---

[5] Rui Ramos, "Sena Freitas: um intelectual como os outros?", in Luís Machado de Abreu, José Eduardo Franco, Annabela Rita e Jorge Croce Rivera (coord.), *Homem de Palavra. Padre Sena Freitas*, Lisboa, Roma Editora, 2008, pp. 27-41.

Slhi

Sena Freitas, um polemista que retrata bem uma época nova, onde as ideias liberais encontram resistência em vultos, como este, que combatem, com brilhantismo, "a dimensão construtiva da nova sociedade em vertiginoso processo de secularização"[6]. Como mostra Fernando Catroga, a época de Sena Freitas é caracterizada por este processo de secularização e laicidade que chega aos dias de hoje[7].

É neste contexto que se enquadra a posição de Sena Freitas sobre o papel da Mulher na Sociedade do seu tempo e, mais uma vez, vai entrar em polémica com a posição dos novos intelectuais, neste caso Carlos Lemos que defende a emancipação feminina.

O papel da mulher na sociedade

Sena Freitas defende a posição da Igreja Católica sobre o papel da mulher na sociedade, considerando que a natureza feminina é imutável e que, desde a sua criação, cabe à mulher ser a companheira do homem, de acordo com a ordem estabelecida por Deus. Esta ordem parte do princípio fundamental que o homem e a mulher são diferentes naturalmente e, portanto, têm essencialmente, também, direitos e deveres diferentes, de acordo com a sua natureza original.

Este pensador reconhece na Mulher a beleza, a graça, a sensibilidade e a ternura, características que lhe reservam, naturalmente, o papel para a educação moral dos filhos e apoio do marido, ou seja, a esfera no mundo do privado. O Homem, caracterizado pela força, razão fria e calculista, reflexão, espírito científico, tenacidade, audácia e génio, tem o papel de sustentar a família. Diz Sena Freitas:

> (...) o homem é forte, é sobre o seu braço, sobre o seu hombro vigoroso que a mulher deve apoiar-se (...) ao que é forte e calculador as agruras da lucta pela vida (...) á que recebeu o dom precioso do primado do affecto as effusões conjugais da intimidade do lar, os carinhos e a nobre tarefa da educação materna (...) se deserta o lar, se proclama a sua emancipação masculinizando-se, ao marido fallece o balsamo confortador d'aquela voz intima e feminina que o alentava na ascensão da vertente negra, aos filhos a primeira e importantissima

---

[6] Luís Machado de Abreu, "A Política da Palavra em Sena Freitas", *op. cit.*, p. 43.

[7] Ver Fernando Catroga, "A Época de Sena Freitas: cultura, mentalidades, controvérsias. Secularização e laicidade na Europa Ocidental. Do tempo de Sena Freitas aos dias de hoje", *op. cit.*, pp. 59-82.

Slhi

iniciação moral, a da mãe, iniciação insusbstituivel por todo o processo de pedagogia (...)[8].

Sena Freitas segue a moral cristã para definir o papel da Mulher na Sociedade, considerando como modelo a figura de Maria:

> Lá onde a familia curtir dores, a esposa e mãe há-de ser o anjo que sustente corajoso o calix do soffrimento. Ainda quando o braço de ferro da adversidade chegue a prostrar o marido e filhos, há-de a mãe ficar de pé, como outr'ora Maria, apoiada à alavanca da cruz, onde os lanuores se fortificam, os abatimentos se levantam, a desesperança se consola, os crepes d'alma se rompem, a vida se retempera. Missão da mãe![9].

A função primordial da mulher é cumprida no lar, como esposa e como mãe. Note-se, porém, que este papel não é considerado inferior; muito pelo contrário: o género feminino tem atribuídas as tarefas mais dignas da humanidade, como geradora e formadora dos filhos, apoio do marido e a trave mestra da estrutura familiar. No entanto, é interessante que, na linha de Luís António Verney, Sena Freitas defende a educação e instrução da mulher:

> Leia e leia muito, quando os deveres domésticos lho permitam, estude, instrua-se, que é isso não só licíto, mas bom e ainda necessário para ella, pois saber é poder. Necessário egualmente para tornar mais reaes e deleitaveis as relações com seu marido, de quem a affasta mais do que se julga o isolador da sua ignorância[10].

Refira-se, porém, que esta instrução tem como fundamentação um ideal muito pouco feminista, na medida em não serve para elevar a Mulher em si mesma, mas, antes, para melhor cumprir as funções femininas que lhe são naturalmente atribuídas, mais uma vez, na esfera do privado, muito particularmente no seio da família. A educação e a cultura femininas não são, em si mesmas, um bem, mas servem para tornar o Homem mais feliz e melhor educar a família.

---

[8] Sena Freitas, *Luctas da Penna*, vol. I, Lisboa, Typograpia Universal, 1901, p. 80.

[9] *Idem, Dia a Dia de um Espirito Christão. Aforismos, e Reflexões Philosophicas sobre a Religião, a Moral, a Ciência, a Litteraturam, a Política...*, Porto, Universidade Católica Portuense, 1881, pp. 23-24.

[10] Idem, Luctas da Penna, p. 89.

Slhi

A apologia da educação da mulher não é nenhum traço de feminismo; vem na linha de um antifeminismo em que é assumido, claramente, que a Mulher tem características próprias diferentes do Homem, e que a sua natureza é de submissão e não de afirmação social. É interessante salientar que Sena Freitas, mesmo quando é convidado para prestar homenagem a uma actriz, Palmira Bastos, tem uma postura que mostra como considera a Mulher, acima de tudo, como mãe:

> Não é como actriz que presto um culto de admiração a Palmyra Bastos. A minha penna inhabil nem produziria um murmurio sensível na confluencia de outras muito mais competentes que a louvarão como tal. O que quero preconisar n'este album,que lhe é consagrado, é a esposa digna, modelo de fidelidade conjugal, a mãe estremosa para quem os filhinhos são metade do seu coração, a christã fervorosa que todos os dias ajoelha ante o formosissimo altar de sua casa a recommendar á boa Virgem seu marido e filhos[11].

O antifeminismo de Sena Freitas é bem evidente na omissão de louvar a Mulher enquanto actriz, aliás, assumida logo no início do discurso de homenagem. A sua "penna inhabil" não valoriza, portanto, uma profissão e elogia uma vocação que está muito para além do próprio teatro: a vida consagrada à família. Podemos até concluir que qualquer papel na sociedade era, para Sena Freitas, um desvio na função essencial da mulher, que podia, também, servir para a levar a aspirar a "voos" intelectuais contraproducentes:

> (...) a virgem que nos deslumbra sob os veus do seu pudor, a esposa que veneramos, como o escudo do lar (...) a mãe que quasi adoramos como a aza protectora do berço e a incomparavel educadora da progenitura, matriculadas na escola livre da emancipação, passariam fatalmente a ser um harem de gozos sensuaes (...)[12].

Este último parágrafo revela como a "penna" do autor decreta a natureza imutável da Mulher para as atribuições na esfera do privado e que qualquer desvio neste desígnio "divino" são uma adversidade para a própria, para a família e, em última instância, para a própria sociedade. Qualquer alteração desta realidade representa um grave perigo. Por isso, é com

---

11 *Idem*, "Uma estrella do palco portuguez", in *Palmira Bastos. Album Homenagem*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1903, p. 114.

12 *Idem, Luctas da Penna*, p. 85.

Slhi

frontalidade que Sena Freitas vai afirmar que todos os que pretendem a emancipação da Mulher são um prejuízo para a própria e para a sociedade que, além de não a dignificar, vem alterar profundamente a vida social.

A proposta de emancipação da mulher apresentada por Carlos Lemos: uma polémica antifeminista?

A revista *Ave Azul*, no fascículo n.º 10 de 1899, apresenta o essencial da polémica em torno da emancipação da mulher, entre Sena Freitas e Carlos Lemos. Sob o título "A Emancipação da Mulher", aparece um subtítulo que justifica o teor da polémica: "Analyse crítica d'um artigo do Ver. Padre Senna Freitas".

Essa polémica partia de um escrito de Senna Freitas no jornal *A Tribuna*, n.os 34 e 35, onde aquele padre discursara sobre a Emancipação da Mulher. Naquele periódico podia ler-se a crítica feroz de Sena Freitas às mulheres que lutavam pela abolição da escravatura. Para ele, estas mulheres eram "*bas-bleus* do tempo de Proudhon"[13], entre as quais se encontravam Lucrecia Mott, Elisabeth Cadystanton e Elisabeth Pease. Estas mulheres tinham sido pioneiras através da fundação de sociedades para a abolição da escravatura, mesmo sem terem sido admitidas no Congresso Internacional que se reunira em Londres, em 1840. Enquanto para Sena Freitas elas enchiam "Kilometros de papel", para Carlos Lemos eram "mulheres que trabalhavam para a realização d'um tão alto ideal – e com muito talento e muitissima energia – não podiam ser consideradas de *bas-bleus*, assim sem mais nem menos"[14]. Pelo contrário, diz Sena Freitas que

> não deixa de ser interessante, engraçado e até algo cómico assistir a esta carga cerrada...para defenderem, com uma impetuosidade digna de melhor causa o seu ideal de civilisação ou, o que lhe equivale, de dessexualidade[15].

Estas palavras são criticadas por Carlos Lemos, considerando Sena Freitas pouco sério. Leiam-se estas palavras:

> Vê-se a pouca seriedade, a leviandade, a inconveniencia mesmo (bem impropria d'um sacerdote, vá de passagem) com que S. Verª se

---

[13] Carlos Lemos, "A emancipação da Mulher", Revista *Ave Azul* n.º 10, Viseu, 1899.

[14] *Idem, Ibidem*, p. 471.

[15] *Idem, Ibidem*, p. 472.

Slhi

> deitou a tractar o assumpto. Chamar ao ideal do movimento feminista de virilisação ou dessexualidade...chamar-lhe isso é dar razão ao autor do artigo Feminismo, publicado em quatro números da Vanguarda, que, apontando do lado das mulheres a falta de nitidez das opiniões formuladas (o que não admira) acrescenta que do lado dos homens tem havido carência de rigor, e até às vezes de boa-fé, na interpretação[16].

Para este autor, esta atitude é bem pouco própria de um padre, já que nem segue os cânones do catolicismo que prega. Mesmo sem ser feminista, Sena Freitas teria que conhecer a problemática dos assuntos tratados antes de falar sobre eles. Lembra que "O feminismo é uma questão de pão, disse Jeanne Leroy"[17] e que milhões de mulheres sofrem de problemas humanos, por vontade dos homens, como a prostituição. Por isso, o feminismo é uma "guerra justa". Refuta, também, Sena Freitas quando aquele defende que deve ser o homem a apoiar a mulher, considerando Carlos Lemos que no movimento de emancipação não está em causa o contrário: "Mas quem é que quer o contrário?!...A emancipação da umlher não tem em mira o predomínio da mulher sobre o homem: tem simplesmente em vista a sua equivalência de direitos e de deveres: nada mais"[18]. A emancipação da mulher pretende a dignidade da própria umlher e, nesse sentido, segue de perto, diz Carlos Lemos, o cristianismo. Esta emancipação não levaria à deserção da mulher, mas a um verdadeiro respeito entre o homem e a mulher. Não é por sair à rua que a mulher deixa de ser o apoio da família e do marido. No regresso a casa, a mulher é mais mulher, porque mais realizada. Não se entendem, por isso, as razões para negar o feminismo apresentadas por Sena Freitas. Para Carlos Lemos, é preferível a mulher matricular-se na "escola-livre da emancipação" do que na "escola-oficial da degradação"[19]. Pensa, assim, ter "convertido" Sena Freitas ao feminismo.

Feministas e Anti-feministas: uma reflexão de Luís de Almeida Nogueira

Para Luís de Almeida Nogueira, numa interessante reflexão escrita no "Jornal da Mulher" de *O Mundo*, em Fevereiro de 1909, o feminismo,

---

16 *Idem, Ibidem.*

17 *Idem, Ibidem*, p. 473.

18 *Idem, Ibidem*, p. 474.

19 *Idem, Ibidem*, p. 487.

Slhi

como todos os grandes movimentos, tem sempre na sua fundamentação a construção de um ideal, nobre e altivo, pela causa da dignidade da umlher. Por isso, reage "contra todas as forças que inferiorizam a mulher, ou melhor, a luta contra tudo o que a impede de atingir o seu máximo valor como ser individual e como ser social"[20]. Cita a presidente da União Fraternal das Mulheres, para definir o feminismo como o "ressurgimento do ser humano num dos seus factores em extremo aniquilado hoje: até a Mulher"[21].

Mostra como o feminismo é, ainda, apenas, propagandeado por uma élite, curiosamente definida como mais poderosa e mais respeitada. No entanto, lembra o autor, que muitas mulheres são, elas próprias, antifeministas:

> Guerreado pelas próprias mulheres – imagine-se! Pobres delas! Não as censuremos ... são apenas vítimas da rotina, esse terrível mal! Da hereditariedade e do atavismo, de séculos e séculos de opressão, são vítimas de uma cega e triste resignação, essa a que Paul Margueritte chama a coragem dos cobardes! Mas deve logo saltar aos olhos dos observadores que as mulheres inimigas do progresso de suas irmãs – progresso que lhes promete maior dignidade em maior campo de acção – que as mulheres anti-feministas constituem apenas uma minoria... Mas então, e as outras? As outras, a grande e poderosa maioria é, em grande parte, constituída pela mulher proletária, isto, pelas operárias, desde a mais pequena, a mais insignificante empregada de fábrica, com o seu tão miserável salário, até à empregada de modista, chefe de aprendizas – passando pela servente, pela empregada de comércio, etc. etc.[22].

Um retrato do mundo real que mostra bem como é difícil ser feminista num mundo marcado pela ausência de reflexão. A maioria, esmagadora maioria, trabalha e sofre, competindo com o homem na escravatura do trabalho. A feminista conhece esta realidade, mas, não pode desistir dos seus ideais, lutando, também, pelas outras, mesmo antifeministas, pelo movimento de emancipação social da mulher.

Também existem as antifeministas organizadas que lutam, a par das feministas, com os mesmos meios de acção: conferências, organização de sociedades, através da imprensa. No entanto, com "uma incontestável

---

[20] Luís de Almeida Nogueira, "Jornal de Feministas e Anti-Feministas", *O Mundo*, 23/02/1909, p. 4.

[21] *Idem, Ibidem.*

[22] *Idem, Ibidem.*

Slhi

diferença: é que a campanha anti-feminista tem um partido ridiculamente precário, insignificante"[23]. Tanto como a sua argumentação: "a sentimentalidade feminina é uma dessas"[24]. Luís de Almeida Nogueira mostra que este antifeminismo é fruto da ignorância, causa de tantos males, de tantos sofrimentos, de tantas injustiças e de tantos atrasos. O cronista constata que a história de todos os tempos está cheia de ignorância, que tem impossibilitado o verdadeiro progresso da humanidade:

> A história de todos os tempos, dos mais remotos aos mais modernos, mostra-nos que sempre a ignorância entravou e atrasou muitissimo, às vezes impediu por completo, a expansão de uma ideia transformadora da humanidade...É o que até certo ponto, está sucedendo com o feminismo...a ignorância pretende condená-lo...mas ilude-se a si própria...julga triunfar quando desta vez será ela, ignorância, a vencida – e já não é sem tempo, porque...os tempos mudaram[25].

Com a expressão "O feminismo triunfa!", Luís de Almeida Nogueira está convencido que o bom feminismo, como todas as coisas boas, triunfará, mais cedo ou mais tarde. O verdadeiro feminismo revela pelos seus frutos a sua virtualidade e acabará com expressões infelizes do género "sexo frágil" pela fortaleza das acções femininas. Por tudo isto, é muito útil o movimento de emancipação feminina.

O movimento feminista vai progredindo na sua História. Para além do Congresso do Sufrágio Feminino de Amsterdão, realizado a 15 de Junho de 1908, acabaria por unir mulheres de dezasseis países em torno daquela causa. Em Portugal, teme o autor que o "eterno dolce far niente"[26] possa ser um obstáculo à mobilização das vontades. Por outro lado, outro mal, a indiferença típica de Portugal.

O antifeminismo de Raúl Proença: uma reflexão na Revista *Alma Nacional*

Podemos constatar que o voto da Mulher é considerado "perigoso" tanto para feministas como para antifeministas, por diferentes razões. Para os primeiros, seria um perigo a República conceder o voto às mulhe-

---

[23] *Idem, Ibidem*, 25/02/1909, p. 6.

[24] *Idem, Ibidem.*

[25] *Idem, Ibidem*, 27/02/1909, p. 6.

[26] *Idem, Ibidem*, 06/12/1908.

Slhi

res, por natureza e educação, muito conservadoras e, por isso, contrárias aos ideais republicanos. Para os outros, um direito antifeminino.

Sobre este assunto, refira-se que, pouco antes da Revolução de 5 de Outubro, a Revista *Alma Nacional*, dirigida por António José de Almeida, discutiu a intervenção das mulheres na política. Seria Raúl Proença a reflectir sobre as reivindicações feministas ocorridas em França[27]. O futuro ideólogo de *Seara Nova* mostra simpatizar com o grupo dos que são a favor do sufrágio feminino com grandes reservas. Apenas as mulheres que percorreram um longo caminho educativo poderiam usar do Direito ao Voto. Outros opõem-se a qualquer tipo de sufrágio e, os mais radicais consideravam os Direitos Políticos da Mulher um absurdo. Entre uns e outros, estavam os que defendiam o voto feminino sem reservas. No entanto, o balanço era francamente favorável a muitas dúvidas sobre a necessidade e capacidade da Mulher usar desse sufragismo. Refira-se a posição paradigmática de Raúl Proença, muito clara sobre o assunto:

> Como se vê, a questão está bastante controvertida. No nosso entender, a posição dos abertamente feministas é ilógica. Fizemos a mulher um ser inferior, sem iniciativa, escrava dos maiores preconceitos. Depois de a termos feito assim destituída de todas as qualidades directoras, entregar-lhe nas mãos as rédeas do governo, parece-nos que seria preferível entregá-las aos traficantes do outro sexo[28].

Raúl Proença vem afirmar um anticlericalismo de inspiração francesa que, também, tinha sérias reservas sobre a admissão das mulheres no mundo político. Mais uma vez, se salienta a histórica relação das mulheres com a Igreja, considerada pelos feministas como a causa de todos os males e, pelos antifeministas como o alicerce moral e social. Se era um facto que o clero tinha uma grande influência na sociedade em geral e, particularmente, no mundo feminino que era por ele orientado, para os republicanos esta orientação era designada como manipulação e influência perigosa, já que a mulher seguia estes códigos sem questionar. Para o feminismo, isto era considerado uma manipulação do espírito, impedindo a liberdade de pensamento, pedra fundamental do republicanismo. Mais uma vez, paralelamente, se pode sentir a incongruência entre a teoria e a prática, uma vez que os próprios republicanos desconfiavam da capacidade da mulher em pensar por si própria, caindo, em última instância, eles próprios numa espécie de antifeminismo.

---

[27] Raúl Proença, "O feminismo e os intelectuais franceses", in Revista *Alma Nacional*, n.º 24, 21/07/1910.

[28] *Idem, Ibidem.*

Slhi

Em conclusão, a própria oposição republicana ao voto feminino revela traços fundamentais de antifeminismo, protagonizados pela própria figura de Bernardino Machado que, na qualidade de Presidente da República, considera a mulher portuguesa de índole muito conservadora e que, por isso mesmo, seria um grave perigo para a própria República conceder-lhe o Direito de Voto[29]. Se este político afirmava cautelosamente esta forma de pensar, outros afirmavam, publicamente, que defender a República era reservar para as mulheres o mundo que tradicionalmente lhes era destinado. O republicanismo anticlerical que vinha de França inspirava o republicanismo português que considerava a intervenção das mulheres na política como prejudicial. As reivindicações feministas da época eram olhadas com muitas reservas. Se por um lado, nem todas as mulheres tinham a capacidade para entenderem as causas da intelectualidade civilizada, para alguns republicanos, como, por exemplo, o escritor Theodor Reinach, nenhuma mulher, letrada ou iletrada, poderia ter direitos políticos. O sufrágio feminino teria resultados perversos, já que poderia resultar numa desordem social e no fim da paz doméstica. Não se tratava de estar contra os ideais feministas, mas de estar a favor da ordem social em que cada um tem o seu papel determinado. Muitos consideravam, aliás, que este sufragismo político seria o regresso à ordem clerical, já que as mulheres eram consideradas naturalmente conservadoras.

Este antifeminismo republicano é muito interessante, porque mostra que este pensamento sobre o papel da mulher na sociedade é transversal a todas as ideologias políticas, tanto republicanas como antirepublicanas, embora justificado de formas diferentes. Se para os republicanos este feminismo político podia resultar no regresso à antiga ordem clerical, para os outros significava afastar as mulheres dos seus papéis tradicionais. O conservadorismo e o progresso chegam à mesma posição por argumentos diferentes.

O próprio progresso republicano exigia a especialização de funções em todas as esferas da sociedade. No caso da política, essa seria da esfera masculina, posição que não tinha unanimidade entre os próprios republicanos, mas era defendida, nomeadamente, por Raul Proença. Este antifeminismo, como vemos, não é contra a dignidade da mulher, mas, curiosamente, para a defender:

---

[29] Veja-se a obra de Tomé Vieira, *Memórias de um Repórter*, entrevista realizada a Bernardino Machado.

Slhi

> Amo demasiado a mulher para a querer metida nestas temerosas lutas da política, que é sempre forçosamente má, mesmo a boa; e o que desejaríamos sinceramente era que ela, entusiasticamente, nada perdendo do eterno feminino que é um dos mais belos predicados do mundo, nada abandonando da sua delicadeza nativa, da sua doçura angélica e da sua sentimentalidade piedosa, se metesse num mar mais vasto de aspirações e compreendesse o sentido da democracia futura[30].

Para este político, as mulheres têm uma dignidade muito maior do que a dignidade da política; por isso, devem ser poupadas ao mundo da política, sendo convidadas a pensar o mundo das ideias políticas, onde se enquadra o ideal da democracia. Para Raul Proença é possível conciliar o sentido da política com o afastamento de cargos políticos, estes sim, contra a natureza da mulher. Diz ele:

> Queremo-la ver na brecha contra o militarismo, contra a tirania do Estado, contra a reacção clerical, e interessar-se pelas questões novas do sindicalismo, do desenvolvimento cooperativo, de todas estas forças novas que vão aparecendo debaixo do Sol e nos vão libertando do Estado e dos políticos, dos bons e dos maus[31].

O seu antifeminismo não é contra os direitos humanos das mulheres, mas contra o papel da mulher na política que, para o autor, não chega a ser um direito político, mas, antes, uma condenação para a mulher. Neste sentido, estará a mulher a ser afastada da sociedade e, também, confinada ao mundo do privado?

Nas entrelinhas, podemos perceber que é pela dignificação da própria mulher que ela não desce à política para agir, mas é convidada a pensar a política, ou seja, a reflectir sobre as grandes questões do mundo contemporâneo. Afinal, para este político afastar a mulher da política é um bem para a própria e não uma marginalização. Por paradoxo que pareça, o feminismo acabaria por ser uma afronta para a própria mulher e o antifeminismo a sua valorização. Raul Proença está consciente da polémica que pode causar o seu pensamento e apressa-se a justificar:

> Contudo, feministas e antifeministas, estamos de acordo nisto: que é preciso fazer da mulher um ser inteligente, livre, digno de amar e pensar por si só. Parece-me que é a primeira coisa a tentar – o único

---

[30] *Idem, Ibidem.*

[31] *Idem, Ibidem.*

Slhi

processo seguro de se fazer alguma coisa, pelo sufrágio ou contra o sufrágio, mas enfim, alguma coisa de justo e de razoável.

Agora, teoricamente, acho, já se vê, que elas têm razão de se interessarem na política – e ainda mais de se enojarem dela[32].

As próprias palavras do autor são esclarecedoras. Raul Proença é o mestre de uma geração de intelectuais que mostra a possibilidade de conciliar o republicanismo com um tipo de antifeminismo que, muito para além de ser contra a mulher e os seus direitos, é precisamente por dignificar a mulher que a afasta de lutas feministas que lhe são negativas. Este republicano reconhece a supremacia do princípio democrático sem, no entanto, cair nos radicalismos republicanos anticlericais ou positivistas, que em nada dignificam o seu idealismo republicano.

A *página feminista* de Emílio Costa na Revista *Seara Nova:* entre um antifeminismo e um feminismo integrador

É muito interessante reflectir sobre a história do feminismo e perceber que essa história é acompanhada da história dos antifeminismos, que lhe serve de contraponto. Estes antifeminismos não têm uma identificação ideológica, nem social: são transversais à própria sociedade. De formas diversas, eles são afirmados tanto por homens como mulheres, conservadores como reaccionários, monárquicos ou republicanos. É esta origem diferente que confere ao movimento antifeminista uma riqueza própria pela conjugação de origens diferentes com o mesmo fim.

O(s) antifeminismo(s) não começam nem terminam na 1.ª República: são percursos que coexistem no tempo e no espaço da história do feminismo. Este feminismo, como sabemos, irá continuar esse movimento de emancipação que dará origem à sua reflexão e debate. Um dos protagonistas deste tempo pós-república e que, representando o ideário republicano, acaba por conciliar um certo feminismo com um antifeminismo, é Emílio Costa.

Numa secção intitulada "As Mulheres e o Feminismo" na Revista *Seara Nova* este político vai reflectir sobre a questão dos feminismos em crónicas onde são tratados os vários temas que lhes estão relacionados. É curioso que a primeira afirmação é tirada das sentenças de Salomão: "Toda a gente sabe que não há "nada de novo debaixo do sol"[33]. Esta sa-

---

32 *Idem, Ibidem.*

33 Emílio Costa, "As Mulheres e o Feminismo", *Seara Nova*, n.º 130, 27/09/1928, p. 187.

Slhi

bedoria milenar, serve a Emílio Costa para mostrar que a natureza humana é sempre a mesma e que são os acontecimentos históricos que provocam a mudança no natural papel de cada parte da humanidade na sociedade. Para este autor, foi a primeira guerra que levou a profundas mudanças sociais que geraram uma grande agitação social. A entrada da mulher na vida profissional, e na sociedade em geral, originou um debate confuso que ele vai procurar esclarecer:

> O que motivou a sua publicação foi a ideia de que a questão nele tratada necessita, pela sua importância, de ser esclarecida, porque anda muito confusamente debatida. Procurou-se, o melhor que se pôde, ajudar a esclarecer o problema grave que é constituído, na actualidade, pela vida da mulher nos seus vários aspectos: profissional, familiar, mundano, etc.
>
> É dos mais importantes, se não o mais importante dos problemas que a grande guerra trouxe, não havendo ninguém que possa resolvê-lo ou sequer compreendê-lo em toda a sua extensão[34].

À pergunta sobre "Se sou feminista?", Emílio Costa tem uma resposta evasiva: "Conforme...", porque considera que o feminismo tem de ser estudado objectivamente, pondo de parte "sentimentos feministas ou anti-feministas"[35]. Diz o autor:

> Se há preconceitos que levam a grandes erros por parte dos anti-feministas, outro tanto acontece com a parte contrária. Enganam-se uns e outros, e da mesma forma, porque não dão a devida importância às condições de vida individual e às circunstâncias da evolução social, que podem muito mais que os nossos desejos e as nossas palavras.
>
> Um dos erros mais espalhados entre as feministas, é o de julgarem que todo o homem avançado ou classificado como tal, tem de ser, por isso mesmo, um partidário e um defensor de todas as reivindicações feministas, principalmente das que se formulam no campo político (...). Eu que não sou, que nunca fui, um conservador, não sou feminista no sentido corrente do termo, e entendo que servem mal a causa das mulheres os que defendem tudo o que às feministas lembra em matéria de reivindicações políticas. Quer isto dizer que sou então um anti-feminista? De modo nenhum[36].

---

[34] *Idem, Ibidem.*

[35] *Idem, Ibidem.*

[36] *Idem, Ibidem.*

Slhi

Este texto expressa bem a posição de Emílio Costa que, não sendo declaradamente antifeminista, discorda de certas reivindicações feministas, por exemplo, as das sufragistas inglesas, sobretudo da forma como estas entendiam a emancipação da mulher: apenas como expressão de um feminismo político. Por isso, o autor, não sendo adversário das regalias políticas da mulher, entende que também são igualmente importantes as outras emancipações, por exemplo, de cariz económico e social. Diz o autor:

> Que as mulheres votem, ou não, é-me indiferente. É que eu não vejo porque fariam elas coisas mais interessantes com o direito do voto que sem ele. Dir-se-ia que as feministas políticas estão à espera de poder, de longe em longe, deitar um papel numa caixa, para começarem a ser mais activas, mais úteis[37].

Por isso, considera que o termo "sufragistas" tende a desaparecer porque não chega para abranger toda a acção feminista.

Para Emílio Costa, o feminismo tem um alcance muito mais alargado do que lhe têm dado as próprias feministas, sobretudo a seguir à I Guerra Mundial, onde ficou demonstrado, não por discursos, mas na prática, o papel fundamental da mulher na sociedade. Também em Portugal. Cada vez mais, se observa a mulher na rua, a sua saída para fora de casa, para intervir na evolução da vida social:

> É tão importante este fenómeno, que se pode dizer, sem errar, que uma sociedade está tanto mais modernizada quanto mais frequente é a vida da mulher fora de casa, fora do meio familiar[38].

Por isso, novos problemas surgem que exigem uma solução própria e não a imitação de sistemas estrangeiros. Diz o político: "O que há, portanto, a fazer, é estudar o feminismo português que não é, que não pode ser exactamente o mesmo que o francês, o inglês ou o americano"[39]. É esta recomendação que evita cair nos efeitos contraproducentes das imitações descabidas, já que as "feministas portuguesas estão em muito boas condições, para realizarem uma obra de defesa da mulher, porque vivem num país onde a crise das profissões liberais, entre as mulheres, se não

---

[37] *Idem, Ibidem.*

[38] Emílio Costa, "Os culpados da emancipação feminina", *Seara Nova*, 01/11/1928, p. 293.

[39] *Idem*, "É preciso não confundir", *Seara Nova*, 08/11/1928, p. 313.

Slhi

faz sentir fortemente"[40]. A questão das mulheres operárias também não tem a dimensão de outros países e, por isso, o problema está simplificado. Por isso, aconselha:

> As feministas portuguesas, sem, de modo algum, contrariarem a obtenção de regalias políticas e sociais, e sem hostilizarem a liberdade, que cada uma deve ter de seguir a profissão que entender, têm um grande campo aberto à actividade, dedicando-se mais à mulher do que ao feminismo. Dir-se-á, mais uma vez, que a causa do feminismo é a causa da mulher. Será, e quero crer que é, em teoria; na prática, nem sempre é assim. É que certas reivindicações feministas formuladas como coisas magníficas para a mulher, contêm muita ilusão. Os mais fortes adversários dessas reivindicações tão apregoadas, são as próprias mulheres. Por isso, é preciso distinguir entre feminismo e mulheres, existindo, entre estes dois termos, menos ligação e mais divergência do que muitas feministas julgam[41].

Em conclusão, a posição de Emílio Costa não é antifeminista no sentido de estar contra uma igualdade de direitos entre homens e mulheres. O que ele entende é que o feminismo em curso na sociedade que observa sofre de uma grande distância entre as teorias anunciadas e a sua possibilidade prática. E, num mais absoluto conservadorismo, este anarquista, embora defendendo uma igualdade de salários para trabalho igual entre homens e mulheres, lembra a diferença natural fundamental do papel da mulher na família. Essa mulher ilustrada muito contribui para a riqueza da família, mas o seu afastamento do lar, ou seja, a conciliação entre a profissão e a vida familiar, tem problemas que devem ser pensados[42]. Por isso, afirma:

> Não é da mulher pseudo-emanciapada do «sport» e da dança que os conservadores devem ter receio. Delas não vem o perigo, antes pelo contrário, para a sociedade que eles querem conservar. É das outras, das que se emancipam pelo trabalho, que eles devem ter receio, se algum perigo vêem na sua atitude[43].

No entanto, o seu realismo afirma que "neste caso, não têm senão que se resignar, porque já não se volta para trás, pois não se trata de uma

---

[40] *Idem, Ibidem.*

[41] *Idem, Ibidem.*

[42] *Idem*, "Conflito entre o Lar e a Profissão", *Seara Nova*, 15/11/1928, p. 326.

[43] *Idem*, "Ilusões perdidas", *Seara Nova*, 13/12/1928, p. 399.

Slhi

moda, mas duma realidade resultante da evolução social"[44]. A consequência desta evolução e crescente acesso das mulheres ao mundo profissional não tem recuo. Será um bem para a mulher?

Pergunta Emílio Costa:

> São as feministas capazes de resolver o problema do trabalho doméstico e do profissional, pela conciliação dos dois? Não são. Qual é então a atitude a tomar, que se deve fazer, em face da incompatibilidade entre os dois trabalhos?[45].

A resposta parece um "golpe mortal" no feminismo e a prova de um antifeminismo pouco próprio de um republicano anarquista:

> Se se quere que a mulher governe a casa, crie e eduque os filhos, e tenha uma existência digna de pessoa civilizada, só há um caminho a seguir: trabalhar, por todas as formas, para que o ganho do homem seja suficiente para o sustento decente, desafogado, da família; e trabalhar para que os serviços domésticos possam ser feitos com menos tempo e mais limpeza[46].

No fim destas crónicas, Emílio Costa assume a sua incapacidade em avaliar as vantagens do movimento de emancipação feminina, muito particularmente a saída da esfera do mundo familiar para o mundo do trabalho, ressalvando que a mulher instruída também pode ser um bem para a família, sem a necessidade de um aproveitamento social dessa capacidade, a não ser a sua militância pela paz:

> Tanta coisa a fazer! Porque não se havia de organizar, entre as feministas, um grupo de pacifistas, dedicadas à propaganda contra a guerra? Talvez nenhum outro grupo se formasse que mais auxílios obtivesse e melhores resultados produzisse"[47].

O último destes artigos é sobre "A propaganda feminista"[48]. Ao longo de onze crónicas sobre "As Mulheres e o Feminismo", esta última é

---

[44] *Idem, Ibidem.*

[45] *Idem*, "Trabalho útil para as feministas", *Seara Nova*, 20/12/1928, p. 430.

[46] *Idem, Ibidem.*

[47] *Idem*, "As mulheres e o feminismo. Contra a Guerra", *Seara Nova,* 01/02/1929, p. 62.

[48] *Idem*, "A propaganda feminista", *Seara Nova*, 07/03/1929, p. 109.

Slhi

uma espécie de balanço sobre a temática. Por um lado, critica os conservadores que continuam a ver a mulher como um ser com características próprias, quando "o feminismo reclama é uma liberdade de acção na vida, que permita à mulher não ter de pôr em jogo os tais talentos e habilidades..."[49]. Reconhece as dificuldades da emancipação da mulher devido ao peso da história, mas considera, também, que se erra profundamente com o radicalismo proposto pelos feminismos: "Querem as feministas obter bons resultados para a propaganda a que se entregam?"[50]. Para além da tenacidade é preciso oportunidade nesta propaganda feminista. E conclui:

> A causa principal de fraqueza do movimento feminista, está na fraqueza do movimento associativo do operariado... (...) e o feminismo teria evoluído num meio que lhe diminuiria as dificuldades, e encontrar-se-ia agora progredindo mais rapidamente, e impondo-se mais fortemente aos seus adversários[51].

Faltou a ligação, essencial, entre teoria e prática. Não se podia lutar pela emancipação da mulher sem uma verdadeira ligação à sociedade. A propaganda feminista só pode converter um ideal em realidade se, primeiro, se modificar a sociedade. O "feminismo pregador de emancipação"[52] precisa do socialismo para fundamentar a sua realização.

Feminismo e Antifeminismo na 1.ª República: as causas feministas

O feminismo vai afirmar-se em Portugal durante a 1.ª República. Todas as mulheres, que actuam durante a 1.ª República, mostram um percurso inovador e têm uma história para contar, como observa Maria Alice Samara: "Certo é que todas as mulheres que figuram neste livro contam uma história, mas pretendem trazer, também, luz para o mundo que as rodeava e do qual faziam parte"[53]. Figuras como Guiomar Torrezão, Alice Pestana, Domítila de Carvalho, Angelina Vidal, Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Veleda ou Regina Quintanilha, são algumas das interessantes histórias de percursos, con-

---

[49] *Idem, Ibidem.*

[50] *Idem, Ibidem*, p. 110.

[51] *Idem, Ibidem*, p. 111.

[52] *Idem, Ibidem.*

[53] Maria Alice Samara, *Operárias e Burguesas. As Mulheres no tempo da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, p. 11.

Slhi

quistas e também, derrotas, durante a República. Mas, muitas outras, as desconhecidas, ou que não tiveram visibilidade, pertencem também a essa História. Talvez estas não percebessem bem o que era ser feminista e em que consistia o feminismo, mas acabavam por realizar os ideais feministas através do seu trabalho. Aliás, essas feministas conhecidas eram uma minoria. Seria delas que falavam os antifeministas?

O que estava em causa no combate antifeminista seria a crítica a essas feministas que, pelos seus discursos, propunham uma participação activa na sociedade também pela acção política. Se lermos alguns desses discursos e a forma de intervenção social, podemos concluir que a identidade, visibilidade mais evidente de participação é através do activismo político. A título de exemplo, refira-se o artigo publicado no jornal *O Mundo*, sobre Maria Adelaide Brito:

> Com as suas mais sinceras homenagens, O Mundo publica o retrato da gentílissima senhora que anteontem teve a nobre coragem de secretariar a mesa que presidiu ao comício de Benavente. Foi mais um belo sintoma esse corajoso acto. A mulher portuguesa, que tem sido instrumento do padre, e, portanto, da reacção política e religiosa,vai mostrando a sua simpatia e a sua solidariedade com a causa da democracia que, sendo a causa da justiça, é a causa dos oprimidos. A mulher portuguesa emancipa-se da tutela que lhe tem imposto e impõe a Igreja e vai abraçando a política que, tendo como lema a liberdade, deve merecer o aplauso da consciência[54].

Refira-se, ainda, o discurso de Ana de Castro Osório pronunciado na sessão fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a 28 de Agosto de 1908, onde a mesma questão é tratada:

> Deixai-me primeiro agradecer a imerecida honra que me foi feita pelos srs. Drs. Bernardino Machado, Magalhães Lima e António José de Almeida, convidando-me a tomar lugar de honra numa reunião, em que só eles o deviam ter, visto que a eles pertence a iniciativa de convidar as mulheres portuguesas a juntarem-se numa liga democrática, que trabalhe pela república, trabalhando pela melhoria de sorte do povo português[55].

---

[54] "A Mulher e a República", *O Mundo*, 25/08/1908, p. 1.

[55] Discurso de Ana de Castro Osório na sessão fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, 28/08/1908, *A Mulher e a Criança*, n.º 1, Abril de 1909, pp. 1-4.

SIhi

Podemos constatar um convite para a participação política das mulheres, pelos próprios republicanos. Seriam estes os feministas ou apenas uma parte da sua estratégia política, pois, como vimos anteriormente, os mesmos vultos acabariam por ter atitudes antifeministas. Em qualquer dos casos, Ana de Castro Osório acabaria por afirmar que teria hesitado em participar numa actividade "masculina", tão "recatada" a mulher tem vivido. A sua atitude é de mostrar que a mulher não é um ser sem opinião, e que os reaccionários vêm reconhecer, ou seja,

> "os partidos reaccionários servindo-se das mulheres para a sua propaganda mostraram apenas que são hábeis e muito conhecedores da alma humana. Eles viram a seu tempo que o seu poder lhes fugia se o não pusessem sob a protecção da mulher"[56].

Por isso, esta activista aproveita a ocasião para fazer a apologia de uma República com a participação feminina, apresentando o seu próprio programa revolucionário, lutando contra as próprias antifeministas:

> À sua propaganda opusemos a nossa propaganda. Às suas razões a nossa razão. Ao seu trabalho o nosso trabalho. Ao lado da sua obra de reacção e ódio, ergueremos as nossas obras de liberdade e amor. Elas levantarão igrejas, nós abriremos escolas. Elas porão os olhos no seu rei, e os joelhos em terra, numa postura humilde e degradante; nós estenderemos as nossas mãos ao povo para o levantarmos pela consciência e pela inteligência até junto de nós[57].

Para Ana de Castro Osório, a República não sendo, como nenhuma instituição, uma forma de governo perfeita, é a melhor, mais "lógica", mais "compreensível" e mais "tolerável" para o progresso. Contra as antifeministas, para as quais não faz sentido as mulheres fazerem uma propaganda política, a escritora responde que o seu interesse é tão grande quanto pertencerem as mulheres a uma sociedade. Contra as antifeministas que julgam que nada vale a pena, pelo gasto de energia inglório, responde a feminista que sempre vale a pena se lutarmos por um ideal. Para isso, serve a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, para congregar as mulheres em torno desse ideal possível de ser realizado. Finalmente, contra as antifeministas, que as chamam de muito avançadas, responde a própria dizendo que a política é uma arma de libertação.

---

[56] *Idem, Ibidem.*

[57] *Idem, Ibidem.*

Slhi

Como refere Karen Offen, "feminismo (ou féminisme, em francês) é o nome que acabou por ser conferido – e afixado – ao projecto político que desafia a dominação masculina e a subordinação feminina, que insiste em restabelecer um equilíbrio de poder entre os sexos"[58]. Na mesma linha, Anne Cova reafirma a necessidade de definir conceitos, em que o feminismo é apresentado através da sua História e, por isso, "feminista" é um termo abrangente:

> As feministas podem ser identificadas como quaisquer pessoas, mulher ou homem, cujas ideias e acções (...) respondam a três critérios: 1) que reconheçam a validade das interpretações das próprias mulheres sobre a sua experiência vivida e necessidades, e que reconheçam os valores que as mulheres reclamam publicamente como seus (...) na apreciação do seu estatuto na sociedade face aos homens; 2) que exibam a sua consciência, desconforto, ou até a revolta face à injustiça institucionalizada (ou desigualdade) em relação às mulheres enquanto grupo, pelos homens enquanto grupo, em determinada sociedade; e 3) que advoguem a eliminação dessa injustiça desafiando, mediante esforços para alterar as ideias prevalecentes e/ou instituições e práticas sociais, o poder coercivo, a força, ou autoridade que defenda as prerrogativas masculinas nessa cultura particular. Assim, ser feminista é necessariamente ser contrário à dominação masculina na cultura e na sociedade, qualquer que seja o local geográfico ou situação histórica[59].

É neste contexto que se compreende o feminismo português. Não se trata de uma questão de mulheres, mas de uma questão envolvente da própria humanidade e, por isso, também dos próprios homens. O feminismo republicano tem a convicção de que na política as mulheres marcarão a diferença, precisamente pela sua capacidade de reflexão e espírito prático de resolver problemas. Como salienta, Janne Haaland Matláry, quando se questiona se é possível "um mundo político no feminino?"[60], é importante a participação das mulheres na política, porque a verdadeira

---

[58] Karen Offen, "Erupções e fluxos: reflexões sobre a escrita de uma História comparada dos femininos europeus, 1700-1950", in Anne Cova (Dir.), *História Comparadas das Mulheres. Novas Abordagens*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 36.

[59] Anne Cova, "As promessas da História comparada das Mulheres", *op. cit.*, pp. 23-24.

[60] Janne Haaland Matláry, *Para um Novo Feminismo*, Lisboa, Principia Editora, 2002, p. 159.

SIhi

preocupação da actividade política é "simplesmente o dia-a-dia", por isso são as mulheres que têm maior sensibilidade sobre o assunto: "portanto, muitas vezes é mesmo a elas que precisamos chegar". Diz ela:

> Qual é, então, a verdadeira preocupação desta actividade política? Simplesmente o dia-a-dia dos civis, fazer dos seus países lugares seguros para a democracia. Para uma tarefa desta envergadura são necessárias mais mulheres, mulheres que tomem decisões e que participem. Em algumas áreas, já é possível ver os resultados positivos de uma maior participação feminina (...).Mas continua a haver muito poucas mulheres a tomar decisões e a participar em tudo o que envolva meios militares (...). Continuamos a ser tão poucas na política que também não podemos exercer grande pressão para que os cargos sejam ocupados por nós, até porque muitas vezes nem sequer temos candidatas para eles[61].

Teoricamente, o antifeminismo designa um movimento que se opõe à igualdade de direitos entre homens e mulheres, nomeadamente à entrada da mulher na esfera pública. A expressão mais radical do antifeminismo surgiu, ainda, no século XIX, pela oposição ao sufrágio feminino. Os direitos políticos da mulher, para os antifeministas, são a expressão da saída da esfera privada e, consequentemente, protagoniza uma emancipação da mulher. Esta emancipação revela uma mudança no papel tradicional da mulher como "guardiã" da família, ou seja, como mulher e mãe. O antifeminismo é, em última instância, a aceitação de que os homens e mulheres são diferentes e que é nessa diferença que reside a riqueza da sociedade. No fundo, não haverá aqui uma semelhança com o próprio feminismo?

A resistência ao sufragismo: um sinal de antifeminismo?

Podemos constatar que o feminismo está ligado a valores anticlericais e laicos subjacentes à própria República. Por seu lado, o antifeminismo, de cariz religioso, opõe-se ao movimento de emancipação feminina, considerado anti-natural. A elevação do papel social da mulher não é, para os antifeministas, um bem, porque tem consequências na vida da célula fundamental dessa sociedade – a família. Se o feminismo está ligado a um anticlericalismo e a um laicismo que justificam valores que permitem a integração plena da Mulher na sociedade, o antifeminismo acaba

---

61 *Idem, Ibidem*, p. 160.

Slhi

por ser o seu contrário e o regresso aos valores clericais que o fundamentam.

Por paradoxo, serão os próprios republicanos – e não a República – os antifeministas? Neste sentido, são as mulheres que erguem os baluartes feministas, um feminismo que agrupa as mulheres "emancipadas" que reclamam a igualdade entre mulheres e homens. Afinal, são estas que acolhem sem reservas o republicanismo anticlerical. A este propósito, refira-se a atitude pioneira de Ana de Castro Osório, que viria a presidir à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, ao fazer um diagnóstico da condição feminina (1905). Acabaria por concluir que seria necessário fazer um maior investimento na Educação Feminina: esta seria o motor para a própria afirmação da Mulher na Sociedade. No entanto, esta incultura parecia ser desejada pelos próprios Homens. Diz a escritora, sobre a atitude dos homens cultos a quem censurava essa transigência, essa "tolerância", com que aceitavam as crenças religiosas das suas mulheres:

> Indignam-se contra as mulheres e são os próprios homens cultos que transigem com ellas, nas suas crenças e nos seus prejuízos; elles, os que não têm pejo de dizer publicamente que – embora se sintam libertados, embora os seus espíritos pairem alto numa atmosfera de saber e certeza que os orgulha – consentem que as esposas continuem a crêr o que elles descrêm, a vêr o que elles não vêem, a seguir o que elles não seguem, – porque querem ser tolerantes![62].

Tanto feministas como antifeministas eram prudentes na defesa da extensão do voto a metade da população. Aliás, são as próprias defensoras do sufragismo feminino a reconhecerem as grandes limitações da capacidade da Mulher em exercer o direito de voto. As próprias militantes da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* e da *Associação de Propaganda Feminista* acabam por defender grandes restrições ao voto feminino. As suas reivindicações eram cautelosas e realistas. A própria Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher a votar, era muito restritiva nas propostas por si apresentadas. Refira-se a obra de referência sobre o assunto, da autoria de João Esteves, intitulada *As Origens do Sufragismo Português. A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*[63], onde o autor estuda profundamente o movimento feminista português, dando continuidade a outra obra fundamental sobre *A Liga Republicana das Mulheres Portu-*

---

62 Ana de Castro Osório, *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa, 1905.

63 João Esteves, *As Origens do Sufragismo Português*, Lisboa, Bizâncio, 1998.

Slhi

guesas: uma organização política e feminista (1909-1919)[64]. As origens do sufragismo português encontram-se na Associação de Propaganda Feminista. Vale a pena referir que, inicialmente, as duas organizações confundiam-se, mas tinham princípios bem diferentes, como esclarece Maria Veleda: "Há que distinguir – A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas não é o mesmo que a Associação de Propaganda Feminista – E foi esta que pediu o sufrágio feminino, o que não quer dizer que a outra não trabalhe por ele"[65].

Nesta carta, dirigida ao Director de *A Capital*, Maria Veleda defende a Liga dos ataques antifeministas de que fora alvo na Câmara dos Deputados. Este antifeminismo seria dirigido ao pedido de sufrágio feminino por parte da Associação de Propaganda Feminista. Mais uma vez, o que estava em causa era o direito ao voto, e não, como desejava Maria Veleda, a "educação progressiva da mulher"[66].

Referimos este episódio para mostrar, uma vez mais, que o antifeminismo republicano é de cariz marcadamente político, como pode ler-se nas seguintes palavras:

> Esta associação, muito embora iniciada por um grupo de sócias da Liga, que não concordaram com a atitude de livres pensadoras, tomada pela maioria, constituindo-se em sociedade à parte, não representa as aspirações da Liga, que – não sendo adversa ao sufrágio – pugna, em primeiro lugar, pela emancipação integral da mulher, considerando perigosa, por enquanto, e enquanto a mulher não estiver inteiramente liberta da tutela religiosa, a sua interferência na vida política do país.Não é que eu me sinta convencida de que os homens, neste ponto, estejam mais adiantados do que nós. Entre um analfabeto do sexo masculino e um analfabeto do sexo feminino, a diferença é nula. E era preferível que o voto se desse a mulheres instruídas em vez de dar-se a homens ignorantes. Creio que, a tal respeito, não pode haver duas opiniões. Mas sendo já tão avultado o número de eleitores inconscientes, ir aumentar esse número com o voto da mulher, parece-me grave imprudência[67].

---

[64] João Esteves, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: uma organização política e feminista (1909-1919)*, Lisboa, ONG da Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1992.

[65] Carta de Maria Veleda ao Director da Capital, *A Capital*, 28/07/1911, p. 2.

[66] *Idem, Ibidem.*

[67] *Idem, Ibidem.*

Slhi

Se Ana de Castro Osório foi a teórica do feminismo português, Carolina Beatriz Ângelo seria, na expressão de Afonso Costa, a "feminista prática":

> Devo confessar-lhe que detesto as manifestações espectaculosas das violências (...). Estou convencida que a mulher, por meio de associações cuidadosamente organizadas, onde a dignidade e o carácter se imponham, poderá conseguir a sua liberdade, protegida em nome do direito. E então ocupando na vida o seu verdadeiro lugar ela satisfará dignamente a sua missão, incutindo nos filhos e filhas as mesmas virtudes, na sua igualdade civil e nos progressos realizados pelos seus progenitores, preparando uma raça nobre, digna e cheia de felicidade[68].

A sua militância pelo sufrágio eleitoral é feita gradualmente e, por isso, os próprios ecos antifeministas que se vão ouvindo mostram, talvez, a mais interessante polémica feminista e social. Sobre este assunto, refira-se a iniciativa do jornal *O Século* de fazer um inquérito sobre o voto feminino. Decorreu de 4 de Abril a 19 desse mês e tinha a seguinte pergunta: "Deve conceder-se o direito de voto à mulher portuguesa?"[69]. O resultado deste inquérito seria bem sintomático da posição da sociedade sobre o papel da mulher. Dele brotam os mais interessantes rasgos de antifeminismo, muitas vezes um feminismo sem rosto, mas que espelha bem o conservadorismo da sociedade portuguesa. Entre as respostas mais emblemáticas encontram-se aquelas que consideram um disparate a intervenção da mulher na vida política, sobretudo, por razões sociais: a família ficaria desorganizada e a mulher perderia a sua essência feminina, ou, ainda, seria um mal para si própria envolver-se num mundo de corrupção.

Carolina Beatriz Ângelo não desistiu, apesar dos antifeminismos contidos na "má vontade dos homens e na ignorância das mulheres (...)"[70]. Acabaria por ser um símbolo da luta feminista e da emancipação feminina. Seria o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, no seio da International Council of Women, fundado em 1914, a continuar a luta incessante pela concessão do voto às mulheres durante a Primeira República[71].

---

68 Entrevista a Carolina Beatriz Ângelo, *A Capital*, 22/02/1911, p. 1.

69 Inquérito "Deve conceder-se o direito de voto à mulher portuguesa?", *O Século*, 4 a 19/04/1911.

70 Maria Regina Tavares da Silva, *Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005.

71 A questão não cabendo nos limites deste estudo pode ser desenvolvida pela leitura de Maria Reynolds de Souza, *A concessão do Voto às Portuguesas*, Lisboa, Comissão Para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006.

Slhj

Para os antifeministas republicanos – homens ou mulheres – não estava em causa uma educação mais profunda da mulher, nem tanto a sua emancipação. Tratava-se, isto sim, de conceder o poder político às mulheres através do voto. Muitas das próprias mulheres, como Maria Veleda[72], estavam conscientes do longo caminho a percorrer.

Afinal, as feministas apenas viriam a propor na Assembleia Nacional Constituinte o voto para as mulheres diplomadas com curso superior e chefes de família, que também soubessem ler e escrever. As feministas portuguesas mostram bem a consciência da realidade. As suas "reivindicações" são caracterizadas por um pacifismo. Com a mesma paz que lutam pelos seus direitos aceitam, tranquilamente, as limitações do seu tempo. As suas conquistas são o resultado dessa consciência e os seus "fracassos" compreendidos como um percurso histórico que exige mudanças graduais na estrutura social. Se o feminismo republicano estava profundamente ligado ao sufragismo, paradoxalmente esta premissa não se encontra no próprio ideário do partido republicano. Pelo contrário, quando este tema é discutido, pela primeira vez, na Assembleia Constituinte de 1911, esta ideia suscitou pouco interesse, e foi mesmo considerada perigosa, com o argumento de que "tem dado lá fora mau resultado porque as mulheres têm sido quase todas reaccionárias"[73].

É curioso constatar que mesmo os que defendiam o voto da Mulher, como o próprio deputado Djame de Azevedo, acaba por ser pouco convincente ao reconhecer que para exercer o direito de voto é necessário saber votar, ou seja, possuir um grau de instrução que permita decidir, e que as feministas mais reaccionárias eram, em grande maioria, mulheres menos instruídas. O que parecia estar em causa não era a legitimidade democrática do voto, ou seja, o valor do voto em si mesmo, mas as consequências sociais que provinham desse sufragismo. Também aqui se sentia a fragilidade do feminismo republicano. Tanto feministas como antifeministas tinham dúvidas sobre as capacidades políticas da mulher. Também, portanto, os republicanos eram cautelosos em propor uma igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres.

Um longo caminho tinha sido percorrido em sentido contrário e não era de repente que era possível entrar em ruptura com os preconceitos da sociedade em relação à Mulher, e dela própria, por tradição muito ligada ao conservadorismo, também religioso, que não seria mudado por decreto,

---

[72] Sobre Maria Veleda, veja-se a obra de Natividade Monteiro, *Maria Veleda (1871--1955)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2004.

[73] *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 21, de 14 de Julho de 1911.

Slhi

apesar dos elevados critérios republicanos e de um progressivo anticlericalismo, que permitiam essa "emancipação" feminina. Uma coisa era os pressupostos teóricos a partir dos quais fazia todo o sentido o feminismo, outra, bem diferente, era a prática que justificava a apologia de um antifeminismo.

Podemos constatar que o próprio feminismo republicano é incoerente entre os princípios e a realidade que tenta pôr em prática, ou, por outras palavras, é muito ambicioso nos ideais e muito cauteloso nas práticas. Nesta medida, não será o próprio feminismo a justificar o antifeminismo nascente?

A propaganda republicana sobre a emancipação da mulher vai no sentido de lutar pela libertação de preconceitos religiosos e das superstições, sobretudo de índole religiosa, e que vão ao encontro de um ideário anticlerical de base, também, quando se fala da condição feminina. A emancipação da mulher aparece ligada à liberdade religiosa e à liberdade de consciência, ou seja, a superação dos valores clericais e a afirmação dos valores laicos. Assim, o feminismo republicano fundamenta-se na crença de que as naturais atribuições da mulher resultam de uma mentalidade (de)formada pelos valores religiosos que lhe atribuem, sobretudo, funções domésticas, ou seja, de "menoridade" para essa pretensa emancipação. O feminismo vem afirmar que as mulheres devem, acima de tudo, ser libertas da tutela da religião, muito mais do que dar-lhes direitos políticos. Tratava-se, antes, de lhes formar uma consciência política e social, ou seja, de lhes divulgar um ideário laico republicano.

No fundo, o ideário republicano era bem diferente da prática republicana que ficava muito aquém: se por um lado se afirmava que as mulheres não podiam ser "submissas" aos homens, por outro, dessa "emancipação familiar" não resultava uma emancipação social e política.

Reflexões finais

Como dizia Maria de Lourdes Pintasilgo,

> o feminismo é a luta das mulheres pela sua autodeterminação, é o processo de libertação de uma cultura subjugada, é a conquista do espaço social e político onde essa mulher tenha lugar. Luta, liberdade e conquista que significam necessariamente uma maior riqueza para tudo o que é humano"[74].

[74] Maria de Lourdes Pintasilgo, *Os Novos Feminismos*, Lisboa, Moraes Editores, 1980, p. 23.

Slhi

O Antifeminismo é, então, um movimento reaccionário que tenta negar a credibilidade e legitimidade da luta feminista. Torna-se evidente que, tanto em França como em Portugal, o antifeminismo é uma atitude política que se manifesta tanto na "direita" como na "esquerda". O antifeminismo tem como particularidade dirigir-se contra o discurso feminista e contra as próprias feministas, através de ideias "estereotipadas" ou mitos sobre ser mulher. Por outro lado, o discurso antifeminista representa a feminista como não feminina, ou seja, contra esse ideal de feminino. São típicos os casos das feministas serem representadas como um caso fora do normal ou animadas pelo ódio aos homens. Parece, assim, um paradoxo a existência de mulheres feministas.

Podemos concluir que os obstáculos à afirmação feminista, ou seja um "antifeminismo activo", são encontrados em políticos e pensadores republicanos, na Igreja enquanto instituição e, ainda, nas próprias mulheres conservadoras, que revelam uma grande resistência à mudança. Também aqui podemos encontrar uma grande afinidade com o que se verificava nos restantes países europeus, particularmente em França, como destaca a obra de referência sobre a temática do antifeminismo, dirigida por Christine Bard, *Un siècle d'antiféminisme*[75].

Ouvir as vozes antifeministas durante a primeira República abriu novas perspectivas sobre o sentido contrário ao do feminismo nascente. Curiosamente, este antifeminismo não é contra o feminismo republicano como, à primeira vista, fazia supor. Se o feminismo republicano esteve empenhado na dignificação e emancipação da mulher, o antifeminismo também tem os mesmos propósitos. Ambos, por caminhos diferentes, procuram defender os direitos humanos das mulheres. Como refere, profundamente, João Esteves, as mulheres

> pensaram, debateram, organizaram-se, actuaram. Escreveram, opinaram, polemizaram. Discursaram. Aderiram a causas. Politizaram-se. Alugaram sedes, calendarizaram reuniões. Reivindicaram, peticionaram. Expuseram-se, lutaram, correram riscos, sofreram incompreensões, injúrias e agressões. Marcaram presença em sessões, reuniões, festas, saraus, comícios, congressos, homenagens, celebrações, cortejos, manifestações, funerais, romagens. Foram para a rua"[76].

Todo este activismo não foi em vão: serviu para dar visibilidade às mulheres e reflectir sobre o seu papel na sociedade. Serviu de base, tam-

---

[75] Christine Bard (Dir.), *Un siècle d'antiféminisme*, Paris, Fayard, 1999.

[76] João Esteves, *Mulheres e Republicanismo (1908-1928)*, Lisboa, CIG, 2008, p. 24.

Slhi

bém, aos antifeministas para compreenderem o que estava em causa e tomarem uma posição. Esta posição, refira-se, não é contra as mulheres, mas contra algumas das suas reivindicações que são consideradas contra si próprias.

Neste antifeminismo, também está acima de tudo em causa a dignificação da mulher. Por meios e fins diferentes. Sempre pela dignidade da mulher. Estes vultos que assumem o antifeminismo e a própria sociedade que os integra consideram que o feminismo não liberta, mas escraviza a mulher. No entanto, tal como no feminismo, também o antifeminismo defende a cultura e a educação da Mulher. Por razões diferentes. Não tanto para serem activistas ou membros intervenientes na sociedade, mas, sobretudo, para poderem melhorar essa sociedade a partir da sua intervenção na esfera privada. Seria pelo mundo do privado que se poderia melhorar a sociedade. Afinal, a mulher instruída teria reflexos imediatos na célula fundamental da sociedade – a família.

Refira-se, também, que os próprios antifeministas não põem em causa a intervenção da mulher na sociedade. O que contestam, sobretudo, é que a mulher possa ser escravizada pela sua própria emancipação. No fundo, tanto feministas como antifeministas defendem a dignificação da mulher que, para os primeiros, significa ir para a rua, e para os segundos, ficarem no recato da casa. O que está em causa são sobretudo os direitos políticos que, para os antifeministas, não favorecem a condição feminina.

No entanto, as mulheres, ou melhor, algumas mulheres, estiveram presentes no republicanismo e intervieram no processo em curso. O republicanismo teria sido o mesmo sem a presença destas mulheres? Teria esta presença sido contestada pelos próprios antifeministas, ou o seu antifeminismo seria, apenas, de princípios, na medida em que os percursos, conquistas e até as derrotas das feministas tiveram um espaço? Seria este antifeminismo apenas uma tentativa de salvaguardar ou proteger as mulheres e não uma tentativa de "marginalização"? Em qualquer caso, assistimos a um "lento acordar dos feminismos em Portugal", na expressão feliz de Ana Vicente[77].

Lembremos os nomes de Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Veleda ou Adelaide Cabete, para salientar, apenas, aquelas que tiveram mais visibilidade no republicanismo. Não terá sido o seu papel social reconhecido pelos próprios antifeministas? Ou seja, as razões dos antifeministas são teóricas e não fundamentadas na realidade vivida.

---

[77] Ana Vicente, "Antifeminismo", in António Marujo e José Eduardo Franco, *Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009.

Slhj

São razões que antecipam o tempo destas feministas. Teriam os antifeministas razão?

Uma das realidades vividas foi a do sufrágio feminino. Aqui se revelariam as mais violentas vozes de antifeminismos – também femininos – e se percorria um longo percurso de conquistas, vitórias e derrotas, cheio de avanços e recuos, envolvido por uma conjuntura política que era difícil alterar, mas, também, por valores e mentalidades que não mudam por decreto, nem ao sabor de revoluções políticas.

As feministas mostram pela sua intervenção política, associadas ou individualmente, que participam num processo de mutação de uma ordem social e política nova. Todas sentem os direitos e os deveres de participarem na *respublica*. Essa participação é política e, também, ao nível das profissões mais variadas: escritoras, professoras, advogadas, jornalistas, costureiras ou domésticas. O seu desempenho não é contestado.

Também ao nível político. No fundo, as feministas entendiam a mudança política como o caminho para criar uma nova sociedade: as mulheres republicanas não abdicaram dos seus ideais e tentavam, passo a passo, concretizá-los. Após esta visibilidade das mulheres na sociedade, os antifeministas teóricos teriam os mesmos discursos?

Se os feminismos precisam de uma memória, também, os antifeminismos gerados por eles completam a história das mulheres: "Uma história que ignora metade da humanidade, não é sequer meia história, pois sem as mulheres a história não faria justiça tão-pouco aos homens, e vice-versa"[78]. E nesta história, recordamos Virginia Woolf, para dizer que a história de oposição à emancipação das mulheres é tão interessante como a própria história do feminismo.

[78] Gisela Bock, *Women in European History*, Oxford, Blackwell Publishers, 2002.

Slhj

AS INTELECTUAIS

Zília Osório de Castro

Falar em intelectuais traz à memória o Caso Dreyfus, com toda a problemática que o envolveu e o significado político – cultural que, a partir daí, adquiriu. O termo usado até então comummente como adjectivo, passou a sê-lo como sintagma nominal. Como tal, foi frequentemente utilizado como imprescindível no discurso cultural contemporâneo, caracterizando quem o pronunciava pela sua atitude crítica perante o mundo e a vida. Ser intelectual significava empenhar-se em reflectir sobre o dia-a-dia da sociedade em que se vivia e avaliá-lo à luz de referências consideradas individualmente irrecusáveis. Não era, pois, pela ideologia que o intelectual se distinguia, mas pela capacidade de reflexão e crítica aplicada à realidade vivencial para a fazer inflectir no sentido dos princípios e valores que professava e defendia. Era ser interventivo e também ser coerente. Era desejar a mudança, prescindindo da via revolucionária para a concretizar. Era optar conscientemente por uma alternativa, sabendo que não era a única existente, mas assumindo-a como sua, defendendo-a e proclamando-a. Enfim, ser intelectual era escolher a via cultural para intervir política e socialmente, com a convicção de que a política e a sociedade dependiam da cultura, isto é, de um modo de ser e de estar alicerçado em valores e princípios que informavam o pensamento e presidiam à acção.

Neste sentido, ser intelectual – fosse qual fosse o quadrante ideológico em que se situava – significava ser expressão da "alma" da sociedade e participar da sua consciência enquanto elemento identificador. É evidente que cada intelectual tinha o seu próprio paradigma de sociedade, na sua globalidade, ou em eventuais particularidades. Assim, o carácter essencialmente individual da sua condição, conjugava-se com um colectivo, mais ou menos menor, de outros intelectuais que professassem idêntica ideologia. Nasciam, assim, grupos de pressão que procuravam influenciar a opinião pública a seu favor e, deste modo, alterar a situação do

Mulheres na 1.ª República, Lisboa, Edições Colibri (2011): 79-107

Slhi

existente, não por via da estratégica e da prática política, embora com reflexos numa e noutra. Ou seja, ser intelectual significava participar numa força efectiva de intervenção que, como se afirmou, optara pela via cultural, mantendo-se fora do pragmatismo político e do confronto político como formas exclusivas de acção. Embora visando objectivos quiçá comuns, a militância política e a militância intelectual percorriam os seus próprios caminhos, sem que se possa dizer linearmente que não houvesse nunca qualquer ligação entre eles. Contudo, o carácter essencialmente crítico da militância intelectual tornava-a senão impossível, pelo menos problemática, face ao cariz particular da militância política. Saliente-se, igualmente, que aquela critica primordialmente o existente, e esta ou o pretende alterar por via revolucionária, ou o pretende manter. Num caso e noutro, qualquer que seja a situação, ignorar o impacto social destas duas militâncias significava colocá-las apenas no plano dos princípios e fora da realidade concreta que assistira ao seu despontar e evoluir. Seria ignorar a sociedade real e pensá-la fora da História, ou seja, fora da vivência humana, tornando impossível a sua compreensão e interpretação.

Com o intuito de manifestar as suas críticas e divulgar as suas ideias de modo a formar uma opinião pública esclarecida[1], todo o intelectual, desde o início da sua intervenção pública recorria à imprensa, nomeadamente à imprensa periódica. Esta tinha várias vantagens. Entre estas contava-se, em primeiro lugar, a periodicidade por tornar possível uma contínua relação entre o autor e o leitor e permitir uma informação actual e diversificada. Por outro lado, o baixo custo tornava-a acessível a camadas apreciáveis da população. Por fim, o cariz acessível dos textos permitia que ideias e conhecimentos actuais fossem difundidos de modo não só a informar mas também a formar os leitores. O intelectual cumpria, assim, parte da sua missão: congregava um público para construir uma opinião pública. Não admira, pois, que ao longo do período que assistiu à decadência progressiva da monarquia constitucional e ao despontar e consolidar da república as publicações periódicas tivessem sofrido notável implemento, quer em número de títulos, quer de distribuição pelo território nacional. Deste modo, tornou-se possível a qualquer intelectual difundir as suas ideias e a qualquer cidadão ter acessível informação actualizada. A sociedade civil, por intermédio do seu extracto intelectual, criou, assim, com o andar dos tempos, os seus próprios veículos de contacto e de divulgação, dotados de evidente autonomia relativamente ao poder

[1] Veja-se Luís Crespos de Andrade, "O substantivo 'intelectuais'", Lisboa, Centro de História da Cultura, 1998, pp. 23-41.

SIhi

político, construindo se não a sua supremacia, pelo menos a sua influência sobre ele.

Aplicando os termos da reflexão acabada de fazer à análise da sociedade portuguesa de finais do século XIX, princípios do século XX, isto é, situando-os num lapso de tempo bem determinado, afigura-se serem pertinentes as ilações a tirar para o entendimento da emergência das mulheres no espaço público, assim como o papel que desempenharam e que o possibilitou. Este processo remonta a meados de oitocentos e apresenta como face humana a figura de Antónia Gertrudes Pusich e como expressão o periódico intitulado *A Assembleia Literária*, que ela criou, publicou e dirigiu. A partir daí, a presença das mulheres na imprensa foi-se tornando mais notória, enquanto intervenientes na defesa dos seus direitos e da sua dignidade de seres humanos. Isto significa que a mutação social foi acompanhando a evolução política e que mulheres e homens intelectuais contribuíram para uma e para outra com um espírito crítico que abriu novos horizontes pela via da intervenção cultural. Sem que se pretenda estabelecer relação de causa/efeito entre ambos, tanto mais que a emergência das mulheres ultrapassa as fronteiras da mudança de regime, é de assinalar a participação do seu pensamento e acção, isto é, das intelectualidades feminina e masculina neste processo. O facto é tanto mais de assinalar quanto é sabido que os respectivos ideais nem sempre se interpenetraram, embora participassem de um mesmo devir histórico e informassem uma mesma realidade.

Ora, se é legítimo aceitar a existência de um cânone republicano identificador do republicanismo enquanto movimento que caracteriza a república nos aspectos essenciais idealizados pelos seus defensores e pelo modo de pensar que veicula, o mesmo acontece com a dinâmica da emancipação das mulheres da opressão minimizadora de que durante séculos foram vítimas. A emergência das mulheres no espaço público, tantas vezes apontada como a sua máxima expressão, é afinal uma das consequências da tomada de consciência de que a mulher é um ser humano dotado de dignidade e que a possui enquanto tal. Só ela confere verdadeiro sentido à via de emancipação enquanto libertação e de construção de identidade. Atingir este objectivo, primordial na história das mulheres no período em análise, implicava pensamento e acção como seus elementos essenciais, embora frequentemente com acentuações diversificadas no sujeito actuante e nos seus caracterizadores. O primeiro identificava a/o intelectual; o segundo a/o militante. No entanto, qualquer das intervenções, obedecia a um mesmo cânone, ditado pela finalidade última a atingir, se bem com expressões diferentes segundo as circunstâncias pessoais e sociais.

SIhi

Dando especial atenção neste texto a mulheres intelectuais que se notabilizaram na génese e vitória do regime republicano e que se poderão denominar intelectuais feministas republicanas, é relativamente a estas que se esboça um cânone, tendo em conta as ideias que lhes foram maioritariamente comuns nos seus enunciados, ao criticar o presente para projectar o futuro. O elemento inicial seria o feminismo. As intelectuais republicanas identificavam-se como feministas e manifestaram grande empenho em definirem o feminismo. Depois é notório ter sido a promulgação da lei do divórcio a ditar a sua primeira reivindicação. Seguiu-se-lhe a luta pelo sufrágio feminino. O quarto elemento a merecer o seu empenho seria o direito ao trabalho profissional e respectivo salário. Outra das bandeiras agitadas foi a educação entendida como essencial à emancipação. Por último, lembre-se que o associativismo se tornou o meio por excelência de prosseguir uma luta comum. Em suma, segundo esta análise o cânone das intelectuais feministas republicanas constava de oito elementos, alguns com raízes no passado, outros que contam ainda nas reivindicações do presente. Fugiu-se conscientemente à tentação de enumerar o maior número possível de nomes (tentativa votada sem dúvida ao insucesso), para privilegiar temas e problemas que suscitaram especial interesse por parte das intelectuais.

"Somos feministas bem femininas"[2]

Estas palavras pronunciadas um dia por Carolina Beatriz Ângelo contêm em si, implícito, o repúdio do entendimento do feminismo como expressão de masculinização. As feministas republicanas rejeitavam veementemente esta interpretação em nome da "sacrossanta vocação de esposa e mãe" que ele não punha minimamente em causa, tal como também não implicava de modo algum que conduzisse à desagregação da família[3]. Contrariando as críticas antifeministas, também elas, na senda das que haviam sido enunciadas por quem se intitulava feminista democrática, apoiavam a constituição tradicional da sociedade, baseada na família e, no caso em apreço, apoiada no lugar que nela ocupava a mulher. Só que umas e outras defendiam uma outra ideia de mulher que viesse substituir o ideal de submissão que se havia instalado desde tem-

[2] Carolina Beatriz Ângelo, "Entrevista", *A Capital*, 22/02/1911, p. 1.

[3] Maria Madalena Cândido, "Discurso pronunciado no congresso do professorado primário em Viseu", *Alma Feminina*, n.º 4, Jul. e Ago. 1927, pp. 31-32.

Slhj

pos imemoriais. Com palavras basilares, escrevia Virgínia Quaresma em 1906: "O feminismo é a independência da vida feminina para livremente procurar no casamento não o refúgio à fome ou a satisfação da sede de lucro, mas a realidade do ideal de amor e de felicidade a que tem direito como mulher, porque nunca há-de deixar de o ser"[4]. A este duplo ideal a que toda a mulher tinha jus como condição de agir com a plenitude de todas as suas potencialidades de ser mulher, juntava-se um não menor – a liberdade de pensamento, direito de todos os seres humanos, e que lhes havia sido negado. Incapacitava-se, assim, a mulher para a limitar às funções que especificamente lhe cabiam: esposa, mãe, educadora. Tratar deste modo metade da humanidade traduzia-se numa evidente decadência. Consequentemente, a reabilitação da mulher seria condição de progresso humano[5], o que fazia do feminismo um verdadeiro humanismo ou humanitarismo[6].

Este ideal familiar de mulher com raízes no passado, mas perspectivando-se no mundo moderno pelo reconhecimento da liberdade de pensamento, concretizava-se na emancipação que os feminismos democráticos e republicanos propunham para o alcançar. Quando um dia perguntaram a Ana de Castro Osório "desde quando é você feminista?", ela respondeu: "Desde o momento em que abrindo os olhos à luz da razão compreendemos a injustiça pavorosa que nos arredava de toda a legítima compensação ao nosso trabalho, ao nosso estudo, à nossa inteligência, pela simples razão de que o acaso nos fizera nascer mulher em vez de homem"[7]. Retenhamos esta frase e atentemos no seu significado... Não restam dúvidas que para a autora, e para quem como ela pensava, o feminismo nascera de um acto de razão e era a razão que guiava as mulheres para se emanciparem, conduzindo-as por um caminho de notórias incidências familiares e sociais. O feminismo pretendia, pois, emancipar a mulher da tutela masculina e também da subalternização a que socialmente era votada. A mulher emancipada, guiada pela razão, tornava-se no que era essencialmente: um ser "inteligente e activo, consciente e independente, bastando-se a si mesmo", consciente dos seus direitos e deveres. Numa palavra, a mulher viveria a sua vida e, qualquer que fosse a sua condição, viveria dignamente na sociedade[8].

---

[4] Virgínia Quaresma, "O feminismo", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 3/09/1906, p. 4.

[5] Veja-se *Idem, ibidem*.

[6] Veja-se Beatriz Pinheiro, "Chronica", *Ave Azul*, 15/11/1899, p. 497.

[7] Ana de Castro Osório, "A razão de ser do feminismo", *A Capital*, 7/02/1911, p. 2.

[8] Veja-se Beatriz Pinheiro, "Chronica", *Ave Azul*, 15/11/1899, pp. 499-500.

Slhi

O apelo à emancipação formulado ainda no tempo da monarquia constitucional, característico do feminismo democrático e adoptado pelo republicano, conjugou-se com um outro incentivo: a luta pela libertação económica. Sobre este assunto, assinale-se, em primeiro lugar, a sensibilidade manifestada no início do século por certas mulheres sobre a questão económica. Olga Morais Sarmento, por exemplo, chamava-lhe "capital na vida das sociedades"[9] e, por isso, a mulher não lhe podia ficar alheia. Pertencia-lhe lutar pela sua autonomia neste âmbito, para ser capaz de por si só lutar por ela, com êxito, quando fosse necessário. Além disso, face à gravidade da situação, a mulher não podia continuar a dissipar o fruto do trabalho do homem. Competia-lhe colaborar com ele e auxiliá-lo mediante assisada divisão do trabalho. Deste modo, a mulher de exclusivo factor de consumo, tornar-se-ia factor de produção, participando activamente na prosperidade doméstica e social[10]. Que as condições económicas ditavam a situação da mulher na sociedade não restavam dúvidas, dizia-se. E que a sua emancipação dependia do equilíbrio económico parecia igualmente aceitável até pelos autores masculinos[11]. Com os seus momentos de aceleração e de retraimento era um processo em curso no qual a mulher ocupava o lugar principal, já que a sua libertação gerava uma nova sociedade, um novo mundo[12].

Enfim, da emancipação familiar e social assim como da libertação económica nascia uma nova mulher com dignidade própria. E era esta mulher que, primeiro o feminismo democrático e, depois, o republicano colocavam no centro das suas reivindicações. Daqui que o feminismo pudesse ser definido como "uma liberdade de acção na vida"[13] que permitia à mulher agir por si própria e alargar a sua acção a toda a humanidade. Virgínia de Castro e Almeida, fazendo seu este ideal, definia o feminismo como "uma grande e generosa ideia de redenção, que avança gravemente com a gravidade majestosa de todas as forças invencíveis destinadas a mudar a face do mundo"[14]. Por sua vez, Ana de Castro Osório, retomando a noção individualizada de feminismo, entendia-o como um "caminhar

---

9 Olga Morais Sarmento da Silveira, *Problema feminista*, Lisboa, 1906, p. 15.

10 Veja-se *Idem, ibidem*, pp. 21-22.

11 Veja-se Emílio Costa, *A mulher e o feminismo*, Lisboa, 1929, p. 39.

12 Veja-se *Idem, ibidem*, pp. 14 ss.

13 *Idem, ibidem*, p. 92.

14 Virgínia de Castro e Almeida, *A Mulher*, Lisboa, Livraria Clínica Editora, 1913, p. 14.

SIhi

seguro, embora lento do espírito feminino para a sua autonomia"[15]. Conjugando as perspectivas destas duas intelectuais, conclui-se que o feminismo republicano, a partir de uma conversão pessoal baseada na razão, pretendia alargá-la a toda a humanidade. Neste sentido, e retomando a ideia inicial, não pretendia ser uma força contra o homem[16], mas só e unicamente contra o chamado "feroz masculinismo"[17].

Se bem que seja comum entre as feministas quer o repúdio da masculinização, quer a rejeição da supremacia do masculino, e sejam unânimes na defesa da emancipação, libertação e dignificação da mulher, estão longe de constituir um grupo dotado de unidade tanto na forma de o definir, como no modo de agir. Aquela decorre da maior ou menor acentuação do seu carácter individual ou doméstico e social. Este dependia do pendor mais ou menos radical da intervenção da mulher na defesa dos seus direitos[18]. Porém, nenhuma destas divergências retira ao feminismo o seu lugar como elemento do cânone professado pelas intelectuais feministas democráticas e republicanas.

"O divórcio está em plena discussão entre nós"[19]

Quando nos finais de 1908 o "Jornal da Mulher", secção de *O Mundo*, transcreveu do periódico brasileiro o "Paiz", sob o título *A questão actual*, um artigo de Ana de Castro Osório sobre a questão do divórcio[20] não só iniciou uma campanha que contribuiu para a aprovação de uma das primeiras leis promulgadas pelo governo republicano, como deu voz, de forma concertada e interventiva, às intelectuais republicanas. Desde aquele dia até 3 de Novembro de 1910, data da publicação da Lei do Divórcio, sucederam-se sem interrupção as intervenções de apoio

---

[15] Ana de Castro Osório, *Às mulheres portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905, p. 11.

[16] Veja-se Virgínia de Castro e Almeida, *ob. cit.*, p. 20.

[17] "Representação da Associação de Propaganda Feminista e do Grémio Carolina Beatriz Ângelo", entregue no Senado e na Câmara dos Deputados a 10 Ags. 1915, *A Semeadora*, n.º 5, Ago. 1915.

[18] Veja-se Virginia Quaresma, "Feminismo e feministas", "Jornal da mulher", *O Mundo*, 7/02/1908, p. 4.

[19] Ana de Castro Osório, "A questão actual", "Jornal da mulher", *O Mundo*, 16/12/1908, p. 5.

[20] Veja-se *Idem, ibidem*.

Slhi

(embora também se fizessem ouvir vozes contrárias), entre as quais se destacavam as da referida feminista. Neste caso (e não seria o único), o republicanismo antecedeu a vitória da república e trouxe-lhe inequívoca participação das mulheres, nomeadamente das intelectuais. Por isso se inclui no seu cânone identificador a luta pela lei do divórcio. Importa ainda salientar ser uma intervenção de cariz social a ditar o seu empenhamento, mais ou menos conscientes de que as mutações políticas implicavam mutações sociais e seriam estas que as iriam enquadrar. Mas não só. Se se pretendia uma nova sociedade ela nasceria ao arrepio do estabelecido e até então consolidado. E aqui o carácter laico da república desafiava o cariz confessional da monarquia constitucional e, com ele, a religião católica e a própria Igreja.

Nem todas as intelectuais partilhavam esta perspectiva. Entre estas contava-se Ana de Castro Osório. No seu modo de ver, a lei do divórcio não "desviaria da Igreja um único crente"[21]. Fundamentalmente era uma lei que respeitava a liberdade de cada um e iria permitir que cada um agisse segundo a sua consciência. Sendo assim, "libertaria os indiferentes e os irreligiosos"[22], acorrentados à obediência a normas que lhes eram absolutamente estranhas, sem prejudicar os verdadeiros crentes. Estes poderiam continuar a seguir a doutrina da Igreja. "Que importaria aos católicos praticantes e ferrenhos – perguntava – que os que não têm as suas crenças, ou as têm tão frouxas que preferem as alegrias e a paz terrenas às crenças celestiais, se separem civilmente e civilmente se voltem a casar? Os escrupulosos não o farão, continuando a aceitar como lei a indissolubilidade do casamento..."[23]. E continuando no mesmo raciocínio, acrescentava que, sob o ponto de vista religioso, a Lei do divórcio clarificaria uma situação de facto: a divisão da sociedade em crentes e não crentes o que, se por um lado cerceava o poder da Igreja, por outro o tornava mais coerente. Deste modo, respeitava-se a "sagrada liberdade individual" sem afectar a colectividade. Conjugava-se, tão só, a moralidade das cidadãs e dos cidadãos com a da sociedade. Era certo que deste modo o poder político se substituiria ao poder da Igreja que séculos passados tivera nas suas mãos a salvaguarda da felicidade daqueles e o bem-estar desta ao estabelecer a indissolubilidade para combater o repúdio[24]. Agora os tempos eram outros e só o divórcio garantia a dignidade pes-

21 *Idem, ibidem.*

22 *Idem, ibidem.*

23 *Idem, ibidem.*

24 *Idem, ibidem.*

SIhj

soal, posta em causa por casamentos desastrosos ou que se haviam tornado como tal. Nestes termos, não reconhecer a necessidade do divórcio significaria negar a evidência e ignorar todas as suas vantagens, sabendo que não traria qualquer inconveniente[25].

As intelectuais feministas ao apoiarem o divórcio pretendiam, sem dúvida, defender a dignidade, felicidade e liberdade das mulheres – as grandes vítimas da opressão masculina – mas ao colaborarem na propaganda republicana deixavam também bem patente o cariz político e ideológico da sua luta. O empenhamento da recém-criada Liga Republicana das Mulheres Portuguesas não deixa de ser elucidativo, tal como o é igualmente a participação activa da sua presidente e, ainda, a cobertura dada pelo jornal *O Mundo* a esta questão. No "Jornal da Mulher" que ele integrava e em que os assuntos femininos e feministas eram tratados *ex professo* sucediam-se as intervenções femininas e masculinas, sem esquecer os elogios a Reboredo Sampaio, Alberto Bramão e Loff de Vasconcelos pela sua participação activa neste processo[26]. Isto significa, e convém acentuá-lo, que republicanismo e feminismo se entrecruzavam num mesmo caminho em que a tradição da intervenção política dos homens acompanhava a inovação social e humanista das mulheres, fazendo seus ideais comuns. Também as dificuldades não faltavam de uma parte e da outra. Aos republicanos competia a tarefa ingrata de apoiar politicamente a Lei do divórcio no parlamento e na imprensa perante um clima de "indiferença geral"[27]. Às feministas cabia despertar a mulher portuguesa, que "não sabe querer e passa indiferentemente, ignorante e passiva, sobre os seus interesses, desprezando-os numa inconsciência deveras lastimável e dolorosa"[28]. Enfim, tudo parece indicar que o divórcio não interessava à grande maioria das mulheres portuguesas do tempo e só uma minoria, uma pequena elite – na qual se salientavam as intelectuais – o apoiava como meio de dignificação e libertação.

Isto significa que na sociedade portuguesa dos inícios do século XX existiam duas mentalidades femininas: a tradicional, ligada aos preceitos

---

[25] *Idem, ibidem.*

[26] Veja-se Albertina Sousa Paraiso, "Resposta" à "Carta à directora do 'Jornal da Mulher'sobre a questão do divórcio", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 9/01/1909, p. 5.

[27] *Idem*, "Resposta ", a uma "Carta à directora do 'Jornal da Mulher' a propósito da lei do divórcio", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 7/03/1909, p. 5.

[28] *Idem*, "Resposta" à "Carta à directora do 'Jornal da Mulher' sobre a questão do divórcio", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 9/01/1909, p. 5.

Slhi

da Igreja Católica; e outra que, como se dizia, havia compreendido "o espírito do nosso tempo"[29], assente na ideia de liberdade individual e de dignidade pessoal. Era este espírito liberal próprio da república[30], sinal de modernidade política e de modernidade social, criado pela emancipação das mulheres sem esquecer a protecção dos filhos[31], que tinha expressão na Lei do Divórcio. Em última análise, não a promover correspondia a inviabilizar política e socialmente a república e optar pelo retrocesso. Ao tomarem consciência desta realidade as intelectuais, pertencentes ou não à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, passaram à acção. Entre as iniciativas que tomaram neste caso, contou-se a promoção de listas de assinaturas em favor do divórcio e uma representação a entregar ao presidente do governo provisório em que, entre as reivindicações feministas, se contava uma no mesmo sentido. Para dar cumprimento ao primeiro objectivo, distribuíram as listas por vários locais[32] de modo a recolher o maior número possível de assinaturas. Consultando as que nos foram dadas a conhecer, verifica-se que só homens as assinaram, embora exercendo as mais variadas profissões: médicos, advogados, jornalistas, escritores, militares, etc.[33]. Mulheres nem uma! embora a sua presença fosse noticiada!. No segundo caso, verifica-se o contrário. Assinaram a representação as mulheres da direcção da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e fizeram-no "interpretando a minoria culta das mulheres deste país, e o sentir, embora inexpresso, da sua quase totalidade"[34]. Juntamente entregaram as já referidas listas de assinaturas, unindo num mesmo acto mulheres e homens.

Verdadeiramente o que estava em causa era a situação da mulher em Portugal, situação "perante as leis e os costumes, a mais deprimente e

---

[29] Ana de Castro Osório, "O problema do divórcio. Uma conferência da Srª. D. Ana de Castro Osório", *A República*, 19/04/1909, p. 1.

[30] Veja-se Alberto Bramão, "Carta a Ana de Castro Osório", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 22/04/1909, p. 6; "Divórcio! Divórcio! Está perto a hora!", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 16/02/1910, p. 5.

[31] Veja-se Ana de Castro Osório, "O divórcio não é a dissolução da família", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 19/03/1906, p. 6.

[32] Veja-se "Liga Republicana das Mulheres Portuguesas", *A República*, 26/03/1909, p. 2; "Em favor do divórcio", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 18/07/1909, p. 5.

[33] Veja-se "Em favor do divórcio", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 10/07/1909, p. 5; "Em favor do divórcio", *Idem*, 21/07/1909, p. 5; "Em favor do divórcio", *Idem*, 24/07/1909, p. 5; "Em favor do divórcio", *Idem*, 26/07/1909, p. 4.

[34] "A Representação ao Governo Provisório", *O Radical*, 30/10/1910, p. 3.

SIhi

vexatória para seres livres"[35]. Pretendiam uma legislação que correspondesse às necessidades da mulher enquanto "cidadã livre de uma pátria livre e respeitada"[36], isto é, que lhe permitisse ocupar o lugar que lhe competia na sociedade moderna que desejava ajudar a construir. Por isso, a Lei do divórcio afigurava-se-lhes como "a mais urgente de quantas são pedidas pelos cidadãos portugueses"[37]. Imprescindível para moralizar a sociedade tal como existia, "hipócrita e dissoluta"[38], era simultaneamente factor de renovação moral e social. Por isso, concluía-se, o divórcio, pelo que significava de moralização individual e colectiva, e de dignificação e libertação da mulher, constituía pedra fundamental para a construção da sociedade moderna querida pelo republicanismo – "Ninguém com um mediano espírito liberal pode negar as vantagens sociais do divórcio"[39] e lutar por elas. A esta luta também as mulheres eram chamadas e, sem receio, deviam comparecer todas as que, tendo "consciência, coração e cérebro", descontentes com o estado deprimente que se vivia, não recuariam face a uma guerra destinada a acabar com a sua situação de coisas para as tornar mulheres[40].

"O voto à mulher portuguesa não pode ser uma esmola, nem um simples favor"[41]

Estas palavras dirigidas a Sidónio Pais, em 1918, por Mariana da Silva e Filipa de Vilhena e Oliveira em nome da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas iam buscar as raízes a um modo de pensar que se foi afirmando ao longo da segunda metade de oitocentos e que seria condimentado e catalizado pelas ideias trazidas pela vitória do regime republicano em 1910. Por isso, não foram para muitos uma novidade. "O dia de hoje é discípulo do dia de ontem" escrevia-se não muito longe do final

---

35 *Idem, ibidem.*

36 *Idem, ibidem.*

37 *Idem, ibidem.*

38 *Idem, ibidem.*

39 Albertina Sousa Paraíso, "Divórcio! Divórcio! Está perto a hora", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 16/02/1910, p. 5.

40 *Idem, ibidem.*

41 "A nossa legítima aspiração! A Liga Republicana não desanima na cruzada para conseguir o direito de voto. Representação ao Chefe do Estado", *A Madrugada*, n.º 56, 19/06/1918, p. 1.

SIhi

do século em revista dirigida por uma mulher – Elisa Curado[42].Evocava-se ali a Revolução Francesa e o exemplo de mulheres que haviam lutado por uma causa que era, afinal, a causa da sua condição de cidadãs, com direitos sem dúvida, mas também com deveres. Eram estes que estabeleciam a sua relação com a sociedade em que estavam inseridas. Essa relação decorria em primeiro lugar das funções sociais que nela eram chamadas a desempenhar. Por elas participavam efectivamente na vida do dia-a-dia abrindo o caminho para a legitimidade das funções políticas. Nesta perspectiva, os deveres civis das mulheres conduziam-nas aos seus direitos políticos. Por uns e por outros faziam parte da república, da nação e, como tal, representavam-na. Por isso, carecia de sentido tanto despojá-las de funções públicas como dos direitos de eleger e de ser elegíveis. Se reconhecer umas e outros aos homens significava considerá-los seres racionais (inteligentes), negar o mesmo às mulheres seria colocá-las em situação degradante de menoridade[43].

Aliás, negar à mulher o desempenho de funções sociais e políticas equivalia, em última análise, a "violar o próprio princípio republicano"[44], ou seja, o princípio da igualdade que, mesmo quando aliado à diferença, não deixava de ser fundamental[45]. Se em nome da diferença se aceitava a distinção dos deveres da mulher na família e daí com reflexos na sociedade, em nome da igualdade defendia-se o seu desempenho em funções públicas e o reconhecimento do direito de voto. Daqui que as intelectuais feministas republicanas ao fazerem sua a bandeira do sufrágio feminino, encontrassem, até certo ponto, o caminho aberto pelas suas antecessoras que, na vigência da monarquia constitucional, pretendiam já uma nova sociedade e uma nova mulher. Uma sociedade marcada pela igualdade dos seus membros, uma mulher respeitada na plenitude dos seus direitos. A desejada aliança da colectividade e da individualidade que transparece nestas palavras como factor de progresso só se atingiria mediante o direito de voto das mulheres. Conceder-lho ultrapassava as fronteiras individuais para se plasmar na totalidade social com o reconhecimento do direito à plena cidadania e, com ele, à igualdade política e à dignidade pessoal. Apesar de tudo, só uma pequena minoria – as intelectuais – se empenhou na sua defesa, passando do enunciado dos princípios à acção

---

42 Erneste Lagouré, "As Mulheres no Estado", *A Mulher*, n.º 66, 1884, p. 528. Elisa Curado usava o pseudónimo de Elisa Cuador.

43 Veja-se *Idem*, "As Mulheres no Estado", *A Mulher*, n.º 57, 1884, pp. 455-456.

44 *Idem*, "As Mulheres no Estado", *A Mulher*, n.º 65, 1884, p. 514.

45 Cfr. *Idem*, "As Mulheres no Estado", *A Mulher*, n.º 66, 1884, p. 522.

Slhi

interventiva. "Ditos apimentados, críticas trocistas argumentos de... cabo de esquadra... nenhum dos artigos publicados em alguns jornais em defesa do sufrágio feminino logrou formar opinião, desencadear uma corrente que se impusesse à meditação dos legisladores", comentou um autor contemporâneo[46]. E concluiu: "Foi uma hora bem pouco gloriosa para a mulher portuguesa que mostrou em todas as classes e campos, uma supina incompreensão da sua missão social, do seu valor, dos seus direitos"[47].

A rudeza destas críticas, enunciadas depois de estabelecido o regime republicano, contrastava com o entusiasmo das feministas republicanas que pretendiam passar do enunciado dos princípios à sua concretização na acção. Como acima se referiu, escassos dias após o 5 de Outubro, a assembleia-geral da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas aprovou a já referida representação ao governo provisório apresentando várias reivindicações indispensáveis para fazer da mulher portuguesa a "cidadã livre de uma pátria livre e respeitada"[48]. Dando credibilidade às palavras de Abúndio da Silva, a direcção da Liga não ignorava que "representava a minoria culta das mulheres do país e o sentir embora inexpresso da sua quase totalidade"[49]. No entanto, tinha consciência de ser do seu imediato interesse e também de toda a colectividade ultrapassar a situação "vexatória e deprimente" das mulheres em Portugal[50]. Por isso, uma das primeiras medidas a tomar seria conceder-lhes os direitos de eleger os deputados à Assembleia Nacional Constituinte e de serem elegíveis para os cargos municipais. Não exigiam, dadas as circunstâncias, que lhes fosse feita a justiça da concessão do voto universal. Contentavam-se que fosse concedido a uma "elite" (de comerciantes, industriais, empregadas públicas, administradoras de fortuna própria ou alheia, diplomadas em qualquer curso científico ou literário, escritoras) a quem se atribuiria "o direito de exercer vigilância activa na vida política do país"[51]. Fosse como fosse, ao caracterizar as mulheres a quem podia ser concedido o direito de voto, a direcção da Liga retratava a nova classe política dada a sua ligação ao republicanismo vencedor. Ela seria constituída por cidadãs e cida-

---

[46] M. Abúndio da Silva, *Feminino e acção feminista*, Braga, Cruz e Companhia, p. 59.

[47] *Idem, ibidem*, pp. 59-60.

[48] "Representação", cit., p. 3.

[49] *Idem, ibidem.*

[50] *Idem, ibidem.*

[51] *Idem, ibidem.*

Slhi

dãos de evidente prestígio económico, profissional e cultural. Ironizando sobre o receio de emergência de um contrapoder feminino, chamavam a atenção para o número diminuto de mulheres que estariam em condições de votar[52]. Quanto à eleição para cargos municipais, lembravam que a experiência de outros países mostrava que as mulheres sempre ali haviam prestado "relevantes serviços"[53].

Não ficou por aqui a actividade das intelectuais feministas republicanas pertencentes à Comissão de Propaganda Feminista da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Entregaram, a 3 de Fevereiro de 1912, uma representação ao Dr. Teófilo Braga, presidente do governo provisório que as recebeu e que era dirigida igualmente aos demais membros. Assinada por oito participantes da referida Comissão, entre os quais se salientavam os nomes de Carolina Beatriz Ângelo e de Ana de Castro Osório, retomou os termos da anterior. Recordava a participação das mulheres na causa da República, acentuava as "condições modestíssimas" em que o sufrágio feminino era reclamado e salientava que a igualdade de direitos das mulheres fora assumida pelo Partido Republicano e nada mais significava do que o "estabelecimento de um princípio de justiça"[54]. A mesma Liga promoveu uma série de conferências de propaganda a favor da inclusão do voto da mulher na nova lei eleitoral[55]. A refutação das críticas ao sufrágio feminino coube, por exemplo, a Ana de Castro Osório no caso das formuladas por Machado Santos[56].

Para conhecer a reacção das intelectuais feministas republicanas à lei eleitoral de 1911 tomam-se como paradigmáticas as palavras de Ana de Castro Osório publicadas no jornal *O Radical*. Sem dúvida conhecedora dos meandros políticos em que se debatia a futura lei eleitoral, não ficou surpreendida por o voto feminino não ter sido ali contemplado. Mostrou-se, sim, ofendida por António José de Almeida não ter cumprido a promessa de o defender "sem a mais ligeira sombra de atenção pelas promessas feitas pessoalmente e pelas afirmações colectivas do partido"[57].

---

52 *Idem, ibidem.*

53 *Idem, ibidem.*

54 "Reclamações. Representação", *O Radical*, 12/02/1911. Os outros membros da Comissão que a assinaram foram Joana de Almeida Nogueira, Virgínia da Fonseca, Rita Dantas Machado, Laura Monteiro Torres, Adelaide da Cunha Barradas e Constança Dias.

55 Veja-se "Questões feministas. O sufrágio feminino", *O Radical*, 25/12/1910, p. 2.

56 Veja-se "Sufrágio feminino", *O Radical*, 20/11/1910, p. 1.

57 Ana de Castro Osório, "A Mulher na lei eleitoral", *O Radical*, 19/03/1911.

Slhj

Promessas, aliás, confirmadas por Bernardino Machado e Magalhães Lima. Se a surpresa não foi grande e a ofensa fez doer, as consequências da omissão na lei eleitoral eram aos olhos de todas bem mais graves. A República falhara ao faltar ao respeito pelos princípios proclamados: progresso e democracia. E falhara igualmente no projecto de construção de uma nova sociedade e do lugar que nela a mulher iria ocupar. "A mulher continua a ser na República um valor nulo, para não dizer negativo"[58], dizia. Nada distinguia neste aspecto a República da Monarquia. A República apenas contemplava politicamente os homens. As mulheres continuavam a ser, tão só, mulheres, isto é criaturas sem direitos políticos e os civis claramente limitados. Ou seja, como afirmava Ana de Castro Osório, "nós mulheres portuguesas continuamos, pois ... a não ser portuguesas, porque todo aquele que não tem direitos civis nem políticos não é cidadão português"[59].

Perante este resultado que, para ela própria, tinha o seu quê de degradante, as intelectuais, talvez porque o esperassem, ou então por a vitória ser para elas a sua carta de alforria que não pretendiam menosprezar, não desistiram da luta. Carolina Beatriz Ângelo, inconformada, reagiu e com o apoio de Ana de Castro Osório tentou chegar às urnas por um caminho alternativo. Trilhou-o com a sua amiga mediante uma certa interpretação da lei eleitoral. "A lei eleitoral – afirmou em entrevista – conquanto não nos abra a porta também não nos dá com ela na cara... ali não se diz que tal ou tal não pode ser eleito ou eleitor... pelo facto de ser mulher. Ora, se assim é, porque motivo se hão-de excluir as mulheres da urna?"[60]. Convicta de ser o voto um "sacratíssimo direito", e de ser "absolutamente indispensável numa sociedade bem constituída e especialmente num país onde se implantaram os princípios da democracia", seguiu em frente por um caminho que lhe daria uma vitória de certo modo inesperada[61]. Eventualmente em conjunto com a sua amiga Ana, apresentou requerimento para ser inscrita nos cadernos de recenseamento eleitoral[62]. Negada a inscrição das duas e considerando improcedente para

---

58 *Idem, ibidem.*

59 *Idem, ibidem.*

60 Carolina Beatriz Ângelo, "No limiar da urna. As mulheres querem entrar! – 'Se a lei não nos abre a porta, também não nos põe na rua' – Assim o entende uma denodada sufragista portuguesa", *A Capital*, 25/03/1911, p. 1.

61 *Idem, ibidem.*

62 Veja-se Carolina Beatriz Ângelo, "Uma eleitora? A srª D. Beatriz Ângelo quer votar. A 'República entrevista-a", *A República*, 5/05/1911, p. 2. A Liga em sessão

Slhi

ela a razão invocada que, no seu entender, não lhe retirava o direito de ser eleitora, recorreu para o Tribunal da Relação e o juiz a quem tinha sido distribuído o processo, João Baptista de Castro, lavrou a sentença a seu favor. Estava alcançada a vitória! No dia 28 de Maio de 1911, Carolina votou na Assembleia eleitoral do 2º Bairro, S. Jorge de Arroios, na presença dos eleitores que ali se encontravam e acompanhada de cerca de dez membros da Associação de Propaganda Feminista.

Entre estas, a presença incontornável de Ana de Castro Osório ficaria para a História a seu lado em imagem que perpetuava uma amizade e uma luta que nunca a destruiu. O símbolo das sufragistas da Associação de Propaganda Feminista – o cravo branco – usado por uma e por outra, dava visibilidade ao sentimento e ao ideal que as unia e que nesse dia floresceram numa união nunca desmentida. Não restam dúvidas que, ao lado da sua amiga Ana, Carolina foi uma das grandes dinamizadoras deste movimento reivindicativo. E nem a sua morte pouco tempo depois da vitória eleitoral[63], nem a dissidência com Maria Veleda e o seu consequente afastamento da Liga[64], nem a constante recordação da "traição" do partido republicano, nem o passar dos meses e dos anos arrefeceu o seu entusiasmo pela defesa de um direito, não apenas único, nem tão só político, mas que exprimia a "libertação da mulher escrava"[65]. Para ela, a dignificação pessoal passava pela consagração política e esta dependia do sufrágio. Por isso, prescindir das reclamações relativamente ao voto, significava desistir da sua qualidade de mulheres e do "direito de serem cidadãs portuguesas, e de mães e educadoras de cidadãos portugueses"[66].

Contudo, poucas terão sido aquelas que fizeram seu o cariz reivindicativo desta luta, assim como o sentido da sua mensagem. Lembremos as minorias referidas por Ana de Castro Osório, as reticências de Maria Veleda, o reduzido número das que acompanharam Carolina Beatriz

---

extraordinária assentou, depois de acesos debates, que duas suas representantes requeressem que o seu voto fosse inscrito nos cadernos eleitorais ("Reivindicações feministas. A Lei eleitoral não exclui as mulheres. Afirma-o a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, pela voz de uma das suas mais ilustres representantes", *O Século*, 5/04/1911, p. 1).

63 Veja-se "D. Carolina Beatriz Ângelo. A ilustre médica e propagandista do feminismo e do livre pensamento morre repentinamente", *O Mundo*, 4/10/1911, p. 3.

64 Ana de Castro Osório, "O triunfo feminista. A conquista do voto", *O Tempo*, 16/03/1911, p. 1.

65 *Idem, ibidem.*

66 *Idem, ibidem.*

SIhi

Ângelo à assembleia de voto. Daqui se conclui que só um pequeno número, mesmo de intelectuais feministas, entendia o seu alcance e significado de modo a manifestarem-se abertamente a seu favor. Estas mantiveram aceso o facho da luta e com o advento da "república nova"dirigiram a Sidónio Pais, seu presidente, uma representação em que reiteravam o pedido formulado no tempo da "república velha" e que, injustamente, não fora ouvido. Pediram-no não com a humildade de quem pede uma esmola ou um favor, mas exigindo que lhes fosse feita a justiça que lhes fora negada e em nome da liberdade que lhes era devida[67]. No entender das signatárias, na Constituição devia ficar consagrado o direito de voto às mulheres portuguesas, maiores de 25 anos, que soubessem ler, ou que, tendo mais de 21, possuíssem qualquer dos cursos secundário ou superior, ou às maiores que estivessem no pleno uso dos seus direitos e possuíssem rendimento próprio nunca inferior a seiscentos escudos anuais. Além disso, devia ficar-lhes livre o seu exercício, sem dependência da autorização do pai, marido ou qualquer pessoa de família, punindo-se com gravidade quem impedisse este mesmo exercício[68]. Assinaram a representação, em nome da direcção da Liga, Mariana A. Silva, Filipa de Vilhena e Oliveira e Angélica Viana Porto.

A Liga não se encontrava isolada nesta luta. A seu lado estava o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas quer em casos pontuais, quer com uma certa regularidade. No primeiro caso, por exemplo, ao agradecer ao deputado António Francisco Pereira por ter apresentado na Câmara dos Deputados um projecto de lei para que se concedesse os direitos de eleitoras e elegíveis às mulheres de 21 anos que soubessem ler e escrever[69]. No segundo, divulgando pela sua imprensa, a *Alma Feminina*, notícias concernentes ao mesmo assunto. Entre estas distinguiu-se a que relata a participação de Adelaide Cabete no Congresso Feminista de Roma, publicando o discurso que ela ali proferiu. A médica apresentou uma panorâmica do feminismo em Portugal em que avultava a petição pelo direito de voto, considerado como o único que não havia sido contemplado. Dizia neste sentido: "Nós temos a lei do divórcio que estabelece a igualdade dos sexos, a lei da investigação da paternidade que moraliza a vida social dos dois sexos, a lei da família que dá à mulher portuguesa um lugar honroso no lar e as carreiras liberais estão abertas à

---

[67] Veja-se "A nossa legítima aspiração. A Liga Republicana não desarma na sua cruzada para conseguir o direito de voto", *A Madrugada*, n.º 56, 19/06/1918, p. 1.

[68] Veja-se, *Idem*, *ibidem*.

[69] Veja-se *Alma Feminina*, 27/06/1920.

Slhi

sua actividade"[70]. Discurso talvez demasiado ousado ao falar de uma "quase completa igualdade civil"e das conquistas, por fazer, da igualdade política"[71]. A autora apresentava, assim, um quadro optimista da situação das mulheres em Portugal que, todavia, se reportava sobretudo à esperança no futuro, e não à realidade do presente, como, aliás era próprio dos ideais revolucionários, nomeadamente, no caso em análise, da 1.ª República. O direito de voto das mulheres permaneceu uma miragem durante todo o regime e só começaria a ser posto em prática ao longo do Estado Novo, para vir a alcançar plena expressão com a Revolução de Abril.

"Não pode haver verdadeira civilização onde as mulheres não forem educadas"[72]

O apelo à educação feminina remonta ao século XIX. Em páginas da imprensa feminina era um tema recorrente como indispensável à emancipação da mulher. Procedente de modo de pensar individual e, por isso, de campanha de igual cariz, só atingiu foros de cidadania se se considerar o conjunto atomista das intervenções, sem pretender detectar um movimento concertado. Em todo o caso ela indicia o despontar de sensibilidade não só quanto ao lugar que cabia à mulher na sociedade se intelectualmente emancipada, mas como ser humano em busca da sua plenitude. "Se quereis regenerar a sociedade – afirmava-se – substituir a corrupção pela virtude, educai a mulher só ela o poderá conseguir"[73]. Para que a mulher pudesse cumprir esta missão de regeneração social importava que ela própria se valorizasse adquirindo os conhecimentos indispensáveis, ou seja, que lhe fosse facultada a educação de modo a conhecer o mundo que a rodeava para nele intervir como educadora dos filhos, tornando-os "bons cidadãos e bons chefes de família" e, como tal, promotora da "elevação moral do homem"[74]. Nesta perspectiva, os benefícios da educação

---

[70] Adelaide Cabete, "Congresso Feminista de Roma", *Alma Feminina*, n.os 5 e 6, Mai.-Jun. de 1923, pp. 29-30.

[71] *Idem, ibidem.*

[72] *Relatório de uma visita de estudo a estabelecimentos de ensino profissional do sexo feminino no estrangeiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893 e 19

[73] Henriqueta Elza, "A mulher – sua educação", *A Esperança. Semanário de Recreio Popular Dedicado às Damas*, vol. 1, 1865, p. 51.

[74] Olímpia Torres de Oliveira e Silva, "A Educação da Mulher", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 02/03/1909, p. 6.

Slhi

da mulher recaíam maioritariamente sobre os outros e falar dos seus direitos era tão só e afinal uma mera expressão de retórica[75].

Sendo assim, e já que a república parecia não se interessar suficientemente pela educação feminina[76], cabia à mulher colmatar esta lacuna como meio de alcançar a perfeição e a conquista da cidadania. Daqui que educação e feminismo percorressem caminhos paralelos. Para ocupar na sociedade o lugar que justamente lhe cabia, para adquirir autonomia e libertar-se de opressões e submissões a mulher tinha de desenvolver os seus atributos intelectuais, já que estava provado que, neste campo, nada ficava a dever ao homem. A maioridade kantiana estava ao seu alcance. E esta atingia-se pela ilustração, pela educação e pela aplicação dos conhecimentos, adquiridos na vida do dia-a-dia. Se a emancipação oitocentista apontava neste sentido, a dignificação pelo exercício dos direitos que lhe eram próprios marcava a intelectualidade feminista republicana. Embora com capacidades diferentes (tal como os homens, aliás), não deixavam de ser "todas educáveis, todas melhoráveis, todas úteis, laboriosas e conscientes obreiras ajudando à melhoria da grande colmeia social"[77]. Ser feminista, significava, portanto, declarar guerra à ignorância e apostar na educação, em nome de um ideal que passava pela realização de cada mulher e que era, ao mesmo tempo, sinal de libertação e de presença efectiva na sociedade. Deste modo, para as intelectuais feministas republicanas o apelo à educação deixava de ser apenas pontual e individual para se fazer ouvir por todas as mulheres, tanto enquanto promotoras de iniciativas educacionais, como suas beneficiárias. Apesar do que de aliciante e gratificante havia neste modo de pensar, concretizá-lo não era tarefa fácil. Em primeiro lugar porque os homens portugueses não estavam preparados para aceitar este modo de ser mulher. Depois, porque havia quem considerasse excessiva a instrução que as intelectuais pretendiam para as mulheres[78].

Individualmente as mulheres não podiam ultrapassar estas e outras dificuldades, pelo que a conjugação de esforços se tornava imprescindível. Daqui o associativismo e as iniciativas tomadas neste sentido para atingir o

---

[75] *Idem, ibidem.*

[76] Veja-se Alice Pestana, *La Educación en Portugal*, Junta para la ampliación de Estúdios y Investigaciones, Patronato de Estudiantes, Madrid, 1915, p. 135.

[77] Ana de Castro Osório, *Às Mulheres Portuguesas,* Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares, 1905, p. 18.

[78] *Idem, Em tempo de guerra. Aos homens e às mulheres do meu país*, Lisboa, Ventura e Companhia, 1918, p. 56.

Slhi

objectivo comum por que lutavam. No campo da educação/instrução ocupou lugar saliente pelos propósitos enunciados a Associação de Propaganda Feminista. Dirigida por Carolina Beatriz Ângelo, segundo os seus estatutos, destinava-se, entre outros fins, a "promover por todos os meios ao seu alcance a educação e instrução femininas", caminho por excelência para o "levantamento moral e social da mulher e a sua independência económica"[79]. Para isso, pretendia agregar todas as intelectuais portuguesas para se dedicarem a educar intelectual e moralmente as mulheres. "A nossa arma será a educação", proclamava a feminista[80], acrescentando que pretendia fundar uma obra de "solidariedade, de educação e de carinho", visando sobretudo as mulheres mais desfavorecidas, "essas infelizes criaturas que estiolam a sua mocidade e a sua saúde pelos ateliers e oficinas ganhando um salário mais diminuto do que o do seu companheiro de trabalho (...) somente por pesar no seu sexo o labéu da escravidão"[81]. Com este espírito, de acordo com os seus Estatutos e por proposta de uma das suas sócias, a Associação criou a 1.ª Escola Menagère destinada exclusivamente às classes operárias[82]. Por sua vez, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas multiplicou-se em iniciativas destinadas a promover e proteger a educação feminina. Entre as inúmeras acções em que se empenhou, conta-se, por exemplo, a representação dirigida ao Ministro da Justiça Dr. Afonso Costa para que providenciasse no sentido de ser arrolado o recolhimento da Soledade, na freguesia da Anunciada, em plena urbe, para ali ser instalada uma

---

79 "Sufragistas portuguesas – Resolvem fundar uma Associação de propaganda", *O Tempo*, 12/05/1911, p. 3. Veja-se também sobre este assunto "Associação de Propaganda Feminista", *Revista Pedagógica*, 31/08/1911, p. 2, que por si é elucidativo da presença do movimento feminista em Ponta Delgada, local da sua publicação.

80 Carolina Beatriz Ângelo, "Reivindicações feministas (...)", cit., *O Século*, 05/04/1911, p. 2

81 *Idem, ibidem.*

82 Antónia Bermudes, "Associação de Propaganda Feminista", *O Mundo*, 09/09/1913, p. 1. A carta de Antónia Bermudes que o periódico publicou com este título elucida quanto à permanência em actividade da Associação e também quanto à tensão ainda existente entre esta e a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas que o jornal acentua com os seus comentários. As escolas ménagères haviam-se vulgarizado por toda a Europa – Bélgica, Suíça, Alemanha, França – tanto por iniciativa particular como governamental. A educação profissional tornou-se nesses países, pela sua utilidade, uma das formas por excelência da política social dos governos que se empenharam em promovê-la (Oliveira Simões, "Assistência social às mulheres no trabalho", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 27/05/1909, p. 6).

Slhi

escola primária do sexo feminino. Assinale-se, contudo, que a argumentação apresentada para alicerçar o pedido apenas referia um número não confirmado de crianças do sexo feminino existentes na freguesia (c. 500), sem qualquer alusão à premência da sua educação. Acentuava, sim, o estado do recolhimento, onde apenas residiam seis idosas e onde se celebravam cerimónias religiosas (confissões e missas) frequentes para as quais era chamada a "população mais inculta da cidade", ou seja, a "colónia piscatória das ovarinas"[83]. Enfim, para a Liga, o recolhimento tornara-se, nas suas palavras, "um pequeno foco de beatério", desafiando o laicismo republicano que ela partilhava. Tudo parece indicar que, nesta perspectiva, a política dominava a cultura, e o sentimento laico se sobrepunha à religião, e que seriam estas as razões que levavam ao pedido de extinção do recolhimento, e não propriamente a promoção de educação/instrução feminina. Com isto não se quer dizer que a Liga se tenha desinteressado desta questão, mas apenas que neste caso as intelectuais que a integravam se deixaram contaminar por razões ideológicas, esquecendo a vertente cultural da educação e instrução das mulheres. Aliás, como noutras ocasiões claramente o demonstrou, como por exemplo, com a criação da Escola de Solidariedade Feminina[84], de um Curso de Francês Prático e Teórico[85] e de um Curso Elementar de Comércio[86].

A consciência do papel que a mulher educada e instruída podia desempenhar na sociedade abriu novos horizontes e deu origem a outras iniciativas. Entre estas, contou-se a criação da Empresa de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos das Mulheres que, conforme o nome indica, se destinava a promover a mulher mediante um processo de orientação e de libertação destinado a criar-lhe o sentido de responsabilidade social como"individuo consciente e como mãe e educadora"[87]. Utilizava para isso as páginas do jornal intitulado *A Semeadora* que, simultaneamente, se dedicava a divulgar as novas ideias que iriam informar a sociedade, que se pretendia marcada pela presença activa e interveniente da

---

[83] Núcleo de Setúbal da LRMP, "Representação ao Ministro da Justiça, Dr. Afonso Costa", *O Radical*, 19/03/1911.

[84] "Pela Instrução. Escola de Solidariedade Feminina", *O Mundo*, 13/02/1915, p. 4.

[85] "Pela Instrução. Liga Republicana das Mulheres Portuguesas", *O Mundo*, 04/12/1909, p. 4.

[86] "Pela Instrução. Liga republicana das Mulheres Portuguesas", *O Mundo*, 30/10/1909, p. 3.

[87] "Empresa de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos da Mulher", *A Semeadora*, n.º 1, 15/07/1915, p. 4.

Slhj

mulher encarada na sua individualidade de ser consciente e responsável e, eventualmente, na sua função de mãe dedicada à educação dos filhos. A promoção da mulher implicava a sua instrução e educação, e estas a existência de estabelecimentos de ensino condignos a funcionar com programas adequados. Nesta perspectiva, os liceus femininos deixavam de ter razão de existir como única instituição de ensino feminino secundário. Deviam ser acompanhados por escolas profissionais e domésticas. Seriam estas a preparar as mulheres para a vida do dia-a-dia, tornando-as economicamente auto-suficientes e profissionalmente úteis à sociedade. Deste modo, realizavam-se como pessoas e participavam no progresso social. Em suma, a mulher individualmente educada e instruída de oitocentos, tornava-se socialmente prestigiada, cumprindo os objectivos das intelectuais republicanas

Prestigiar socialmente a mulher significava, portanto, reconhecer-lhe um lugar no todo social que ela ocuparia com êxito se tivesse educação e instrução, expoentes de ser humano individual e, simultaneamente, de ser humano social. Ou, no caso em apreço, da mulher considerada na sua individualidade e na sua cidadania. A esfera doméstica – a mulher esposa e mãe – e a esfera política – a mulher cidadã – coincidiam na instrução/educação que lhe fosse ministrada tendo em conta a conjugação da realidade cívica com a realidade política. Maria O'Neil interpretava esta dualidade invocando Séneca que havia declarado que "a condição das mulheres era para um Estado a causa da sua salvação ou da sua perda"[88]. A vertente política da educação da mulher tornava-se deste modo evidente. Educar a mulher significava, em última análise, reconhecer-lhe direitos políticos e, como tal, abria a porta à tão discutida questão do direito de voto, como acima se referiu. Sufragismo, feminismo e educação podiam ser interpretados como três faces de uma mesma problemática. Promover a educação feminina significava, pois, para as intelectuais feministas republicanas, promover a mulher no triplo aspecto pessoal, cívico e político. A educação/instrução das mulheres criava uma nova identidade feminina e, ao participar dessas três incidências, era também factor incontornável da dignificação feminina e um factor fulcral da plenitude da realização da mulher. Pela sua educação/instrução pessoal a mulher situava-se no presente, mas ao mesmo tempo, reflectida nos filhos, perspectivava-a no futuro.

---

[88] Maria O'Neil, "Conferências feministas", *Alma Feminina*, n.os 6 e 7, Jul.-Ags., 1920, p. 37.

Slhi

"O trabalho é um criador"[89]

Falar do trabalho como criador significa considerá-lo como a expressão do espírito e, neste sentido, estabelecer a sua ligação com a educação/ilustração. As intelectuais feministas republicanas tinham-no bem presente e ao enunciarem pela voz de uma delas qual era a função da escola, esclareciam: "a missão da escola não é fazer republicanas ou monárquicas; católicas ou ateias; não é fazer partidárias ou sectárias, mas tão somente avigorar inteligências, despertar raciocínios, formar sentimentos, fortalecer corpos, isto é, criar cidadãos livres sãos e robustos, amantes do trabalho e da liberdade..."[90]. Aliar trabalho e liberdade como resultado de um mesmo processo de desenvolvimento das potencialidades humanas equiparava-os como valores identificáveis com um modo de ser e de estar de mulheres e homens e, como tal, defensores da sua humanidade. Carecia, portanto, de sentido ignorar esta dupla realidade na reflexão sobre a sua vivência de seres humanos. Trabalho e liberdade seriam vectores de avaliação do grau da sua humanidade efectiva e promovê-los, protegê-los e incentivá-los seria sinal do sentir humano do progresso. A liberdade e o trabalho seriam elementos paradigmáticos para a compreensão da dimensão humana de qualquer sociedade pelas conquistas alcançadas e projectadas num e noutro ponto. Segundo as intelectuais, cabia à mulher um papel importante neste campo. A "emancipação e salvação da pátria" passavam pelas suas mãos. Habilitada pelo trabalho de casa poderia intervir com sucesso na vida pública sobretudo se, afastada a tirania doméstica do homem, lhe fosse reconhecida liberdade para tomar iniciativas na vida pública em acções que se iriam paulatinamente alargando[91], tendo a certeza de que só a República viria a conceder à mulher a sua libertação política. Proclamado o regime republicano, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas passou das palavras à acção e em *Representação* ao governo provisório, além de uma série de reivindicações indispensáveis à renovação social pretendida na qual as mulheres poderiam participar activamente, com o mesmo sentido reclamavam contra as leis que fechavam à mulher determinadas carreiras e não lhes permitiam ocupar lugares superiores aos que lhe eram consentidos pela vontade masculina[92]. Todavia, ao optimismo de algumas intelectuais feministas juntava-se

---

[89] "O Trabalho", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 11/11/1908, p. 6.

[90] Leopoldina Carrilho Balsas, "Inauguração da nova sede do centro republicano da Amadora", *O Mundo*, 06/09/1908, p. 1.

[91] "A Liga Republicana das Mulheres", *O Mundo*, 23/11/1910, p. 2.

[92] Veja-se "Representação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas ao Governo Provisório", *O Radical*, 17/11/1910, p. 3.

Slhi

o pessimismo de outras. Para estas, o meio era hostil e as iniciativas femininas não só não eram recusadas como violentamente desprezadas[93].

Apesar de haver resistências, as intelectuais republicanas não desistiam das suas reinvidicações e numa segunda *Representação* apresentada pessoalmente a Teófilo Braga incluiram de novo o reconhecimento do direito ao trabalho que lhes pertencia como cidadãs. Conceder-lho seria contar com o seu contributo (em alguns casos superior ao dos homens) para a renovação da Pátria. Deviam ser ouvidas sobretudo nas questões educacionais e pedagógicas para as quais manifestavam especiais conhecimentos. Integrando as comissões pedagógicas de higiene e assistência, assim como, as juntas paroquiais e municipais e os conselhos de instrução, por certo fariam bons serviços no momento único de renovação que se vivia[94]. Para que mais mulheres actualizassem os seus conhecimentos, as intelectuais solicitavam que fosse abolido o limite de idade para as mulheres que pretendessem ser admitidas a frequentar as Escolas Normais e as Juntas de Crédito Público, e outras instituições como tinha sido concedido a pedido de Carolina Beatriz Ângelo e de Ana de Castro Osório para as estudantes de enfermagem[95].

Salientavam, também, que apenas a diferença de aptidões devia servir para distinguir os sexos na concorrência para lugares de trabalho e de modo algum aceitavam que filhos do mesmo pai e da mesma mãe, criados sobre o mesmo tecto, vivendo a mesma vida social e intelectual, sofrendo as mesmas influências do meio e seguindo os mesmos estudos fossem preteridos apenas com o argumento que estes lugares estavam implicitamente reservados aos homens não só por comummente lhes serem atribuídos como também por serem dotados de autoridade e superioridade. Aceitava-se injustamente que a mulher pudesse exercer os mais duros trabalhos, mas nunca "entrar numa academia, subir à tribuna, ocupar uma cátedra, dirigir uma repartição ou trabalhar como empregada". Ana de Castro Osório que denunciava a inversão do habitualmente denominado sexo forte e sexo fraco, não reprovava a dedicação da mulher "aos tradicionais trabalhos femininos como coser e bordar, pontear meias e governar a casa"[96]. Condenava, sim, que fossem os únicos que compe-

---

93 Maria Veleda, "Enfermagem laica", *O Mundo*, 10/12/1910, p. 4.

94 Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, "Representação", *O Radical*, 12/02/1911. Assinaram o referido texto: Joana Almeida Nogueira, Virgínia da Fonseca, Rita Dantas Machado, Laura Monteiro Torres, Adelaide da Cunha Barradas, Constança Dias, Ana de Castro Osório.

95 Veja-se *Idem, ibidem.*

96 Ana de Castro Osório, "A razão de ser do feminismo", *A Capital*, 07/02/1911, p. 2.

SIhi

tiam à mulher e, consequentemente, negava que houvesse qualidades e talentos próprios e exclusivos de cada sexo. A superioridade da inteligência, da sabedoria, do talento sobre a força, nem tinha discussão. O carácter individual das pessoas, fossem elas quais fossem, afastava como ilógica e sem sentido esta descriminação de uma parte da humanidade, excluindo linearmente a outra. Daqui que o feminismo defendesse o acesso da mulher aos trabalhos para que tinha aptidão e formação académica, dada a igualdade de todos os seres humanos face ao reconhecimento dos seus dons e da possibilidade de desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Eram estas e só estas que indiciavam a sua adequação ou não ao desempenho de determinado trabalho[97]. Este mesmo critério aplicado a um caso concreto e devidamente fundamentado serviu, aliás, para apoiar a candidatura de Virgínia Quaresma a Segunda Secretária de Legação, lembrando que ultimamente haviam sido nomeados candidatos com classificações inferiores às dela. Deste modo, o direito que lhe assistia para ocupar o lugar era insofismável[98].

Como se tem vindo a assinalar, entre as feministas intelectuais republicanas, a reflexão sobre o trabalho feminino acompanhava o feminismo enquanto caminho de dignificação da mulher e de ressurgimento social. No momento que então se vivia, em que se apelava ao concurso dos cidadãos no processo de renovação pretendida, ignorar o contributo da mulher significava desprezar um factor inquestionável. Além disso, as mulheres ao colaborarem neste processo estavam a promover a sua maioridade como pessoas e como cidadãs, aplicado ao trabalho que exerciam nesta dupla qualidade, os seus dotes de inteligência e espírito crítico e empreendedor. Stuart Mill afirmava que "numa sociedade em que a mulher não estivesse no governo, estava impregnada de injustiça" e implicitamente confiava no valor e contributo intelectual da mulher na *respublica*. Neste contexto, a criação de quinze lugares para empregadas na Junta de Comércio, embora fosse uma medida modesta, sobretudo tendo em conta a grande carência dos lugares em que as mulheres ganhassem meios de subsistência suficientes, não deixava de ser significativa se se atendesse ao princípio que a ditou. E que em contexto diverso transparece das seguintes palavras que encerravam a petição dirigida às supremas autoridades políticas: "Vós, Senhores Deputados, que trabalhais na organização de uma pátria nova, lembrai-vos que nesta pátria há mais mulheres que homens e nunca irais manchar a vossa obra com labéu da injustiça, mesquinhez e

---

[97] Veja-se *Idem, ibidem.*

[98] F. Silva Passos, "Sim ou não! As mulheres ganham terreno", *A Capital*, 10/02/1911, p. 1.

SIhi

egoísmo masculino. Tanto quanto é possível e compatível com a tranquilidade da nossa amada República... mostrai ao mundo quanto o vosso espírito é recto, justo e civilizado. Lembrai-vos de que é nos países mais adiantados que a mulher tem lugar conscientemente preponderante"[99].

Todavia, o trabalho feminino sediado na esfera pública não ficou condicionado por este cariz humanista não raras vezes evocado. Reconhecia-se-lhe, ao mesmo tempo, o seu valor económico e de moralização dos costumes. Neste último aspecto, ocupava lugar à parte a luta contra o alcoolismo e o tabagismo, pelo impacto produzido na sociedade e na família. Para evitar que o vício alastrasse, uma das medidas que talvez obtivesse algum êxito na população seria a proibição da venda de álcool e tabaco às crianças, com multas para quem a desrespeitasse. A função da vigilância seria confiada a mulheres que deste modo ganhariam o seu salário e se tornariam "úteis a si próprias, à Pátria e à humanidade"[100].

Para além disto, a promoção económica da mulher, entendida como base de libertação, implicava dar-lhe todos os conhecimentos necessários para que ela pudesse ganhar honestamente a sua subsistência[101]. Implicava, portanto, a criação de empregos e cursos profissionais, como acima se exemplificou. Exigia-se para isso escolas que oferecessem cursos práticos adaptados ao nosso meio e "em harmonia com os poucos recursos e muitas necessidades da vida portuguesa"[102]. Os cursos da escola doméstica, um dos quais foi criado por decreto, rendeu por todos pela utilidade, tendo em conta que se destinava a grangear trabalho como fonte de receita. Dos cursos das escolas profissionais e domésticas sairiam enfermeiras, "professoras, empregadas de comércio, boas criadas", mas todas elas deviam sobretudo criar no espírito das educandas a convicção de que trabalho devia ser considerado um capital para o futuro[103]. Todavia, no entender das intelectuais feministas republicanas, promover o acesso das mulheres ao funcionalismo público como meio de alguma forma lhes

---

99 Idem, ibidem.

100 "Contra o álcool e o tabaco. Representação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas entregue na Câmara dos Deputados e no Senado", *O Mundo*, 03/12/1912, p. 5.

101 "Acta da Assembleia-Geral do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas realizada em 8 de Abr. 1915", *Boletim Oficial do CNMP*, n.º 2, Mai. 1915, p. 22.

102 "Representação conjunta do Grémio Carolina Ângelo e da Associação de Propaganda Feminista entregue no Senado e na Câmara dos Deputados e enviada a Teófilo Braga, Bernardino Machado e Afonso Costa", *A Semeadora*, 10/08/1915, p. 1.

103 *Idem, ibidem.*

Slhj

garantir o direito ao trabalho, não suscitara até então por parte do governo da República a resposta adequada. Limitara o acesso das mulheres aos lugares nos correios e telégrafos, mantivera a supremacia masculina na promoção a postos superiores e reduzira o número de mulheres empregadas na Contabilidade e na Biblioteca Pública. Daqui se concluía como fizeram as signatárias da *Representação* – Elzira Dantas Machado e Ana de Castro Osório: "A República não tem chamado a si a mulher nem auxiliado aquelas que o podiam fazer influindo pelo seu exemplo e pela sua propaganda[104]. O desânimo destas palavras não deixa dúvidas, embora temperado com esperança de que um dia se fizesse justiça às mulheres, à Pátria e à sociedade portuguesas unidas num mesmo ideal de civilização[105].

No mundo do trabalho feminino, uma outra questão atravessa as páginas coevas – a questão do salário. As referências são frequentes, muitas vezes cruzadas com outros assuntos. Era voz corrente a situação da subalternidade da mulher derivada de inferioridade do seu salário relativamente aos dos homens trabalhando em idênticas circunstâncias. A *Alma Feminina* refere-se-lhe mais de uma vez de onde se deduz ser um tema latente. Seja como for, a questão dos salários estava longe de ser fácil de resolver mesmo para as intelectuais feministas, como dizia Abúndio da Silva. Isto não significava que devesse ser esquecido. Tendo em conta que constituía um acto de injustiça feito às mulheres, seria assinar a sua minoridade.

"Associai-vos" – aconselhava Ana de Castro Osório

Para concluir a abordagem do cânone das intelectuais feminista republicanas resta referir o associativismo. Desde que em 1908 António José de Almeida manifestou a Ana de Castro Osório o interesse pela criação de uma associação de mulheres que apoiasse a implantação da República, o associativismo feminino republicano ganhou foros de cidadania e foi-se concretizando em iniciativas diversas, irmanadas por ideais semelhantes, mas divergindo nas suas particularidades. Este movimento a que hoje não se prestaria demasiada importância, teve na época um forte impacto. Representou, em primeiro lugar, o despontar de uma nova mulher, marcada pela vitória sobre os preconceitos e pelo ultrapassar de uma tradição que a escondia das cenas civil e política. Depois, porque traduzia a ultrapassagem do acto individual, "do gesto isolado", pela emergência de

---

104 *Idem, ibidem.*

105 *Idem, ibidem.*

Slhi

"uma colectividade movida por uma força inteligente, obedecendo aos princípios ordenadores de um sistema, apresentando um programa vigoroso de vida e de consciência". Por fim, porque a vitória das ideias que veiculasse a transformaria em poder com reflexos em toda a sociedade[106].

Segundo se afirmou na altura, a mulher portuguesa despertara e tomara consciência dos seus atributos e do papel que lhe cabia num mundo que até então a afastara ou negligenciara. Ao mesmo tempo, tomou consciência da força da união de esforços para atingir toda e qualquer a finalidade. Sozinhas seriam vencidas. Unidas sairiam vitoriosas. Por isso, necessariamente escolheram unir-se, dando voz e força às suas reivindicações e vencendo, deste modo, as desinteligências geradas e abrindo outros caminhos. Tão só a união tornaria possível segui-los já que estava "provado que a libertação da mulher só podia ser obra da própria mulher", pois como era evidente, não seriam os que estavam na posse de privilégios a cedê-los espontaneamente[107].

Sendo assim, o incentivo à associação abrangia todas as mulheres num projecto comum. Imbuídas das vantagens do associativismo, as mulheres a partir da criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, foram formando, por dissidência ou não, outras associações. Assim, em Maio de 1911 fundou-se a Associação de Propaganda Feminista; depois, em 1914, surgiu o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e a Comissão Feminina 'Pela Pátria'; em Outubro de 1915, criou-se a Associação Feminina de Propaganda Democrática. Em 1912 reuniu pela primeira vez a União das Mulheres Socialistas e, em Setembro de 1928, a Associação das Mulheres Universitárias de Portugal. Todas estas associações, unidas num projecto comum que visava a emancipação e dignificação das mulheres, percorriam caminhos específicos para o realizar. Assim, à procura de conciliação entre a intervenção política e as reivindicações feministas, aliada ao apoio ao partido republicano professado pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), seguiu-se a sua separação. A Associação de Propaganda Feminista (APF) declarou-se assumidamente apartidária e dotada de objectivos tão só feministas, ao passo que a Associação Feminista de Propaganda Democrática (AFPD) apoiava sem reservas Afonso Costa, e o seu cariz político-partidário ultrapassava as directrizes feministas, sem, no entanto, as renegar. Estas

---

106 "Liga Republicana das Mulheres Portuguesas", "Jornal da Mulher", *O Mundo*, 04/09/1908, p. 4.

107 "Porque e para que se fundou o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas", *Boletim Oficial do CNMP*, n.º 2, Nov. 1914, p. 2.

SIhi

duas associações nasceram do confronto entre Ana de Castro Osório e Maria Veleda. Por sua vez, o Conselho (CNMP) pretendia unir todas as colectividades femininas e trabalhar pela promoção civil, económica e social das mulheres, afastado de partidarismos e emprestando a esta finalidade um carácter universal. Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Veleda e Adelaide Cabete personalizaram os sentidos deste associativismo, ao qual dedicaram muito do seu tempo e trabalho. E se é certo que foi a LRMP a congregar mais associadas (c. 1000), o CNMP contou com mais anos de existência (1914-1947). Por sua vez, a APF, embora com projectos humanitários, mostrou ser talvez a mais elitista intelectualmente, enquanto a AFPD, o CNMP e a UMS seriam marcadas pela sua evidente democraticidade. Por último, importa salientar que a Comissão Feminina 'Pela Pátria' e a Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP), nascidas para apoiar os soldados portugueses por ocasião da Grande Guerra, traduzem a intervenção efectiva da mulher na sociedade numa situação concreta, comparável, aliás, tendo em conta as diferenças de tempo, de implantação, e de objectivos com a Associação das Mulheres Universitárias de Portugal.

Este panorama parece contrariar a acusação de que as mulheres não eram solidárias, já que o associativismo implicava solidariedade. Solidariedade entre as mulheres que partilhavam uma mesma forma de pensar, mesmo quando a não aceitavam, pois "a condição essencial da vida era precisamente a solidariedade natural e necessária que liga todos os indivíduos". Ou seja, o associativismo das intelectuais feministas republicanas ficou marcado por posições ideológicas diferenciadas, embora o sentido de libertação as unisse sob a bandeira de um mesmo ideal. Daqui ter sido possível elaborar e apresentar um cânone de valores das intelectuais feministas republicanas, já que sem a contribuição da mulher era impossível a construção de uma nova sociedade. E resumir nos seguintes termos a sua mensagem às mulheres portuguesas: "O regime democrático que o povo português conquistou não pode em nome de princípio algum continuar a viver dentro de uma sociedade unilateral afastando as mulheres dos cargos políticos, negando-lhes direitos, negando-lhes o próprio pão, porque lhes negam trabalho que conquista com honra"[108].

---

[108] "Representação conjunta do Grémio da Carolina Ângelo e Associação Portuguesa de Propaganda Feminista entregue no Senado e na Câmara dos Deputados", p. 1.

Slhi

EDUCAÇÃO, INSTRUÇÃO E ANALFABETISMO

Maria do Céu de Brito Vairinho Borrêcho

Educar a mulher é contribuir para a redenção da Pátria[1]

1. A alfabetização feminina

A partir dos meados do século XIX, houve uma relativa melhoria geral da educação letrada das mulheres portuguesas; é verdade que era uma alfabetização com taxas de distribuição irregular no território português, já que, em 1890, registava-se uma maior alfabetização feminina no Sul do que no Norte, mais nas freguesias urbanas do que nas rurais, e até havia uma zona de profundo analfabetismo – o Noroeste – onde só 5% das mulheres sabiam ler. A própria concentração do povoamento parecia favorecer a alfabetização feminina – era o caso das freguesias rurais do Sul, comparativamente com as do Norte.

Nesta diversidade, haveria, segundo Rui Ramos[2], linhas de continuidade com as situações verificadas nas vizinhas zonas de Espanha. Todavia, cada vez mais nas zonas rurais, havia aspirações de valorização pessoal através da literacia bem como a noção da utilidade do domínio da escrita para o exercício cabal de determinadas profissões. Quem não se recorda do valor da alfabetização para as heroínas de alguns romances oitocentistas?

---

[1] Lema da Escola Solidariedade Feminina.

[2] Rui Ramos "Culturas de alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da alfabetização no Portugal contemporâneo", *Análise Social*, 3.ª série, vol. XXIV, 4.º e 5.º, Lisboa, ICS, 1988, p. 1074.

Mulheres na 1.ª República, Lisboa, Edições Colibri (2011): 109-123

Slhi

No final do século XIX, o "renascimento católico" e o regresso da Companhia de Jesus suscitaram também o aparecimento de diversas instituições de inspiração católica, em que o ensino popular também se integrou. Por exemplo, nos Estatutos da *Associação Católica de Portugal*, publicados em 1872, estipulavam-se como objectivos: criar e sustentar escolas de instrução primária para crianças e adultos, fundar e conservar gabinetes de leitura e bibliotecas populares. E, mesmo no início do século XX, os católicos lisboetas criaram a *Associação Promotora da Educação e Instrução Popular* que, a partir de 1907, se chamou *Liga de Acção Social Cristã*. Era, portanto, provável que nessas organizações houvesse lugar para a instrução feminina.

Aquela diferente distribuição geográfica manteve-se no princípio do século XX, pois os inspectores escolares registaram, em 1907, uma afluência muito grande de raparigas às escolas do Sul do país, ao contrário do que se verificava no Norte, onde prevalecia o gosto masculino pelos estudos.

Porém, os republicanos mais radicais culpabilizavam ainda o Estado monárquico por não ter criado as condições, diga-se escolas suficientes, para a implementação das leis que, desde 1835, tornavam o ensino gratuito e obrigatório. O que consideravam uma razão suficiente para os níveis de analfabetismo tão elevado que então se verificavam. Segundo António Nóvoa, esses níveis, em 1878, alcançavam os 82,4%. Neste ano, uma lei do ministro António Rodrigues Sampaio previa o ensino de adultos (à noite e aos domingos). Foi isso que permitiu a quebra para os 79,2% em 1890?

No *1º Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular*, organizado pela Liga Nacional de Instrução, presidida por Bernardino Machado, apresentaram-se as causas do analfabetismo e dava-se como exemplo o concelho de Barcelos, com 94 freguesias, das quais apenas 25 tinham escola, isto é, menos de um terço, e dessas só três se destinavam ao sexo feminino e nenhuma era mista. Além da falta de escolas, as que existiam estavam instaladas muitas vezes em edifícios acanhados e mal construídos – as "gaiolas de grilos", como lhe chamavam –, a falta de mobiliário e "utensílios", a deficiente remuneração, preparação e dedicação do professorado primário, a burocratização centralizadora e a deficiente iniciativa particular eram também apontadas como causas do analfabetismo em Portugal[3].

[3] *1º Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular*, Abril 1908, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pp. 12-32.

Slhi

No *3º Congresso Pedagógico*, em 1912, ainda se consideravam medonhos os 75% de analfabetos então existentes em Portugal e em que 70% das crianças em idade escolar não recebiam instrução[4].

É certo que o não domínio da escrita não equivaleria a incultura, porque se podia ter acesso ao conteúdo escrito através da oralidade o que permitia a memorização da leitura feita em grupo, por exemplo. Porém, o problema estava em que, desta forma, a mulher analfabeta estaria mais sujeita à má influência, como diziam.

A questão da alfabetização foi sempre vista como uma questão da escola. Uma escola onde alguém era pago pelo Tesouro Público ou pelas Câmaras Municipais para ensinar as crianças. Essa escola cresceu ao longo da segunda metade do século XIX, com algumas quebras causadas pelas crises económicas ou quando a administração da mesma foi entregue às Câmaras Municipais[5]. Mas, nem sempre foi assim. Após a reforma pombalina, muitos se candidataram ao lugar de mestres de leitura, que exerciam em acumulação com outras profissões, que já desempenhavam. Nessa época, ser mestre parecia um passatempo que doravante seria legalizado e remunerado. Contudo, desde o início do século XIX, criaram-se instituições para a formação de professores das primeiras letras. E, mesmo antes da revolução de 1820, surgiu, em Belém, a primeira Escola Normal, no contexto do chamado "ensino mútuo", isto é, os alunos mais adiantados ensinavam os menos adiantados, tudo sob a coordenação de um professor[6].

Os governos oitocentistas procuraram manter os princípios do liberalismo no campo do ensino: o de ser laico, gratuito e obrigatório. Laico, queria dizer ensino público ministrado por leigos e não por congregações religiosas, apesar de nele se ensinar a doutrina cristã. A gratuitidade do ensino primário era assegurada pela Carta Constitucional e, quanto à obrigatoriedade, era um dever das famílias alfabetizar as crianças dos 7 aos 15 anos nos locais onde houvesse escolas. Os municípios, os párocos e os professores procurariam persuadir os faltosos, mas não estava prevista qualquer punição. D. António da Costa, que foi o primeiro ministro da Instrução Pública e notável pedagogo, relatava, em 1885, que mesmo no

---

[4] Alice Pestana, *La educación en Portugal*, Junta para la ampliación de Estúdios y Investigaciones, Patronato de Estudiantes, Madrid, 1915, p. 19.

[5] *Idem*, p. 1100.

[6] Luís Reis Torgal, "A Instrução Pública. O sentido e a força de um conceito liberal", *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 617.

Slhi

centro de Lisboa, alguns pais recusavam enviar os filhos à escola, obrigando-os a trabalhar, sob ameaça física.

Quanto à metodologia, foi também nesta década que se vulgarizou o "método de João de Deus", o que ficou a dever-se ao empenho da *Associação de Escolas Móveis pelo método de João de Deus*. Esse inovador método de ensino da leitura foi então visto como uma forma prática para combater o analfabetismo.

No que respeita ao ensino secundário, foram criados pela lei de 9 de Agosto de 1888 três liceus femininos (em Lisboa, Porto e Coimbra), que só mais tarde serão fundados. Apesar disso, as meninas tiveram acesso à Universidade através da frequência de colégios particulares ou do chamado ensino doméstico. Deste modo, algumas chegaram a matricular-se no ensino superior, como foi o caso de Domitila de Carvalho, que em 1891-1892 obteve as licenciaturas em Matemática e Medicina. Ao invés do primário, o ensino secundário não era gratuito.

Nos finais do século XIX, os governos monárquicos continuaram o esforço para ampliar e modernizar a formação de professores abrindo escolas normais nas capitais de distrito. Deste modo, foi-se consolidando a "profissionalização" do professor. Em Lisboa, existiam duas Escolas Normais Primárias, uma para o sexo masculino, em Marvila, e outra para o feminino a funcionar no Calvário, desde 1866. Porém, a partir de 1914/1915, estas instalações acolheram também a escola destinada ao sexo masculino, concretizando-se assim o regime de coeducação defendido pelos pedagogos republicanos, como foi o caso do seu director Prof. Tomás da Fonseca.

2. Educação e instrução

O Ministério do Reino tutelou as questões da instrução pública mesmo após a revolução liberal de 1820. Já nos finais de oitocentos, como se disse, foi criado o Ministério da Instrução Pública. Contudo, a sua organização político-administrativa oscilou perante as mudanças de governo, as revoluções e os golpes de Estado, as lutas entre instituições, as disputas entre o poder central e o poder local ou entre Lisboa e a Universidade de Coimbra.

Já nesta época houve vários debates sobre se haveria a necessidade do Estado controlar o ensino, se a liberdade de ensino se deveria harmonizar com uma formação cívica de raiz liberal ou se o ensino particular poderia ser um foco de ideias tradicionalistas e mesmo contra-revolucionárias. Tudo isto reflectia a percepção de que a instrução não

Slhi

era encarada como sendo sinónimo de educação, que a transmissão de saberes diferia da formação do carácter ou da mentalidade.

Em 1914, Adolfo Lima, pensador republicano, admitia que nada fora mais prejudicial à instrução do que a política partidária. Na monarquia, segundo ele, a instrução era abandonada ou entregue "às fúrias dos interesses locais, caciqueiros; fundavam-se escolas, fechavam-se escolas, nomeavam-se professores, demitiam-se professores, conforme as influências locais ou conforme o número de votos e a proximidade de eleições".[7] E, apontava o caminho: era preciso que em instrução e educação houvesse um plano geral, esquematizado, com rigor para que todos os graus e especialidades se harmonizassem e se complementassem. Era também necessária a continuidade na execução desse plano e que ele não estivesse à mercê das contingências políticas, o que, é claro, requeria tempo[8].

A instrução daria os necessários conhecimentos, apoiada sobretudo num sólido ensino primário complementado com um adequado ensino profissional. A valorização do trabalho, ideia bem cara ao pensamento liberal, reencontrámo-la após a revolução republicana. O trabalho era uma fonte de riqueza e um trabalho "devidamente educado" tornaria os povos fortes e respeitados. Era preciso educar o indivíduo na actividade, na produção de utilidades, recomendando-se que se o deficit era devido à despesa com a educação popular, então que viesse esse deficit, e até poderíamos aumentá-lo ainda mais, porquanto dentro em breve ele seria substituído por um superavit.[9]

Marcado pela filosofia positivista, o pensamento pedagógico republicano defendia uma escola que tivesse por fim fazer da criança um ser humano completo e íntegro, conhecedor dos seus direitos e com uma consciência social integral. Segundo ele, a escola passara pela lei dos três estados exposta por Auguste Comte. Ao estádio religioso da humanidade, em que a explicação das coisas se procurava em causas sobrenaturais, correspondia a escola congregacionista, o que para os republicanos estava em correlação com o ensino oficial da monarquia – já que também ele não ensinava a pensar livremente. Ao estádio metafísico, correspondia a escola laica, que mais não tinha feito do que substituir a ideia de Deus pela da Pátria, a de Estado pela de Eleitor. Muitos republicanos conside-

---

[7] Adolfo Lima, *Educação e Ensino, Educação Integral*, Lisboa, Guimarães e C.ª Editores, 1914, p. 101. Lima foi professor na Escola-Oficina n.º 1 e director da Escola Normal Primária de Lisboa.

[8] *Idem*, p. 105.

[9] *Idem*, p. 128.

Slhi

ravam-na também igual à escola religiosa, apesar de não haver o ensino de matéria religiosa que fora substituída pela educação dita cívica. Assim, ao dogma religioso sucedera o dogma da Pátria. Substituíra-se o crucifixo pela espada, o rosário pelo cântico guerreiro, incitara-se os seres humanos a pegar em armas contra os canhões e marchar, marchar.[10]

Quanto ao método de ensinar, os republicanos consideravam-no semelhante tanto na escola religiosa como na escola laica: era mnemónico, não permitindo assim desenvolver o raciocínio. Além disso, os programas eram impostos rigidamente em todos os lugares e a todos os estratos sociais, formulados por quem, fechado no seu gabinete, não conhecia a realidade. Na escola laica, não se fizera mais do que substituir o padre professor que mandava pelo professor laico que também mandava.

A escola racional ou positivista corresponderia, essa sim, àquele estádio psico-colectivo em que os seres humanos adquiriam uma mentalidade positiva, firmada no livre-arbítrio. Para que tal fosse alcançado, a educação positiva deveria ser concreta e individualista, procuraria que a criança alcançasse o maior número de conhecimentos possíveis, com o menor esforço. Tenderia a converter o ensino num divertimento, procurando criar na criança o gosto pelo aprender, o amor pela ciência. Além disso, na escola racional também se deveria praticar experimentalmente.[11]

A defesa da escola racional enquadrou-se na luta europeia contra o catolicismo: França rompeu com o Vaticano, em 1904, e separou a Igreja do Estado, em 1906; em Espanha perseguiram-se as congregações religiosas, nos anos de 1910-11, e em Portugal, Lisboa viu reunido, em 1913, o *Congresso Internacional do Livre-Pensamento*. A própria Liga de Instrução Nacional tinha como referente a *Ligue de l'Enseignement*, criada em França, nos meados do século XIX, com o fim de promover o melhoramento da instrução nacional em todos os ramos, principalmente no primário e no popular.

Este ideal de escola baseava-se nos princípios da *Liga Internacional de Educação Racional da Infância*, criada por Francisco Ferrer, cujo presidente honorário foi Anatole France. Ferrer y Guardía, pensador anarquista catalão, foi o fundador em 1901 do projecto prático de pedagogia libertária, chamado *Escola Moderna*. Nessa escola, só se admitia o ensino científico e humanístico, bem como o pensamento livre e individual com vista ao desenvolvimento integral da criança, num ambiente de coeducação.

---

[10] *Idem*, p. 41.

[11] *Idem*, pp. 17-30.

SIhi

Um projecto fundado nestes ideais foi o da *Escola Oficina n.º 1* de Lisboa, criada em 1905 pela Sociedade Promotora de Escolas. Esta escola privada de origem republicana e maçónica, para além da instrução primária (só oficialmente reconhecida em 1912) permitia que os seus alunos também obtivessem uma formação profissional, com a particularidade de tanto os rapazes como as raparigas frequentarem as oficinas, quer estas fossem de marcenaria ou de costura.

O Conselho Escolar desta escola aprovou, em Dezembro de 1913, um parecer da professora Camila de Carvalho. Nele se defendia, em nome de sentimentos altruístas, de solidariedade e por critérios psicológicos, que a mulher e o homem deveriam crescer e desenvolver-se sob a mesma instrução e educação[12]. Como objectivo, propunha-se não só ministrar-lhes instrução, saberes, mas também tornar-lhes o espírito robusto, forte e audaz de forma a não serem mais o chamado sexo fraco. Dizia ainda que não havia profissões especiais para cada sexo, podendo quando muito haver funções especiais e aptidões:

> ... não pode, pois, nem deve, haver profissões fechadas, castas profissionais, podendo a mulher que se sentir dotada para seguir uma profissão chamada masculina adoptar essa profissão; como o homem seguir uma profissão feminina, se para tal tiver inclinação[13].

Dito isto, estabelecia um plano de ensino e de educação doméstica para que a mulher se bastasse a si própria, não esquecendo de referir que era necessário ensinar as jovens para a dupla função de mães e educadoras.

Em 1 de Maio de 1910, foi inaugurada a escola racional de Porto Salvo, da responsabilidade da Junta Local do Livre Pensamento, tendo presidido à inauguração Maria Veleda, na presença de Oliva da Encarnação Pimentel da Cunha, professora dessa escola, que na ocasião dirá aos futuros alunos que só da ciência há a esperar o que quer que seja de bom para a sociedade em que vivemos. Era o ideal positivista.

O debate a propósito da existência ou não de escolas mistas foi tema de um relatório apresentado por João Soares de Figueiredo e Castro, em 1884. Nele considerava-se que o sistema de aulas em dias alternados para cada sexo, nas paróquias onde não houvesse escolas separadas, se por um lado podia prejudicar o ensino, por outro resolvia questões de moralidade "que em tais casos se costumam sempre levantar". Portanto, podia haver

---

[12] "O Ensino das Meninas", *Educação*, n.º 24, 1ª série, 1º ano, 31/12/1913, p. 283.

[13] *Idem*, p. 285

Slhi

escolas mistas desde que os meninos e as meninas não se encontrassem no mesmo dia de aulas. E o relatório foi aprovado por aclamação[14].

Os positivistas criticavam, como vimos, o carácter enciclopédico da educação, especialmente da educação secundária, pois isso era nefasto ao desenvolvimento da inteligência. Ao invés, consideravam que o ensino deveria ser conduzido cientificamente, com vista à realização de um ideal a longo prazo, que era o do desenvolvimento dos povos. Por essa razão, várias questões foram debatidas pormenorizadamente nos diversos congressos sobre educação e pedagogia, realizados no início do século passado. Por exemplo, o professor João de Sousa Vairinho foi o relator de um estudo sobre horários escolares e fadiga mental nas crianças. Seguindo os mais reputados pedagogos desse tempo, considerou importante o cuidado com a ordenação das matérias ao longo do dia, devendo escalonar-se da mais complexa (como a aritmética) para a menos fatigante (como o desenho, a caligrafia ou o canto coral que deveriam ficar para o fim). O próprio horário escolar necessitava de ser revisto, pois 5 ou 6 horas de duração, como então se praticava, já era considerado excessivo à luz de todas as investigações realizadas sobre esse tema[15]!

Para os republicanos, como Bernardino Machado, a educação é antes de tudo a integração no património humano sempre em progresso. Sem ensino, a civilização é contraproducente, na medida em que ela deixa de estar ao alcance do homem. Deste modo, a educação teria a função de integração social, ao mesmo tempo que seria agente de progresso, de inovação e de ruptura.[16] Para um povo maioritariamente analfabeto, a cultura podia chegar através de conferências, como foi proposto no 3º Congresso Pedagógico. Essas conferências populares educativas consideravam-se uma forma de divulgação oral do saber vulgarizando, deste modo, uma cultura geral imposta pela organização democrática das sociedades e pela complexidade da vida moderna[17].

Em 1906, Maria Veleda, no artigo "Educai o povo", publicado no jornal *A Vanguarda*, defendeu a escola laica que, nos centros escolares republicanos, prepararia o triunfo da República. Numa quase profissão de fé, propôs:

---

14 Conferências Pedagógicas de Aveiro, 1884.

15 *Os horários escolares em face dos estudos feitos sobre a fadiga mental*, Congresso do Professorado Primário, Porto, 1914.

16 Rogério Fernandes, *Bernardino Machado e os problemas da instrução pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985, p. 25

17 *Terceiro Congresso Pedagógico*, 1912, 1ª secção, 2ª tese – "Conferências Populares Educativas", Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

Slhj

> O professor de uma escola laica deve ter em vista, superiormente aos seus interesses pessoais ou aos interesses propriamente instrutivos dos alunos, os interesses educativos deles e o seu futuro de redenção. Deve instruir, educando. Educar é preparar o homem para a grande luta do pensamento: é completar a instrução[18].

Educar era, pois, preparar os futuros cidadãos, consciencializando-os de que a salvação estava na República: "Crianças educadas à sombra da República, ensinadas por professores republicanos, a quem darão elas os seus sufrágios, senão ao partido que as educou?[19]."

Os estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, fundada em 1909, dirigida primeiro por Ana de Castro Osório e depois por Maria Veleda, expunham a vontade de orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos, a mulher portuguesa, como mãe de família, esposa, filha, educadora tornando-a um indivíduo autónomo e consciente. Para tal, a Liga propunha a fundação de escolas infantis, escolas de serviço doméstico, maternidades, casas de trabalho, asilos-escolas, etc. A esta instituição se deveu também a criação da *Obra Maternal*, com o objectivo de acolher crianças abandonadas, para além da inauguração de diversos cursos destinados à promoção profissional das mulheres empregadas, como por exemplo o Curso Elementar de Comércio, em regime nocturno, para a habilitação de guarda-livros, de empregadas de contabilidade e empregadas de caixa e, ainda, os cursos de leitura e escrita pelo método de João de Deus, de português, francês, música, história e ciências naturais.

No seu entender, as mulheres deviam possuir uma instrução geral além de uma educação orientada para dois objectivos: "a aprendizagem profissional com vista ao ganha-pão e a aprendizagem caseira com vista à família", porque, no lar, ela é responsável pela educação dos filhos e não só, a sua influência estende-se a todos os membros da família.

Consciente da necessidade do contributo das mulheres para o desenvolvimento da instrução entre o sexo feminino, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas resolveu fundar, em 1914, a Escola Solidariedade Feminina, cujo lema se resumia a esta expressiva orientação – *Educar a mulher é contribuir para a redenção da Pátria*. Nela se professaria um ensino moderno e prático o qual, formando o espírito e cultivando a razão, habilitaria as suas alunas a uma entrada na vida, pela porta honesta da independência e do trabalho. A educação de uma mulher seria sempre

---

[18] Maria Veleda, *Vanguarda*, 19/08/1906, p. 5, col. 5.

[19] *Idem*.

Slhi

imperfeita e incompleta se da escola ela não saísse apta para dirigir o seu *ménage* ou angariar os meios necessários à sua subsistência.

Com essa finalidade, propuseram-se ter cursos de economia doméstica, enfermagem, puericultura, física e química, manipulação de produtos farmacêuticos, corte e confecção de roupas brancas, havendo inclusive uma professora para ensinar a fazer chapéus[20]. Para as alunas fora da idade escolar, estavam previstas aulas nocturnas gratuitas de instrução primária elementar, complementadas com prelecções educativas mensais sobre as origens da terra e constituição do universo, higiene, educação moral, deveres e direitos da mulher, harmonia da família, etc. Era este o ambicioso e generoso programa de actividades de uma Escola que aspirava à felicidade da mulher portuguesa por meio da instrução[21].

A educação física da mulher mereceu igual atenção, não como uma questão de estética ou de necessidade de gerar filhos saudáveis, mas como contributo para a melhoria da saúde geral da mulher, ajudando-a a realizar-se na sociedade. Quanto a este propósito, Nicolau Felgueiras, formado na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, interrogava-se, em 1882, se a constituição das raparigas seria assim tão diferente da dos rapazes para que o exercício físico lhes fosse prejudicial. É que, no seu entender, o instinto que impelia os rapazes a saltar e a brincar existia também nas jovens[22].

Importantes para a alfabetização feminina foram os Centros Escolares Republicanos, como o Centro Dr. Afonso Costa, situado na Calçada de Arroios, em Lisboa, de cariz republicano-maçónico, onde se leccionaram cursos de instrução primária também para as raparigas. A estes centros se juntaram as escolas da Associação do Registo Civil, agremiação fundada pela Maçonaria em 1895, mais tarde designada de Associação Propagadora da Lei da Registo Civil. Entre os seus associados contaram-se os regicidas Buíça e Costa. Pelas acções em que se empenhou, foi considerada de utilidade pública em 1926, sendo extinta pelas autoridades em 1938. Do mesmo modo contribuíram para a instrução das camadas trabalhadoras, incluindo mulheres: o Asilo de S. João, o Grémio Popular, a Academia de Instrução Popular, a Sociedade de Instrução e Beneficência Infantil A Voz do Operário, a Sociedade Promotora de Educação Popular, em Alcântara, ou a Associação "O Vintém das Escolas".

---

20 *O Mundo*, 13/02/1914, p. 4, col.6.

21 *Idem*.

22 José Vítor Ferreira e Manuel Botelho, *A Educação Física da Mulher no Porto, nos finais do Século XIX: alguns elementos para a sua história*, Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX, Universidade de Coimbra, pp. 2-4.

Slhi

Igualmente considerada uma escola modelar no campo da educação feminina, foi o *Instituto Feminino de Educação e Trabalho* (criado em 1900 como Instituto D. Afonso, é hoje o Instituto de Odivelas), onde a médica Adelaide Cabete leccionou Higiene e Puericultura. O ensino aí ministrado enquadrava-se no projecto da Escola Nova. Desde a fundação que o Instituto se propôs dar uma formação geral e profissional de magistério primário, telegrafia e escrituração comercial às suas alunas, inicialmente as órfãs de oficiais das forças armadas de todo o espaço português. A estes conhecimentos, acrescentaram-se os ensinamentos voltados para a *ménage*. O regime de internato articulava-se também com as experiências das Escolas Novas, que o consideravam vantajoso, porquanto esse sistema, no dizer dum director emblemático desse Instituto, o coronel Ferreira de Simas, era favorável ao despertar e ao fortalecimento das vocações do magistério primário, como fora também o seminário para os sacerdotes[23].

3. Alice Pestana

Alice Evelina Pestana Coelho nasceu em Santarém a 7 de Abril de 1860, filha de Eduardo Augusto Vilar Coelho e de Matilde Laura Soares Pestana. Órfã de mãe aos cinco anos, foi a avó materna, Epifânia Alexandrina Soares Pestana, que teve grande influência na sua educação. Recebeu aulas de inglês e de francês com uma "institutrice" e, com professores particulares, aprendeu língua e literatura portuguesa, latim, geografia, cronologia e história, física e química e história natural. Com os conhecimentos adquiridos, propôs-se a exame nos liceus oficiais, obtendo a aprovação em 1880. Como todas as meninas do seu tempo, completou a sua educação com estudos de piano.

Em 1896, aceitou o convite dos fundadores da *Sociedade Altruísta*, Pedro Róxa e D. José da Silva Pessanha, tornando-se a primeira mulher a integrar esta Sociedade. Sob o lema – Verdade, Justiça e Bondade – esta agremiação pretendia despertar as consciências para uma maior intervenção social, sobretudo no que diz respeito à condição da mulher e da criança.

Como o pacifismo sempre a sensibilizou, fundou a *Liga Portuguesa da Paz*, em 1899, de que foi a sua primeira presidente.

---

[23] Joaquim Pintassilgo, *Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da Escola Nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942)*, cie.fc.ul.pt/membrosCIE/Jpintassilgo/, p. 10.

Slhi

Casada, desde 1902, com o professor espanhol Pedro Blanco, passou a viver em Espanha onde leccionou francês e inglês e dirigiu, em conjunto com o seu marido, um lar estudantil. Foi neste contexto que o Ministro de Instrução Pública e Belas Artes de Espanha, Francisco Bergamín, a enviou a Lisboa, em Outubro de 1914, com o propósito de estudar a situação da educação em Portugal, no que respeita à acção do Estado, daí resultando um relatório, *La Educación en Portugal*, editado em 1915.

Nesse extenso estudo, apresentou o estado do ensino no nosso país, caracterizando-o como tendo fundos escassos e mal distribuídos, uma centralização excessiva e sem a compensação de alguma orientação pedagógica profunda, um predomínio da educação livresca e memorista e a ausência quase absoluta de trabalhos práticos, de carácter experimental[24].

Procurou, por isso, salientar o caminho que já se percorrera após a implantação da República para que o aluno não fosse mais um simples ouvinte mas sim um trabalhador, um obreiro. Valorizou diversas iniciativas como a criação do Instituto Superior Técnico, além dos contributos privados para a elevação da cultura nacional, como foram os das Escolas Móveis João de Deus, os Jardins-Escola de Lisboa e de Coimbra, a Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, a Liga Popular contra o Analfabetismo (onde, segundo diz, avós e netos aprendiam), a Academia dos Estudos Livres, para além de toda a organização estatal ao nível educativo (como a criação do Ministério de Instrução Pública e outros organismos).

Quanto ao ensino primário, ao qual dedicou cerca de cinquenta páginas do seu relatório, fez alguns reparos:

> Há multas para a infracção da obrigatoriedade do ensino para os pais e tutores das crianças bem como para as autoridades locais encarregadas do censo escolar. O que não tem acontecido, com a cumplicidade de muitos. A obrigatoriedade é mal acolhida pelo povo, naqueles países, como Portugal, em que as obras de assistência não estão garantidas para acolher os mais necessitados[25].

No seu entender, as reformas teriam de ter em conta as condições socioeconómicas do povo a que se destinavam. Para encaminhar as crianças para a escola, era necessário antes melhorar a situação das famílias que ficavam assim desprovidas do contributo do trabalho dos mais pequenos para o seu sustento.

---

[24] Alice Pestana, *La educación en Portugal*, Junta para la ampliación de Estúdios y Investigaciones, Patronato de Estudiantes, Madrid, 1915, p. 9 e seguintes.

[25] *Idem*, pp. 29-30.

Slhi

Nas trinta páginas seguintes, debruçou-se sobre o ensino secundário, expondo pormenorizadamente toda a legislação que o organizou. Sob o lema "menos burocracia e mais pedagogia", um decreto de 1911, assinado pelo governo provisório, concedera mais autonomia aos liceus. Deste modo, os programas de ensino liceal, determinados por lei, tinham só um carácter indicativo, o que, no entender de Alice Pestana, permitia que o seu desenvolvimento fosse obra dos reitores e dos professores de cada especialidade.

Devido ao aumento da população escolar feminina, a lei do ministro Sobral Cid, de 1914, criou mais duas secções femininas em liceus de Coimbra e do Porto. Segundo informa Alice Pestana, nesses liceus as aulas não eram públicas, mas com a autorização dos professores e do reitor podiam assistir a elas as mães das alunas ou pessoas da família do sexo feminino.

Por fim, enalteceu aquela que chamou a "mais formosa obra da República": a *Tutoria da Infância*, criada por Afonso Costa como um "Refúgio" para os delinquentes menores de dezasseis anos, um para cada sexo.[26]

Nele inspirado, a "Decena Fundadora" (grupo de dez senhoras, a que pertencia Alice Pestana) criou, em Espanha, a 18 de Dezembro de 1916, o *Protectorado del Niño Delincuente* (1916-1926), apoiado pela *Institución Libre de Enseñanza*, de que foi secretária. Esta instituição tinha como objectivo evitar a prisão para as crianças e jovens, funcionando de acordo com as ideias de Giner de los Ríos e de Concepción Arenal. Como disse Alice Pestana, no *Boletim da Institución Libre de Enseñanza*, não era preciso defender a sociedade do dano causado pelo pequeno delinquente, mas sim o "direito de todas as crianças a que as defendam de todos os perigos da falta de educação e de todos os trágicos matizes do abandono"[27]. A fundação deste Protectorado coincidiu com o primeiro aniversário da morte de Francisco Giner de los Ríos, por quem tinha grande admiração e que conhecera, em 1890, em Lisboa, numas conferências da Academia de Estudos Livres, patrocinadas por Bernardino Machado. Giner de los Ríos foi a grande figura do krausismo em Espanha, a cujo nome também esteve ligada a criação do referido Instituto de Libre Enseñanza, contraposto à Universidade oficial, e onde ensinaram importantes vultos da cultura espanhola.

---

[26] Em 1912, o governo nomeou Maria Veleda como Delegada de Vigilância na Tutoria Central da Infância de Lisboa.

[27] Alice Pestana, *La Institución Libre de Enseñanza*, citado por Ana Maria Montero Pedrera, "Luís Amigó y Ferrer, los terciários capuchinos y la protección de menores", *Escuela Abierta*, p. 172.

Slhj

Por convite de Bernardino Machado, e sob o pseudónimo de Caïel, Alice Pestana escreveu, em 1892, O *que deve ser a instrução secundária da mulher?* Em resposta à pergunta formulada, defendeu que já nem se colocava a questão de se a mulher deveria ou não ser instruída, porque:

> Dessa incruenta luta de tanto ano, tenaz e lenta, do fraco e oprimido contra o forte e opressor, rompeu, enfim – raio suavíssimo de um esplêndido feixe de luz – a evidência de que o cérebro é susceptível de um grande desenvolvimento, e de que tem sido, e de que é, uma irreparável imprudência não estimar, não promover, não assegurar o aperfeiçoamento de tamanhas, ubérrimas faculdades.
>
> E, por muito que custe ao nosso brio de peninsulares, temos de confessar, colocando-nos num ponto de vista imparcial, que é tão prodigioso o que outras nações têm feito nos últimos anos em benefício futuro da sociedade pela elevação do nível intelectual da mulher, como é prodigiosa a indiferença ou apatia com que, Pirenéus para cá, temos acompanhado esse movimento, essa comoção[28].

Como disse, num outro texto, *Desgarrada*, na mulher só encontrava deficiências de educação e não de capacidades. Porém, para encurtar a distância que nos separava do resto do mundo, Caïel propunha que, no campo da educação, deveríamos caminhar sem precipitação, de forma a levantar um "edifício sólido e vividoiro".

Para tal, havia que responder a duas questões prévias: quais as pessoas a quem se destinavam esse ensino e o meio para o qual teriam de levar o que tivessem colhido na escola. Ao que respondeu:

> Instrução secundária é propriamente a instrução da classe média da sociedade, da classe essencialmente operadora e pensante. Acima das camadas populares, afanosas no amanho da terra, no árduo labor das indústrias rudimentares e das artes mecânicas, nenhum homem pode ser hoje dispensado deste grau de cultura, notificado numa certidão de exame...Representa essa certidão uma larga soma de conhecimentos gerais que habilitam qualquer a escolher...aquele ramo que mais em harmonia estiver com os seus gostos e aptidões[29].

---

[28] Caïel, *O que deve ser a instrucção secundaria da mulher?*, Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano, Secção Portugueza, Lisboa, Typographia e Estereotypica Moderna, 1892, p. 6.

[29] *Idem*, p. 8.

SIhi

E, se não puderem depois de isso prosseguir estudos superiores, concluiu Alice Pestana que ao menos ficarão "aptos a governar-se, o que é, de qualquer modo o fim principal da educação"[30]

Mas, afinal a quem se destinava a debatida instrução secundária do sexo feminino? Destinava-se às filhas, às irmãs, às futuras esposas dos médicos, dos advogados, dos engenheiros, dos oficiais, dos burocratas, dos altos comerciantes, isto é da parte mais válida da nação, como diz Caïel. Pois, esse ensino médio não pretendia formar sábias em qualquer ramo científico ou literário, mas somente formar a *mulher moderna*, habilitando-a a ser a directora e a guarda do lar, de forma a "manter a saúde, a alegria, a expansão, no corpo complexo e compacto da família"[31]

A fim de alcançar este ideal, havia que lhe cultivar a inteligência, o coração e o corpo, para o que propôs um programa diversificado como o estudo das línguas vivas, geografia e história, ciências experimentais e dos números, noções de direito e língua e literatura pátrias. Uma mulher assim instruída poderia cuidar melhor da educação não só das filhas como também dos filhos, evitando-se assim os efeitos negativos da contratação de mestras estrangeiras, hábito frequente em certos meios sociais, o que no seu entender, desnacionalizava a educação. Portanto, além do mais, o cuidado posto na educação da mulher portuguesa deveria ser também um acto patriótico.

E, por fim, conclui:

> é preciso que, paralelamente, se desenvolvam na mulher todas as faculdades afectivas, intelectuais e psicológicas. Só então terá sido bem interpretada a lei que a natureza promulgou criando a mulher... habilitando-a aos encargos da sua missão complexa fazendo dela um ser equilibrado, racional, metódico, independente pela razão robustecida, dependente apenas por condescendência e suavidade, dotes naturais que hão-de sempre constituir o seu maior poder[32].

---

[30] *Idem.*

[31] *Idem*, p. 9.

[32] *Idem*, p. 10.

Slhi

VIVÊNCIAS MONÁRQUICAS

Maria Emília Stone

Uma história por fazer

A história da resistência monárquica ao regime instaurado em 5 de Outubro de 1910 está ainda por fazer. Mormente a oposição realista feminina, de facto, tem estado ausente dos compêndios de *História de Portugal* assim como dos manuais dedicados, especificamente, à *História da 1.ª República*. Quando muito, a contra-revolução monárquica tem sido nessas obras, apenas, objecto de tratamento muito secundarizado por parte daqueles que ao estudo do regime republicano se têm devotado. Para colmatar esse défice de visão global da sociedade portuguesa nas segunda e terceira décadas do século XX, torna-se decisivo dar visibilidade às vencidas de 5 de Outubro, procurando saber-lhes o nome, dar-lhes um rosto e entender como viveram e reagiram a um sistema político cujos valores não eram os seus e com os quais, obviamente, não se identificavam. Sobre as republicanas, têm surgido valiosos e desenvolvidos estudos que contribuem muito positivamente para a compreensão de uma parte da comunidade nacional[1]. Ao contrário, as monárquicas não têm sido contempladas com trabalhos análogos que levem ao conhecimento das suas vivências durante a 1.ª República.

Lendo-se a imprensa monárquica e memórias da época, sabe-se que os governos republicanos, compelidos por um instinto de sobrevivência,

[1] Apenas alguns exemplos: João Gomes Esteves, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: uma organização política e feminista (1909-1919)*, Lisboa, CIDM, 1992; Maria Regina Tavares da Silva, *Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911), Lisboa, CIDM, 2005;* Natividade Monteiro, *Maria Veleda (1871-1955) – Uma professora feminista, republicana e livre – pensadora*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.

Mulheres na 1.ª República, Lisboa, Edições Colibri (2011): 125-144

Slhi

prenderam e julgaram em tribunal marcial, acontecimento inédito na altura, "perigosas conspiradoras" que visitavam e levavam alimentos aos presos políticos enquanto pagavam as rendas de casa às famílias privadas do ganha pão do chefe de família. Foi o caso de Constança Telles da Gama ou Júlia de Brito e Cunha.

Quando, ingenuamente, Paiva Couceiro emigrou com outros contra-revolucionários para a Galiza a preparar a restauração da Monarquia em Portugal, muitas mulheres desses sonhadores acompanharam-nos, vivendo nas mais precárias condições. Foi o caso exemplaríssimo da condessa de Mangualde que se juntou ao marido acompanhada dos três filhos pequeninos entre os oito e os três anos de idade.

Em 1914, um novo movimento couceirista conheceu o protagonismo de Adelaide de Paiva que se disfarçou de peixeira para poder entrar despercebida no quartel do Cabeço de Bola, levando roupas escondidas na canastra das sardinhas para os insurrectos.

Durante a Guerra de 1914-18, Maria Amélia Burnay, Sofia de Mello Breyner (filha da primeira), Maria Josefa de Mello e tantas outras, congregaram esforços no tratamento aos soldados portugueses feridos, disponibilizando a condessa de Burnay a sua casa da Junqueira transformada em hospital de guerra. Mitigaram as carências das famílias dos mobilizados através da Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra, fundada pelas senhoras já citadas às quais se pode acrescentar a viscondessa de Santo Tirso. Angariaram fundos para acudir às despesas com a Festa da Flor, iniciativa de Genoveva de Lima Mayer. Prestou valiosos serviços em França, entre muitas outras, Maria Antónia Ferreira Pinto Basto graduada em capitão dos serviços de saúde do CEP e enfermeira-chefe da Cruz Vermelha Portuguesa.

Por último, recorde-se o auxílio moral e material prestado aos presos implicados na malograda restauração da Monarquia do Norte, em 1919. Distinguiram-se nessa acção humanitária Berta Peixoto, Raquel Pimentel, Maria Pinto de Macedo (a lista não teria fim) e, ainda, uma humilde costureirinha que ficou anónima nesta "última aventura", como lhe chamou o conde de Mangualde em carta endereçada à mulher.

Sobre todas elas, e muitas mais haveria a nomear, pouco se tem escrito, ficando assim a sociedade portuguesa da época, no que respeita ao género feminino, conhecida tão só pela metade. Referindo-se à prisão de monárquicas por crimes políticos, António Granjo, republicano evolucionista, denunciou tal silêncio vindo, particularmente, de outras mulheres:

> nos cárceres há, em plena República, mulheres acusadas de crimes políticos e não será acaso verdade que ainda as mulheres portuguesas

SIhi

> não ergueram as suas vozes comovidas contra um tamanho atentado ao coração português, à tolerância da democracia, à generosidade da vitória e à própria gentileza da nossa raça?[2].

Atendendo ao que ficou dito, o presente trabalho procura contribuir para o preenchimento dessa lacuna, dando a visibilidade possível às mulheres monárquicas vencidas pelo regime fundado em 5 de Outubro de 1910 mas que, à sua maneira, não renunciaram a viver e a sobreviver à República.

Os exílios e as prisões

A vitória da revolução republicana na manhã de 5 de Outubro de 1910 forçou a família real a embarcar na Ericeira, ao entardecer desse dia, rumo ao exílio. Partiram a bordo do iate real *Amélia*, fazendo primeiramente escala em Gibraltar. Daí, D. Manuel, D. Amélia (1865-1951) e o infante D. Afonso dirigiram-se a Inglaterra no iate *Victoria and Albert* cedido pelos monarcas britânicos, aportando a Plymouth no dia 14 do mesmo mês. D. Maria Pia (1847-1911), ao fim de quarenta e oito anos de permanência em Portugal, regressou a Itália a bordo do *Regina Elena* disponibilizado por seu sobrinho, o rei Vitor Manuel III, vindo a morrer em 5 de Julho de 1911, no Piemonte natal, com 64 anos de idade[3]. Acompanhou-a Eugénia Xavier Telles da Gama (1848-1931), marquesa de Unhão, a quem mais tarde se juntou Maria da Piedade de Lacerda Lebrim de Vasconcelos (1857-?), marquesa de Belas. Com a última rainha de Portugal, D. Amélia, partiram da Ericeira Josefa de Sandoval y Kruz de Vasconcelos e Sousa (1859-1918), condessa de Figueiró, e Maria Francisca de Meneses que apenas a assistiu até Gibraltar, regressando de comboio a Lisboa. Assim, pode dizer-se que, para além das duas rainhas, estas senhoras damas camaristas foram as primeiras proscritas da República.

De início, o rei e sua mãe instalaram-se em Woodnorton, propriedade do duque de Orleães, irmão de D. Amélia. No princípio do ano seguinte, mudaram-se para Abercorn House, em Richmond, que estava mobilada com roupas e louças, mas cujas pratas eram pertença dos condes de

---

[2] Cfr. *O Correio*, 14/12/1912, p. 3, c. 2.

[3] Diana de Cadaval acaba de publicar um romance sobre esta figura histórica escrito na primeira pessoa: *Eu, Maria Pia. O destino trágico de uma princesa italiana rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

SIhi

Figueiró. Quando D. Manuel casou a 4 de Setembro de 1913 com D. Augusta Vitória de Hohenzollern – Sigmaringen (1890-1966) passou a habitar com a mulher a residência de Fulwell Park, em Twickenham. A rainha-mãe, D. Amélia, continuou em Richmond até se fixar definitivamente em Versalhes, em Junho de 1921. Aí morreu aos 86 anos de idade, em 25 de Outubro de 1951, depois de ter vivido 24 anos em Portugal e quarenta e um no exílio[4].

Numa primeira reacção de medo e insegurança, muitos membros da aristocracia trocaram o país por Londres ou Richmond. Uns, aí se estabeleceram em permanência junto dos ex-soberanos, constituindo como que uma pequena corte no exílio; outros, aí passavam temporadas consoante as circunstâncias profissionais ou familiares o consentiam. De entre as personalidades femininas, recorde-se a duquesa de Palmela, a marquesa de Lavradio, as condessas de Galveias, Sabugosa, Seisal, a viscondessa de Asseca e Isabel Saldanha da Gama, filha dos condes da Ponte[5]. A condessa de Figueiró, Pepita para os íntimos, e Isabel Ponte vieram a morrer em Inglaterra no ano de 1918. Esta última tinha sido aia e mestra de D. Manuel que sempre lhe dedicou uma enorme ternura, convidando-a para iniciar D. Augusta Vitória, sua mulher, no conhecimento da língua e da cultura portuguesas.

Para além dos "Proscritos voluntários"[6] que com o tempo foram regressando a Portugal, outra emigração se lhe seguiu quando, no início de 1911, a República se radicalizou contra a Igreja, contra os monárquicos, contra os jornais realistas. Começou, então, uma debandada geral para Espanha, mormente Galiza, Bélgica, Inglaterra, e França, designadamente Biarritz e Saint Jean de Luz. A aristocracia monárquica e católica, de facto, assustou-se com o extremismo revolucionário dos governos democráticos e as atitudes demagógicas de muitos elementos da carbonária. Por esse tempo, o insuspeito Thomaz de Mello Breyner – amigo do falecido rei D. Carlos, antigo médico da câmara real e futuro 4.º conde de

---

[4] Recentemente, Isabel Stilwell dedicou o seu terceiro romance a mais uma figura feminina da realeza: *D. Amélia. A rainha exilada que deixou o coração em Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

[5] Ao longo deste trabalho não se pretende apresentar listas exaustivas de individualidades monárquicas femininas, até por ser difícil, muitas vezes, encontrar informações seguras. Assim, nomeia-se as figuras mais frequentemente mencionadas na literatura ou na imprensa realistas por desempenhos de qualquer forma expressivos.

[6] Lucien Corpechot, *Memórias Inéditas da Rainha D. Amélia*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 176.

SIhi

Mafra, – admitiu que a República "poderia estar a estas horas de pedra e cal se não fosse o jacobinismo exagerado e tolo"[7]. Em consequência, foi um dos que pôs a família "a salvo" dado que a mulher vivia "aterrada com os boatos"[8]. Também a marquesa de Rio Maior – Maria Isabel de Roxas e Lemos Carvalho de Meneses de La Rue Saint-Léger (1841--1920), uma das mais distintas personalidades da nobreza liberal e dama camarista da rainha D. Maria Pia[9] – deixou o seu testemunho no mesmo sentido: "Em 1911, e 1912, havia em Saint Jean de Luz uma grande colónia portuguesa, em que se incluíam muitos amigos e parentes meus, que lá se encontravam pelo mesmo motivo que eu".[10]

Durante a preparação das incursões organizadas pelo major Paiva Couceiro a partir da Galiza – a 1.ª realizada em Outubro de 1911 e a 2.ª em Julho de 1912 – deram-se novas levas de emigrantes realistas para aquela região de Espanha. Em Vigo, Tui, Verin ou Orense, foram-se concentrando centenas de exilados políticos que embalavam o sonho de entrar em Portugal para restaurar a Monarquia. Muitas mulheres, mães, filhas ou irmãs, dos "paivantes" (como lhes chamavam os republicanos) se lhes juntaram, enfrentado estoicamente as mais precárias condições de sobrevivência física e psicológica. A condessa de Mangualde, Maria Teresa de Souza Botelho e Mello (1871-1947), suportou meses em Parada da Ventosa, uma "aldeia perdida no meio dos montes"[11] com três filhos pequeninos: Francisco de 3 anos, Maria Rita de 4 e Maria Teresa de 8. Na 2.ª incursão, outras senhoras se lhes juntaram, como a condessa de Paraty com os netos e a filha solteira, Francisca, a filha casada Júlia de Paiva Couceiro, mulher do "comandante", as Eça de Queiroz, viúva e filha do escritor, as filhas do historiador Manuel Pinheiro Chagas, entre tantas outras. Em Vigo, acompanhando-se mutuamente, "passavam momentos de terrível ansiedade" apenas com notícias vagas e, por vezes, contraditórias dos familiares. Como único lenitivo, "Todas as manhãs nos

---

[7] Thomaz de Mello Breyner, *Diário de um Monárquico 1910-1913,* Porto, Ramos dos Santos, 1994, p. 254.

[8] *Idem, ibidem*, p. 60.

[9] Pelo muito que conhecia da História portuguesa de Oitocentos, o jornalista Joaquim Leitão chamava-lhe, com toda a propriedade, "a Torre do Tombo do constitucionalismo". Vid. *O Correio,* 10/05/1913, p. 3. c. 1.

[10] Branca de Gonta Colaço, *Memórias da Marquesa de Rio Maior Bemposta Subserra,* Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2005, p. 259.

[11] Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *Memórias da Condessa de Mangualde. Incursões Monárquicas 1910-1920,* Lisboa, Quetzal Editores, 2002, p. 48.

SIhi

juntávamos na igreja onde se rezavam missas que mandávamos dizer"[12], recordava trinta anos mais tarde Maria Teresa Mangualde.

Nos meios monárquicos, o malogro dos movimentos restauracionistas foi atribuído, por uns, "a absoluta falta de preparação"[13], por outros, à falta de apoio militar interno e à ausência de ajuda britânica, servindo as incursões tão só "para perder vidas e dinheiro"[14]; para muitos intervenientes na 2.ª incursão, a mais participada e de maior mortandade, o desastre ficou a dever-se, em grande parte, a denúncias e traições. Seja como for, o governo da República puniu as duas intentonas com centenas de prisões, procedendo com os presos políticos como se de réus de delito comum se tratasse. Em consequência, a duquesa de Bedford veio a Portugal, em Março de 1913, na qualidade de membro da Associação Filantrópica Howard e da Associação Internacional de Penitenciárias, cujo fim era o de velarem pela sorte dos presos de toda a parte. A duquesa acompanhada do vice-cônsul inglês visitou as cadeias do Limoeiro, Aljube e Penitenciária, onde se avistou com alguns presos políticos, vendo e inquirindo das condições em que se encontravam. De regresso a Londres, abriu uma campanha contra as iniquidades cometidas pelo regime português sobre esses prisioneiros, o que não deixou de criar uma situação deveras incómoda para a República nos meios internacionais.

O zelo defensivo dos governos republicanos ou, muitas vezes, das suas massas populares mais radicais que agiam, destruíam e prendiam por conta própria, substituindo-se às autoridades legítimas, não pouparam sequer mulheres identificadas com a contra-revolução. Os jornais da época, das várias sensibilidades políticas, noticiaram e teceram extensas considerações a favor ou contra as prisões de Constança Telles da Gama, Alice Lawrence Oram, Júlia Maria de Brito e Cunha e Adelaide de Paiva. Seguramente, a lista não se esvaziava aqui, mas estes foram os casos que mais rios de tinta fizeram correr tanto na imprensa periódica como na literatura memorialista.

Constança Telles da Gama (1877-1960) era filha dos condes de Cascais e descendente directa de Vasco da Gama, parentesco que os jornais de qualquer raiz ideológica nunca esqueciam de referir. Criou uma obra de assistência aos presos políticos, arranjando-lhes comida e roupa, procurando-lhes advogados, protegendo-lhes as famílias, o que levou Mello Breyner a registar no *Diário* que Constança da Gama foi presa "pelo cri-

---

12 *Idem, ibidem*, p. 66.

13 *Idem, ibidem*, p. 47.

14 Thomaz de Mello Breyner, *ob. cit.*, p. 221.

Slhj

me de fazer bem"[15]. E Carlos Malheiro Dias acrescentou: "porque (...) desconfiassem que ela andasse, ao mesmo tempo que distribuindo pão, acendendo a revolta, assaltaram o palácio da mãe de Constança"[16] e, no dia seguinte, o administrador de Vila Franca veio prendê-la. Por sua vez, Machado Santos, "o herói da Rotunda", escreveu em *O Intransigente*, "Diário Republicano Radical", que dirigia:

> A prisão de Constança Telles da Gama, originada pelo desvario que se apoderou de todos, serviu apenas para exaltar a bondade do seu coração (...). É uma vergonha para a República, é uma vergonha para o país, conservar em ferros, por mais uma hora só que seja, a descendente de Vasco da Gama (...), sobretudo quando pelas suas acções se prova que ela tem sabido honrar o nome do seu glorioso avô e a sua condição de mulher portuguesa[17].

O certo é que, sob a acusação de conspirar contra o regime, passou oito meses no Aljube enquanto aguardava julgamento. Este chegou, finalmente, em 1 de Abril de 1913, e constituiu, para além de um acto de administração da justiça, um evento social. Compareceu no Tribunal Militar de Santa Clara – registe-se que foi o primeiro julgamento de uma mulher em tribunal de guerra – toda a aristocracia que havia permanecido no país e, sendo dia de feira da ladra, "a afluência de mirones à entrada do antigo palácio dos Lavradio"[18] foi enorme. Defendeu-a e aos seus co-réus Joaquim Gomes Leite, soldado de infantaria, e José dos Santos Alves, criado de servir, o advogado Horta Osório. Ela foi absolvida; eles, dados como culpados. Daqui, Carlos Malheiro Dias tirou a pertinente ilação: "Absolvendo a fidalga e condenando os plebeus, o tribunal republicano não cometeu apenas uma crueldade. Atentou (...) contra a democracia"[19].

A detenção de Alice Lawrence Oram (1862-1948), jornalista correspondente do *Daily Mail* no nosso país, conta-se em poucas palavras dado que ficou resolvida em quatro dias. Miss Lawrence (designação dada por toda a imprensa) nasceu em Portugal de pais ingleses que, aos 4 meses, a

---

[15] Thomaz de Mello Breyner, *ob. cit.*, p. 215.

[16] Carlos Malheiro Dias, *Álbum dos Vencidos*, dir. Alberto Pereira de Almeida, Lisboa, Typ. do Annuário Comercial, 1913-1914, p. 105.

[17] *O Intransigente*, 14/08/1912, p. 1, cc. 1-2.

[18] *A Capital*, 01/04/1912, p. 1, c. 2.

[19] Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 106.

SIhi

registaram no consulado britânico de Lisboa. A 2 de Agosto de 1912, precisamente no mesmo dia que a neta de Vasco da Gama, foi conduzida ao Aljube sob acusação de estar implicada na conspiração monárquica, recebendo cartas de D. Amélia e ajudando a 2.ª incursão de Couceiro através de reuniões políticas que, supostamente, organizava em casa. A denúncia partiu de dois carbonários, Cruz e Santana, pessoas "sem imputação moral"[20]. Logo que a delação foi conhecida, as autoridades procederam a uma pormenorizada busca no Hotel Lawrence, propriedade de seus pais, imortalizado por Eça de Queiroz nas páginas de *Os Maias* e por Lord Byron na passagem por Sintra em 1809. Nada encontraram e, à falta de provas, Alice Oram foi mandada em liberdade graças aos bons ofícios do advogado Cunha e Costa mas, principalmente, à intervenção do ministro inglês em Portugal Sir Arthur Hardinge. Efectivamente, não interessava hostilizar a velha aliada, "onde o novo regime quer ser definitivamente reconhecido", como se podia ler num "Diário Republicano da Noite"[21].

Por meados de Agosto do mesmo ano (1912) calhou a vez a Júlia Maria de Brito e Cunha (1860-1946), nascida numa família da alta burguesia do Porto de antigas tradições liberais, aparentada com os Sandeman, profundamente católica e amiga íntima da marquesa de Rio Maior – tudo condimentos propícios à animosidade republicana. Possuía um estabelecimento de artigos religiosos e flores artificiais na Rua dos Retroseiros, 46, 1.º, à esquina da Rua da Prata. Na tarde do dia 19 de Agosto de 1912, a loja sofreu uma busca rigorosa levada a cabo por um oficial do exército e vários guardas da judiciária, sendo detida a proprietária durante nove meses e meio até ser julgada e absolvida. O episódio mostrou-se de tal modo caricato que mesmo a imprensa afecta ao regime não resistiu a ironizá-lo. Assim, no dia seguinte podia ler-se em *A Capital*: "Mas que diabo é que queriam que houvesse num bazar de quinquilharias católicas?"[22]. Todavia, os vigilantes da República mantinham-se atentos. Solta no início de Junho de 1913, Júlia de Brito e Cunha regressou ao Aljube na sequência de mais uma intentona monárquica mal-sucedida, e aí permaneceu oito meses a aguardar julgamento. Desta feita, acusaram-na de ter instalado um hospital de sangue, numa casa alugada em Campolide, para tratar dos correligionários que eventualmente fossem feridos. No tribunal marcial, onde também foi julgada à imagem de Constança da Gama, a ré confirmou possuir apetrechos de enfermagem, como sócia da Cruz Vermelha que era, para a

---

20 *A Capital*, 06/08/1912, p. 2., c. 4.

21 *Ibidem*, 07/08/1912, p. 1, c. 1.

22 *Ibidem*, 20/08/1912, p. 1, c. 2.

Slhi

eventualidade de se dar um movimento a 21 de Outubro de 1913 como constara. Seriam, contudo, "para socorrer os feridos fossem eles monárquicos ou republicanos"[23]. Concluindo o advogado, Dr. Preto Pacheco, que os intentos da sua constituinte eram humanitários e não políticos[24]. Apesar destas justificações, o júri condenou-a a quinze anos de degredo. Porém, em virtude da lei da amnistia para os monárquicos de 22 de Fevereiro de 1914, Júlia de Brito e Cunha saiu em liberdade.

Implicada neste mesmo "complot", esteve Adelaide de Paiva de quem se desconhece as datas de nascimento e morte, mas que, segundo a imprensa, exercia a profissão de modista e morava na Rua da Alegria, 116, 1.º. Foi acusada de estar envolvida com os conspiradores do movimento realista dirigido por João de Azevedo Coutinho, que deveria sair para a rua na noite de 20 para 21 de Outubro de 1913, franqueando a sua casa para reuniões e depósito de armas[25]. A residência da modista foi passada a pente fino e a polícia apreendeu-lhe várias coisas, entre elas retratos, cartas e imagens de santos. Após o insucesso da revolta, Adelaide ficou detida no Aljube durante meses, mas não desistiu, voltou a conspirar depois de posta em liberdade. Assim, exactamente um ano depois (21/10/1914), Adelaide de Paiva encarregou-se de captar a simpatia dos militares do quartel do Cabeço de Bola que os contra-revolucionários pensavam tomar. Quem estava indigitado para futuro comandante daquele quartel, se o movimento tivesse sucesso, era o 4.º marquês de Belas[26]. Todavia, pouco tempo antes de se iniciar o sonhado ataque, o plano foi descoberto. O marquês escondeu-se e Adelaide saiu furtivamente das instalações militares. Mais tarde, disfarçada de varina, voltou a entrar no Cabeço de Bola, levando escondido na canastra debaixo das sardinhas um trajo de criado para o marquês de Belas poder abandonar o esconderijo sem ser reconhecido.

De entre estas quatro experiências vividas por presas políticas monárquicas – e, se bem que com menos impacto, sabe-se que outros casos existiram[27] – a de Adelaide de Paiva foi, sem dúvida, a mais rocambolesca.

---

[23] *Liberdade*, 07/06/1914, p. 6, c. 7.

[24] Vid. *Ibidem.*

[25] Vid. *Ilustração Portuguesa,* II série, N.º 402, 03/11/1913, pp. 519-520.

[26] Precisamente o filho de Maria da Piedade Lebrim de Vasconcelos que acompanhara D. Maria Pia no exílio e assistira aos seus últimos momentos.

[27] Vid., por exemplo, *O Século,* 24/10/1913, p. 1, c. 5; *Ilustração Portuguesa,* II série, n.º 402, 03/11/1913, pp. 519-520.

SIhi

O exercício da caridade

A prática da assistência tem sido habitualmente atribuída ao género feminino. Essa tradição também foi observada pelas monárquicas que viveram no contexto da I República, auxiliando os presos políticos; alimentando as mulheres e os filhos que ficaram privados do ganha pão dos maridos e dos pais; apoiando, por qualquer forma, os que foram obrigados a emigrar; visitando regularmente as cadeias sempre com uma palavra de conforto para os seus correligionários; e, durante a Grande Guerra, criando organizações que acudissem física, material e espiritualmente às famílias dos soldados mobilizados.

Como já ficou exposto atrás, a grande transgressão de Constança Telles da Gama aos olhos dos republicanos foi, exactamente, o exercício dessa virtude teologal com os presos políticos pobres e suas famílias, continuando ela a ajudá-los mesmo depois de libertos dada a dificuldade que esses homens, detentores do ferrete da prisão, tinham em arranjar um ofício. Por sua iniciativa, as páginas de *A Nação* abriram-se a um peditório para alimentar os que estivessem no desemprego.[28] No mesmo sentido, Maria Josefa de Mello (1863-1941), condessa de Ficalho, e Mécia Mouzinho de Albuquerque (1870-1961) criaram uma Comissão Central de Subsídios e renda de casa a Necessitados Monárquicos de que faziam parte as condessas dos Arcos, de Lumbrales, Eugénia Manoel (Atalaya), Maria Madalena de Martel Patrício (1884-1947), Maria Luisa Cerveira Soares de Albergaria, entre outras. Através de quotas, saraus e festas, angariavam donativos para aqueles que, com a prisão ou o exílio, perderam todos os haveres ou lugares[29]. Deve, ainda, reter-se os nomes de Ana Arnoso, Inácia de Almeida Sá e Meneses (1870-1915), condessa de Avillez, Leonor Maria de Mascarenhas, marquesa de Ávila e Bolama, que, não sendo parte da Comissão, constituíam presença assídua no Aljube, Limoeiro, Penitenciária, Castelo de São Jorge e Trafaria, onde acompanhavam moral e materialmente os perseguidos do regime vigente.

Quando, por decreto de 8 de Outubro de 1910, o Governo Provisório da República dissolveu as congregações religiosas e expulsou os seus membros do país, Júlia de Brito e Cunha, de quem já se falou acima, con-

---

28 Vid. *A Nação*, 11/03/1914, p. 3, c. 4.

29 Vid. *Comissão Central de Subsídios e renda de casa a Necessitados Monárquicos. Relatório e Contas do Ano Económico de 1915 a 1916*, Lisboa, Sociedade Editora "José Bastos", 1916.

Slhi

seguiu "subsídios em fatos e dinheiro, para vestir e pagar as passagens aos religiosos e religiosas que seguiram para o estrangeiro"[30]. Em consequência do mesmo decreto, o Recolhimento das Irmãs do Bom Pastor, a que a Associação de Santa Maria Madalena dirigida por Júlia de Brito prestava auxílio, foi encerrado. A dita senhora conseguiu instalar as educandas do Bom Pastor numa casa ampla que lhe foi cedida para o efeito na Rua Jardim do Tabaco, evitando, assim, que as meninas corressem o risco de se perder pelas ruas da cidade[31].

Vale a pena igualmente lembrar que, na tentativa de adquirir fundos para os pobres e para os realistas carenciados, algumas talassas (como lhes chamavam os republicanos) vendiam em proveito daqueles o produto dos seus escritos. Clarinha, pseudónimo literário de Carlota de Serpa Pinto Santos Moreira (1874-1949), a filha do explorador e governador colonial Alexandre Alberto de Serpa Pinto, "emprega os rendimentos da sua pena em socorrer os pobres da sua terra, no Douro"[32]. O mesmo fez Mécia Mouzinho de Albuquerque, neta do combatente e político liberal Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque "a benefício daqueles que, nas cadeias onde jazeram, ou nas terras estranhas (...), perderam a saúde e o modo de vida"[33].

Porém, talvez que as obras de assistência mais meritórias – se é que acções destas são mensuráveis – levadas a efeito por senhoras da aristocracia monárquica tenham sido as desenvolvidas durante a Grande Guerra. Tratou-se de iniciativas como a Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra, as Madrinhas de Guerra e a Festa da Flor[34]. Todas perseguiam o mesmo objectivo de prestar ajuda material e amparo moral aos soldados mobilizados e às famílias daqueles mais desfavorecidos.

---

[30] Alberto Pereira de Almeida, *Álbum dos Vencidos*, p. 161.

[31] Vid. *Idem, ibidem*, pp. 161-162.

[32] Afonso Lopes Vieira, "Carta-Prefácio", a Clarinha, *Cinco Horas* ..., Lisboa, Portugália Editora, 1922, s. p.

[33] Mécia Mouzinho de Albuquerque, *Fragmentos históricos*, Sociedade Typographica Editora, 1917, s. p.

[34] Sobre estes temas, vid., por todos, Maria Lúcia de Brito Moura, "A Assistência aos combatentes na I Guerra Mundial – um conflito ideológico", Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVIII, Coimbra, Faculdade de Letras, 2006; Maria Teresa Viegas Pimenta, "As Mulheres Portuguesas na Guerra de 1914/18", *As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional*, Actas do Seminário realizado em 5, 6 e 7 de Abril de 1989, Cadernos da Condição Feminina, n.º 29, 1989, pp. 81-86.

Slhi

Com efeito, logo que em 9 de Março de 1916 as potências centrais declararam guerra a Portugal, constituiu-se uma comissão de senhoras cujo intuito era dar assistência às vítimas da guerra, explicou ao diário *A Opinião* a condessa de Ficalho. Seria, pois, "uma instituição patriótica e de caridade". E acrescentava: "caridade (...) Olhe que é, ainda, a palavra que define melhor o acto de fazer bem aos nossos semelhantes por amor de Deus"[35]. Noutro local e noutra data, Genoveva de Lima Mayer Ulrich (1886-1963) viria a confirmar: "Desde os primeiros preparativos para a guerra o movimento inicial de socorros que se manifestou, foi de carácter privado: aquele que constitui hoje a Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra"[36]. Na realidade, as mulheres monárquicas e católicas adiantaram-se a quaisquer outras na criação de estruturas de auxílio aos soldados que iam para a guerra e aos familiares que ficavam no desamparo, sem usufruir de qualquer apoio oficial.

No período de arranque, a comissão central deste organismo foi presidida por Maria Amélia de Carvalho Burnay (1847-?), 1.ª condessa de Burnay, na vice-presidência ficou a condessa de Ficalho, do secretariado encarregou-se a viscondessa de Santo Tirso. Igualmente, desde a primeira hora, estiveram presentes a marquesa de Lavradio, Maria de Lencastre Van-Zeller, Sofia Burnay de Mello Breyner (1875-1948), filha da presidente e mulher do professor da Faculdade de Medicina de Lisboa Thomaz de Mello Breyner, para não dizer mais. A corporação começou por funcionar em casa da condessa de Ficalho. Depois, criaram-se núcleos em todo o país, custando a inscrição de adesão uma quota mínima de um escudo, sendo a inscrição nos cursos de enfermagem de, pelo menos, 2$50. Desde logo, o número de candidatas à frequência destes cursos foi grande, conscientes da inexistência de enfermeiras de guerra no país. Dentro da aristocracia, pode-se mencionar as condessas de Arnoso, Alferrarede, Castelo Mendo, a viscondessa de Santo Tirso, além de Madalena de Martel Patrício, Maria Valdez Pinto, Sofia de Mello Breyner, Carlota Saldanha, etc.[37] Contudo, o ministro do Interior colocou entraves ao funcionamento dos ditos cursos, de forma a proteger iniciativa congénere das senhoras republicanas, limitando-se a autorizá-los se os seus membros se inscrevessem na Cruz Vermelha. Em consequência da determinação governamental, elementos da Assistência vieram a prestar serviço naque-

---

35 "Ouvindo a sra. Condessa de Ficalho", *A Opinião*, 25/03/1916, p. 2, c. 2.

36 Genoveva de Lima Mayer, "As Obras de Assistência Privada em Portugal", *Diário Nacional*, 04/06/1917, p. 1, cc. 1-4.

37 "Ouvindo a sra, Condessa de Ficalho", *ibidem*.

Slhj

la instituição, distinguindo-se Maria Antónia Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto, com elevado merecimento, no hospital instalado pela CVP em Ambleteuse (França) e inaugurado, precisamente, em 9 de Abril de 1918, dia da Batalha de La Lys[38]. Porventura, desgostosa com os obstáculos postos pelo ministro Pereira dos Reis, a condessa de Burnay abdicou do cargo que vinha exercendo desde o início. Substituiu-a na Assistência das Portuguesas Maria Josefa de Mello, ficando na vice-presidência a marquesa de Lavradio, a viscondessa de Santo Tirso e Maria de Jesus Ornellas, mulher de Ayres de Ornellas lugar-tenente do rei exilado. Maria de Lencastre Van-Zeller e Rita Ferrão Castelo Branco tomaram conta do secretariado e da tesouraria, respectivamente.

Em Março de 1917, formou-se nova comissão para criar as Madrinhas de Guerra, cujo objectivo era "auxiliar os combatentes, proporcionando a quem o desejasse uma correspondente que, de longe, enviasse uma palavra de conforto, um pequeno mimo que suavizasse a existência – um cachecol, um par de meias, tabaco – e se interessasse pelos familiares dos militares"[39]. O P.e Avelino de Figueiredo, capelão do CEP, teceu grandes elogios às Madrinhas de Guerra na pessoa da sua presidente Sofia de Mello Breyner, porque "consolavam muita lágrima, matavam muita fome e suavizavam muita amargura"[40]. No entanto, mais uma vez, houve que enfrentar a má vontade de muitos republicanos que acusavam a obra "de filão de propaganda religiosa, nociva aos combatentes"[41]. Não obstante, a empresa liderada pela futura condessa de Mafra prosseguiu com êxito e com proveito daqueles a quem era destinada.

O produto da venda da flor consagrava-se às famílias dos soldados mobilizados. Se bem que a grande dinamizadora da Festa da Flor tenha sido Genoveva de Lima, a ideia não lhe cabe, mas sim à Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra, como a própria confessou ao vespertino *A Capital*. Havia três anos, assistira em Londres a um evento semelhante presidido pela rainha Alexandra, e dada a impressão que lhe causara logo aderiu ao projecto da Assistência, tornando-se a sua principal impulsionadora[42]. A primeira venda da flor na capital realizou-se em 15

---

[38] Vid. Entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, 08/04/1921, p. 1, cc. 6-7, por Maria Antónia Ferreira Pinto Basto, Enfermeira-chefe da CVP.

[39] Maria Lúcia de Brito Moura, *ob. cit.*, p. 63.

[40] Avelino S. de Figueiredo, *A Cruz na Guerra (uma missão difícil). Roteiro e impressões*, Lisboa, Edição do Autor, 1960, p. 378.

[41] Maria Teresa Viegas Pimenta, *ob. cit.*, p. 83.

[42] Vid. "A venda da flor", *A Capital*, 09/03/1917, p. 2, cc. 1-2.

Slhj

de Março de 1917. A comissão organizadora presidida por Veva de Lima compunha-se da marquesa de Lavradio, condessa de Ficalho, viscondessa de Santo Tirso e Maria de Lencastre Van-Zeller, trabalhando com cerca de 600 colaboradoras. O produto da venda "foi aproximadamente de 25 contos de réis, o que representa em absoluto um êxito colossal"[43]. Depois, outras dádivas se foram juntando. Tudo somado, a Assistência conseguiu uma quantia muito mais elevada. As floristas foram à Presidência da República, ao Parlamento, aos bancos, aos hotéis, às casas comerciais. Mas, principalmente, calcorrearam as ruas de Lisboa: do Chiado à Rua do Ouro, passando pelo Cais de Sodré; entraram e saíram do carro do Chora; treparam às carroças das lavadeiras de Caneças; venderam as flores artificiais com cinco pétalas cor-de-rosa e branco às varinas, às hortaliceiras, ao rapaz dos limões, ao sacristão das Albertas; em suma, ao povo de Lisboa[44]. Apesar do sucesso, voltaram a ouvir novas acusações, desde a dúvida de qual seria o destino que dariam ao produto da venda até à profecia gorada da militante republicana Ana de Castro Osório de que "as senhoras monárquicas" apenas iriam vender flores "aos ricos, aos felizes, aos seus pares, certas de que estando com esses, ninguém as ofenderá"[45]. Todavia, a tocante experiência narrada pela "florista" Maria Emília Telles da Sylva (1887-1926), filha dos 12. os condes de Tarouca, desmentiu-a completamente:

> Agoirava-se tão mal da Festa, corriam tantos boatos desagradáveis, que, ao vender a primeira flor, confesso, que tremia tanto que tive medo de cair; mas na rua fomos todas tão carinhosamente recebidas, que momentos depois, sabem onde me atrevi a entrar sósinha? Numa taberna. É certo que voltei pelo mesmo caminho. Porque não fui atendida? Não; porque taberneiro e fregueses já todos tinham a sua flor[46].

Encorajadas pelo êxito obtido em Lisboa, outras cidades do país seguiram-lhe o exemplo. No Porto, a Festa da Flor realizou-se em 19 de Abril de 1917, organizada pela comissão local da Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra e dirigida pela sua 1.ª secretária Ana José Guedes da Costa (1860-1947). Acompanharam-na 480 vendedoras divi-

---

43 *Diário Nacional*, 17/03/1917, p. 1. c. 6.

44 Vid. Maria Emília Telles da Sylva, "A Festa da Flor", *A Minha Gente*, Lisboa, 1920, pp. 17-24.

45 Ana de Castro Osório, "Venda de flores", *O Mundo*, 01/03/1917, p. 1, c. 4.

46 Maria Emília Telles da Sylva, *ob. cit.*, pp. 18-19.

Slhi

didas, como se fez em Lisboa, por diversas zonas da cidade, presidindo à zona central, Praça da Liberdade, Laura Pereira Leitão Pessanha, auxiliada por Branca Martins de Azevedo Avides. Mais nomes de participantes a recordar – Inês Neves Dias, condessa de Lumbrales e Elisa Rebelo Valente, entre tantas outras. A importância obtida somou 31.059$07[47].

O evento análogo em Coimbra foi preparado pela Sociedade da Cruz Branca, presidida por Maria Benedita Barbosa Falcão de Azevedo Bourbon (1879-1957), condessa de Ameal. As floristas saíram para a rua no dia 29 de Maio de 1917 e conseguiram realizar um total de 4.784$75[48]. O dia da Festa da Flor terminou, nesta cidade, com o leilão das alcofas e das braçadeiras usadas pelas *vendeuses*, e que rendeu mais 300$00. Foram cerca de 125 senhoras as que se empenharam para o bom êxito da benemérita campanha[49].

Em 23 de Janeiro de 1918, o *Diário Nacional* informava que Genoveva de Lima Mayer, Branca de Atouguia Ferreira Pinto Basto e Maria Domingas de Sousa Coutinho (Redondo) foram recebidas pelo presidente do Ministério e ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros Sidónio Pais para tratarem da aplicação a dar ao produto da Festa da Flor, que voltaria a realizar-se em Lisboa na Primavera seguinte, com data a fixar posteriormente[50].

Veva de Lima, a grande obreira da venda da flor do ano anterior, conseguiu obter de Sidónio Pais permissão para instalar no edifício do Lazareto – antiga estação de quarentena que não fazia mais sentido face às modernas teorias da ciência a esse respeito – um sanatório de convalescença para os soldados que voltassem afectados psicologicamente pela guerra. A inteligência e a modernidade de Veva de Lima Mayer levaram-na a pensar que muitos dos nossos soldados, não tendo sido mortos nem ficado mutilados por granadas assassinas, podiam ter a saúde física arruinada e, principalmente, o sistema nervoso profundamente abalado[51]. Assim, o inútil Lazareto, passando a funcionar como sanatório para os "esgotados da guerra"[52] teria uma função preciosa. Para a concretização deste sonho foi o produto da Festa da Flor, realizada em 17 de Abril de 1918, a que se juntaram outras receitas.

---

[47] Vid. *Jornal de Notícias*, 11/04/1917, p. 1, cc. 4-7 e 20/04/1917, p. 1, c. 7.

[48] Vid. *Gazeta de Coimbra*, 30/05/1917, p. 1, cc. 4-7 e p. 2, cc. 1-3.

[49] Vid. *ibidem*, 02/06/1917, p. 2, c.1.

[50] Vid. *Diário Nacional*, 23/01/1918, p. 1, c. 5.

[51] Vid. *ibidem*, 28/02/1918, p. 1, cc. 4-5.

[52] *Ibidem*, do título do artigo.

Slhi

A "última aventura"

A política nacional, entretanto, sofrera um desvio significativo a nível ideológico. Em 5 de Dezembro de 1917, Afonso Costa e os democráticos – isto é, o "partido dominante" – foram apeados do poder pelo major de artilharia e professor universitário Sidónio Pais acompanhado dos cadetes da Escola do Exército. O levantamento vitorioso desse dia, teve, mais uma vez, a mítica Rotunda como palco, inaugurando, assim, o que se convencionou chamar de República Nova.

Que pretendia a revolução dezembrista? E porquê o fascínio que o major de artilharia, como é sobejamente conhecido, exercia sobre as mulheres em geral e sobre as monárquicas em particular? Leia-se Rocha Martins: "As mulheres defendiam-no (...). É que ele dera-lhes a garantia da ordem, da religião, demolira as audácias demagógicas"[53]. Efectivamente, Sidónio Pais para além de ter derrubado, como já se disse, o Partido Democrático tido como demagógico e jacobino, em Julho de 1918, reatou as relações entre o Estado e a Igreja. Estes dois factos tiveram entusiástico acolhimento entre os realistas pois,

> Sabendo embora que as suas ideias não eram monárquicas, esperavam que a sua ditadura fosse o primeiro passo para a restauração da monarquia; era, pelo menos, a morte do domínio da demagogia; sob o qual a nação gemia havia sete anos. O país respirava!... Tinham acabado as violências, as perseguições, o terror; já todos podiam ter o seu lugar ao sol[54].

Por outras palavras, mas de conteúdo idêntico a este assinado pela condessa de Mangualde, foram as declarações elogiosas de Carlota Serpa Pinto ou de Maria Madalena de Martel Patrício acerca do consulado sidonista. A primeira, a propósito da liberdade religiosa, comentou: "Uma nova República tomou o lugar da antiga. Vai-se à missa sem ser insultado, e às récitas de caridade sem fazer o testamento"[55]. E, seguindo o delicioso humor de Clarinha "em quem as coisas mais sérias são tocadas de

---

53 Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Paes*, Lisboa, Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921, pp. 137-138.

54 Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 143.

55 Clarinha, *Cartas à Prima (Crónicas de Lisboa)*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., p. 118.

Slhj

uma leve graça"[56], veja-se o que escreveu sobre o acto eleitoral para a Presidência da República, de 28 de Abril de 1918, onde reinou a ordem:

> Lisboa votou tranquilamente. Vai longe o tempo em que, em igual dia, uma senhora minha amiga atravessou o Rossio de lado a lado, num eléctrico, deitada no chão, debaixo dos bancos, enquanto as balas zumbiam sobre a sua cabeça! Lisboa civiliza-se, minha prima. Ontem atravessei o Calhariz entre magotes de povo, sem que me insultassem[57].

Madalena de Martel Patrício, após o assassinato de Sidónio Pais, abriu uma subscrição nas páginas do *Diário Nacional*, apelando às "Mulheres Portuguesas! (...) pobres ou ricas, nobres ou do povo"[58] para que contribuíssem com o valor que pudessem para oferecer um colar de pérolas à filha do falecido Presidente, Maria Sidónio de Bessa Pais, que estava para casar. Seriam "as nossas lágrimas transformadas em pérolas!"[59], acrescentava Madalena Patrício. No último dia do ano de 1918, o total das contribuições femininas já somava 2 790$60, porque não houve portuguesa que não sentisse desgosto

> com a morte desse bom e grande português, que libertou de uma atmosfera indelicada e odienta, e de par em par abriu as portas das igrejas, para que ela em liberdade ali pudesse entrar, e em liberdade ensinar aos seus filhos a oração que de sua mãe tinha aprendido![60].

Era o preito de reconhecimento a Sidónio Pais de outra monárquica e católica praticante pela obtenção da liberdade de culto. Em suma, o que mais agradou na República Nova às fileiras conservadoras foi a restauração da ordem nas ruas e a restituição da liberdade religiosa às consciências.

Há que lembrar, por último, a proximidade de mais uma monárquica ao político, como a grande entusiasta e executora das obras de assistência patrocinadas por aquele. Tratou-se de Maria Josefa de Mello Ficalho que, ao longo do ano da ditadura sidonista, se desdobrou em mil e uma actividades de "caridade", como ela gostava de lhes chamar.

A mesma República Nova, todavia, trouxe falsas esperanças aos rea-

---

[56] Alfredo Pimenta, *Pretextos e Reflexões*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1922, p. 202.

[57] Clarinha, *ob. cit.*, p. 81.

[58] *Diário Nacional*, 23/12/1918, p. 1, c. 3.

[59] *Ibidem*, c. 2.

[60] *Ibidem*, cc. 2-3.

Slhi

listas visto que, como explicou Maria Teresa Mangualde, "A muita gente repugnava, por princípio, o sistema de governo em ditadura, e até os monárquicos começavam a estar descontentes por ver que não podiam contar com o Sidónio como de princípio julgavam"[61].

Quando o Presidente foi morto violentamente às mãos de um pseudo-louco, tudo se precipitou. Os monárquicos que não mais haviam organizado qualquer intentona contra a República desde 1915, aproveitando a anarquia e o desgoverno que se seguiram, voltaram a arriscar a sua sorte.

Foi, pois, com muita esperança e grande dose de ingenuidade que Paiva Couceiro – ele, mais uma vez – se levantou no Porto e proclamou a restauração da Monarquia. Três dias depois, correligionários seus tentavam o mesmo em Lisboa, entrincheirando-se em Monsanto, mas 48 horas mais tarde rendiam-se às forças republicanas. A Monarquia do Norte aguentou um pouco mais – 25 dias. Na opinião de Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, nem outra coisa era de esperar "dadas as condições em que o movimento se tinha dado: falta de preparação e de combinação" entre o Porto e Lisboa" e, sobretudo, péssima orientação na maneira como foi organizado e utilizado"[62]. Hoje, tornou-se consensual, mesmo nos meios dinásticos, que a maior fragilidade dos monárquicos foi nunca terem conseguido unanimidade, divididos como sempre estiveram em várias sensibilidades ideológicas. O próprio soberano exilado, D. Manuel, em carta datada de 5 de Janeiro de 1926 ao seu antigo ministro António Cabral, queixava-se da impossibilidade de haver conciliação na Causa Monárquica por "vaidades pessoais e ambições individuais"[63].

Os vencidos da última tentativa de restauração monárquica, obviamente, foram presos, entre eles Fernando de Albuquerque, conde de Mangualde, por ter exercido o cargo de Governador Civil do Distrito do Porto da Junta Governativa do Reino de Portugal[64]. Encerrado no Aljube dessa cidade, em Fevereiro de 1919, foi julgado e condenado a 18 meses de prisão, no princípio do ano seguinte. Em carta escrita à mulher logo que foi detido, prometia: "Esta foi a minha última aventura, a política morreu agora para mim e de vez"[65]. A "última aventura" dele foi "o meu

---

61 Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 145.

62 *Idem, ibidem*, p. 154.

63 cfr. Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005, p. 208.

64 Vid. *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*, N.º 1., Porto, Typ. Nacional, 19/01/1919.

65 Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 168.

Slhj

calvário de absoluta ignorância sobre o destino do Fernando"[66], lamentava ela. Esta mulher admirável que vivera sete anos antes a experiência da Galiza com os filhos pequeninos, ia iniciar ao longo de ano e meio o acompanhamento de perto do cativeiro do marido.

Deve-se a Maria Teresa Mangualde o conhecimento de muitos nomes de senhoras monárquicas do Norte do país, designadamente da burguesia abastada do Porto. Mal soube da prisão do marido, a condessa dirigiu-se à Cidade Invicta. Sem alojamento marcado no Grande Hotel, "o meu quarto foi-me cedido pela Maria de Magalhães Santiago"[67], que constituiu o seu primeiro contacto com uma correligionária da capital nortenha. Outras se lhe seguiram: Berta Peixoto, a intermediária da correspondência entre o casal Mangualde; "a boa fada que ele teve a felicidade de encontrar para lhe suavizar os primeiros tempos da sua incomunicabilidade"[68], escreveu reconhecida Maria Teresa.

Certamente, por estarem familiarizadas com os meandros, as intrigas, as relações inter-pessoais da cidade do Porto, foram inúmeras as senhoras que se encarregaram da correspondência entre os detidos e as famílias: Henriqueta Cirne, cujo marido também esteve preso, Albertina Ayres de Gouveia, a já citada Maria de Magalhães Santiago, Ludovina Leitão, mulher de António Sampaio Pimentel e a viscondessa do Banho, ambas com os maridos presos todo o tempo que o esteve Fernando de Albuquerque. "Entrou por fim em cena a Raquel Pimentel, casada com o Francisco de Azevedo (Samodães), que teve um papel muito activo na vida das prisões e na minha também"[69].

Entretanto, depois de Maria Teresa Mangualde regressar a Mateus – solar dos Vila Real, sua família de origem,

> começou a visitar os presos a Maria Pinto de Macedo (...). Casada sem filhos, vivia para o marido que a adorava. Usou sempre um penteado especial com uma fita de veludo preto e caracóis caídos sobre os ombros – porque foi assim que ele a conheceu e nunca quis que ela mudasse de penteado. Uma ternura![70].

---

[66] *Idem, ibidem*, p. 158.

[67] *Idem, ibidem*, p. 160.

[68] *Idem, ibidem*, p. 166.

[69] *Idem, ibidem*, p. 169.

[70] *Idem, ibidem*, p. 174. A descrição mostra como era entendido e vivido o papel feminino nos meios conservadores.

Slhi

Há ainda que registar uma última heroína portuense: "uma costureirinha [anónima] que costumava visitar os presos". Levava uma pistola no saco de mão, para o caso de algum preso necessitar dela. "Não faltaram actos de coragem como este, praticados pelas pessoas de quem menos se podiam esperar"[71], elogiava a condessa de Mangualde.

***

Como escreveu Vasco Pulido Valente, "Em 1920, o republicanismo radical e o restauracionismo monárquico já pertenciam ao passado"[72]. Isto significava que os ânimos republicanos e monárquicos foram aprendendo a mútua convivência pacífica. Parafraseando o termo usado por Carlota de Serpa Pinto, travestida de Clarinha, a comunidade nacional "civilizava-se" e uma nova geração de monárquicas foi emergindo. Cerca de 1921, Eugénia Brandão de Mello, Leonor Pinto Leite (Olivais), Maria Francisca de Castro (Nova Goa) Ana da Câmara, Luísa de Sousa Holstein (Palmela), Carolina Correia de Sá (Asseca), Alda de Almeida Santos, Helena de Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor), Arcelina Taboeiro, Maria de Lencastre (Alcáçovas), constituíram-se em núcleo de acção política e beneficente a que chamaram Ala da Rainha Santa. Politicamente, queriam "dar à Nação portuguesa um Futuro que, em tudo, seja digno do Passado glorioso que teve"[73]. Quanto à missão de beneficência, procuravam "angariar meios para lançar as bases das creches que protejam crianças e promover festas caritativas que possam suavizar as agruras dos que sofrem"[74]. Nos anos imediatos, o *Correio da Manhã* continuou a dar notícias das suas actividades beneficentes.

Enfim, vencidas pelo golpe de Estado de 5 de Outubro de 1910, as monárquicas venceram, e sobreviveram no regime que lhes foi imposto. Merecem, por isso, tanta visibilidade e reconhecimento quanto todas as outras mulheres portuguesas que viram o seu sonho republicano realizado naquela manhã de Outubro.

---

[71] *Idem, ibidem*, p. 192.

[72] Vasco Pulido Valente, "Prefácio" a Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 34.

[73] Alfredo Pimenta, "A Ala da Rainha Santa", *Correio da Manhã*, 17/04/1921, p. 1, c.1.

[74] *Idem, ibidem*, c. 2.

SIhj

RESISTÊNCIAS FEMININAS AO LAICISMO REPUBLICANO

Maria Lúcia de Brito Moura

O projecto republicano, conducente à criação de condições propensas a construir um homem novo, livre e capaz de lutar pelos seus direitos, de forma a organizar o seu futuro com autonomia, assentava num processo de laicização, isto é, de "libertação do Estado dos seus nexos com as Igrejas e confissões religiosas (...)"[1]. A ânsia de conseguir rapidamente emancipar os cidadãos do que era visto como obscurantismo levou a que a laicidade fosse sentida, em muitos casos, como um "proselitismo" – ou uma "mística" – que, como diz Fernando Catroga, remeteu para segundo plano a racionalidade crítica tão apregoada. Para os republicanos mais apaixonados por esse projecto, no futuro, os homens deixariam de colocar interrogações de cariz transcendente e as religiões reveladas extinguir-se-iam. Compreende-se que, em muitas circunstâncias, a pugna pela laicidade se tivesse transmudado num confronto de fé contra fé, gerador de novas formas de intolerância[2], até porque, esse "optimismo emancipatório não podia satisfazer-se com um ideal circunscrito à laicização externa", das instituições. Impunha-se uma "laicização interna", das consciências, através de uma verdadeira revolução cultural. Assim, a laicização tornava-se "laicismo, isto é, uma fé e um novo dogmatismo, apto para incentivar a militância empenhada em acelerar a chegada do que se acreditava ser o inevitável sentido universal e homogenizador da história"[3].

---

[1] Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil*, Coimbra, Edições Almedina, 2006, p. 301. Fernando Catroga é o historiador que mais tem reflectido sobre as questões em torno da laicização, tendo tratado o tema em diversos livros e artigos.

[2] *Idem, ibidem*, pp. 322-324.

[3] *Idem, ibidem*, pp. 324-326.

Slhi

Há que ter em conta que os líderes católicos, ancorados no princípio de que fora da sua Igreja – a única reconhecida como verdadeira – não há salvação, sentiam relutância em aceitar a liberdade de consciência, geradora, nessa óptica, da descristianização e consequente condenação das almas.

É tendo em atenção os confrontos em que se vivia no dealbar da República e, que, de algum modo, já vinham das últimas décadas da Monarquia, que teremos de entender a revolta de um largo sector da população – onde as mulheres tiveram um papel fundamental – contra a actuação dos governantes republicanos.

Manifestações de sublevação – no mundo rural e no mundo urbano

De Outubro de 1910 a Abril de 1911, em plena ditadura revolucionária, uma abundante legislação foi publicada, visando um processo acelerado de laicização. O lugar cimeiro nesse combate legislativo pertence à Lei da Separação do Estado das Igrejas, promulgada a 20 de Abril de 1911, cuja aplicação originaria marcantes desavenças na sociedade portuguesa. Os inventários dos bens sob domínio da Igreja Católica – que a Lei da Separação decretou serem propriedade do Estado –, o embargo à realização de cortejos religiosos, as restrições ou proibições do toque dos sinos, o encerramento de templos, deram azo a protestos e manifestações de descontentamento que atingiram, em diversos lances, a violência física. Num sem número de circunstâncias o papel das mulheres foi realçado, quer pelos responsáveis políticos, quer pela imprensa nacional ou regional.

No Verão de 1911 foi sobretudo a questão dos inventários dos bens da Igreja Católica que alvoroçou o mundo rural, com especial incidência nas regiões a Norte do Mondego. Notícias que circulavam, referindo vendas, realizadas pelas autoridades republicanas em determinadas localidades, de imagens religiosas ou jóias que serviam de ornato às mesmas, avolumavam o estado de prevenção. Actuações irreverentes de membros das comissões de arrolamento que, por ignorância ou intenção provocatória, adoptaram comportamentos, considerados sacrílegos, no espaço sagrado, desencadearam sentimentos de indignação, propícios a actos de insubordinação. Em numerosas povoações, os arroladores foram esperados por centenas de populares, convocados pelos sinos tocando a rebate e que, munidos de pedras, varapaus, sacholas, foices e caçadeiras, clamavam contra os intrusos. Em alguns casos os protestos atingiram a agres-

Slhi

são física, provocando feridos graves. O protagonismo das mulheres parece ter sido considerável. Incitavam os homens à defesa dos templos profanados pelos descrentes, bem como dos objectos que aí se encontravam, os quais, segundo a leitura que faziam dos acontecimentos, seriam cobiçados pelos funcionários. Não se confinavam a incitações e a insultos. Integravam activamente os ajuntamentos de populares que se arvoravam contra os profanadores. Acostumadas a que, dos meios urbanos, chegassem os agentes de impostos que vinham arrancar-lhes o fruto do seu suor, viam agora, nos representantes do Governo, os ladrões que almejavam as imagens dos seus santos e as jóias que as embelezavam e que haviam sido ofertadas pelos fiéis. Sendo os inventários considerados, não só como espoliação da Igreja, mas também como roubo de bens que as populações sentiam como seus, a acção de defesa não se circunscrevia aos edifícios sagrados que guardavam as santas imagens. Em Marmeleiro, no concelho da Guarda, ao ter-se a notícia de que ia proceder-se ao inventário da residência paroquial, as mulheres cercaram os elementos da comissão de arrolamento, gritando: "a casa é nossa"[4].

Não espanta que, com frequência, os protestos atingissem o regime que permitia tais actos, soltando-se gritos de "viva a Monarquia" e "morra a República", a par de orações e "vivas" à Santa Religião. Contudo, talvez a questão do regime não fosse muito decisiva. Em 1913, quando estava em causa o arrolamento da capela de São Lourenço, em Mamarrosa, no concelho de Oliveira de Bairro, no conflito que então se gerou ouviram-se vivas à República e à liberdade no campo dos manifestantes que se opunham ao inventário. Duas mulheres empunhavam mesmo bandeiras nacionais[5]. Certamente, pretendiam, desse modo, defender-se antecipadamente de acusações, habituais nestes casos, tendentes a identificá-las com os movimentos de conspiração contra o regime implantado em Outubro de 1910.

As dificuldades levantadas à realização dos inventários contribuíram para que toda essa pendência que, na Lei da Separação, se previa estar finalizada em três meses, conhecesse um considerável atraso. Não obstante a presença de forças militares que acompanhavam, nas situações difíceis, as equipas de arrolamento, em 1917 os trabalhos ainda estavam por concluir em mais de centena e meia de freguesias[6].

---

[4] Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Editorial Notícias, 2004, p. 312.

[5] *Idem, ibidem*, p. 305.

[6] *Idem, ibidem*, pp. 313-314.

SIhi

Também o intento de laicização do espaço público empreendido pelo Governo da República, que se traduziu essencialmente nos entraves erguidos à organização de cortejos religiosos – as tradicionais procissões que constituíam o centro de qualquer festividade e os funerais com insígnias religiosas –, chegando-se, em algumas regiões, à sua proibição, será motivo de desassossego. As restrições aos actos cultuais no exterior dos templos, tendo em vista retirar à Igreja Católica qualquer visibilidade, foram introduzidas pelos decretos de 15 e 18 de Fevereiro de 1911. A Lei da Separação iria insistir nessas limitações, ao estabelecer, no seu art.º 57, que as manifestações exteriores do culto seriam somente permitidas onde e enquanto constituíssem um "costume inveterado" da generalidade dos cidadãos da respectiva circunscrição. Dependia do juízo que a autoridade administrativa (o administrador ou, mesmo, o regedor) fazia relativamente ao estado de preparação das populações para aceitarem o embargo. Essa apreciação era muito subjectiva, dependendo do bom senso e do espírito de tolerância de cada agente governamental. A determinação contida na lei provocou considerável ansiedade entre a população católica e, em numerosos locais, a violência explodiu, quer originada pelo impedimento, quer por alegada irreverência de alguns observadores da cerimónia religiosa que, intencionalmente, provocavam incidentes, no pressuposto de que a autoridade civil não voltaria a permitir a realização de tais cortejos.

O acontecimento de maior gravidade, sucedido a propósito de uma procissão, ocorreu na Semana Santa de 1912, na Chamusca, uma vila onde a República fora recebida com regozijo. O administrador proibiu a saída da costumada procissão dos fogaréus – contrariando, depois de receber ordens do próprio ministro da Justiça, a autorização concedida anteriormente –, o que levantou protestos que desencadearam a insubordinação. Mais de três mil pessoas integraram o cortejo, que terminou junto ao Centro Republicano, com troca de palavras injuriosas e, o que foi bem mais grave, com o explodir de uma bomba e disparos. Um participante na procissão morreu e outros ficaram feridos. A importância do acontecido levou a que fosse objecto de discussão na Câmara de Deputados. Aqui foi declarado que a "alma" de toda a acção fora o elemento feminino que inflamara os homens, acusados de falta de energia[7].

Os actos de desobediência perante a recusa de licença para o saimento de um cortejo religioso irão suceder-se durante todo o período da I República. Em Março de 1913, na vila de Reguengos, um grande número de mulheres decidiu levar a cabo a procissão dos Passos, mesmo na ausência do pároco, que acatou a ordem da autoridade administrativa.

---

[7] *Idem, ibidem*, p. 334.

SIhi

Teria rondado o meio milhar o número de participantes. Os homens receberam instruções para que dispersassem. A procissão decorreu dentro da normalidade, havendo só um facto a registar: foram aplicados uns sopapos a um indivíduo que pretendia seguir no préstito de chapéu na cabeça. Na opinião do redactor do semanário de Évora *O Cidadão*, a manifestação emocionou, até às lágrimas, muitos assistentes. No dia seguinte, dezasseis mulheres foram detidas, ficando incomunicáveis. Tal situação não se prolongou por muito tempo, porquanto seriam libertadas nessa noite. Contudo, para as aterrorizar, foi-lhes declarado que iriam ser degredadas[8]. Embora a procissão de Reguengos pareça ter sido a que recebeu maior atenção por parte da imprensa, viriam a registar-se outras ocorrências idênticas. Mesmo nos anos vinte, apesar do clima de algum desanuviamento existente, incidentes similares continuavam a ter lugar. Pouco antes do desabar da I República, em Março de 1926, na aldeia de Vila Alva, porque o regedor afirmava embirrar com procissões, a autorização foi recusada. As mulheres não aceitaram e foram por diante. Os homens contentaram-se em seguir de longe.[9]

Podemos perguntar por que razão as mulheres ousavam, mais do que os homens, afrontar o poder político ante os obstáculos à realização das procissões. Provavelmente, a prisão de mulheres, vistas como seres mais frágeis e afastadas das querelas políticas, impressionaria mais desfavoravelmente a opinião pública, dissuadindo os governantes do recurso a acções de grande aparato judicial. A detenção de mulheres da aldeia de Pala, no concelho de Mortágua, em Agosto de 1913, foi muito comentada nos jornais. Antes de tal ocorrência, nessa localidade beirã reinava funda consternação, motivada pela ordem de expulsão que o pároco recebera da autoridade civil. Após a saída do padre, o regedor diligenciou, junto da família a quem haviam sido confiadas as chaves do templo, que as mesmas lhe fossem cedidas. Parecia ter alcançado o seu propósito. Porém, as mulheres da casa, juntamente com outras de fora, conseguiram arrancar as chaves das mãos do detentor da autoridade. Em resposta, uma força de vinte praças marchou sobre a povoação e conduziu as insubordinadas, sob prisão, para a sede do município. No dia seguinte, um grande número de populares cercou os paços do concelho, onde funcionava a administração. O representante do Governo procurou serenar os ânimos, garantindo que a República não perseguia crenças. As mulheres foram libertadas. No mesmo concelho, alguns meses atrás, tinha ocorrido um outro incidente

[8] *Idem, ibidem*, p. 334.

[9] *Novidades*, 24/03/1926, p. 1.

Slhj

em que as mulheres haviam sido igualmente as grandes protagonistas. Na aldeia de Sobral, cujo pároco recebera, do mesmo modo que o de Pala (e de outras localidades) ordem de expulsão, as mulheres correram à pedrada alguns cidadãos, membros da junta de paróquia, a quem responsabilizavam pelo afastamento do sacerdote. Um deles foi espancado com os tamancos que as agressoras retiraram dos pés. Os ânimos andavam alvoroçados e, no dia seguinte, os sinos tocaram a rebate em diversas aldeias, sobressaltando as populações[10].

Nesses anos agitados, muitos militantes do livre-pensamento, ansiosos pelo advento da nova era, multiplicavam esforços para que as autoridades encerrassem definitivamente os templos. E, se em alguns lugares, o intento foi conseguido, em outros tiveram pela frente a resistência popular. Naturalmente, neste, como em outros combates, a actuação das mulheres terá ficado, com frequência, diluída na luta geral. Em outras ocasiões, contudo, a acção coube essencialmente a elas. Parece ter acontecido assim em Colares. Perante a pretensão de encerrar a igreja, um grupo de mulheres reclamou a chave do edifício e abriu a porta, ao som dos sinos que tocavam a rebate[11]. Em 1915, o Governo de Pimenta de Castro pareceu favorável à reabertura dos templos encerrados. Um grupo de mulheres de Lousa, no concelho de Loures, ao ter conhecimento que as igrejas iam ser restituídas ao culto, decidiu proceder, na Semana Santa, à limpeza do soalho e ornamentação dos altares da sua igreja. As dificuldades foram consideráveis para alcançarem a chave. Conseguida esta, lançaram-se ao trabalho, obtendo a colaboração de alguns homens que providenciaram no sentido de melhorar o aspecto do adro, já com visíveis sinais de abandono. A equipa enfrentou os militantes livres-pensadores que, ao saberem da diligência, apareceram no local, pretendendo impedir as operações. Na conjuntura política que então se atravessava, desfavorável ao radicalismo, os seus intentos não lograram êxito. Restava-lhes esperar por uma reviravolta que permitisse a retaliação. Enquanto esta não vinha, o sentimento de impotência escondeu-se em ameaças lançadas no jornal da região, agressivamente anticatólico, que publicou os nomes de homens e mulheres – as quais, segundo os termos usados, se "armaram em Marias da Fonte" – acompanhados de palavras de intimidação: "ainda se hão-de lembrar muitas vezes da 5ª feira santa passada". As mulheres mencionadas como fazendo parte das cabeças do "motim" eram Isabel Rosa, Maria Caniça e Ermelinda[12].

---

10 Maria Lúcia de Brito Moura, *ob. cit.*, pp. 292-293.

11 *Idem, ibidem*, p. 358.

12 *O Quatro de Outubro*, 11/04/1915, p. 1.

Slhi

O sector feminino esteve igualmente presente nos tumultos provocados pelas tentativas de emudecimento dos sinos. Em 1914, em Santa Comba Dão, como resposta à proibição determinada pelo administrador concelhio, as mulheres forçaram o sineiro a tocar, de onde resultou a prisão deste. Desencadeou-se então uma onda de revolta, envolvendo mais de quinhentas pessoas que conseguiram chegar junto do responsável político. Segundo a versão de um jornal católico, uma das mulheres teria agarrado a gola do casaco do representante do governo, gritando "viva a liberdade". Depois de solto, o sineiro foi levado a fazer repicar o sino, entre gritos de "viva a religião". Uma manifestante, empunhando uma faca, ameaçava atravessar "de lado a lado" quem se atrevesse a silenciar o sino[13].

Os anticlericais, a quem não agradava mostrar que o povo estava descontente com o regime, estabelecido para fazer a sua felicidade, procuravam depreciar a importância das manifestações populares, reduzindo-as à acção de umas tantas "beatas". Um jornal republicano de Carrazeda de Anciães, ao acusar "meia dúzia de beatas"[14] de um acto de dissuasão ao inventário dos bens da igreja, se é revelador do peso que a actuação feminina tinha, ilustra igualmente o preconceito relativamente às mulheres e ao pouco crédito que, na opinião do jornalista, elas mereceriam. O periódico relatou que, na aldeia de Pereiros, pertencente àquele concelho, a referida "meia dúzia de beatas", abrira uma cova no adro para aí serem enterrados os elementos da comissão de arrolamento. Acusados de sedição, alguns habitantes da freguesia, incluindo três mulheres e um padre, foram processados.

Proibição de procissões, inventários, expulsão de padres e bispos das suas paróquias ou das suas dioceses, até mesmo o encerramento de igrejas, para a hierarquia eclesiástica tinham uma importância secundária perante a possibilidade de constituição das corporações cultuais, determinada pela Lei da Separação. Segundo esta lei, os actos de culto público só poderiam ter lugar nas freguesias onde estivesse instituída uma associação dessa natureza, com estatutos aprovados pela autoridade civil. O Estado não reconhecia a autoridade dos bispos, reconhecia somente a cultual – de cuja direcção não podia fazer parte o pároco responsável pela orientação do ritual religioso –, a quem eram cedidos os templos e as alfaias estritamente necessárias ao culto. A estratégia republicana, na intenção de desestruturar o edifício eclesiástico, separava a multidão dos fiéis e os próprios párocos dos bispos e do pontífice romano. Compreen-

[13] *Boletim Parochial*, 05/04/1914, p. 4.

[14] Maria Lúcia de Brito Moura, *ob. cit.*, p. 304.

Slhi

de-se a reacção dos prelados que ameaçaram com a excomunhão os padres e fiéis que aceitassem a cultual. Os anticlericais atribuíam o reduzido sucesso dessas corporações à acção das mulheres que, dentro do lar, actuavam junto do marido e dos filhos para que recusassem fazer parte de tais agremiações. Segundo o jornal *República*, algumas mulheres foram ao ponto de abandonar os maridos que tinham desatendido as advertências episcopais[15].

A acção das mulheres no tocante às cultuais foi desenvolvida essencialmente no silêncio do lar ou, numa atitude passiva, na recusa em participar em qualquer acto de culto que tivesse lugar num templo dominado por uma cultual. Um jornal de cariz anticlerical aludiu, em jeito ofensivo, às mulheres que, indo assistir à missa a casas particulares, onde se fazia a celebração em condições de clandestinidade, escondiam, dentro de um saco, a "capa típica de ouvir missa", no receio de serem "conhecidas como ovelhas fiéis"[16].

Se muitas mulheres, pela sua educação, seriam incapazes de ir para a rua tomar parte em ajuntamentos, enfrentando o adversário directamente, não lhes faltou o ânimo para outros combates, porventura mais adequados à sua classe. Nos primeiros meses de 1913, foi do campo feminino que partiu a iniciativa mais visível contra a laicização das capelas dos cemitérios. Esse processo, que implicava a retirada de todos os símbolos religiosos, deveria encontrar-se já concretizado, em cumprimento das determinações da Lei da Separação. Porém, um grande número de autarquias, no receio das reacções, fora adiando a execução das normas prescritas. Em Fevereiro de 1913, o ministro do Interior decidiu-se a pôr termo a tal estado de ambiguidade e, nesse sentido, dera ordens aos governadores civis para que agissem em conformidade com o legislado. Em Lisboa, uma comissão, representando as duas mil mulheres da capital e arredores que haviam assinado uma mensagem de protesto contra o que consideravam uma arbitrariedade, apresentou na Câmara Municipal o documento. Contudo, o responsável máximo pelo governo autárquico recusou-se a recebê-lo, alegando que não cumpria as normas, por não estar escrito em papel selado[17].

Outras iniciativas de interferência junto do poder político se seguirão. Escudando-se na sua posição de exterioridade relativamente a círculos partidários, em Agosto do mesmo ano um grupo constituído por

---

[15] *Idem, ibidem*, p. 206.

[16] *Idem, ibidem*, pp. 206-207.

[17] *Idem, ibidem*, p. 428.

Slhj

"dezenas de senhoras da mais fina aristocracia" de Lisboa – no dizer do periódico *O Amigo da Religião*, dirigido por um padre considerado liberal e, por isso, alvo de desconfiança por parte do sector católico mais conservador – foi ao Parlamento procurar falar com Afonso Costa, a propósito da cultual que, recentemente, fora formada em Lisboa. Perante o ministro, as mulheres exprimiram a sua tristeza por sentirem que, apesar de portuguesas, vivendo na sua própria terra, no futuro, quando as cultuais tivessem conseguido encerrar todos os templos, teriam de ir rezar à Igreja de S. Luís dos Franceses, protegidas pela bandeira da República Francesa, ou aos Inglesinhos, "à sombra da bandeira inglesa", ou à Igreja italiana do Loreto. Na opinião das manifestantes, essa situação não prestigiava a República[18].

As diligências descritas – e muitas outras (poderia referir-se o auxílio aos padres que recusaram a pensão atribuída na Lei da Separação[19], a rejeição às tentativas de substituir o ritual religioso pelo registo civil nos momentos de passagem...) –, quer partissem de mulheres humildes, mais acostumadas a reagir conduzidas pelos impulsos emocionais, quer das mais ilustradas a quem a educação disciplinara a impetuosidade natural, exigiam firmeza e audácia. Porém, viviam-se situações que requeriam uma força de ânimo de grau superior. Nas zonas onde o anticlericalismo livre-pensador tinha alguma força, a simples ida à igreja demandava enorme coragem. E, se esta qualidade era essencial aos homens, muito mais imprescindível era nas mulheres, as vítimas preferidas do anticlericalismo mais primário. Em muitos lugares, as que se dirigiam à igreja eram alvo das maiores insolências[20]. O semanário *A Guarda* alertou para

---

[18] O *Amigo da Religião*, 31/08/1913, p. 786. A França, a Inglaterra e a Itália tinham, já na Monarquia, igrejas próprias, com clero dos respectivos países, para prestarem assistência religiosa aos compatriotas residentes em Portugal. O Governo republicano, pressionado pelos políticos desses países, conservou-lhes os privilégios de que gozavam antes, pelo que não estavam sujeitos às determinações da Lei da Separação. Assim, os padres ingleses, franceses e italianos, ligados a essas igrejas, podiam usar em público as vestes talares, o que não era consentido aos portugueses que, com frequência, davam conta do seu vexame perante o que viam como discriminação.

[19] Num aparente gesto de benevolência para com os clérigos, mas verdadeiramente com o intuito de ter por si uma classe que mantinha influência, especialmente a Norte do país, a Lei da Separação previa que fossem concedidas pensões aos membros do clero, o que parecia contradizer o espírito de separação.

[20] Segundo um periódico de Coimbra, a comissão administrativa da paróquia de Santa Cruz oficiou ao comissário de Coimbra pedindo que fosse policiado o local junto à igreja paroquial onde, ao domingo, à hora das missas, eram insultadas as

Slhj

o que acontecia na cidade, à saída do mês de Maria. Os chamados livre-pensadores postavam-se junto à porta da igreja, formando barreira para dificultar a passagem e, entretanto, dirigiam graçolas. O articulista assegurou ser necessária "uma coragem heróica para atravessar, como elas atravessam, aquelas forcas caudinas levantadas pela grosseria ou pela inconsciência"[21].

O radicalismo anticatólico, numa estratégia tendente a dissuadir as mulheres de revelarem uma piedade vista como exagerada, fazia pressão sobre os homens, sugerindo que a sua honra corria perigo, se as mulheres da família, "confiadas à sua guarda", frequentassem assiduamente a igreja. Segundo tais advertências, as jovens pertencentes à associação "Filhas de Maria" tornar-se-iam "amásias de padres"[22]. Esses *progressistas*, numa leitura sobre o papel dos homens e das mulheres na sociedade em tudo semelhante à dos *conservadores*, pareciam convencidos de que a parte feminina da sociedade não fruía de discernimento, carecendo sempre da tutela masculina. Na sua luta por afastar as mulheres dos templos, invocavam os preconceitos comuns no campo contrário. Contudo, na conjuntura presente, no sector normalmente tido como tradicionalista a acção das mulheres era aplaudida e apontada como exemplo. Em Fevereiro de 1913, o jornal *O Dia*, referindo-se ao acontecido em Colares, onde as mulheres haviam conseguido evitar o encerramento da igreja, deixou o comentário: "Não há dúvida que elas estão dando a eles uma grande lição"[23]. Alguns meses depois, num periódico nortenho, dirigido por um padre, comparava-se a passividade masculina com a intrepidez das mulheres que, altivamente, erguiam "o brio português" em lances perigosos, enquanto os homens "se rojam, se escondem, se acocoram"[24]. Na mesma folha, uma mulher – usando o nome Violeta Branca – recomendava às suas congéneres que, num momento em que se travava "uma luta medonha entre os hereges e a Igreja", pusessem de lado a timidez própria do seu sexo e enfileirassem ao lado dos que defendiam a religião[25]. Em

---

"senhoras" que para aí se dirigiam. *Defesa*, 14/04/1911, p. 2. No mesmo mês, um jornal algarvio referiu-se ao que se passava nos templos, "especialmente frequentados por mulheres e crianças", que estavam à mercê de uma "horda avinhada e ignara". *O Heraldo*, 16/04/1911, p. 1.

21 Maria Lúcia de Brito Moura, *ob. cit.*, p. 240.

22 *Idem*, *ibidem*, p. 241.

23 *O Dia*, 10/02/1913, p. 1.

24 *O Amarense*, 01/10/1913, p. 2.

25 *Ibidem*, 01/12/1913, p. 2.

Slhi

1926, o diário católico *Novidades*, ao relatar o acontecido numa aldeia, onde as mulheres haviam levado por diante a realização de uma procissão proibida, exprobrou a "covardia moral" que imperava nos homens, fazendo passar o "primado da resistência" para as mulheres[26].

Contra o decreto de 8 de Outubro de 1910

É significativo que a legislação republicana, visando pôr termo à influência da Igreja Católica na sociedade portuguesa, tenha estreado com o decreto de 8 de Outubro que colocou em vigor as leis pombalinas referentes à Companhia de Jesus e o decreto de 28 de Maio de 1834 que extinguiu em Portugal todas as congregações. Os membros dessas sociedades – com excepção dos jesuítas, condenados ao exílio –, de nacionalidade portuguesa, eram compelidos a não viver em comunidade. Como precaução, proibia-se que residissem na mesma casa mais de três ex-congreganistas. A lei atingiu mais mulheres do que homens, pois que, segundo cálculo de Artur Villares, existiriam em Portugal, em 1910, mais de 2399 religiosas e cerca de 750 religiosos, distribuídos, respectivamente, por 23 e 10 congregações[27].

Numa época em que as perspectivas de trabalho remunerado eram muito restritas para as mulheres, o encerramento das escolas onde exerciam funções e a perda do tecto que as abrigava, em alguns casos há dezenas de anos, podia significar a miséria. O processo abrupto de encerramento das suas residências (frequentemente antecedido de invasão domiciliária) sem um tempo mínimo que permitisse um contacto com familiares que poderiam conceder-lhes hospedagem, foi extremamente traumatizante, inviabilizando, à partida, qualquer simpatia para com o novo regime. Em Lisboa, as Doroteias, que se dedicavam ao ensino de meninas, nos dias da revolução foram compelidas a abandonar o colégio do Quelhas, na maior pressa, e a substituir o hábito por roupas seculares. Conduzidas para o Arsenal da Marinha entre soldados, aí se mantiveram durante largos dias (e, com elas, nos primeiros tempos, algumas alunas que haviam sido apanhadas pelo vendaval revolucionário)[28]. Sorte idênti-

---

[26] *Novidades*, 24/03/1926, p. 1.

[27] Artur Villares, *As Congregações Religiosas em Portugal (1901-1926)*, Fundação Calouste Gulbenkian e FCT, 2003, p. 259.

[28] Maria Lúcia de Brito Moura, "As Doroteias em Portugal (1866-1910): uma difícil implantação", *Lusitania Sacra*, 1996/1997, p. 283.

SIhi

ca tiveram centenas de mulheres de diversas congregações estabelecidas em Lisboa. Os responsáveis republicanos procuravam assegurar-se que as religiosas não viriam a fundar, algures, novas comunidades. Através de interrogatórios indagaram sobre os lugares para onde iam viver. Foi importante, nessa conjuntura, o dinamismo e o sentido prático das superioras das diferentes congregações, que demandaram um abrigo para cada uma das suas subordinadas. Algumas religiosas disponibilizaram-se a dar guarida a duas "irmãs" que não dispunham de familiares prontos a acolhê-las. A outras, valeu a generosidade de famílias amigas da congregação. Nesta matéria verificou-se uma diversidade de condições. Nos lugares onde as novas autoridades se mostraram compreensivas e tolerantes, as congreganistas gozaram de alguma liberdade. Foi o que aconteceu em Guimarães. Durante nove meses, no edifício onde funcionara o colégio das Doroteias, um grupo de religiosas continuou a viver em comunidade, contando com a protecção do administrador concelhio[29]. Em algumas localidades, discretamente, sem o uso do hábito que podia identificá-las, as religiosas tentaram reconstituir colégios encerrados, com o apoio de pessoas influentes que lhes confiavam a educação das filhas. Porém, a lei de 31 de Dezembro de 1910, no seu art. 40.º, estabeleceu que os membros das associações religiosas autorizados a residir em Portugal, na situação de secularizados, não poderiam exercer funções como professores, empregados, directores ou administradores de qualquer estabelecimento de ensino.

Através da imprensa, é possível acompanhar o caminho percorrido por mulheres que, espoliadas da casa que as abrigava, intentavam encontrar novo rumo para as suas vidas. O regresso, sós ou acompanhadas por uma ou duas companheiras, excitava a curiosidade geral, nem sempre discreta, ou, mesmo, a prevenção sectária de alguns. Em Alqueidão, no concelho da Figueira da Foz, um grupo de religiosas secularizadas colocou de sobreaviso os anticongreganistas. Cinco delas eram dali naturais, mas a estas juntaram-se outras. Procurando cumprir a lei, que proibia a residência em comunidade, distribuíam-se por pequenos grupos. Iam à missa na igreja local, sob os olhares incómodos dos curiosos que acompanhavam os seus passos[30]. A influência que as ex-congreganistas pudessem exercer sobre as crianças e os jovens era especialmente temida. Em Julho de 1911 um jornal de Coimbra acusou duas "irmãzinhas" saídas do "antigo coio das Ursulinas", de terem criado uma escola, andando a

[29] *Idem, A Guerra Religiosa...* cit., p. 279.

[30] *Idem, Ibidem*, pp. 280-281.

Slhj

"arrebanhar" crianças das famílias residentes nas proximidades. Nos finais do mesmo ano as autoridades de Braga foram alertadas para um "colégio jesuítico", dirigido por "madres disfarçadas em gente" – como se lhes referia um semanário que se autoproclamava "republicano radical" – existente na povoação de Prado. O mesmo semanário denunciou a existência de um outro "coio" em Águas Santas, no concelho de Póvoa de Lanhoso. Acusações análogas se faziam em Évora[31].

É de notar que, aqui e ali, quando as circunstâncias forçaram as novas autoridades a ceder, grupos de religiosas vestidas à secular permaneceram vinculadas a determinadas obras de assistência. Assim aconteceu com as Dominicanas de Santa Catarina de Sena – congregação fundada por Teresa Saldanha – que se mantiveram no "Asilo das Cegas", em Lisboa e no Colégio da Regeneração, em Braga, destinado a mulheres em situação de risco. Em Dezembro de 1910, outras religiosas da mesma congregação encarregavam-se do Sanatório da Parede[32], substituindo as Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo, francesas, que haviam sido repatriadas. Também as Doroteias continuaram no Porto, no asilo de Vilar, fundado por iniciativa de um benemérito que o colocara ao cuidado dessa comunidade[33].

Poderia pensar-se que, fora das funções educativas, seria possível a uma ex-congreganista refazer a sua vida. Talvez tenha sido este o ponderar de algumas irmãs hospitaleiras que, antes de 5 de Outubro de 1910, trabalhavam no Instituto Oftalmológico de Lisboa. Tentaram contornar a lei, com o conhecimento e a anuência do director do estabelecimento, professor Gama Pinto. Este médico, no seguimento da extinção das congregações religiosas, solicitou autorização para que as enfermeiras permanecessem no desempenho das suas tarefas, apresentando razões de ordem técnica e económica. A questão foi-se arrastando até Julho de 1913. Então, o administrador, alertado por uma denúncia, deslocou-se ao local, tendo verificado que, entre as dez enfermeiras ali em funções, nove haviam pertencido a uma congregação. Para os responsáveis pelo Instituto a lei não estava a ser infringida, porquanto as enfermeiras não viviam em comunidade e, como o estabelecimento tinha quatro secções, nem sequer trabalhavam em conjunto. Mas essas justificações não convenceram a autoridade. Gama Pinto que, no momento, se encontrava em Lon-

---

31 *Idem, Ibidem*, pp. 439-440.

32 João Miguel Henriques, *Cascais – Do final da Monarquia ao alvorecer da República (1908-1914)*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Cascais, 2001, p. 110.

33 Maria Lúcia de Brito Moura, *As Doroteias em Portugal...*, cit., pp. 252, 284

Slhi

dres, foi demitido e o mesmo aconteceu ao director adjunto e a um outro médico[34].

De um modo geral, as religiosas dispersas pelo país tentavam retomar a vida em comunidade, no cumprimento da Regra comum que tinham prometido seguir. Nos primeiros meses, alimentariam a esperança de que o novo regime não se aguentasse durante muito tempo ou que, passado o período revolucionário, sucedesse uma etapa de serenidade que tornasse possível o diálogo com os novos dirigentes políticos. Pensariam que, depois da tempestade, como já acontecera no passado, viria a acalmia.

Com o decorrer dos dias, foi-se instalando o convencimento de que a situação não se alteraria tão cedo e que era necessário preparar o futuro. As madres provinciais passaram a trabalhar em ordem a reunir as "irmãs" dispersas, na intenção de refazer comunidades. Para isso, impunha-se, em primeiro lugar, manter a ligação com cada uma delas, o que não era fácil. O receio (exagerado ou não) de que a correspondência fosse devassada levava à preferência pelos contactos pessoais, e isso obrigava a verdadeiras aventuras em viagens até aldeias recônditas, onde uma "irmã" encontrara asilo[35].

O caso do Instituto das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, que tinha como provincial Maria Margarida Soares de Lencastre (em religião Madre Maria da Eucaristia), é certamente exemplar. Se acontecia ficar sem notícias de alguma das suas subordinadas, ou constava que não tinha o necessário amparo material e espiritual, mandava até ela uma "irmã". Chegou mesmo a procurar hospitalidade, perto de si, para a que lhe dava cuidados[36]. Nas comunidades existentes em França, Inglaterra e América do Norte, encontrou abrigo para muitas. Contudo, não era fácil ter resposta para todas as necessidades. Intentou no sentido de conseguir, em outros países, espaços onde os "serviços das irmãs" pudessem ser apreciados. O empenho revestiu-se de êxito e, assim, logo a 21 de Fevereiro de 1911 acompanhou a bordo as três fundadoras da Província do Brasil. A essas seguiram-se quatro, depois mais dez. As portuguesas irão fixar-se no Rio de Janeiro e em Minas Gerais[37]. Para as mais velhas e doentes, contudo, a aventura pareceria excessiva, afigurando-se mais conveniente encontrar um local próximo de Portugal. Tuy revelou-se o mais apropriado. Mas os

---

34 Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa..*, cit., pp. 284-285.

35 Duas dessas viagens acidentadas são narradas por Irmã Maria do Céu Nogueira, *História da Revolução e Dispersão da Província Portuguesa* (policopiado), 1973, pp. 104, 182.

36 *Vidas Vivas*, Coimbra, 1948, Religiosas do Sagrado Coração de Maria, p. 332.

37 *Ibidem*, p. 355.

SIhi

primeiros tempos foram extremamente críticos. Os preços altos em Espanha implicavam a necessidade de fazer compras em Portugal, o que era dificultado pela fiscalização policial, quer do lado português, quer do lado espanhol. Para vencer os contratempos, impunha-se possuir "inteligência, sangue-frio e desembaraço"[38]. O clima de desconfiança e os riscos que enfrentavam as mulheres que se aventuravam a passar a fronteira é patenteado pelo acontecido com a Irmã Cristina que, a mando da superiora do Porto, partiu para Tuy, com uma carta escondida num cesto com alimentos. A proeza não acabou bem. Ao ser revistada na fronteira de Valença, foi encontrada a mensagem, o que lhe valeu o regresso ao Porto, debaixo de prisão. Ficou algum tempo detida no Aljube. A Superiora prestou declarações em tribunal, conseguindo convencer os inquiridores da inocência do acto[39]. As religiosas do Instituto do Sagrado Coração de Maria permaneceriam durante muito tempo na cidade espanhola e, em 1917, aí abriria o noviciado da congregação, com cinco postulantes[40].

As razões que ditaram a escolha de Tuy às religiosas do Coração de Maria foram as mesmas que convenceram outras congregações. O colégio de Santa Clara, em Valença do Minho, dirigido pelas Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição e frequentado, à data da revolução, por mais de cem crianças do sexo feminino, foi, provavelmente, a primeira escola a transferir-se para essa cidade. Ainda no ano lectivo de 1910-1911, mais de oitenta educandas do colégio transitaram para as novas instalações. A proximidade favorecia as viagens dos familiares das alunas, que podiam assistir às festas escolares[41], e das próprias religiosas que passavam clandestinamente a fronteira.

Também as Doroteias viriam a estabelecer-se em Tuy, abrindo várias «casas» – entre elas um colégio –, onde puderam encontrar abrigo algumas dezenas de Irmãs. A Provincial, Maria Augusta Alves, procurou, acima de tudo, encontrar um lugar onde todas as Irmãs pudessem, em comunidade, seguir a Regra da congregação e trabalhar para assegurar a sua sobrevivência. Como as alunas, nos primeiros tempos, eram em número reduzido, não chegando para o sustento de tanta gente, as religiosas encontraram no trabalho de bordados um meio de ganhar a vida[42].

---

[38] *Ibidem*, p. 370.

[39] *Ibidem*, pp. 365-366.

[40] *Ibidem*, p. 369.

[41] Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa* ..., cit., pp. 461-462.

[42] Maria do Céu Nogueira, *ob. cit.*, p. 208. Religiosas de outras congregações, em circunstâncias difíceis, encontraram nos bordados uma forma de conseguir o seu sustento.

Slhi

Ainda em 1911, as Doroteias fundaram outra «casa», com colégio, em Lumbrales, perto de Cidade Rodrigo[43]. Mas, curiosamente, a primeira escola fundada por esta congregação não nasceu em Espanha. Surgiu mais longe, na Suíça, em boa parte graças ao zelo empreendedor de Madre Monfalim que, à data da revolução, era Superiora na comunidade do Quelhas, em Lisboa. O colégio de Lucerne entrou em funcionamento em Janeiro de 1911 com algumas antigas alunas da escola de Lisboa. Em breve chegaram às cinquenta. O colégio do Quelhas transferira-se, de algum modo, para Lucerne, continuando com a mesma Mestra Geral (Madre Maria José Vasconcelos) e a mesma Superiora (Madre Monfalim)[44]. As Doroteias expandiram-se rapidamente por outras paragens. A 17 de Março de 1911 já tinham aberto seis casas: Lucerne, Tuy, Pouso Alegre (Brasil), New York, Providence (Estados Unidos) e Brookland (Reino Unido). Nesta localidade funcionou o noviciado que, mais tarde, seria transferido para a Bélgica e, depois, para Tuy.[45].

Nesses tempos difíceis, outras congregações se estabeleceram em países de forte emigração portuguesa, onde seria provável encontrar trabalho. Como é que essas irmãs exiladas conseguiram dinheiro para as viagens? O auxílio de beneméritos foi, certamente, importante. Relativamente às Doroteias sabemos que a Provincial gastou toda a sua legítima para custear essas despesas[46].

As provinciais das Doroteias e do Instituto do Coração de Maria elegeram o país vizinho para dirigirem as comunidades portuguesas. O caso de Teresa de Saldanha, a fundadora e superiora geral das Dominicanas de Santa Catarina de Sena, foi peculiar. Não obstante os perigos a que se expunha numa cidade onde se sucediam as manifestações anticlericais e onde, nos primeiros meses do novo regime, a caça aos congreganistas parecia obcecar os revolucionários, recusou sair de Lisboa. Começou por residir na casa da família (pertencente à nobreza, próxima da família real) mas, após ter sido vítima de um assalto, compreendeu ser mais seguro procurar outro refúgio onde o anonimato teria uma eficácia maior. Os anos seguintes – até Janeiro de 1916 –, que seriam os últimos da sua vida, foram vividos numa pequena casa alugada, na rua Gomes Freire. Dali encaminhou as religiosas da sua congregação que, na impossibilidade de viverem em Portugal, partiram para outros países a dispensar serviços

---

43 *Idem, ibidem,* pp. 296-298.

44 *Idem, ibidem,* pp. 282-290.

45 *Idem, ibidem,* p. 200.

46 *Idem, ibidem,* p. 205.

Slhi

idênticos aos que prestavam aqui, nos sectores da educação e da assistência hospitalar. Em finais de 1911, a congregação portuguesa possuía já cinco "casas" no Brasil, uma nos Estados Unidos da América e outra na Bélgica. No cumprimento do decreto de 8 de Outubro de 1910, Teresa de Saldanha não mantinha junto de si, em regime de permanência, mais de duas companheiras. Mas recebia "irmãs" que a visitavam e, na capela privativa onde conseguiu ter missa diária, algumas, clandestinamente, renovaram os seus votos, temporários e perpétuos[47]. Era na casinha da Gomes Freire que reunia o Conselho Geral[48], do qual saíam as deliberações relevantes sobre o governo da congregação. Para o Noviciado, que exigia um edifício onde fosse possível congregar as candidatas que se preparavam para a profissão, sob a superintendência da Madre de Noviças, foi escolhida uma cidade próxima da fronteira portuguesa – Salamanca. Para aí se deslocavam as portuguesas que desejavam ser Dominicanas[49]. Receando que a correspondência enviada para as diversas casas fosse interceptada, aproveitava todas as ocasiões em que era possível dispor de um portador que ia para Espanha ou França[50].

Através dos exemplos apresentados, apercebemo-nos do esforço desenvolvido por algumas religiosas para que a sua congregação não morresse. Em Portugal, encobertamente, ou no exílio, estas mulheres combatiam as leis da República que intentavam secularizá-las e, especialmente, demandavam subtrair as crianças e as adolescentes à sua influência. Continuavam a receber postulantes e noviças, garantindo a continuidade da congregação, e a interferir na formação de educandas portuguesas. Entre as famílias, forçadas a enviar as filhas para o estrangeiro, a imagem do Governo, acusado de intransigência, não saía favorecida, o que, inevitavelmente, se reflectia no desapego ao regime político. Não se podem desprezar os prejuízos de ordem económica, muitas vezes realçados pelos que desejavam a revogação da lei que impedia o ensino religioso nas escolas privadas. O êxodo de alunas que iam pagar, lá fora, a sua educação, representava uma saída de divisas. Para além disso, a ausência prolongada de jovens acarretava o risco de enfraquecer os laços afectivos para com a Pátria.

---

[47] *Cartas de Teresa de Saldanha na Primeira República 1910-1915*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2006, pp. 62-63.

[48] *Ibidem*, pp. 157, 235.

[49] *Ibidem*, p. 164.

[50] Veja-se, por exemplo, uma carta de 4 de Maio de 1911. *Ibidem*, p. 50. Em muitas cartas encontram-se conselhos de cuidado e prudência na correspondência.

SIhi

Mas a suspeição do republicanismo relativamente às congregações religiosas continuava demasiado viva para que houvesse cedências. O caso da comunidade descoberta, em 1917, no concelho de Marco de Canaveses, que iria provocar a D. António Barroso, bispo do Porto, pela segunda vez, a interdição de residência no distrito, desta vez extensiva aos distritos de Braga e limítrofes deste e do Porto, revela o vigor da prevenção anticongreganista. Na Quinta da Comenda foram encontradas cinco freiras professas – conforme declaração das próprias –, que haviam pertencido ao Convento das Capuchinhas, em Guimarães. Viviam em comunidade, exercendo funções de superiora a mais idosa, com setenta e quatro anos[51].

Há que ter em conta que a saída brusca das religiosas, vista como prejudicial pelos que enalteciam os méritos da sua presença, não provocou de imediato a morte de todas as instituições por elas orientadas. Em algumas circunstâncias, a obra continuou, graças ao empenho de mulheres leigas que tentaram ocupar o seu lugar. Essas situações deram, por vezes, azo a protestos e denúncias junto das autoridades políticas. Aconteceu assim com um recolhimento existente em Lisboa, conhecido como *Associação de Santa Maria Madalena*, destinado à regeneração de raparigas e que, antes de 5 de Outubro de 1910, era orientado pelas Irmãs do Bom Pastor que dirigiam, no Porto, uma outra instituição idêntica. Depois do encerramento da casa e da dispersão das educandas, um grupo de mulheres pertencentes a estratos sociais elevados decidiu retomar a obra, conseguindo reunir algumas dezenas das antigas protegidas. À frente da organização encontrava-se, desde Novembro de 1910, Júlia de Brito e Cunha[52]. Em Agosto de 1913, contava com 45 mulheres e raparigas (38 internas e sete externas) que ganhavam a sua vida através dos bordados. No trabalho de encaminhamento das suas pupilas Júlia de Brito e Cunha era coadjuvada por outras voluntárias[53]. Todavia, o campo anticlerical não reconhecia os benefícios sociais da organização e alarmou-se. Em

---

51 Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa* ..., cit., p. 287.

52 Artur Villares, *ob. cit.*, p. 127. Júlia de Brito e Cunha era olhada com desconfiança nos meios republicanos, que a consideravam monárquica. Chegou a estar presa no Aljube, acusada de conceder auxílio aos que lutavam por um regresso à Monarquia. O caso não é único. É frequente a confusão entre ser católico (pelo menos na sua forma militante) e monárquico. Aliás, o sentimento de que a Igreja estava a ser perseguida contribuía para que muitos católicos desejassem um regresso ao passado monárquico.

53 Segundo informações prestadas pela presidente da obra, publicadas no jornal católico *A Nação*, 29/08/1913, p. 1. No Porto, a instituição ressuscitara igualmente, sendo dirigida por Maria José Pestana.

SIhi

Agosto de 1913, *O Mundo* denunciou a existência de um "coio jesuítico" e pressionou as autoridades, para que agissem. É provável que os impedimentos criados estejam relacionados com a subsequente fundação, em 1914, na cidade de Tuy, de um estabelecimento dirigido pela antiga superiora da *Associação de Santa Maria Madalena*, Madre Maria de Santa Ana Schorlemer. Para aí transitariam muitas das recolhidas[54].

Em outras congregações ocorreu algo de similar. As religiosas partiram, mas deixaram discípulas. Uma antiga aluna das Doroteias (Maria Luísa Sodré L. Casanova), com a colaboração de uma postulante (Maria Manuela Ferreira de Brito), forçada, pela Revolução, a regressar à residência familiar, fundou o Instituto Anglo-Português (o nome traduz o cuidado em o colocar sob a protecção inglesa)[55]. Sem menosprezar os casos apresentados, pode apontar-se Luísa Andaluz como o exemplo da mulher que, no clima anticongreganista e, mesmo, de hostilidade ao catolicismo que se vivia em Portugal, compreendeu a importância do apostolado dos leigos. Em Santarém, de onde era natural, a filha dos condes de Andaluz colaborara, desde muito jovem, com as Irmãs Capuchinhas, na obra que dirigiam e que compreendia uma escola primária e um centro de trabalho para raparigas. Em 1914, conseguiu pôr a funcionar novamente a obra – abandonada desde 1910 –, designada por *Externato de Nossa Senhora dos Inocentes*, onde aceitava indiferentemente filhas de monárquicos ou de republicanos. Em 1918, abriu um internato onde acolhia os órfãos resultantes da pneumónica. A sua acção foi ultrapassando o círculo de Santarém. Tendo conseguido reunir em torno de si um grupo de mulheres, colaborou na criação da editora católica União Gráfica. Desenhava-se no seu espírito a ideia de uma congregação – que só seria canonicamente erecta em 1939 – voltada para o apostolado social, inserida no mundo e, por isso, sem hábito[56].

Num tempo de fortes confrontos sociais, em que a Igreja Católica era, amiúde, vituperada por, alegadamente, se ter aliado aos ricos, o percurso de Maria Carolina Sousa Gomes apresenta um contorno singular.

---

[54] Maria do Pilar S. A. Vieira, "Congregação do Bom Pastor (Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor", *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. I, Círculo de Leitores, 2000, p. 471.

[55] Maria do Céu Nogueira, *História da Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia – 1866-1910* (policopiado), pp. 422-423; e Maria Lúcia de Brito Moura, "As Doroteias em Portugal...", *cit.*, p. 285. Algumas professoras e alunas desse Instituto tornaram-se, mais tarde, Doroteias.

[56] Maria José Remédios, "Luísa Maria Langstroth...", Zília Osório de Castro e João Esteves (Dir.), *Dicionário no Feminino*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 533.

Slhj

Esta filha do Dr. Francisco José de Sousa Gomes, o professor universitário que influiu grandemente na fundação do CADC, levou a sua dedicação aos pobres ao ponto de para eles mendigar, contrariando a vontade da família, no mercado de Coimbra. Assumiu, em 1924, a orientação do Asilo da Infância Desvalida de Coimbra, a convite do seu director, Doutor Elísio de Moura. Mas permanecia a ânsia de completa entrega aos desfavorecidos. Foi atraindo companheiras que alimentavam sonhos idênticos de comprometimento para com os pobres por amor de Deus. Era o nascer de uma nova congregação, – as *Criaditas dos Pobres*[57]. Nos inícios dos anos vinte, a madeirense Leontina Trindade Ornelas e Vasconcelos, com um grupo de seguidoras, todas da sua ilha, terminado o noviciado em França na Congregação da Apresentação de Maria, tomava a seu cargo um dispensário-lactário no Funchal[58].

O novo clima que se vivia em Portugal depois da I Guerra Mundial, com a Igreja e os governos da República ensaiando um processo de conciliação, concorreu para que algumas das congregações expulsas fossem regressando, em situação de clandestinidade. Em 1919, um pequeno grupo de Doroteias, vestidas à secular, instalava-se em Lisboa, "à sombra" da *Obra da Protecção às Raparigas* que tinha como presidente Maria Emília Brandão Palha[59]. Em 1920, a Provincial do Instituto do Coração de Maria aceitou uma proposta para a fundação de um colégio em Espinho. Também as religiosas deste estabelecimento vestiam à secular, de modo a não darem a conhecer a sua condição. O colégio era dirigido por Madre Maria do Coração Imaculado Martins a quem todos tratavam por Sr.ª D. Alice. Logo no início, a nova escola tinha mais de 60 alunas internas, mas em breve chegariam às 164. Curiosamente, quem aparecia oficialmente como director era um jovem médico com fama de ateu[60].

---

57 Artur Villares, *ob. cit.*, pp. 251-252.

58 *Idem, ibidem*, pp. 252-253.

59 Marianna Cezimbra, *Madre Monfalim – Memórias de sua irmã Marianna Cezimbra R S D*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1945, p. 407.

60 *Vidas Vivas*, cit. pp. 378-389.

Slhi

Contra a escola laica

Seguindo o exemplo dos dirigentes da III República, em França, o projecto republicano português via na escola – a escola laica – a grande prioridade na lide pela transformação das mentalidades e inculcação dos novos valores. O decreto de 22 de Outubro de 1910, que extinguiu nas escolas primárias e normais primárias o ensino da doutrina cristã, declarava que o "ensino dos dogmas é incompatível com o pensamento pedagógico que deve regular a instrução educativa das escolas primárias". As determinações governamentais, visando um ensino neutro em matéria religiosa, foram recebidas com desagrado no sector católico que defendia não ser possível a educação sem existir um suporte religioso. Os bispos, na *Pastoral Colectiva* datada de 24 de Dezembro de 1910 (mas dada a conhecer somente em Fevereiro de 1911), eram claros: "Não há educação sem moral, nem moral sem religião"[61]. Aliás, o militantismo anticatólico de alguns professores, exercendo funções em escolas públicas, contribuía para alimentar a opinião de que o ensino neutro facilmente resvalava para um ensino de ataque à religião. Contudo, se muitos docentes foram activos militantes republicanos, outros houve – homens ou mulheres – que se viram envolvidos em acusações de desrespeito às leis. Em Janeiro de 1911 o jornal *O Mundo* denunciou uma professora que fazia "as mais inverosímeis prelecções sobre lendas e milagres religiosos" que só serviriam para "embaraçar e enevoar o espírito". Para o facto era chamada a atenção do inspector que deveria meter na ordem a "religiosíssima professora"[62]. A vigilância estendia-se para lá das paredes da sala de aula. O caso de Maria Sobral, professora na freguesia de Touça de Freixo, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, assumiu um relevo especial. Tendo sido censurada pelo inspector, por ensinar doutrina cristã aos alunos, ainda que fora dos tempos lectivos, a docente, conquanto tivesse consciência que a sua atitude a expunha a uma vida de privações, optou por apresentar a exoneração do seu lugar de docente. O gesto foi enaltecido pela imprensa que se opunha à política republicana de ataque às crenças religiosas e Maria Sobral tornou-se uma referência para o campo católico que teceu largos encómios à sua dignidade. Alguns jornais levaram a cabo campanhas de donativos destinados a compensar, de algum modo, o sacrifício da professora. É evidente

[61] *Pastoral Collectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal*, Guarda, Typographia "Veritas", 1911, p. 10.

[62] Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa* ..., cit. p. 457.

Slhi

que a maioria dos agentes educativos católicos não chegou ao ponto de sacrificar o seu emprego, preferindo, certamente, abster-se de qualquer referência religiosa, sobretudo se o meio em que exercia a profissão era hostil para com manifestações de piedade vistas como exageradas. Com o tempo, as rupturas no campo republicano, onde a questão religiosa contribuía para o aprofundar das clivagens, foi animando alguns professores a assumir posições que contrariavam o sector menos tolerante. Em 1915, uma professora de Abrantes, censurada por efectuar práticas religiosas na sua escola, usou a imprensa para se defender. O diferendo parece relacionar-se com a presença da docente, acompanhada por alunas, em cerimónias religiosas aquando da visita episcopal. Em carta enviada aos jornais, a professora defendeu o direito à sua vida privada e garantiu que, dentro da escola, não ministrava ensino religioso. Porém, na circunstância em causa, não estivera como professora, tal como as crianças não estavam como suas alunas[63].

As prevenções católicas relativamente à "escola sem Deus" conduziram ao nascer de estabelecimentos de ensino, por diligência de militantes ou organizações ligadas à Igreja Católica. Alguns partiram do empenho de párocos que, nas suas freguesias, procuraram facultar aos pais católicos a possibilidade de escolha. De um modo geral, o ensino nessas instituições estava a cargo de mulheres sobre as quais recaía a ira dos adversários mais intolerantes. Em 1912, a professora responsável pela escola que funcionava na igreja dos Anjos, em Lisboa, foi levada a tribunal, indiciada por delito contra a Lei da Separação[64].

Não obstante a intenção de criar um sistema educativo absolutamente controlado pelo Estado, a iniciativa privada continuava a ser imprescindível em numerosas situações – a obra de Luísa Andaluz, já referida, é reveladora – e os agentes governamentais viam-se forçados a ceder. O caso de Sílvia Cardoso, a zelosa católica que acompanhou Guerra Junqueiro na sua aproximação ao catolicismo, parece exemplar. A activista, que dinamizou retiros espirituais para leigos, fundou um asilo destinado a meninas, sustentado à sua custa. Convocada pelo "chefe político" de Paços de Ferreira – o administrador, provavelmente –, renitente quanto ao ensino religioso, fez-se acompanhar pelas crianças. Perante o representante governamental, declarou que, não lhe sendo permitido educá-las como desejava, as deixava ali e que alguém tratasse delas. Face a este gesto frontal, o representante do Governo cedeu[65].

---

63 *Idem, ibidem*, p. 459.

64 *Idem, ibidem*, p. 441.

65 O episódio é narrado pelo Padre Moreira das Neves, *O Anjo das Três Loucuras – Sílvia Cardoso*, Lisboa, União Gráfica, 1953, p. 129.

Slhi

A República e o crescimento da intervenção feminina na vida da Igreja

É evidente que, muito antes da implantação da República, a Igreja reconhecia a proficiência das mulheres na defesa e na transmissão dos princípios religiosos. Contudo, no entender de muitos eclesiásticos, as funções das mulheres exercer-se-iam essencialmente no núcleo familiar. Aí, deviam educar os filhos dentro dos princípios cristãos que incluíam, é óbvio, o ensino das orações. Competia-lhes, igualmente, usar da sua influência sobre o marido para que não se afastasse da Igreja. Através do marido e dos filhos o seu ascendente estender-se-ia à sociedade.

Porém, as mais militantes desempenhavam, fora do lar, tarefas fundamentais cujo valor era inegável. Mas esses serviços, compreendendo especialmente a confecção de paramentos, o alindar de altares e andores, a confecção e a distribuição de peças de vestuário pelos mais necessitados, eram considerados menores.

Parece incontestável que o período republicano, tão atribulado para a Igreja Católica, foi de afirmação do papel das mulheres. Se, para muitas delas, essa afirmação passou pela resistência violenta às medidas, consideradas vexatórias, ordenadas pela autoridade civil, para outras o campo de acção estendeu-se muito para além de atitudes meramente conjunturais. A sua disponibilidade no momento de perigo constituiu para a Igreja Católica um precioso esteio, pois que se assistia à deserção de um grande número de crentes, temerosos quanto à interpretação que podia ser dada a uma piedade demasiado manifesta. Não obstante as prevenções existentes, mesmo no campo católico, em relação à visibilidade feminina na Igreja, o contributo das mulheres para as cerimónias religiosas foi crescendo, na conquista de uma posição mais destacável e vencendo resistências. Um jornal católico que iniciou a sua publicação em 1913, *Raio de Luz*, estava especialmente voltado para a actividade feminina na obra de "regeneração social", através da justiça e do amor[66]. Leonor de Samora, colaboradora na folha, mostrava-se especialmente preocupada com o salário de miséria das operárias[67]. Uma outra, assinando como J. M. M., fundamentava-se nos textos bíblicos, que referem a presença de algumas mulheres junto de Jesus, para defender o direito da mulher ao título de

[66] *Raio de Luz*, 09/07/1913.

[67] *Raio de Luz*, 24/11/1913.

Slhi

"apóstola"[68]. Num tempo em que os párocos mais dinâmicos, na luta contra o anticlericalismo que agia no sentido de esvaziar as igrejas, intentavam revestir de maior brilho as cerimónias cultuais, mormente através do canto e da música, multiplicavam-se os grupos corais femininos. A ênfase que a imprensa dá a esses agrupamentos, quando se refere a uma celebração religiosa, parece evidenciar o seu carácter de novidade. Possivelmente contra algumas vozes que considerariam dever ser a música sacra reservada aos homens, no periódico *Raio de Luz* argumentava-se que Pio X desejava que o povo tomasse parte activa nas cerimónias religiosas. Assim, embora reconhecendo a existência de determinações eclesiásticas que proibiam o canto feminino a solo, sustentava-se a legitimidade da participação das mulheres, desde que fosse efectivada em grupo[69].

Contudo, a acção feminina mais perceptível, com resultados convincentes, parece ter ocorrido no sector da instrução religiosa, essencial para a sobrevivência do catolicismo. Perante um adversário que, no seu combate pela laicização da sociedade, desejaria destruir a Igreja Católica, os mais responsáveis nesta instituição compreenderam que a fragilidade das crenças, não alicerçadas no conhecimento dos princípios religiosos, facilitava o trabalho dos opositores. A responsabilidade pela catequese pertencia essencialmente aos párocos, mas estes, com frequência, descuidavam-se no cumprimento dos seus deveres.

Tal estado de coisas não era um exclusivo da realidade portuguesa. Já nos inícios do século XX, de Roma sopravam ventos de mudança. A encíclica papal *Acerbo Nimis*, publicada em 1905, frisava que os males da sociedade se deviam à "ignorância das coisas divinas". Preconizava-se, por isso, que em todas as paróquias se criasse uma Congregação da Doutrina Cristã. Em Portugal, o tema da catequese fora então objecto de muitas reflexões, embora sem resultados visíveis. Na corporação recomendada, o pároco e os outros sacerdotes residentes na paróquia, bem como os seminaristas, desempenhariam as funções fundamentais. Contudo, os hábitos de inércia tornaram difícil a concretização de tais projectos[70].

---

[68] *Raio de Luz*, 03/05/1914.

[69] *Raio de Luz*, 03/05/1914 e 30/09/1914.

[70] Em 1906, no arcebispado de Braga discutia-se se os capelães das igrejas não paroquiais eram obrigados a ensinar catequese às crianças das famílias que concorriam às missas. Perante o fraco interesse de alguns clérigos, no Congresso Eclesiástico de Coimbra, o cónego Joaquim Martins Pontes referiu a necessidade de se formarem catequistas leigos que auxiliassem o clero no trabalho da catequese. *Voz da Verdade*, 12/04/1906, p. 172, e 13/09/1906, p. 486.

SIhi

Muitos padres encostavam-se um tanto à protecção do Estado. Lembre-se que, antes da implantação da República, os programas da escola primária obrigavam ao ensino da doutrina cristã. Todavia, em algumas dioceses verificou-se um certo empenho no cumprimento das normas papais. Em Lisboa, o cardeal Neto recorreu às Doroteias[71]. Mas era uma situação distinta e a extinção das congregações religiosas significaria um ponto final na obra de catequese encetada.

Assim, a revolução republicana, com a sua política de laicização, apanhou a Igreja Católica um tanto desprevenida no referente à expansão de aulas catequéticas. Com a perturbação dos primeiros anos do novo regime, não houve condições propiciadoras de mudanças. Para a fraca mobilização contribuiu, certamente, o afastamento dos bispos – ou de outros responsáveis pelos governos das dioceses – que, de Dezembro de 1911 a Março de 1912, foram forçados a estar ausentes, por dois anos, do distrito onde se encontrava a sede episcopal. Alguns eclesiásticos sentiam a gravidade do problema. Na *Revista Catequística*, de Viseu, no seu primeiro número, declarava-se a aspiração de contribuir para o desenvolvimento da catequese[72], e aludia-se ao "Regulamento de Valhadolid", informando que, da sua direcção podiam fazer parte eclesiásticos e seculares e "até", pessoas do sexo feminino[73]. A preposição a anteceder a referência às mulheres evidencia as hesitações em lhes confiar funções tão proeminentes como era o ensino da doutrina. Entretanto, o bispo da Guarda, o incansável D. Manuel Vieira de Matos, procurava averiguar, junto dos bispos franceses, acerca do que se praticava na França, em ordem à recristianização[74]. No seguimento dessas diligências, a nova revista *Acção Catholica*, lançada em Janeiro de 1914 na diocese da Guarda, logo no seu n.º 2 rogou às mulheres que, imitando as "cristianíssimas francesas", se inscrevessem como catequistas voluntárias na Associação da Doutrina Cristã[75].

Nos primórdios de 1916, o lançar de bases da Associação da Catequese no Patriarcado não poderia materializar-se sem as mulheres. Conquanto o presidente honorário da Comissão Diocesana fosse o Cardeal Patriarca e a presidência efectiva pertencesse ao Vigário Geral, a verdade

---

[71] Como se reconhece na *Vida Catholica*, 20/07/1918, p. 685.

[72] *Revista Catequística*, 01/09/1913, p. 4.

[73] *Ibidem*, p. 105.

[74] *Acção Catholica*, n.º 1, Janeiro 1914.

[75] *Ibidem*, n.º 2, Fevereiro 1914, p. 10.

SIhi

é que se sentiu a necessidade de criar ao lado dessa comissão um conselho de senhoras com uma presidente, uma secretária, uma tesoureira e um número máximo de seis vogais[76]. Na alocução sobre os fins da associação, proferida na cerimónia de fundação canónica que teve lugar na Basílica da Estrela, para a qual haviam sido convidadas "todas as senhoras catequistas da cidade", o arcebispo de Mitilene realçou "a formação dos próprios catequistas, ou melhor, das próprias catequistas". E continuou: "Efectivamente, não pode haver bom ensino da doutrina cristã sem boas catequistas". No texto, o substantivo passa a ser usado sempre no feminino[77].

Neste mesmo ano foi fundada em Lisboa a *Obra das Vocações e dos Seminários*, com o objectivo de "descobrir e favorecer as vocações para o estado sacerdotal" e, igualmente, procurar recursos que permitissem o funcionamento dos seminários. Num texto publicado na *Vida Catholica*, assinado pelo arcebispo de Mitilene, sustentava-se que a nova instituição estaria ligada à obra das catequeses, por ser na catequese que as vocações começavam a revelar-se. Sugeria-se ainda que outras associações de piedade auxiliassem a obra dos seminários. E quais eram essas associações? As Associações de Filhas de Maria, a Liga da Acção Social Cristã, as Damas da Caridade e as Conferências de S. Vicente de Paula[78]. Com excepção desta última (onde, porventura, haveria associados do sexo masculino) todas as agremiações citadas são femininas.

Assim sendo, a perenidade da Igreja Católica, desde o ensino da doutrina ao recrutamento dos novos sacerdotes, assentava na capacidade de entrega empenhada das mulheres.

---

[76] *Vida Catholica*, 05/04/1916, p. 671.

[77] *Vida Catholica*, 05/04/1916, pp. 668-675.
A prática catequética, genericamente confiada às mulheres, não satisfazia por completo os altos dignitários da Igreja Católica. Na Pastoral Colectiva de 1931, em que foram publicadas as conclusões do Concílio Plenário de 1926, os bispos reconheciam que o ensino da doutrina cristã estava muito mais difundido que 20 anos antes. Desejariam, contudo, que nas associações de catequese trabalhassem, não só senhoras mas também homens. Consideravam que seria "edificante verem-se cavalheiros católicos entregues à faina sublime de ensinar doutrina", o que acontecia em alguns lugares, "mas muito de raro". Recomendava-se aos párocos uma atenção especial para as obras de homens. "Sem homens não se compreende a Acção Católica; e a eles cabe o primeiro lugar pela sua influência e pela sua dignidade". *Concílio Plenário Português (MCMXXVI). Pastoral Colectiva. Decretos. Apêndice (Documentos)*, Lisboa, Tip. da União Gráfica, 1931, pp. XXX e ss.

[78] *Vida Catholica*, n.º 19, 05/06/1916, pp. 790-791.

SIhj

O crescer da influência feminina lançou o alarme no campo anticlerical. Enquanto as mulheres crentes se mantivessem ausentes do combate, ocupadas com os trabalhos domésticos e com as suas devoções habituais, a descristianização avançaria sem grandes obstáculos. Mas o envolvimento feminino, em atitude de militância, na peleja religiosa, afigurava-se verdadeiramente grave. Um dos grandes propagandistas do anticatolicismo (e ex-seminarista), Tomás da Fonseca, num discurso proferido no Senado, em 29 de Março de 1917, denunciou o dinamismo das associações religiosas femininas que, segundo ele, proliferavam pelo país. Entre essas agremiações, destacou as Filhas de Maria que, em sua opinião, "se exibem entre nós com todo o impudor da sua acção ultramontana e dissolvente" [79]. Citou mesmo um autor católico, o senador (e padre) Silva Gonçalves que, aludindo às associadas do Algarve, teria asseverado que elas "não se limitam a rezar", vivendo "numa actividade exuberante, em um apostolado contínuo"[80]. O publicista republicano intentou evidenciar que tais sociedades eram autênticas congregações, análogas às que haviam sido extintas pelo decreto de 8 de Outubro de 1910. Sendo assim, a sua existência era ilegal, devendo ser suprimidas.

A guerra de Tomás da Fonseca contra a militância feminina no campo religioso não parou aqui. Os artigos publicados em *O Mundo*, sob a forma de cartas dirigidas ao Cardeal Patriarca, apesar do tom chalaceador usado, permitem compreender até que ponto as transformações que se verificavam nos templos, onde as mulheres adquiriam uma visibilidade nova, inquietava os que colocavam na primeira linha a campanha contra o ascendente da Igreja Católica na sociedade portuguesa. Citando passagens de textos sagrados ou autores antigos – onde a figura da mulher é, com bastante frequência, diabolizada –, o empenhado republicano simulava funda preocupação com os novos caminhos da Igreja, agora entregue a mulheres. Advertia o cardeal para os males originados pela presença dessas moças a quem estava "agora confiado o ensino da doutrina cristã"[81] e que, nos ofícios divinos, exerciam funções de "coristas" e "rabequistas"[82].

---

[79] O discurso foi publicado, anos depois, em Tomás da Fonseca, *As Congregações e o Ensino*, Lisboa – Porto – Coimbra, "Lvmen", Empresa Internacional Editora, 1924, p. 31.

[80] *Idem, ibidem*, p. 9.

[81] Tomás da Fonseca, *Cartas Espirituais. A Mulher e a Igreja*, Porto, Livraria Chardron de Lelo & Irmão, Lda., 1922, p. 33.

[82] *Ibidem*, pp. 31, 35.

Slhi

Profanasti sanctorum, dir-lhe-ia o Salmista, se cá pudesse voltar (...)[83].

A ira de Tomás da Fonseca parece centrada nas Filhas de Maria, esquecendo outras organizações femininas militantemente voltadas para as obras da Igreja. Entre todas, merece destaque a *Liga da Acção Social Cristã*[84]. Se, até 1912, esta sociedade limitara a sua actividade quase exclusivamente a Lisboa, a partir daquele ano expandiu-se rapidamente pelo país, organizando-se em núcleos paroquiais denominados "Dezenas". Em muitas paróquias desenvolveram uma importante acção social e religiosa – promovendo baptizados e casamentos, confeccionando roupas para os mais pobres –, ocupando-se igualmente da catequese das crianças e dos cânticos nas cerimónias cultuais[85]. Outras agremiações irão nascendo. Em 1913, sob influência da leitura da revista francesa *Le Noel*[86], surgiram em Lisboa, entre as jovens da elite social e cultural, as Noelistas que, nos anos vinte, se difundirão por outras localidades. Em 1930, a *União Noelista* tinha nove núcleos em Portugal: Lisboa (3 ao todo: Estrela, Anjos e São Mamede), Estoril, Coimbra, Porto, Évora, Faro e Portalegre[87]. Intentando seguir uma "verdadeira vida cristã", reuniam-se para discutir questões de interesse "para a inteligência de uma rapariga"[88]. Instituíam bolsas de estudo para seminaristas, coadjuvavam os párocos na catequese, fundavam bibliotecas paroquiais. Possivelmente ajudaram a destruir preconceitos, contribuindo, desse modo, para uma visão mais moderna sobre o papel das mulheres na vida da Igreja[89].

---

[83] *Ibidem*, p. 36.

[84] Esta agremiação feminina surgiu em 1902, sob a designação de *Associação Promotora da Instrução e Educação Popular*, graças, em boa parte, ao dinamismo do jesuíta Manuel Fernandes Santana. Em 1907, passou a chamar-se *Liga de Acção Social Cristã. Anuário Católico de Portugal*, 1931, p. 336.

[85] *Ibidem*, pp. 336 e ss.

[86] Sobre a revista e o movimento a ela ligado, veja-se Gérard Cholvy, *Histoire des Organisations et Mouvements Chrétiens de Jeunesse en France (XIXe-XXe Siècle)*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1999, pp. 243-244. No que concerne à sua expansão em Portugal, veja-se Paulo Fontes, "Catolicismo e dinâmicas sociais no século xx: um *study case*", *Faces de Eva*, n.º 22, Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 105-113; Maria Reynolds de Souza, "O Noelismo em Portugal", *Ibidem*, pp. 113-123.

[87] *Anuário Católico de Portugal*, 1931, pp. 284-286.

[88] *Ibidem*.

[89] Em 1924, em Lourdes, duas noelistas portuguesas encontraram-se com o director e fundador do movimento em França. Não estando presente um sacristão, responderam elas à Missa, o que, em Portugal, estava completamente fora dos usos (*Natal* –

SIhi

As mulheres católicas durante a I Guerra Mundial

A Grande Guerra constituiu mais um episódio no confronto religioso que se fazia sentir desde Outubro de 1910. A Lei da Separação tinha posto termo à presença de capelães militares nos quartéis. Se essa circunstância não acarreava um grave transtorno em períodos de paz, a eventualidade da partida de homens para uma guerra particularmente feroz, onde morreriam muitos combatentes – a experiência do que acontecia nos exércitos que já se defrontavam dava conta dessa dolorosa realidade – iria dar um outro gravame à questão. Para um católico – a grande maioria da população declarava-se católica – era fonte de grande angústia imaginar que, no momento de perigo ou na hora suprema da morte, um ente querido se encontraria sozinho, sem um padre que o preparasse para enfrentar o além, especialmente através da absolvição dos pecados. O seu cadáver não seria acompanhado por um sacerdote que encomendasse a sua alma. Há que ter em atenção que, em muitas localidades, um funeral laico constituía ainda um escândalo, apesar de todas as tentativas de laicização dos momentos de passagem. Se a questão tocava todos os católicos, sensibilizaria particularmente as mulheres, que mais de perto lidavam com a doença e com a morte pelas funções que desempenhavam na família. A assistência religiosa em campanha passou a estar na ordem do dia para católicos e para livres-pensadores, que temiam a reconquista, por parte da Igreja Católica, da influência perdida. Na movimentação tendente a conseguir do Governo a publicação de um diploma permitindo a presença de capelães nos campos de batalha, as mulheres revelaram especial empenho, mormente na recolha de assinaturas para petições a serem apresentadas aos governantes. Uma representação, só de mulheres, percorreu o país. Em meados de Junho de 1916 o jornal *O Dia* dava conta que, em Coimbra, conseguira já quatrocentas assinaturas[90].

Não se deve apartar a problemática da presença ou ausência de capelães no *front* do aparecimento, alguns dias após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal (9 de Março de 1916), de uma agremiação feminina, onde pontificavam mulheres da aristocracia católica – condessas de Ficalho e de Burnay, viscondessa de Santo Tirso... –, designada por

---

Cultura e Vida. Revista da União Noelista Portuguesa, Nov-Dez. 1944, p. 350) e, provavelmente, daria azo a críticas.

[90] *O Dia*, 17/06/1916, p. 1.

Slhi

Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra[91] – fundada com a intenção primordial de formar enfermeiras de guerra. É legítimo pensar que, no propósito destas mulheres, a presença de uma enfermeira católica à cabeceira de um soldado hospitalizado preencheria, de algum modo, o vazio provocado pela ausência de um sacerdote. Se o desígnio não foi concretizado, por oposição governamental, outros projectos fizeram caminho, nomeadamente no tocante ao auxílio às famílias dos combatentes. Sob a direcção de Maria Josefa de Melo, condessa de Ficalho, a associação desenvolveu actividades a vários níveis, desde a confecção de agasalhos destinados aos combatentes à distribuição de leite e medicamentos às crianças das famílias dos mesmos, aos subsídios de renda de casa, às acções de resgate de máquinas de costura que a miséria conduzira à penhora. Em Abril de 1918, mantinha um dispensário para os filhos dos mobilizados, com médico, ajuda alimentar e medicamentos. Preocupando-se com as mulheres que precisavam de trabalhar, abrira uma casa, situada no Pátio do Pimenta, onde poderiam aprender a confeccionar artigos que seriam vendidos por via da *Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra*[92].

A acção da corporação não se confinou a Lisboa. Através de subcomissões, dispersas pelo país, prestava ajuda aos familiares dos expedicionários. Aliás, na cidade do Porto, a associação funcionava autonomamente, responsabilizando-se pelo auxílio a dispensar nos distritos do Norte do país.

As motivações religiosas estavam presentes na obra dirigida pela condessa de Ficalho. Numa entrevista concedida ao jornal *A Opinião*, em Março de 1916, Maria Josefa de Melo, respondendo ao entrevistador que elogiou a iniciativa referente à *Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra*, reveladora de "patriotismo e humanidade", preferiu o termo "caridade", por ser "a palavra que define melhor o acto de fazer bem aos nossos semelhantes, por amor de Deus"[93].

Algumas das mulheres que alimentavam o sonho de cuidar dos feridos de guerra acabarão por realizar a sua aspiração através da Cruz Vermelha. A condessa de Burnay, Maria Amélia de Carvalho Burnay (viúva do célebre banqueiro Henrique de Burnay), tornou-se benemérita desta instituição, atribuindo-lhe avultados donativos e cedendo-lhe um vasto

---

91 Maria Lúcia de Brito Moura, "A Assistência aos combatentes na I Guerra Mundial – um conflito ideológico", *Revista Portuguesa de História*, N.º 38, FLUC, 2006.

92 *Idem, ibidem*, p. 61.

93 *A Opinião*, 25/03/1916, p. 2.

SIhi

edifício, já equipado (fora preparado para albergar operários), situado na Rua da Junqueira, para ser usado como hospital destinado a feridos repatriados. A proprietária, no acto de entrega das instalações, tomou a precaução de reservar a capela para seu uso pessoal, embora colocando-a ao dispor da Cruz Vermelha[94]. No hospital da Junqueira estagiavam as enfermeiras que, em França, viriam a servir no hospital da Cruz Vermelha Portuguesa. A superintendência do grupo pertencia a Maria Antónia Jervis Ferreira Pinto Basto que, tendo orientado os trabalhos de adaptação do edifício da Junqueira, foi membro da comissão que, na Flandres, preparou a instalação do hospital[95].

À semelhança do que acontecia em França e em outros países intervenientes, surgiu em Portugal o movimento *Madrinhas de Guerra*, que tinha à sua frente uma comissão de católicas, encabeçada por Sofia Burnay de Melo Breyner, filha de Maria Amélia Burnay. O êxito da nova instituição – que se propunha facilitar ao soldado, que o desejasse, uma correspondente que, de longe, enviaria uma palavra de carinho ou um pequeno presente susceptível de suavizar a existência – foi tão notório que provocou alguma agitação no meio anticlerical, temeroso do ascendente que as *madrinhas* poderiam ter sobre o moral dos militares. Esse receio conduziu a que outros agrupamentos (por exemplo a *Cruzada das Mulheres Portuguesas*, cuja direcção estava muito ligada ao governo republicano) procurassem seguir na via aberta por Sofia de Melo Breyner[96], embora sem a vertente religiosa que, segundo os críticos, seria timbre da acção empreendida pelas mulheres católicas.

As áreas das duas frentes femininas que anelavam suavizar as vidas dos combatentes e seus familiares – uma, apoiada pelo Governo, a outra, objecto de desconfiança por parte do republicanismo mais anticlerical – nem sempre estiveram claramente delimitadas, sendo possível, em algumas circunstâncias, o diálogo ou até, a existência de interpenetrações.

---

[94] A carta de Maria Amélia Burnay (através da qual faz a oferta), datada de 31 de Maio de 1916, foi publicada no *Diário de Notícias* de 06/06/1916 e seria transcrita no *Boletim Official da Sociedade Portugueza da Cruz Vermelha*, Setembro 1918, p. 294. Num tempo em que as capelas dos hospitais haviam sido laicizadas, o estabelecimento da Junqueira constituía uma excepção. Em 1918, durante o governo de Sidónio Pais, o Cardeal Patriarca visitou os internados nos hospitais militares de Lisboa. Foi o único lugar em que lhe foi possível entrar numa capela.

[95] Maria Lúcia de Brito Moura, "A Assistência aos combatentes ...", cit., pp. 55-59.

[96] Sofia de Melo Breyner teve ao seu lado uma francesa, Jane Bensaúde, casada com Alfredo Bensaúde, director do Instituto Superior Técnico.

Slhi

Em espaços menos marcados pelo combate entre católicos e livres-pensadores o associativismo feminino perdia o carácter de apaixonada parcialidade que se fazia sentir em Lisboa. Assim, em Torres Novas, Cândida de Azevedo Dinis da Fonseca, apesar de militante católica, casada com Álvaro Dinis da Fonseca e irmã de Carlos de Azevedo Mendes, dois conhecidos e empenhados católicos, pertenceu à direcção local da *Cruzada das Mulheres Portuguesa*[97].

A acção das mulheres no auxílio material e espiritual aos combatentes e seus familiares foi reconhecida e enaltecida por católicos que viam na guerra a grande oportunidade de regeneração da Pátria dentro dos princípios cristãos. O jornalista católico J. Fernando de Souza elogiou a obra das *Madrinhas de Guerra* que, com os seus escritos, davam coragem aos seus afilhados, fortalecendo a sua fé na Providência[98]. Um outro católico muito conhecido, Alberto Pinheiro Torres, asseverou que essas mulheres, "melhor que os homens, cegos pela sua facção política, estão entendendo e cumprindo a sua missão nacional! Benditas sejam!"[99].

As iniciativas de cariz religioso não se restringiam a estas agremiações que, tendo a sua sede em Lisboa e sendo dirigidas por mulheres pertencentes às elites católico-monárquicas, adquiriam maior visibilidade. Acções de socorro aos expedicionários sucediam-se por todo o país. O clima emocional que se criava no momento do adeus era propício ao avivar do sentimento religioso. Nas missas de despedida, celebradas em muitas localidades, grupos de Filhas de Maria e de catequistas ofereciam objectos religiosos – terços, medalhas, escapulários... – aos mobilizados. Em Estômbar (Algarve), as associadas da *Liga da Acção Social Cristã* distribuíram escapulários pelos rapazes chamados para o exército. Ofereceram ainda folhetos contendo "Conselhos aos recrutas católicos"[100]. Na Guarda, após a missa que precedeu a partida do regimento de infantaria 12, um coro de senhoras executou vários hinos religiosos. Os militares receberam escapulários, terços e medalhas[101]. Na Sé Catedral de Lamego,

---

97 O correspondente em Torres Novas do semanário *A Guarda* classificou como empreendimento "simpático" a *Cruzada das Mulheres Portuguesas*, afirmando que tinha a caridade como objectivo. *A Guarda*, 15/07/1917, p. 3.

98 J. Fernando de Souza (Nemo), *A Grande Guerra (aspectos christãos e patrióticos)*, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 1918, pp. 280 e ss.

99 *A Ordem*, 18/03/1917, p. 1.

100 *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Algarve Anno de 1916*, Faro, Typ. «União», 1917, p. 187.

101 *A Guarda*, 24/03/1917, p. 2.

Slhi

com a multidão a encher o templo, cânticos patrióticos (hino de Santa Isabel) foram entoados. As senhoras da catequese colocaram ao pescoço dos militares cordões com medalhas da Virgem[102]. A nível nacional, a *Liga da Acção Social Cristã* distinguiu-se particularmente na recolha de donativos em dinheiro, que seriam cedidos à *Comissão Central da Assistência Religiosa em Campanha* – entidade que coordenava o esforço desenvolvido nas diferentes dioceses para tornar possível a acção de capelães junto dos combatentes. É que, depois de uma longa espera, o Governo acabara por permitir a presença de ministros das diversas religiões na frente de batalha. Contudo, embora garantisse alojamento e alimentação, os capelães não recebiam qualquer subsídio, ficando dependentes da generosidade dos fiéis. A mesma agremiação feminina, já depois da partida dos primeiros contingentes, editaria um livro de orações destinado aos expedicionários[103].

Concluindo

No conflito religioso que marcou a Primeira República as militantes católicas combateram em circunstâncias de desigualdade relativamente às suas congéneres que se movimentavam nos círculos do poder. A leitura que se fazia quanto ao sentido dos ventos da história apontava para um futuro em que a fé no transcendente estaria definitivamente arrumada nos museus gizados pelos que, baseando-se em leis explicativas das sociedades humanas, idênticas às que regiam os fenómenos biológicos, pensavam ter alcançado a verdade absoluta. Determinação, coragem, capacidade de chefia são qualidades demonstradas por mulheres que defenderam as suas igrejas ou preferiram arrostar o desconhecido num exílio longínquo, em vez de, passivamente, ficarem a ouvir as tiradas retóricas dos que pregavam que o seu mundo estava ultrapassado. No trabalho árduo e paciente da catequese, na recolha de assinaturas, nos peditórios, no auxílio às famílias carenciadas, na desobediência à autoridade, demonstraram que o apego à prática religiosa não significava fraqueza e timidez. Aliás, as funções desenvolvidas em organizações católicas constituíram, para

---

[102] *O Dia*, 24/03/1917, p. 1.

[103] A 21 de Junho de 1917, em reunião da *Comissão Central de Assistência Religiosa em Campanha* os membros da mesma foram informados que a *Liga de Acção Social Cristã* oferecera cem exemplares do *Livro d'Orações do Soldado Português*. Arquivo Histórico do Patriarcado, *Assistência Religiosa. Comissão Central – Actas das sessões*.

Slhi

muitas mulheres, oportunidades de afirmação e responsabilização que dificilmente encontrariam se permanecessem confinadas ao lar doméstico, sob tutela dos pais ou dos maridos. Naturalmente, os militantes anticlericais prefeririam que tais atributos se encontrassem ao serviço da sua "verdade", que tinham como absoluta e inquestionável. Mas as "verdades" absolutas – qualquer que seja a sua coloração – são intransigentes, não estando receptivas ao diálogo.

Slhi

"PELA PÁTRIA E PELA REPÚBLICA". AS MULHERES REPUBLICANAS NA I GUERRA MUNDIAL

Natividade Monteiro

Unir todos os portugueses num só ideal e uma só fé: o bem da Pátria[1].

A mobilização feminina a favor da beligerância de Portugal

Quando a Europa entrou em guerra, em Agosto de 1914, as mulheres republicanas repudiaram-na abertamente porque a identificaram com a violência autoritária do imperialismo militarista contrária aos valores da democracia, da liberdade, da paz e da igualdade de povos, raças e sexos que há muito defendiam. A guerra era a consequência da ambição política de governantes tiranos que, movidos por interesses económicos e coloniais, conduziam os povos à destruição e à morte.

No jornal *A Madrugada*, órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a directora Maria Veleda mostra-se chocada com a guerra, porque ela representa a inversão da marcha do progresso civilizacional da Humanidade, visto que utiliza as mais recentes descobertas científicas para exterminar os povos que delas deviam beneficiar numa sociedade mais justa e de maior bem-estar. A guerra significaria o regresso à barbárie e, por isso, apela ao povo para que se recuse a participar no jogo perigoso das ambições dos poderosos que mandam no mundo. Concluindo

[1] Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

Mulheres na 1.ª República, Lisboa, Edições Colibri (2011): 179-215

Slhi

que "os tiranos são poucos e o povo é imenso" e que uma "greve geral sufocaria à nascença esta guerra de terríveis consequências para a Europa e que faz estremecer o seio do mundo", interroga-se: "Onde está, então, a tua força, ó povo?! Que não sabes revoltar-te e esmagar entre as tuas mãos ciclópicas a cabeça da víbora da tirania!?"[2].

Perante a realidade tão cruel, resta-lhe, no entanto, a esperança de que das angústias sofridas e das lágrimas e sangue derramados frutifique para sempre a liberdade e que no futuro só haja lugar para a paz. O artigo termina com um misto de voto e de exortação.

> Que a luz purifique as consciências e seja ainda o nosso brado de «guerra à guerra e morte à morte» a divisa de todas as mulheres, aliadas para esta obra redentora, donde há-de brotar o Amor que não conhece fronteiras, não discrimina castas, não admite raças, abrangendo o mundo inteiro e a todos os homens, acalentando-os com a sua asa protectora![3].

A guerra veio lançar mais uma polémica e criar mais um problema ao jovem regime republicano. Os partidos políticos e a sociedade portuguesa dividiam-se entre a defesa da neutralidade e a participação na guerra. Para estes últimos, o lado em que Portugal devia colocar-se também não reunia consensos. Se a maioria dos intervencionistas escolhia a Inglaterra, velha aliada, outros não escondiam as simpatias germanófilas. Em 1915, durante a ditadura de Pimenta de Castro, este foi muito criticado pelas mulheres republicanas por ter endereçado ao Kaiser votos de felicidades, por ocasião do seu aniversário. Um gesto de cortesia diplomática entre governantes, talvez desnecessário naquela conjuntura, a não ser que se pretendesse acautelar habilmente um futuro incerto, foi interpretado como aval às atrocidades que o exército alemão vinha perpetrando sobre os povos invadidos, nomeadamente belgas, franceses e russos.

Ainda na primeira fase da polémica sobre a participação de Portugal no conflito europeu, as mulheres da Liga Republicana sentiram necessidade de tomar posição sobre um assunto político considerado de importância nacional e, pela pena das dirigentes mais visíveis, iniciaram a propaganda favorável ao cumprimento dos compromissos que a aliança com a Inglaterra obrigava. Maria Veleda, a propósito do quarto aniversário da implantação da República, escreve n'*A Madrugada*, que "a guerra é um

---

[2] Maria Veleda, *A Madrugada*, n.º 35, 31/08/1914, p. 1.

[3] *Idem, Ibidem*, *A Madrugada*, n.º 35, 31/08/1914, p. 1.

Slhi

mal, o maior dos flagelos e contra ela nos devemos sempre manifestar" mas, "já que não nos é possível evitá-la, que cada um saiba cumprir altivamente o seu dever". E acrescenta: "O nosso lugar é ao lado da Inglaterra – e o nosso próprio interesse nos indica esse lugar. Quem foge ou tenta fugir ao cumprimento desse dever é um cobarde, indigno de se chamar português!"[4].

No mesmo artigo, acusa a "Reacção", onde cabiam monárquicos, católicos e conservadores, de fazer campanha política a favor da Alemanha. Na sua perspectiva, apoiar a Alemanha representava apoiar a barbárie. A vitória alemã no conflito significaria a morte da Liberdade, a perda das colónias portuguesas, a pobreza e a vergonha no futuro, ideias que se enquadravam na luta religiosa entre católicos e republicanos anticlericais, a nível interno, e na propaganda aliada da "diabolização" das potências centrais, a nível externo. Neste contexto, os que defendiam a intervenção de Portugal ao lado da mais velha aliada eram conotados com os valores da liberdade, da democracia e do progresso moral da humanidade, enquanto os neutrais ou simpatizantes da Alemanha eram identificados com a traição, a tirania e a regressão da marcha da História.

Ana de Castro Osório, que nunca aderiu ao pacifismo e que não acreditava na paz perpétua entre países e povos, encarava a guerra como uma oportunidade de as mulheres mostrarem o seu valor no mundo do trabalho e conquistarem assim os direitos políticos que há muito exigiam. No órgão de imprensa da Liga, escreve:

> ...a nossa ideia caminha e estou certa que o momento actual, que já tem sido libertador para tantos e nobres ideais humanos, há-de ser também de triunfo para o feminismo. (...) A história da mulher na presente guerra há-de fazer-se, e impossível será que o mundo culto não compreenda o benefício que a civilização há-de tirar da sua libertação social[5].

O exemplo das mulheres belgas, francesas, inglesas e russas que, perante a guerra, puseram de parte as suas reivindicações e lutavam nos campos, nas fábricas e nos serviços pela libertação e a vitória dos seus países, haveria de frutificar em Portugal e os governos não poderiam ignorar o valioso contributo feminino em prol dos interesses da Pátria. Seriam forçosamente reconhecidas como cidadãs, com igualdade de direitos civis e polí-

---

[4] Maria Veleda, *A Madrugada*, n.º 36, 31/10/1914, p. 1; *Idem*, *A Folha*, 22/11/1914, p. 3.

[5] Ana de Castro Osório, *A Madrugada*, n.º 36, 31/10/1914, p. 1.

Slhi

ticos, porque "... em qualquer parte do mundo que nos encontremos, a mulher só deixará de ser política quando for cega, surda, muda, estúpida e, ainda por cima, indiferente ao bem-estar e à felicidade dos seus"[6].

No mesmo jornal, Ana Castilho lamenta as divergências e o medo generalizado que tolhem a sociedade portuguesa e a torna incapaz de tomar decisões; lembra os exemplos de coragem de algumas personagens históricas e critica os que, a coberto do anonimato, distribuem panfletos nos quartéis a defender a neutralidade. Faz a apologia da entrada de Portugal na guerra, como forma de manter a independência nacional e os valores da liberdade, da justiça e da democracia que a República instaurou e afirma que as mulheres republicanas estão prontas a dar o exemplo de coragem e determinação, apoiando e participando na luta, quando o seu contributo for necessário. Perante o medo, a tibieza, a cobardia e a traição de alguns, será necessário que as mulheres apontem o caminho.

> Mas, dolorosa impressão, quando as mulheres acorrem a inscrever-se nos cursos da «Cruz Vermelha», oferecendo espontaneamente o seu concurso àquela benemérita colectividade, umas procurando ampliar as breves noções que possuíam já, outras tentando adquiri-las, e todas prontas a marchar quando a necessidade assim o exija, há homens portugueses que têm medo!![7]

As republicanas mobilizam-se desde logo para bordar uma bandeira para os soldados portugueses levarem para a frente de batalha, recolher donativos e confeccionar agasalhos. Através do jornal *A Madrugada* incentivam-se todas as sócias da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas a participar nesta campanha patriótica, sobretudo as professoras que podiam cativar as alunas para aprendizagens úteis à vida e o apoio à causa generosa. A Comissão Feminina «Pela Pátria», constituída por Ana Castilho, Ana de Castro Osório, Antónia Bermudez e Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho, para orientar o trabalho feminino no esforço de guerra, congratula-se pela grande adesão das senhoras de Lisboa e da província, às quais saúda fraternalmente, por saberem compreender a sua elevada missão de mulheres e de portuguesas pelo "bem da Pátria e o triunfo da Liberdade e da Justiça"[8]. A Liga Republicana fornecia a matéria-prima para a confecção dos agasalhos e ia dando conta do êxito da distribuição pelo país, através do seu órgão de imprensa e de

---

[6] *Idem, Ibidem*, *A Madrugada*, n.º 36, 31/10/1914, p. 1.

[7] Ana Castilho, *A Madrugada*, n.º 36, 31/10/1914, p. 1.

[8] "A questão actual. As mulheres e a guerra", *A Semeadora*, n.º 1, 15/07/1915, p. 2.

Slhj

outros jornais, nomeadamente *O Mundo*, que sempre deu relevo às actividades daquela colectividade. As primeiras mulheres a apoiar e a trabalhar em prol desta ideia foram Maria Veleda e sua mãe, Carlota Perpétua da Cruz Crispin, que ensinava a tricotar as meninas recolhidas pela Obra Maternal, bem como Antónia Silva, Bárbara Pascoal, Cândida Marques Pascoal, Eulália Amado, Maria Pedroso e Mariana Silva, entre outras.

Durante a ditadura de Pimenta de Castro, a conjuntura não era favorável à propaganda em defesa da beligerância de Portugal. Embora a gravidade da situação reclamasse a atenção e o esforço para a resolução dos problemas internos e os perigos que os ideais republicanos corriam, as mulheres da Liga condenaram veementemente a acção do governo ditatorial e não deixaram cair o assunto da guerra. *A Madrugada* publicava notícias do conflito e salientava o papel das mulheres dos países beligerantes em todas as actividades, sobretudo, na enfermagem, na indústria de armamento, na condução de ambulâncias e de outros meios de transporte, na administração, nas secretarias e nos serviços "sedentários" do exército. Aos milhões de soldados mobilizados, substituiram-se outros tantos milhões de mulheres voluntárias para produzir riqueza e satisfazer as necessidades da guerra e dos seus concidadãos. As mulheres republicanas confiavam que a divulgação destes exemplos incentivaria as portuguesas a proceder do mesmo modo quando fosse necessário. Para que tal se pudesse concretizar, era preciso convencê-las a instruir-se e a preparar-se para o exercício de uma profissão e alertar os políticos para não desperdiçarem este importante contributo feminino.

Ana de Castro Osório, num discurso comemorativo do sexto aniversário da Liga Republicana, pergunta aos seus correligionários o que têm feito pela instrução e educação das mulheres, com vista à sua emancipação e formação profissional e cívica, porque não pode haver "uma sociedade com verdadeiro espírito republicano se metade (...) da sua população não compreender a liberdade de consciência nem tiver uma fé ardente nos princípios democráticos".

> (...) Sempre que um povo se eleva, perante a história, a cultura, a energia, o trabalho da mulher reflecte esse progresso moral. E que melhor exemplo do que o actual momento histórico em que a acção feminina é tanto mais útil e benéfica, quanto mais consciente e culta ela se mostra! Tanto na França como na Inglaterra, são as associações de propaganda feminista que mais têm trabalhado duma maneira prática e disciplinadora, no meio da confusão social causada por esta monstruosa guerra[9].

[9] Ana de Castro Osório, *A Madrugada*, n.º 39, 02/03/1915, p. 1.

Slhi

O Partido Democrático, que ascendeu ao poder após o golpe revolucionário que depôs o governo de Pimenta de Castro, em 14 de Maio de 1915, era o mais acérrimo defensor da participação de Portugal na Guerra, ao lado dos Aliados. Embora já se tivessem estabelecido negociações com a Inglaterra, esboçado alguns planos de acção e diligenciado o reforço militar de Angola e Moçambique, caberá ao governo de Afonso Costa a tarefa de preparar a entrada de Portugal no conflito europeu.

As mulheres da Liga Republicana colocaram-se ao lado do Partido do poder e juntaram-se ao grupo que fez a propaganda da beligerância de Portugal. Ana Castilho, Ana de Castro Osório, Beatriz Pinheiro, Filipa de Oliveira, Maria Veleda e Mariana Silva, entre outras, participaram neste movimento, escrevendo, promovendo conferências e discursando em sessões várias, em Lisboa e na província, em defesa da entrada de Portugal na guerra, a fim de preservar o direito histórico às suas colónias, prestigiar a jovem República e garantir o lugar que lhe competia no concerto das Nações. Apesar das divergências que lavraram no seio da Liga Republicana e que levaram à criação de outras Associações, como a APF e a AFPD[10], em 1916 as mulheres consideraram que os interesses superiores da Pátria se sobrepunham às simpatias partidárias que as separavam e constituíram-se no "traço de união" que devia aproximar todos os patriotas, "dedicando-se inteiramente à defesa da Pátria e da República", "em obediência aos princípios da União Sagrada, por que todo o bom português deve nortear-se nesta hora solene da História"[11].

Em Julho de 1915 surge o jornal *A Semeadora*, órgão da Associação de Propaganda Feminista, através do qual Ana de Castro Osório pretende "semear ideias, espalhar conhecimentos, levantar questões e apresentar problemas que a mulher portuguesa será obrigada a decifrar, (...) e para os quais no nosso país está mal preparada"[12]. Nos anos conturbados da guerra em que todos os problemas e questões se minimizavam em função

---

[10] APF, Ver João Esteves, *As Origens do Sufragismo Português*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998; AFPD, *Idem*, "A fidelidade das mulheres republicanas a Afonso Costa: A Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915-1916)", *Leituras*, Revista da Biblioteca Nacional, S.3 n.º 3, Abril de 1998-Out.1998; Natividade Monteiro, *Maria Veleda (1871-1955)*, Colecção Fio de Ariana, n.º 1, Lisboa, CIDM, 2004; *Idem*, *Maria Veleda. Uma professora feminista, republicana e livre-pensadora. Caminhos trilhados pelo direito de cidadania*, Olhão, Gente Singular Editora, 2010.

[11] "Vida Republicana", *O Mundo*, 18/07/1916, p. 2.

[12] Ana de Castro Osório, "A nossa missão", *A Semeadora*, n.º 1, 15/07/1915, p. 1; *Idem*, *Em tempo de guerra*, Lisboa, Ed. Ventura e C.ª, 1918, p. 8.

Slhi

"do grande flagelo destruidor"[13], Ana empenhou-se na "missão" e no "dever" de registar os progressos do "movimento feminista", dando conhecimento do que se passava lá fora e do que no país se ia fazendo também pela instrução, educação e emancipação social, económica e cívica das mulheres. Dedicou-se sobretudo à divulgação de ideias que mobilizassem as mulheres para o trabalho produtivo que assegurasse não só a subsistência mas também o desenvolvimento do país, substituindo os homens que partiam para a frente de batalha e dando provas das suas capacidades e aptidões. Pretendia criar uma consciência individual de responsabilidade colectiva perante a Pátria e aproveitar a oportunidade de conquistar para as mulheres o lugar que lhes pertencia por direito, na família, na sociedade e na política.

Apontava o exemplo dos países beligerantes europeus e até o da longínqua China, onde as mulheres se voluntarizavam para trabalhar em qualquer actividade económica ou ocupar qualquer cargo ou função, porque elas estavam preparadas para assumir as responsabilidades do trabalho até aqui desempenhado pelos homens, graças aos progressos materiais, intelectuais e morais conseguidos "nos últimos tempos com a propaganda social, que se chama feminismo"[14]. Para reforçar estes exemplos, publicava e comentava telegramas, notícias e cartas sobre o avanço da mobilização feminina e o reconhecimento político dos respectivos governos pelo esforço, coragem e competência demonstrados pelas mulheres, satisfazendo muitas das suas reivindicações.

Lembrava que até na Alemanha imperial, que impunha há muito como únicos deveres femininos os quatro KK, Kinder, Kirch, Kleiden e Küche, isto é, "crianças, Igreja, vestidos e cozinha", vozes como a de Rosa Luxemburgo e de Clara Zetkin se levantaram para protestar contra a tirania militarista e defender os direitos sociais e políticos das mulheres. No momento conturbado que o mundo vivia, as portuguesas não poderiam recuar ou hesitar perante nenhum sacrifício. Antes deviam seguir o exemplo das suas antepassadas que sempre asseguraram a sobrevivência da família e do país, desde que há quatro séculos, Portugal se transformara numa nação de conquistas, descobertas e emigração, sorvedouro de homens na força da vida. Nesta hora marcante de mudanças sociais, seria preciso que as mulheres, apesar da intrinseca abnegação e generosidade em prol dos filhos, maridos e outros familiares, soubessem escapar à subalternidade em que têm vivido, não a reproduzindo para as gerações

[13] *Idem*, p. 1; *Idem*, p. 10.

[14] Ana de Castro Osório, *Em tempo de guerra*, Lisboa, Ed. Ventura e Cª., 1918, p. 9.

Slhi

vindouras. Ana reclamava uma mudança de atitude e de mentalidade, capaz de dar o salto qualitativo que o país carecia para se desenvolver. Desejava que fossem as mulheres, na ausência dos homens, a fazer essa transformação e que, no regresso, eles reconhecessem que o esforço feminino correspondeu ao sofrimento despendido na frente de combate.

Para que o país prosperasse era necessário que as mulheres, cerca de três milhões, se instruíssem e cultivassem no respeito pelo trabalho e iniciassem uma nova ordem, preparassem um futuro com mais justiça social do que o presente que os homens tinham para oferecer. A guerra, apesar de ser um mal desencadeado pelos homens, podia beneficiar as mulheres. No entanto, convinha alertar para o perigo de, passado este momento de sobressalto da vida colectiva, tudo poder regredir, sendo recomendável que as dirigentes feministas controlassem os acontecimentos "de modo a que não volte a injusta subalternização feminina"[15]. Contrariando todas as expectativas, os regimes políticos que sobrevieram à guerra procuraram remeter as mulheres para o espaço privado da domesticidade. Embora nem todas as conquistas alcançadas perdurassem entre as duas guerras, o movimento emancipatório retardou o passo mas não inverteu ou parou a marcha.

A Cruzada das Mulheres Portuguesas

> A Cruzada, pretendendo fazer obra para o futuro, tirará do presente e do passado tudo quanto eles tiverem de bem, de justo, de inteligente e de aproveitável para educar, moralizar e disciplinar um povo que só precisa de orientação e de ideal para ser o melhor do mundo[16].

É neste contexto que surge a Cruzada das Mulheres Portuguesas, "uma instituição patriótica e humanitária, destinada a prestar assistência material e moral aos que dela necessitarem por motivo do estado de guerra com a Alemanha"[17]. A nova colectividade é presidida por Elzira Dantas Machado, esposa de Bernardino Machado, à data Presidente da República, e a comissão central é constituída por mulheres ligadas pelo casamento aos republicanos mais influentes do governo da União Sagrada, com relevo para os do Partido Democrático. Eram elas: Adelaide de

---

15 Ana de Castro Osório, *Em tempo de Guerra*, Lisboa, Ed. Ventura e C.ª, 1918, p. 45.

16 Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho, C.M.P., L.C.G.G.

17 Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

SIhi

Menezes Fernandes Costa, Alzira de Abreu Costa, Amália Leote do Rego, Estefânia de Macedo Dias Macieira, Ester Norton de Matos, Etelvina Pereira de Eça, Joana Gomes Galhardo, Maria Adelaide Coelho da Cunha, Maria Amélia Oliva Aquiles Gonçalves, Maria Isabel Mesquita de Carvalho, Maria Leonor Correia Barreto, Maria Luísa da Cunha Braamcamp Freire, Maria Joana Queiroga de Almeida, Raquel Freire Vicente Ferreira e Teresa Teixeira de Queiroz. As Comissões Administrativa e de Propaganda e Organização do Trabalho contavam também com os seguintes nomes: Adelaide Ferreira de Cupertino Ribeiro, Alda de Montalvão dos Santos Silva, Ana de Castro Osório, Berta Bacelar Castelo Branco, Carolina Pádua Franco, Elisa Dias de Freitas Rodrigues, Elisa Lima Stromp, Elisa Mendes Rodrigues, Eugénia do Amaral Lopes Freitas, Hermenegilda Mantero, Joaquina Dantas Machado Carvalho, Joaquina Dias Ferreira, Laura Chaves, Laura Freire de Oliveira, Leonilde Vigente Gomes, Maria da Conceição Pereira d'Eça e Madame de António Maria da Silva (a única, cujo nome próprio é substituído pelo do marido)[18]. Ana de Castro Osório, nomeada primeira secretária da Comissão de Propaganda, seria uma excepção; viúva do republicano Paulino de Oliveira, terá sido co-mentora da ideia da Cruzada e a peça fundamental na propaganda e na articulação do trabalho das várias comissões[19]. Os seus dotes de escritora e oradora conceituada e o respeito e consideração de que gozava nas fileiras das mulheres republicanas e feministas foram determinantes para se tornar o rosto mais visível na propaganda da Cruzada das Mulheres Portuguesas, cujo objectivo era congregar o esforço feminino no auxílio aos soldados mobilizados e suas famílias.

A existência legal da Cruzada das Mulheres Portuguesas, conferida pela aprovação dos Estatutos, data de 19 de Agosto de 1916, embora se tivesse constituído em 27 de Março e iniciado logo a sua actividade, como se comprova pelas actas de reuniões das Comissões, pelas notícias veiculadas na imprensa e outros documentos tornados públicos como, por exemplo, o "Boletim de Adesão. Inscrição Patriótica"[20].

---

[18] C.M.P., L.C.G.G.

[19] Após a constituição da Cruzada, Ana de Castro Osório, apercebendo-se da necessidade de articular o trabalho das várias Comissões, propôs que se criasse o cargo de secretária-geral, o que foi aceite e para o qual foi eleita pouco depois.

[20] *C.M.P.*, L.C.G.G.; *Diário de Notícias*, 28/03/1916, p. 1; *Idem*, 04/04/1916, p. 1; *Idem*, 10/04/1916, p. 1; *Idem*, 02/05/1916, p. 1, *Idem*, 17/05/1916, p. 1; *A Semeadora*, 15/05/1916, p. 2.

Slhi

A Cruzada nasceu sob a égide do governo e teve a sua protecção até ao advento do Sidonismo. Maria Lúcia de Brito Moura afirma que a Cruzada "apareceu poucos dias após terem surgido as primeiras notícias referentes à Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra", um movimento iniciado por mulheres da aristocracia católica, que era necessário travar por ser considerado "reaccionário e hostil às instituições republicanas"[21]. Na verdade, a mobilização das mulheres republicanas já se tinha iniciado em 1914 e o aparecimento da Cruzada configura apenas o corolário deste movimento, visto propor-se ampliar as valências e o alcance da Comissão Feminina "Pela Pátria". A importância e o peso de que se revestiu ou lhe foram atribuídos resultam da visibilidade proporcionada pelos nomes sonantes que integraram o núcleo fundador[22] e pelo carácter oficial que o apoio do governo lhe conferiu.

Como bem ilustra a autora acima citada, haverá ao longo da existência das duas colectividades alguns atritos entre as mulheres republicanas e católicas, os quais se esbaterão ao longo dos anos da guerra. O conflito ideológico é visível logo no início da campanha de recolha de donativos para os soldados mobilizados. O órgão de imprensa da Liga, de 1 de

---

21 Maria Lúcia Brito Moura, "A Assistência aos combatentes na I Guerra Mundial – um conflito ideológico", *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVIII, Faculdade de Letras, Coimbra, 2006, p. 46.

22 Além das mulheres já referidas e que pertenciam às Comissões Central, Administrativa e de Propaganda e Organização do Trabalho, outras constam também da lista do núcleo fundador da Cruzada: Adelaide Coelho da Cunha, Adelaide Santos, Adelaide Teixeira, Alice Braga Martins, Amália Arantes Pedroso, Amália Luazes, Angelina Azevedo Gomes Shirley, Angelina Perdigão de Vasconcelos Rosado, Antonieta de Campos Henriques, Ascensão Ferreira Simas, Berta Perestrelo Barbosa Barreto, Dulce Pinheiro, Edviges Pires Campos, Elisa de Almeida Lima, Ema Levy Marques da Costa, Emília de Eça Tavares, Emília Eugénia Simões Raposo, Emília Sousa Lopes, Eugénia Prestes, Francisca de Vasconcelos e Sousa, Helena de Morais Sarmento dos Santos Lucas, Isabel de Almeida, Judite B. Lima de Albuquerque, Laura Vasconcelos, Leopoldina Fernandes Costa, Luísa de Sousa da Câmara, Luísa Robertes, Maria Antonieta Vieira Lisboa, Maria Correia Monteiro Torres, Maria da Conceição Costa Gonçalves, Maria Dantas Machado, Maria Eufrásia Moniz Tavares, Maria Francisca Guerra, Maria Helena Maia Pinto, Maria Isabel Prego Crespo, Maria Pala, Maria Pereira de Seixas, Maria Rosette Morais, Maria Soledade Manzoni Macieira, Mariana Benlisman, Palmira Araújo de Pádua, Perpétua Pala, Raquel Cagi de Meneses, Raquel Queiroz de Barros, Rita de Morais Sarmento Santos Lucas, Rita Norton de Matos, Rosa Morais Maia, Sofia de Carvalho, Drª. Sofia Quintino, Virginia Perry Vidal Pereira Bastos, Virginia Rodrigues Gaspar, Virginia Teixeira, Condessa de Pedralva.

Slhi

Junho e de 1 de Agosto de 1916, informa que uma comissão constituída por Angélica Porto, Filipa de Oliveira e Mariana Silva, entre outras sócias, ofereceu o seu concurso ao jornal *O Século* para a Festa da Flor, em benefício das obras de assistência aos mobilizados, o que foi rejeitado pelas "senhoras monárquicas". A articulista põe em dúvida a sinceridade das intenções beneficentes das "talassinhas", acrescentando que aquele gesto infeliz foi condenado e deu azo à saída da Presidente, Condessa de Burnay. Já antes, n'*A Madrugada* de 1 de Abril de 1916, a Liga Republicana protestou por algumas portuguesas confeccionarem roupas para os soldados alemães, uma insinuação sobre as supostas simpatias germanófilas de algumas monárquicas. Embora as senhoras católicas da Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra marcassem uma forte presença e empenho nas Festas da Flor, a Cruzada das Mulheres Portuguesas também irá colaborar com o jornal *O Século* na iniciativa de Maio de 1918. A participação esteve a cargo de uma comissão constituída por Adelaide Cupertino Ribeiro, Adelaide Fernandes Costa, Amália Arantes Pedroso, Ana de Castro Osório, Elisa Rodrigues, Ester Pinho Levy, Palmira Araújo de Pádua e Rita Santos Lucas, que se encarregou da venda de flores, no pavilhão da Cruzada, no Jardim da Estrela[23]. As Festas da Flor tornaram-se populares e as cidades da província passaram a realizá-las também, sendo a actividade beneficente mais documentada através das imagens divulgadas na *Ilustração Portuguesa*. As mulheres republicanas que as promoviam vestiam-se de branco e ostentavam a cruz, emblema da Cruzada[24].

A Cruzada das Mulheres Portuguesas dividia-se em várias comissões e subcomissões espalhadas pelo país, pelas colónias e por algumas comunidades portuguesas no estrangeiro, implementadas com a cooperação das autoridades administrativas concelhias ou outras. Destacam-se, contudo, a Comissão Central, com funções directivas, presidida por Elzira Dantas Machado; a Comissão Administrativa, com funções executivas, presidida por Maria Luísa da Cunha Braamcamp Freire; a Comissão Angariadora de Donativos, presidida por Estefânia de Macedo Dias Macieira; a Comissão de Assistência aos Soldados, presidida por Ester Norton de Matos; a Comissão Hospitalar, presidida por Alzira de Abreu Costa; a Comissão de Enfermagem, presidida por Maria Isabel Mesquita de Car-

[23] Arquivo Fotográfico da C.M.L.; C.M.P., L.C.G.G.; *Ilustração Portuguesa*, n.º 705, II Série, Lisboa, 25/08/1919, p. 220.

[24] *Ilustração Portuguesa*, n.º 583, II Série, Lisboa, 23 de Abril de 1917, p. 337; n.º 603, II Série, Lisboa, 10 de Setembro de 1917, p. 220

Slhi

valho; a Comissão de Auxílio às Mulheres dos Mobilizados, presidida por Maria Joana Queiroga de Almeida; e a Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho, presidida por Adelaide Menezes Fernandes Costa, secretariada por Ana de Castro Osório. Além das esposas e filhas da elite política[25], o núcleo fundador era constituído por oitenta sócias, algumas das quais com experiência associativa republicana e feminista[26]. Em Março de 1918, a Cruzada contava com duzentas e setenta e cinco sócias, a maioria das quais residia em Lisboa. As sócias das Subcomissões espalhadas pelo país não estão totalmente contabilizadas, porque os critérios de registo não eram homogéneos. Nesta data, das vinte e oito subcomissões registadas, apenas as de Bombarral, Maceira de Cambra, Moita, Penafiel, Peniche e Portalegre mencionam os nomes de cinquenta e duas sócias[27]. No entanto, há notícias da existência de outras subcomissões que não constam desta lista.

Elzira Dantas Machado e as suas filhas, Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete (que não ocupou cargos na CMP)[28], Amélia Jacobety Faure da Rosa, Amélia Trigueiros de Sampaio, Antónia Bermudez, Camila Sousa Lopes, Domingas Lazary Amaral, Elmana Trigo de Brito, Emília de Sousa Costa, Ermelinda Rodrigues da Silveira, Maria da Natividade Ximenes e Vitória Pais Freire de Andrade Madeira, entre outras, pertenceram à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e ou à Associação de Propaganda Feminista. Estas agremiações filiaram-se na Cruzada das Mulheres Portuguesas e colaboraram nas suas actividades. Os órgãos de imprensa daquelas colectividades, *A Madrugada* e *A Semeadora*, infor-

---

25 Ver as ligações familiares das mulheres da Comissão Central com os políticos do governo da União Sagrada em Maria Lúcia Barros Moura, "A Assistência aos Combatentes da I Guerra Mundial – um conflito ideológico", *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVIII, Faculdade de Letras, Coimbra, 2006, pp. 46-48.

26 Ver João Esteves, *As Origens do Sufragismo Português*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998, p. 124. Após a constituição da Cruzada outras activistas republicanas e feministas se juntarão ao núcleo fundador como adiante se verá.

27 A referência à delegação do Porto e às Subcomissões de Alcobaça, Caldas da Rainha, Campo Mação, Casa Branca, Celorico da Beira, Covilhã, Estremoz, Gamão, Leiria, Loures, Luanda, Matosinhos, Nazaré, Pinheiro de Loures, Óbidos, Portel, Setúbal, Tomar, Torres Novas, Vendas Novas, Viana do Castelo e Vila Boim, não especificam os nomes das sócias, talvez porque as mesmas eram consideradas entidades colectivas.

28 Adelaide Cabete recusou, em 20 de Junho de 1919, o cargo de Tesoureira da Comissão de Auxílio aos Soldados, presidida por Ester Norton de Matos, que tinha à sua responsablidade a Obra dos Afilhados de Guerra. C.M.P., L.C.G.G..

Slhi

mavam sobre as iniciativas da Cruzada, sendo este último o veículo privilegiado da sua propaganda e realizações. Por proposta de Ester Norton de Matos, a Comissão Central acordou aumentar a tiragem deste periódico em mais mil exemplares, a fim de serem adquiridos pela Cruzada por oito escudos mensais para serem enviados para os soldados nos campos de batalha, tornando-se assim o órgão oficioso da instituição[29]. Também a Obra Maternal, criada no âmbito da Liga, em 1909, para recolher, amparar e educar as crianças abandonadas, pedintes ou em perigo moral, se filiou na Cruzada, sendo depois orientada para acolher e educar os órfãos de guerra. Aderiram ainda os grémios Carolina Ângelo e Fiat Lux e a Escola João de Deus, entre outras instituições.

A Cruzada das Mulheres Portuguesas será a única instituição que agregará as esposas e filhas da elite governativa que nunca tinham militado em associações femininas e algumas das "velhas" activistas da propaganda republicana e feminista. Todas sentiram que era um dever patriótico colaborar no esforço colectivo para minorar os efeitos da guerra. As primeiras aproveitaram a oportunidade de, a pretexto do apoio político aos maridos, provarem a sua inteligência, dedicação e competência em actividades complexas de organização e gestão de estruturas sociais, educativas e profissionais; as segundas, embora suspendessem as reivindicações feministas em nome dos interesses da Pátria, entenderam que a guerra seria o momento de uma maior intervenção social e a oportunidade para marcar posição no mundo do trabalho, concretizando algumas aspirações de emancipação. O governo, como responsável pela beligerância portuguesa, tinha o dever de criar, organizar e sustentar as estruturas de apoio e auxílio aos feridos, mutilados, órfãos e familiares dos combatentes mobilizados, mas preferiu delegar nas esposas, filhas, parentes e simpatizantes essas funções por considerá-las adequadas à condição feminina. Mais uma vez, as mulheres foram úteis aos designios e objectivos dos republicanos.

Elzira Dantas Machado, apesar de um pouco ofuscada pela forte personalidade de Ana de Castro Osório e às vezes olvidada como fundadora e dirigente máxima da Cruzada, não foi mera figura decorativa; foi a obreira e condutora desta associação patriótica feminina que tão úteis serviços prestou ao país durante e depois da guerra. A ela se deve a mobilização das mulheres da elite republicana que se empenharam na concretização dos objectivos desta associação patriótica, apoiando material e moralmente os mobilizados e as suas famílias. A competência e a recti-

[29] Acta de 23/10/1917, C.M.P., L.C.G.G..

Slhi

dão de princípios por que pautou a sua actuação como presidente da colectividade granjearam-lhe o respeito e a admiração de todas as que com ela trabalharam e conviveram. A correspondência privada e oficial confirma a deferência, estima e carinho que todas as companheiras lhe dedicavam. Em 1919, o governo da República reconheceu o seu mérito e dedicação na direcção da Cruzada e agraciou-a com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Elzira Dantas Machado ocupará o cargo de presidente até finais de 1920. No início do ano seguinte aprovaram-se novos Estatutos, mais consentâneos com as necessidades do pós-guerra, e Ana de Castro Osório foi eleita para a presidência da instituição nesta nova etapa.

Será na Comissão de Propaganda que Ana de Castro Osório se distinguirá na primeira fase da existência da Cruzada. Ela está consciente da importância desta vertente para a sensibilização e a divulgação do trabalho desenvolvido pelas várias Comissões, a fim de mobilizar vontades e conquistar simpatias, apoios e colaboração.

> Pode bem dizer-se que nas sociedades modernas, profundamente saturadas de racionalismo e sentimento de individualidade, a propaganda inteligentemente dirigida é o futuro sobre que giram todas as empresas, sejam de carácter moral, sejam de proveito material. A força da propaganda é por tal forma hoje compreendida e respeitada que todos os povos em guerra dela usam com a mesma energia e o mesmo dispêndio com que cuidam das armas bélicas[30].

Em seu entender, seria através da propaganda que a Cruzada afirmaria a bondade, o valor e as qualidades da inteligência e da actividade das mulheres portuguesas, apesar de se encontrarem numa situação de inferioridade em relação às dos outros países e num meio hostil, agravado pela desconfiança dos homens e pela falta da instrução que nunca lhes quiseram dar. Havia que apelar à união de todas na expressão do sentimento de piedade para com os que sofrem e da fé no ressurgimento da Pátria portuguesa pela educação cívica, criando obras que ficassem para o futuro a atestar a acção feminina no período angustioso da guerra.

No sentido de colmatar as dificuldades diagnosticadas e organizar o trabalho a desenvolver, a Cruzada das Mulheres Portuguesas fez publicar, em Abril de 1916, uma circular que convidava todas as portuguesas a inscrever-se, pedindo que cada uma indicasse a forma de ajudar a causa comum e servir a Pátria. Sob o título "Inscrição Patriótica", a iniciativa era divulgada nos órgãos de imprensa das associações feministas e republica-

---

[30] C.M.P., L.C.G.G.

Slhj

nas e noutros jornais de maior circulação. Apelando ao dever cívico e ao respeito pela memória e tradição heróica das mulheres portuguesas que "duplamente amam a Pátria, por si e pelos seus filhos", enunciava as frentes de trabalho em que poderiam colaborar: angariação de donativos, auxílio aos órfãos e às famílias dos mobilizados, propaganda patriótica, trabalho como enfermeiras, professoras, funcionárias, costureiras ou nos sectores comercial, industrial ou agrícola, "porque nos momentos históricos como este que atravessamos não há pessoas inúteis, como não há trabalho inferior ou desprezível...". A Cruzada pretendia "exercer uma acção vasta, disciplinada e serena"[31] e precisava de saber se podia contar com as mulheres portuguesas. Toda a cooperação era necessária; todas deviam dar o que pudessem e "...até aquelas que nada mais derem que a sua fé, a sua boa vontade, criando nos homens uma atmosfera de serenidade, de entusiasmo patriótico e de crença absoluta nos altos desígnios da nossa Pátria, ainda muito fazem para o triunfo e honra da raça portuguesa"[32].

De todo o país surgiram adesões ao programa patriótico da Cruzada. Muitas mulheres se ofereceram para colaborar na confecção de roupas, no acolhimento e educação de filha(o)s de mobilizados, na escrita de cartas e de outros documentos, no serviço de enfermagem e no ensino primário. Houve também donativos modestos e avultados em dinheiro e em roupa, a cedência de prédios mobilados e equipados com camas para acolher feridos de guerra e a disponibilidade para receber e sustentar convalescentes. De Hendaia (Monsieur e Madame Martinet) veio a oferta de um Hotel Casino com cem a cento e vinte camas para instalar um Hospital de Sangue[33]. As comunidades portuguesas no estrangeiro, sobretudo as dos Estados Unidos da América e as do Brasil, enviaram ao longo dos anos contributos importantes. O Centro Republicano de S. Paulo colaborava estreitamente com a subcomissão local da Cruzada na angariação de donativos vários e na ven-

---

[31] *Inscrição Patriótica. Cruzada das Mulheres Portuguesas*, C.M.P., L.C.G.G.

[32] *Idem*.

[33] João Chagas, "Ministro de Portugal em Paris", mediou o processo de empréstimo do Hotel Casino de Hendaia entre o governo português, o arquitecto Martinet, membro do Comité França-Portugal e o deputado Garat, maire de Bayonne. O equipamento do hospital foi também cedido gratuitamente a pedido da Comission International de Ravitalllement. Durante a guerra, o Hospital de Sangue de Hendaia foi abastecido pelo Hospital Militar de Bayonne. O médico dentista, Senhor Negrié, ofereceu também o hospital n.º 59 em Auch-Gers para os serviços sanitários da expedição portuguesa em França, com 150 a 200 leitos, devidamente equipado, cujo pessoal podia ser substituído por portuguesa/es. A.H.D.-3ºPA7-Maço 20 M.N.E.

Slhi

da de Estatutos, emblemas e selos patrióticos. A Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria[34], bem como a subcomissão de Juiz de Fora, no Brasil, contribuiam regularmente para a reabilitação dos mutilados e educação dos órfãos de guerra[35]. Câmaras Municipais, comissões concelhias, grupos de cidadãos, instituições, grémios, empresas, escolas, consulados e legações diplomáticas portuguesas no estrangeiro colaboravam, prestando ajuda material e moral. Cinemas, Companhias de Teatro e de Espectáculos ofereciam receitas de representações, sessões e saraus realizados em benefício da Cruzada. Através da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e de outras Associações, algumas instituições e grupos ofereceram-se para colaborar e "minorar a sorte dos órfãos dos soldados portugueses mortos em campanha"[36].

---

[34] A Grande Comissão Pró-Pátria que uniu o Grémio Republicano e a Liga Monárquica tinha uma Sub-Comissão Feminina que representava e secundava a obra "benemérita e patriótica" da Cruzada no Brasil, presidida pela esposa do embaixador Duarte Leite Pereira da Silva, secretariada pela esposa do Cônsul-Geral no Rio de Janeiro e tendo como tesoureira a Condessa de Avelar. Quando se criou esta agremiação, correu a notícia na imprensa brasileira de que a Cruzada teria delegado a sua representação na Senhora Medina de Sousa, actriz "desconceituada", segundo Duarte Leite. Desagradado, o embaixador moveu uma série de contactos ao mais alto nível para clarificar a situação, informando que, como representante de Portugal no Brasil, não colaboraria nem receberia tal senhora na qualidade de delegada da C.M.P.. Alegava este diplomata que a Senhora em questão não tinha categoria para representar uma instituição presidida pela esposa do Presidente da República. Este mal-entendido alimentou a troca de correspondência entre Ministérios e a Embaixada de Portugal no Brasil durante largos meses (Agosto de 1916 a Maio de 1917) e a Cruzada foi chamada a explicar a situação, a pedido do Presidente da República. O mal-entendido foi esclarecido e a sub-comisão oficializada. A.H.D.-3ºPA7-Maço 20 M.N.E.

[35] A Grande Comissão Pró-Pátria pretendia criar, administrar e sustentar financeiramente uma instituição que acolhesse e educasse os órfãos de guerra. O governo da República, que já tinha criado em Maio de 1911 a Obra tutelar e social do Exército que provia a assistência, ensino e educação dos filhos de soldados, cabos, sargentos e oficiais do exército de Terra, Mar e Colónias, no Colégio Militar, Instituto Feminino de Educação e Trabalho de Odivelas e Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, tentou canalizar as verbas para estes estabelecimentos. Pretendendo a cooperação e não a competição, o governo oferecia à Comissão, como contrapartida, dois lugares na direcção do Conselho da Obra Tutelar e Social do Exército. A.H.D.3º.PA7-Maço 20 M.N.E.

[36] "Associação dos Escoteiros de Portugal", *A Madrugada*, 01/04/1916, p. 3; Carta de adesão de Maria Clara Correia Alves, na qualidade de secretária da Comissão de Assistência às Crianças Pobres, patrocinada pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, 12/05/1916; Carta da Comissão da Benemérita Assistência

Slhi

O governo, pelo decreto n.º 2493 de 3 de Julho de 1916, concedeu autorização à Cruzada das Mulheres Portuguesas para fundar uma Escola de Enfermagem e tratar doentes e feridos em hospitais militares e corpos expedicionários, disputando assim direitos que até à data pertenciam apenas à Cruz Vermelha, o que não foi bem aceite por alguns sectores políticos e institucionais[37]. As competências atribuídas à Cruzada pelo Ministro da Guerra, Norton de Matos, causaram alguns protestos da direcção da Cruz Vermelha, mas Ana de Castro Osório entendeu esta medida como uma união de esforços, considerando a Comissão de Enfermagem uma secção cooperante, embora independente daquela instituição. O governo cedeu também o antigo colégio dos jesuítas, em Campolide, para a assistência médica e cirúrgica, e o antigo convento lazarista de Arroios para o Instituto de Reabilitação dos Mutilados de Guerra. Autorizou ainda o lançamento de uma lotaria nacional patriótica, em benefício das obras de assistência aos mobilizados e vítimas do conflito e a isenção de franquia postal em toda a correspondência. Todavia, a concretização da lotaria patriótica sofreu alguns revezes e as verbas apuradas ficaram retidas pela Assistência Pública. Em Abril de 1920, Ana de Castro Osório, após algumas diligências de carácter jurídico, ainda reclamava esse dinheiro. Pouco depois, por ordem do Ministro da Guerra foi entregue à Cruzada a importância apurada, no valor de 12.500$00[38].

às Crianças Pobres Jardim-Escola João de Deus, em Lisboa, assinada por Cândida de Aguilar Santos, Maria Clara Correia Alves, Adelaide Cabete, Claudina Tavares de Almeida, Regina Quintanilha, s.d.; Carta da Companhia Dramática Portuguesa Adelina Aura Abranches Empresa; Carta de José Loureiro, Teatro Avenida; Carta do Ginásio Club Português; Relatórios de donativos das Comissões; actas de reuniões das Comissões Central, Administrativa e de Propaganda; C.M.P., L.C.G.G.

[37] Em 13/08/1917, o governo, através do ministro dos Negócios Estrangeiros, deu indicações claras à representação diplomática de Portugal no Brasil que todos os donativos angariados pelas Comissões e Sub-comissões naquele país fossem distribuídos igualmente pela Cruzada e pela Cruz Vermelha. A-H.D. M.N.E. Ver outro olhar em Maria Lúcia Brito Moura, obra citada, pp. 53-60.

[38] O governo e o Presidente da República moveram algumas influências junto de políticos brasileiros no sentido de estender ao Brasil a venda da lotaria patriótica da Cruzada. Apesar das diligências efectuadas e da boa vontade manifestada do outro lado do Atlântico não foi possível remover os entraves colocados pela legislação que punia a venda de lotaria estrangeira. Apesar de o Presidente da Companhia Monopolista das Lotarias Nacionais do Brasil se mostrar colaborante, a ponto de alvitrar que a mesma fosse vendida clandestinamente por determinada agência credenciada para o efeito, não se encontrou documentação que confirme a concretização da venda da lotaria da C.M.P. no Brasil. A.H.D.-3ºPA7-Maço 20 M.N.E.

Slhi

Entre as primeiras inscrições e a concretização dos cursos de enfermagem da Cruzada, decorreu o tempo suficiente para que a Cruz Vermelha, cujas estruturas estavam prontas a funcionar, formasse o primeiro corpo de enfermeiras que iniciou o trabalho no Hospital Temporário, instalado na Quinta de Santo António, na Junqueira, onde foram tratados 1.549 hospitalizados, e que seguiu depois para França, a fim de montar um Hospital em Ambleteuse, perto da frente de combate[39].

A Escola de Enfermagem fora também um sonho da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, tendo desenvolvido algum trabalho nesse sentido já antes da implantação da República. A médica Carolina Beatriz Ângelo e o médico Miguel Bombarda preconizaram a formação de enfermeiras e serviços de assistência hospitalar laica que dispensasse o trabalho prestado pelas congregações religiosas. Aliás, embora não de forma institucional, foram ministrados alguns ensinamentos de enfermagem às mulheres da Liga que se inscreveram no respectivo curso, tendo algumas participado no auxílio aos feridos da Revolução de 5 de Outubro[40] e oferecendo-se outras para assistir os soldados republicanos que travaram as incursões monárquicas chefiadas por Paiva Couceiro, em 1911 e 1912.

Quando a Comissão de Enfermagem[41] iniciou as diligências para a criação da Escola, a secretária executiva, Ana de Castro Osório, regozijou-se pelo facto de a Cruzada ter recebido cento e sessenta e cinco inscrições para enfermeiras de guerra[42], entre Agosto e Novembro de 1916,

---

39 Em Novembro de 1917, partiram para França, via Vilar Formoso, três grupos constituídos por seis oficiais e vinte e cinco enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa que se juntariam ao restante corpo médico-cirúrgico para montar o hospital em França, sob a direcção do Dr. Thomaz de Melo Breyner. A.H.D.-3ºPA7-Maço 20 M.N.E. Ver também Maria Lúcia Brito Moura, obra citada, pp. 55-58.

40 Olívia Silva Toscano Saldanha, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, foi uma das mulheres que estiveram na Rotunda e que mais tarde se ofereceu à Cruzada para enfermeira de guerra, invocando os serviços relevantes prestados à República. CMP, LCGG.

41 A Comissão de Enfermagem era constituída por Maria Francisca de Abreu de Sousa Guerra, presidente, Otília Gomes dos Santos Simões, tesoureira, Ana de Castro Osório, 1.ª secretária, Bernardina d'Azevedo Velez, 2.ª secretária, Joaquina Dias Ferreira e Laura Chaves, vogais. A médica Sofia Quintino era a directora técnica. Ana de Castro Osório, enviou ao Ministro da Guerra, em 31/07/1917, uma proposta de uniforme para as enfermeiras da Cruzada.

42 As inscrições para enfermeiras de guerra foram além do número apontado por Ana de Castro Osório. Os processos de candidatas existentes são cento e oitenta e oito. CMP, LCGG.

SIhj

embora reconhecesse que algumas pudessem desistir por preconceitos sociais ou pressões familiares e outras por falta de recursos ou fraca compleição física. Motivo desmobilizador que não se compreendia era o caso de certas repartições do Estado negarem as licenças sem vencimento requeridas pelas funcionárias para frequentarem o dito curso, havendo uma excepção louvável, a da Casa da Moeda.

Na verdade, foram muitas as mulheres que, por motivos patrióticos ou por desejarem uma profissão valorizada como a da enfermagem, responderam ao apelo da Cruzada e se candidataram. Algumas já tinham o curso da Cruz Vermelha ou do Hospital de S. José, dirigido pelos Drs. Luís Ottolini, Fernando Cabral e Sabino Pereira[43], outras tinham prática adquirida em hospitais civis ou instituições privadas. A maioria não tinha qualquer experiência profissional e grande parte apresentava poucas habilitações académicas, embora se exigisse apenas o curso da instrução primária. Alguns dos conhecimentos apontados não podiam ser comprovados por terem sido adquiridos no ensino doméstico. Inscreviam-se também meninas e mulheres de trinta e quarenta anos com conhecimento de línguas e os cursos dos liceus completos ou inacabados: professoras, dactilógrafas e funcionárias públicas ou empregadas no sector terciário, solteiras, casadas e viúvas que se ofereciam para prestar serviço no país ou em França.

Muitas jovens inscritas não passavam da inspecção médica por falta de robustez física, o que pode ser explicado pelas dificuldades económicas que então se viviam. Algumas insistiam e inscreviam-se novamente até serem consideradas aptas. Seguia-se o curso propriamente dito, ministrado sob a direcção técnica da Dr.ª Sofia Quintino, cujo trabalho nunca foi remunerado, apesar da opinião favorável da Comissão Central e do General Norton de Matos. O Dr. Tovar de Lemos, responsável pela organização e direcção do Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios também orientou os cursos de enfermagem especializados em técnicas de recuperação, iniciados em Maio de 1917, bem como o Dr. José Pontes. Os estágios eram feitos no Instituto Clinico de Campolide, nos Hospitais Militares da Estrela e de Belém e no Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra, após os quais se seguiam os exames perante um júri

[43] Embora corresse a informação de que estes cursos de enfermagem estavam ligados à Cruzada, tal não correspondia à verdade. A Cruzada aceitava inscrições para o exame que conferia o diploma a mulheres que tinham frequentado o curso noutras instituições, como o Hospital de S. José, a Cruz Vermelha Portuguesa ou instituições particulares nacionais e estrangeiras. C.M.P., L.C.G.G.

Slhi

nomeado pelo Ministro da Guerra. Os diplomas seriam passados pela Comissão de Enfermagem da Cruzada e visados pelo Ministério da Guerra.

Desde a candidatura até ao exame final, a candidata a enfermeira sujeitava-se a um crivo apertado de informações e avaliações teóricas, práticas, éticas e comportamentais. As cartas de recomendação exigidas, os relatórios elaborados sobre o seu desempenho profissional, as qualidades morais e as formas de relacionamento social, durante o curso e o estágio, complementadas muitas vezes com alguma investigação particular ou institucional, faziam parte do processo de recrutamento. Alguns casos de indisciplina, de deslealdade ou desrespeito pelas hierarquias e de informações pouco abonatórias sobre a vida pessoal eram motivo para serem irradiadas da Cruzada. Exigia-se às enfermeiras qualidades profissionais e morais, grande abnegação, máxima disciplina e absoluto desinteresse.

Ana de Castro Osório, secretária executiva da Comissão de Enfermagem, velava desta forma pela dignificação da profissão que há muito se reclamava e agora se iniciava de forma auspiciosa, embora alguns médicos militares manifestassem dificuldades em contemplar todos os parâmetros da avaliação. Para estes era difícil avaliar algo que estivesse para além das competências profissionais adquiridas, não querendo imiscuir-se nas questões da vida particular. No entanto, outros, embora reconhecessem as dificuldades de tal avaliação por o tempo de convivência ser curto – pouco mais de um mês – concordavam com os critérios de ordem moral na selecção das futuras enfermeiras, porque "...ou se aferem os bons valores ou a enfermagem feminina abandonada a si própria irá progressivamente decaindo, ferida de morte..."[44].

São vários os relatórios e outros documentos oficiais dos médicos dos hospitais militares a louvar as qualidades profissionais e morais das enfermeiras da Cruzada. O Director do Hospital Militar de Belém, capitão-médico José Guilherme Pacheco de Miranda, no relatório de 31 de Março de 1918, elogia a boa vontade, assiduidade, pontualidade e bondade com que tratam os doentes, especialmente os cinquenta tuberculosos que chegaram de França com imundice indiscritível e parasitas nas roupas e no corpo. Luís Sousa Adão, responsável pelo curso/estágio de enfermagem no Hospital de Campolide, em 1919, louva o trabalho desenvolvido por Ana de Castro Osório neste sector, pois a ela se deve a qualidade das estagiárias que tem orientado. Em momentos de grande pressão como o da revolta de Monsanto, com a chegada de soldados feri-

44 Carta de Luís Sousa Adão a Ana de Castro Osório, C.M.P., L.C.G.G.

Slhi

idos, a precisar de cuidados cirúrgicos, elas agiram com grande profissionalismo, "viril coragem", "boa vontade" e "notável dedicação".

Este médico estava convicto de que "no ramo da assistência militar, a Cruzada das Mulheres Portuguesas tem de ser o rígido esqueleto, sobre o qual há-de assentar tudo quanto é necessário fazer. A esse esforço está ligado o coração de V. Exª., a sua lúcida e equilibrada inteligência, à qual gostosamente, em nua e crua verdade, eu presto as calorosas e devidas homenagens. Direi a V. Sª. que, sempre pela República, meus velhos amores, receber o pedido de qualquer cooperação é simplesmente afirmar-me bom português."[45] Desta carta, pode destacar-se o que se considera ser o maior elogio às qualidades femininas. "Que excelente matéria plástica que nós somos; mas que desastrados cinzeladores que nós temos!"[46].

A concretização deste velho projecto da enfermagem feminina militar ou civil, que nasceu e se impôs de forma tão auspiciosa, foi interrompida com o movimento revolucionário de 5 de Dezembro de 1917 que levou Sidónio Pais ao poder[47]. Seguiram-se tempos de indefinição, de angústia e de propaganda desfavorável, visando descredibilizar a Cruzada, os métodos administrativos, as obras em curso e, sobretudo, as senhoras que presidiam às Comissões de Enfermagem e de Hospitalização, levantando-se suspeições sobre a sua idoneidade e honestidade na gestão dos donativos e empréstimos governamentais, considerados dinheiros públicos. O Hospital de Campolide e o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra foram ocupados pelas forças do governo e abriu-se uma sindicância ao funcionamento do primeiro. O decreto n.º 3732 de 2 de Janeiro de 1918 legaliza a passagem destes hospitais e do hospital de Hendaya da posse da Cruzada para a do Estado[48].

As mulheres da Cruzada sentiram-se injustiçadas por perceberem que tudo isto resultava dos ódios políticos entre facções partidárias e manifestaram o seu descontentamento pelos mal-entendidos que confun-

---

[45] *Idem*, C.M.P., L.C.G.G.

[46] *Idem*, C.M.P., L.C.G.G.

[47] Este golpe militar fez uma vítima entre as alunas do curso de enfermagem que decorria no Hospital da Estrela. Lucinda de Jesus Moreira, foi atingida mortalmente por estilhaços de uma granada quando se dirigia ao dito Hospital, na companhia de Amélia Trigueiros Sampaio. Ana de Castro Osório escreveu aos pais da jovem a comunicar a morte e a oferecer os préstimos da Cruzada para as cerimónias fúnebres. C.M.P., L.C.G.G.

[48] Ver a este propósito a polémica nos jornais em Maria Lúcia Barros Moura, obra citada, pp. 68-74.

Slhi

diam "Cruzada e Política". Desejando que tudo se esclarecesse, aguardavam pacientemente que lhes fosse feita justiça e que as decisões governamentais lhes permitissem retomar as actividades iniciadas. O que mais lamentavam era a perda dos hospitais, fundados e apetrechados por iniciativa e com fundos da Cruzada, provenientes dos donativos angariados, e a responsabilidade da formação das enfermeiras. Chegou-se a ventilar a hipótese de se pedir uma indemnização ao Estado pela ocupação ilegal dos mesmos se não fossem devolvidos em tempo útil. Ana de Castro Osório escrevia ao Ministro da Guerra para pedir informações sobre a situação oficial da Comissão de Enfermagem perante o governo, visto que continuavam em vigor os decretos 3306 e 3307 que regulamentavam a enfermagem militar e garantiam a legalidade da sua acção. A campanha contra a Cruzada foi de tal ordem que as mulheres recearam a sua dissolução forçada por decreto, embora se escudassem na legalidade da sua existência e dos estatutos que a regiam.

O relatório da Comissão de Enfermagem, referente a 1918, reflecte muita mágoa pela paralização forçada, pela subversão dos valores subjacentes à formação das enfermeiras militares e pela desmoralização da autoridade da Cruzada, mas revela também uma grande firmeza na defesa dos ideais patrióticos e do bom nome da corporação. Fez-se uma resistência passiva, porque em certos momentos históricos, "a simples defesa de um nome representa um brado de justiça; ...a manutenção da existência legal de uma ideia é uma prova de coragem moral, que se torna numa força inatacável para o futuro"[49]. Queixava-se esta Comissão que a campanha caluniosa e desmoralizadora movida pelo Ministério da Guerra desorientou e desorganizou a obra de disciplina moral da Cruzada, pois os serviços e repartições recrutaram para os hospitais militares algumas enfermeiras, cujas informações não eram favoráveis e às quais a Comissão de Enfermagem nunca passaria o respectivo diploma por não se enquadrarem nos valores e princípios morais previamente definidos. Em vão aguardaram estas mulheres que "um resto de consciência obrigasse os caluniadores a reconhecer o seu erro e feitos os inquéritos retumbantemente anunciados"[50], fossem ilibadas para poderem continuar a missão patriótica encetada. O desejo não se cumpriu e a Comissão de Enfermagem ficou inactiva todo o ano de 1918, mas as enfermeiras formadas pela Cruzada foram recrutadas para estagiar e trabalhar em todos os hospitais

[49] *Relatório da Comissão de Enfermagem*, 1918, C.M.P., L.C.G.G.

[50] *Idem.*

Slhi

militares, nomeadamente, os do C.E.P, na frente de combate da Flandres[51].

Neste sentido, as mulheres congratulavam-se com as boas classificações e a qualidade do serviço prestado pelas suas enfermeiras nos Hospitais Militares da Estrela, Campolide, Belém, Instituto Pedagógico Santa Isabel-Casa Pia e Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios, visto merecerem a consideração e estima dos seus directores, médicos de serviço e o reconhecimento dos doentes tratados. Também "as que partiram para França, no cumprimento do seu dever militar,

[51] Segundo o relatório do Director do Hospital de Belém, de 31/03/1918, houve necessidade de complementar os fracos conhecimentos teóricos das enfermeiras estagiárias com prelecções sobre várias especialidades, detectando-se desde logo que o grupo se dividia em três níveis: bom, Encarnação Sanches e Maria Rosado Prego; mediano, mas com vontade de aprender, Clotilde Gomes, Eulália de Sousa Pereira, Felizarda da Conceição Faria, Maria Augusta Fernandes, Maria de Lourdes e Maria dos Prazeres Plácido Abreu; fraco, precisando de mais tempo para aprender, Georgina Pimenta de Matos Caldas e Palmira Peres. Com a mesma data, existe um maço de documentos com a avaliação do estágio e comportamento moral de vinte e oito enfermeiras estagiárias no Hospital Militar de Belém. Em 03.04.1918, um ofício da Secretaria da Guerra pede à Cruzada das Mulheres Portuguesas oito enfermeiras estagiárias para o Hospital de Belém e nove para o Hospital da Estrela. Ana de Castro Osório propôs Amélia Trigueiros Sampaio para chefe de estágio. Em 04.04.1918, estagiavam no Hospital de Campolide as enfermeiras Adelaide Camelo, Aurora Alves Loureiro, Beatriz da Conceição Gil, Isaura Magalhães Barbosa, Júlia Bessa, Maria Augusta C. Drolhe, Maria Luísa Sá Viana, Maria Sofia Lopes Ricardo e Palmira Pinho. Algumas destas enfermeiras prestaram depois serviço no Hospital de Belém, de acordo com o relatório informativo do capitão-médido miliciano José Guilherme Pacheco de Miranda que louva o trabalho de Aurora Alves Loureiro, Cecília Freitas, Isaura Magalhães Barbosa, Júlia Bessa, Maria Luísa de Sá Viana e Palmira Pinho. Beatriz da Conceição Gil e Maria Augusta C. Drolhe foram desligadas da Cruzada por informações pouco abonatórias. O Ofício n.º 356 da Secretaria da Guerra, Inspecção Geral dos Serviços de Saúde, assinado pelo coronel-médico Joaquim Ferreira de Sousa Garcês, com data de 12/06/1918, recruta as enfermeiras Leonor Belmira Miranda Duarte, Maria Flor Lobo Pimentel e Mariana da Piedade da Costa Nogueira para o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra. Em 15/07/1918, um ofício do mesmo Instituto refere os bons serviços prestados pelas seguintes enfermeiras: Beatriz Quirino de Sousa, Encarnação Quirino de Sousa, Lúcia Correia Casais, Maria Ângela Silva, Maria Salvado, Maria Flor Lobo Pimentel Cordeiro, Maria da Piedade Costa Nogueira, Marta Silva e Teresa Quirino. Estes e outros documentos são evidências de que as enfermeiras da Cruzada estagiaram e prestaram serviço em todos os hospitais militares. C.M.P., L.C.G.G.

Slhi

algumas se mostraram dignas de distinções e louvores oficiais"[52]. Algumas destas enfermeiras mantiveram a ligação à Cruzada e recebiam periodicamente livros, jornais e revistas para distribuirem aos soldados nos hospitais em que trabalhavam. Para uso pessoal era-lhes distribuído o opúsculo "Edith Cavel", uma espécie de "breviário" cívico exemplar. Os médicos responsáveis pelos Hospitais acima mencionados, Dr. Carlos Mascarenhas de Melo, Dr. Abílio Barreto, Dr. Artur Gomes Carvalho, Dr. Aurélio da Costa Ferreira e Dr. Tovar de Lemos foram elogiados pela forma correcta como sempre trataram com a Comissão os assuntos da Cruzada, cuja missão patriótica reconheciam e apreciavam.

O Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra, obra da iniciativa da Comissão de Auxílio aos Soldados Mobilizados, já na posse do Estado, abriu em Maio de 1918 e em Junho pediu à Cruzada que encaminhasse as enfermeiras que requisitava para os seus serviços, algumas delas especializadas na recuperação de feridos graves. O Dr. Tovar de Lemos, médico responsável pela organização e direcção deste hospital, desenvolveu um trabalho digno do orgulho da Cruzada. Esta obra tão importante para a recuperação dos mutilados, durante e depois da guerra, foi elogiada por todos os que a visitaram e conheceram. Os estudos publicados pelo seu director comprovam as técnicas inovadoras, os cuidados, o carinho e a atenção dispensados aos feridos, conseguindo muitos deles integrar-se na sociedade e angariar o seu sustento. Segundo este médico, nem todos os mutilados se esforçavam o suficiente para conseguirem a recuperação possível, porque preferiam viver de pensões ou de empregos adequados à sua deficiência, conformismo censurável mas que estava de acordo com a mentalidade e a pouca instrução da sociedade portuguesa. As mulheres da Cruzada, sentindo-se responsáveis por eles, sempre se preocuparam em colocá-los em actividades ou funções que pudessem desempenhar.

Em 1920, pelo decreto-lei 959, durante o governo de António Maria Baptista, o Ministro da Guerra, Major Helder Ribeiro, restituiu o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra à Cruzada. Projecta-se, então, a fundação de uma Escola de Enfermagem para continuar o caminho encetado em 1917 e que tão bons frutos tinha dado, assim como um orfanato a instalar na quinta anexa. Cumprida a sua função primordial, no início dos anos trinta, o Instituto transformou-se no Instituto Escolar de Arroios da Cruzada, destinado aos filhos dos soldados e de outras crianças que o quisessem frequentar em cursos diurnos, tendo também cursos nocturnos

---

52 *Idem.*

Slhi

para adultos. Aí se plantaram oitenta amoreiras, com a intenção de instalar uma "sirgaria escolar modelo". A Dr.ª Palmira Lindo era a médica que prestava assistência a esta obra infantil[53]. Em 1933, dois anos antes da integração da Cruzada e da sua obra na Liga dos Combatentes da Grande Guerra[54], projectava-se criar ali uma Escola Profissional Feminina, o que não se concretizou, devido a desentendimentos que ditaram o fim da direcção, presidida por Ana de Castro Osório[55].

A competição, rivalidades e mal-entendidos criados entre a Cruzada e a Cruz Vermelha parece terem atrasado o auxílio hospitalar português aos soldados do C.E.P. Ana de Castro Osório muitas vezes lamentou que não fossem portuguesas as vozes que os combatentes feridos ouvissem nos momentos de dor ou de agonia. Ciente do tempo perdido com questiúnculas e lutas inúteis numa hora em que devia prevalecer a união e a

---

[53] Ana de Castro Osório, *Junta Patriótica do Norte, Adenda ao Memorial Artístico Comemorativo do 15º. Aniversário da J.P.N.*, Porto, J.P.N., p. 65; Actas, C.M.P., L.C.G.G.

[54] A aproximação da Liga dos Combatentes à Cruzada já se vinha fazendo há alguns anos, através da ocupação de uma sala de trabalho cedida no palacete sede desta colectividade e o acesso ao salão nobre por ocasião de sessões ou efemérides militares. A Cruzada e o Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte virão a filiar-se na Secção Feminina da FIDAC-Féderation Interalliée des Anciens Combattants em 1929. A Liga dos Combatentes para se implantar e expandir a sua acção muito beneficiou da transferência/doação dos bens da Cruzada das Mulheres Portuguesas e da Junta Patriótica do Norte-Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses.

[55] Ana de Castro Osório afastou-se na sequência da assembleia geral de 27 de Abril de 1933, que foi bastante concorrida e muito participada e onde podemos encontrar "velhas" feministas como Adelaide Barradas, Antónia Bermudez, Ermelinda Rodrigues da Silveira e Ilda Jorge Bulhão Pato que contestaram as decisões da direcção e criticaram a gestão da tesoureira. Ilda Jorge, numa atitude conciliadora, propôs a eleição de uma Comissão Revisora de Contas para ilibar a Direcção de suspeitas, constituída por Antónia Bermudez, Beatriz da Cunha Magalhães, Cândida Madeira Pinto, Conceição Branco da Silva, Elina Guimarães, Maria Felizarda Coelho, Perpétua Pala Nóbrega Quintal, e outros elementos exteriores que se pudessem agregar. Nesta assembleia já se abordou a dissolução da Cruzada e o destino do seu espólio, não se chegando a eleger os corpos gerentes pelo adiantado da hora. Em 23 de Maio do mesmo ano dá-se por extinta a direcção, sendo nomeada pelo governador civil de Lisboa uma comissão administrativa constituída por homens: Dr. Carlos da Silva Carvalho, capitão Osvaldo de Andrade e capitão Manuel Monteiro. Os tempos não eram propícios à manutenção de uma administração feminina. A Cruzada e a sua obra serão integradas na Liga dos Combatentes da Grande Guerra dois anos depois. C.M.P., L.C.G.G.

Slhi